

DIEGO BARBOSA DA SILVA

**DIZER NA CULTURA PARA DIZER DA
DIFERENÇA: O DISCURSO DA DIVERSIDADE NO
DISCURSO DA POLÍTICA NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagem.

Orientadora:
Prof^ª Dr^ª Vanise Gomes de Medeiros

Niterói
2016

S586 Silva, Diego Barbosa da.
Dizer na cultura para dizer da diferença: o discurso da diversidade no discurso da política no Brasil / Diego Barbosa da Silva. – 2016.
286 f.
Orientadora: Vanise Gomes de Medeiros.
Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2016.
Bibliografia: f. 217-262.

1. Diversidade cultural. 2. Discurso. 3. Brasil. 4. Canadá. 5. Plano Nacional de Cultura (2010-2020). 6. Discurso político. I. Medeiros, Vanise Gomes de. II. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. III. Título.

DIEGO BARBOSA DA SILVA

DIZER NA CULTURA PARA DIZER DA DIFERENÇA: O DISCURSO DA DIVERSIDADE NO DISCURSO DA POLÍTICA NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagem.

Aprovado em 30 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Vanise Gomes de Medeiros (UFF) – Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Mónica Graciela Zoppi-Fontana (Unicamp) – Coorientadora

Prof^ª. Dr^ª. Belmira Rita da Costa Magalhães (UFAL)

Prof^ª. Dr^ª. Lia Calabre de Azevedo (FCRB)

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna (UERJ)

Prof. Dr. Xoán Carlos Lagares Diez (UFF)

Prof. Dr. Phellipe Marcel da Silva Esteves (UERJ) – Suplente

Prof^ª. Dr^ª. Silmara Cristina Dela Silva (UFF) – Suplente

Niterói
2016

A todas as diferenças que as limitações da língua não nos permitem dizer aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à professora Vanise, por ter aceitado encarar este desafio, por ter apostado em mim, por ter mantido um diálogo durante todo o percurso desta pesquisa e pela valiosa amizade que continua para sempre.

Agradeço à professora Mónica, por ter aceitado ser coorientadora e ter dado conselhos valiosos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos professores Vera, minha ex-orientadora, e Xoán por terem participado do Exame de Qualificação, por terem colaborado muito com minha pesquisa e por aceitarem novamente avaliar este trabalho como membros da banca.

Agradeço à professora Lia por ter aceitado compor a banca de defesa e por ter-me fornecido livros e um dos materiais de análise para esta tese.

Agradeço à professora Belmira, cujos textos são inspirados, por termos percursos semelhantes, das Ciências Sociais a Letras e por fazer parte da banca.

Agradeço aos professores Phelippe e Silmara por terem prontamente aceitado compor a banca como suplentes.

Agradeço aos demais professores da UFF que foram fundamentais para esta pesquisa.

Agradeço ao Ministério da Cultura que, dentro do possível, atendeu a todas as minhas solicitações de documentos e informações.

Agradeço aos amigos do LAS e da UFF, em especial, Lívia Buscácio, Phelippe Marcel, Thaís Costa, Alexandre Zanella, Luiza Castello Branco, Joyce Colaça, Letícia Ponso, Milene Leite, Raphael Trajano, Sabrina Rizental, Felipe Dezerto, Ana Carnevale, Carla Barbosa, Fernanda Lunkes, Ronaldo Freitas, sem os quais seria impossível vencer tantos obstáculos e ter tanta coragem para chegar até aqui.

Agradeço aos amigos do Arquivo Nacional, com quem tenho o prazer de conviver todos os dias.

Agradeço, em especial, a Leo, Diogo, Debora, Sávia e Marcele pela grande amizade.

Agradeço ao David Bowie pela inspiração nos momentos finais da escrita.

E por fim, não menos importante, agradeço à minha família, sobretudo à minha mãe. Sem ela nada seria possível.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa, inscrita no aparato teórico-metodológico de Pêcheux e Orlandi, é investigar o funcionamento do discurso da diferença no discurso da política sobre a cultura no Brasil. Na busca por tal funcionamento, deparamo-nos com a emergência do discurso do multiculturalismo/da diversidade cultural, como forma de significar a diferença enquanto variedade e essa variedade como positiva, no Brasil e no Canadá, onde teria emergido nos anos 1960. Sentimos, então, a necessidade de confrontar o funcionamento desses discursos em ambos os países, pois, diferentemente do Brasil, onde esse discurso se historicizou pelo significante *diversidade cultural*, no Canadá isso ocorreu por meio do significante *multiculturalismo*. Observamos que, se no Canadá, o discurso do multiculturalismo emerge na década de 1960, no Brasil, o discurso da diversidade cultural só começa a produzir efeitos no discurso da política sobre a cultura após o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e com a Constituinte (1987-1988). Entretanto, é somente no Governo Lula (2003-2010) que, sob o domínio desse discurso, é possível observar o deslocamento do discurso *sobre* a diferença para um discurso *da* diferença, quando são criados aparelhos ideológicos de Estado político-culturais de escuta, como conferências, seminários e colegiados, para ouvir as vozes das diferenças na elaboração de medidas político-culturais, entre elas o Plano Nacional de Cultura (2010-2020), o *corpus* central da pesquisa. Observando, assim, o processo de elaboração do plano, é possível identificar formas de silenciamento das diferenças nesses aparelhos ideológicos, na tentativa de absorção do acontecimento da emergência do discurso da diversidade no Brasil, fazendo com que não se produza uma ruptura das redes de sentido dominantes até então.

Palavras-chave: Discurso da diversidade cultural; Brasil; Canadá; Plano Nacional de Cultura (2010-2020); Discurso político.

ABSTRACT

The objective of this research, enrolled in the theoretical and methodological apparatus of Pêcheux and Orlandi, is to investigate whether multiculturalism and cultural diversity discourse is a discursive event within the political discourse concerning culture in Brazil. In the search of this functioning, appears the discourse of multiculturalism/cultural diversity, as a form of signifying difference as variety and how this variety has received a positive value in both Brazil and Canada. Said discourse emerges in Canada during the 1960s and developed with the signifier, *multiculturalism*, and not *cultural diversity*. On the other hand, in Brazil, cultural diversity discourse only begins to make an impact after the end of the military-civil dictatorship (1964-1985) and during the process of the Constituent Assembly (1987-1988). However, under the Lula era (2003-2010) and the influence of said discourse, it is possible to observe a displacement from a discourse *about* difference to a discourse *of* difference. This displacement is evidenced by ideological state apparatuses of “hearing the people” like conferences, seminars, and colloquiums designed to incorporate voices of difference in the elaboration of public cultural policies, including the Plano Nacional de Cultura [National Cultural Plan] (2010-2020), the main *corpus* of this thesis. By observing the development of the aforementioned plan it is possible to identify the ways in which difference is silenced within said ideological apparatuses in an attempt to absorb the emergent discursive event of diversity in Brazil in order that there not be a rupture with present webs of dominant meaning.

Key word: Cultural diversity discourse; Brazil; Canada; Plano Nacional de Cultura [National Cultural Plan] (2010-2020); Political discourse.

RESUMÉ

L'objectif de cette recherche est inscrite dans l'appareil théorique et méthodologique des auteurs Pêcheux et Orlandi. Le but de cet travail est d'étudier le fonctionnement du discours de la différence dans le discours de la politique sur la culture au Brésil. Dans cette recherche là pour ce fonctionnement, nous confrontons à l'émergence du discours sur le multiculturalisme/ diversité culturelle comme un moyen de signifier la différence tandis que variété et cette variété comme positive a vu le jour au Brésil et au Canada dans les années 1960. Nous avons eu la nécessité de faire face au fonctionnement des ces discours dans les deux pays parce que, contrairement au Brésil, ce discours y a été historicisé pour le signifiant de la *diversité culturelle* au Canada, celui-ci y a eu lieu pour le signifiant du *multiculturalisme*. Nous observons que si, au Canada, le discours sur le multiculturalisme a émergé dans les années 1960, au Brésil le discours de la diversité culturelle ne prend effet que dans le discours politique sur la culture après la fin de la dictature militaire-civile (1964-1985) et avec l'Assemblée Constituante (1987-1988). Cependant, c'est seulement dans le gouvernement Lula (2003-2010) sur le domain de ce discours là qui est possible d'observer le déplacement du discours *sur la* différence par un discours *de la* différence surtout quand les appareils idéologiques de l'Etat politique et culturelles de l'écoute sont créés comme: conférences, séminaires et collégiales, pour écouter les voix des différences dans l'élaboration de mesures politiques et culturelles, parmi lesquels le Plan National de la culture (2010-2020), le corpus central de cette recherche En effet, nous remarquons le processus d'élaboration de ce Plan, c'est a dire, en ce qui concerne l'identification des formes de silencement, des différences dans ces appareils idéologiques a fin d'une tentative d'absorber le cas de l'émergence du discours de la diversité au Brésil, ce qui ne produit pas une rupture des réseaux de sens dominant jusque-là.

Mots-clés: Discours de la diversité culturelle; Brésil; Canada; Plano Nacional de Cultura [Plan de la Culture Nationale] (2010-2020); le discours politique.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación, inscrita en el marco teórico y metodológico de Pêcheux y Orlandi, es investigar el funcionamiento del discurso de la diferencia en el discurso de la política sobre la cultura en Brasil. En dicha búsqueda, encontramos la emergencia del discurso del multiculturalismo/de la diversidad cultural como una manera de significar la diferencia como variedad y esta variedad como positiva, en Brasil y Canadá, donde éste ha emergido en la década de 1960. Sentimos, entonces, la necesidad de confrontar el funcionamiento de estos discursos en ambos países, ya que, diferentemente de Brasil, donde este discurso se historicizó por el significante *diversidad cultural*, en Canadá, esto ocurrió por el significante *multiculturalismo*. Observamos que, si en Canadá, el discurso del multiculturalismo emerge en la década de 1960, en Brasil, el discurso de la diversidad cultural sólo tiene efecto en el discurso de la política sobre la cultura después del final de la Dictadura Cívico-Militar (1964-1985) y con la Asamblea Constituyente (1987-1988). Sin embargo, es sólo en el Gobierno de Lula (2003-2010) que, bajo el dominio de este discurso, es posible observar el desplazamiento del discurso *sobre* la diferencia a un discurso *de* la diferencia, cuando se crean los aparatos ideológicos de estado político-culturales de escucha como conferencias, seminarios y consejos, para escuchar las voces de las diferencias en la elaboración de medidas políticas-culturales, entre ellos el Plan Nacional de Cultura (2010-2020), *corpus* central de nuestra investigación. Observando de este modo, el proceso de elaboración del plan, podemos identificar maneras de silenciar las diferencias en estos aparatos ideológicos, en un intento por absorber el acontecimiento de la emergencia del discurso de la diversidad en Brasil, por lo que no produce una ruptura de las redes de los sentidos dominantes hasta entonces.

Palabras clave: Discurso de la diversidad cultural; Brasil; Canadá; Plan Nacional de Cultura (2010-2020); Discurso político.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ABM	Academia Brasileira de Música
AFN	<i>Assembly of First Nations/Assemblée des Premières Nations (Canadá)</i>
AIE	Aparelho ideológico de Estado
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANEC	Associação Nacional das Entidades de Cultura
ARE	Aparelho repressor de Estado
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAC	Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação
DCR	Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EC	Emenda constitucional
Embrafilme	Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FCB	Fundação do Cinema Brasileiro
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FD	Formação discursiva
FLQ	<i>Front de Libération du Québec</i>
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funarte	Fundação Nacional de Artes
Fundacen	Fundação Nacional de Artes Cênicas
GLBT	Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INC	Instituto Nacional de Cinema
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC	Ministério da Educação do Brasil
MinC	Ministério da Cultura do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Plano de Ação Cultural (1973)
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC	Proposta de emenda à constituição
PL	Projeto de lei
PNC	Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010)
PNE	Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)
PoNC	Política Nacional de Cultura (1975)
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
Pró-leitura	Fundação Nacional Pró-Leitura
Pró-memória	Fundação Nacional Pró-Memória
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Radiobrás	Empresa Brasileira de Comunicação
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SD	Sequência discursiva
SFC	Sistema Federal de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SPC	Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura
SPAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional

SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
U	Em aliança
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
X	Em oposição

SUMÁRIO

Apresentação	23
Considerações iniciais	27
Capítulo 1: “Uma terra hospitaleira de muitos imigrantes vindos do mundo todo”: a emergência do discurso do multiculturalismo no Canadá	35
1.1 De muitos imigrantes vindos do mundo todo, desde que...	54
Capítulo 2: A diferença no discurso da política sobre a cultura no Brasil	66
2.1 O Período Vargas e a diferença como o não-patrimônio	68
2.2 O Período da Ditadura Civil-Militar e a diferença como o não-nacional	85
2.3 O Período dos governos pós-redemocratização e a diferença como um bom negócio	103
2.4 O Período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e a diferença como diversidade	116
Capítulo 3: “Política cultural só se faz com participação social”: o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) sob o discurso da diversidade	131
3.1 As formas de silenciamento da diferença na elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) sob o discurso da diversidade	132
3.2 A elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) sob a posição do Governo Lula (2003-2010)	156
3.3 Política cultural só se faz por meio da forma-sujeito de direito	167
Capítulo 4: O discurso da diversidade cultural no Plano Nacional de Cultura (2010-2020)	173
4.1 De qual diversidade falamos? Os predicativos para <i>diversidade</i> no Plano Nacional de Cultura (2010-2020)	176
4.2 Quem faz parte da diversidade? As designações do sujeito no Plano Nacional de Cultura (2010-2020)	187
4.3 Entre a economia da cultura e a economia da diversidade no Plano Nacional de Cultura (2010-2020)	214

Considerações finais?	222
Referências bibliográficas	228
Anexo I: Quadro cronológico sobre a elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020)	275
Anexo II: Quadro com evolução da composição do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) entre 2000 e 2015	277
Anexo III: Quadro com as designações do sujeito encontradas em cada documento durante a elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020)	279
Anexo IV: CD com os documentos do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) utilizados como <i>corpus</i> de análise	298

Apresentação

*Abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol;
emancipado o preto, resta emancipar o branco*
Esaú e Jacó (1904), de Machado de Assis¹

Minha trajetória acadêmica é consequência de uma preocupação que marcou e ainda marca minha história de ótica periférica do sistema capitalista mundial: o colonialismo. Por que alguém acredita que sua visão é melhor, que pode ser superior à do outro, para ensiná-lo e civilizá-lo? Por que querer eliminar, silenciar alguém diferente só pelo fato de ele existir?

Tais questionamentos me levaram a percorrer um vasto caminho pelas Ciências Humanas. De início, graduações de Direito, de Ciências Sociais, de Letras, de Teatro e de Artes Visuais, algumas concluídas, outras não, passando por uma especialização em Relações Internacionais e um mestrado em Letras/Linguística, até o Doutorado em Estudos de Linguagem. Nesse caminho, minhas abordagens foram marcadas pela transdisciplinaridade, envolvendo, além dos campos de estudos já citados, outros como a Geografia, a Literatura, a Antropologia, a Sociologia, a Economia, a Ciência Política, a Psicologia, a História, a Arquivologia e a Biblioteconomia. Muitos, portanto, foram os campos de conhecimento em que busquei respostas para as minhas questões, envolvendo o colonialismo.

Ao percorrer várias áreas das Ciências Humanas, encontrei nos Estudos de Linguagem não só um profícuo refúgio para minha angústia em torno do colonialismo, mas também um vigoroso estímulo, porque este campo de saber permite pensar uma série de questões, entre elas a ideologia, sob a base de uma materialidade que é a língua e, de forma mais contundente, o discurso.

Na conclusão da graduação em Ciências Sociais, na UERJ, sob orientação da Profa. Dra. Nanci Vieira, realizei um levantamento histórico das políticas linguísticas para os povos indígenas no Brasil, contrapondo a existência ou não de um direito linguístico dentro do Estado-nacional, enquanto modelo colonialista de organização política e social. Concluí que o falante de qualquer outra língua, que não a oficial, tem o direito de ter acesso aos serviços do

¹ Neto de escravos alforriados, filho de Francisco José de Assis, negro pintor de paredes e de Maria Leopoldina da Câmara Machado, lavadeira açoriana, Machado de Assis nasceu negro e pobre, mas faleceu branco e com prestígio, embora endividado, como consta na certidão de óbito presente no seu inventário de 1908 (BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Juízo da Provedoria do Rio de Janeiro, ZJ).

Estado em sua língua, e este não deve impor a língua estatal, a da maioria. Vale ponderar a impossibilidade da oferta de todos os serviços estatais em todas as línguas indígenas, mas iniciativas como a cooficialização dessas línguas a nível municipal já se configuram como uma alternativa a isso. Concluí também que, tampouco, o Estado deveria obrigar os falantes minoritários a preservar sua língua materna, se essa não for a vontade deles, afinal nenhum indígena poderia deixar de ser indígena por falar apenas o português, do mesmo modo se vestisse bermuda ou utilizasse celular, pois nenhuma cultura é estática, todas estão em transformação contínua.

Na especialização em Relações Internacionais na PUC-Rio, sob orientação da Profa. Dra. Letícia Pinheiro, questionei se a cooperação técnica na área de educação entre o Brasil e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se baseava de fato na cooperação, ou seja, se era uma via de mão dupla, ou se mesmo após o Plano de Ação de Buenos Aires², ainda se mantinha aquela relação de ajuda, de assistência, de uma via de mão única dos países desenvolvidos para países subdesenvolvidos. Para isso, analisei a cooperação técnica em educação entre o Brasil e o Timor-Leste, país que se constituiu, para a ONU, num modelo de reconstrução de Estados falidos. Por diversos indícios – entre eles, a existência de uma verticalidade tradicional da relação professor-aluno, a imposição de valores e visão estrangeiros sobre a educação e a reprodução de um efeito de homogeneidade entre os países cooperantes – concluí que ainda que tenha se mudado o nome, de ajuda para cooperação, os sentidos ainda eram os mesmos de ajuda, isto é, o país receptor da cooperação deveria adotar valores dos países emissores e, mais, demonstrar gratidão. Desse modo, mantinha-se, sobretudo através do modelo de Estado europeu, certa imposição de valores ocidentais civilizatórios.

No mestrado em Letras/Linguística, na UERJ, sob orientação da Profa. Dra. Vera Sant'Anna, investiguei, por meio da análise do discurso (Maingueneau), as declarações e resoluções da CPLP sobre a internacionalização do português. Identifiquei, assim, quatro *ethé* discursivos³ – ufanista, defensor, apreensivo e idealista-apaziguador – de um superenunciador

² Em 12 de setembro de 1978, por iniciativa do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), foi assinado por 138 países na capital argentina o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), considerado o marco inicial da Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (UNDP, 2011). O PABA propunha fomentar, promover e reforçar a capacidade de cooperação internacional e comunicação entre os países em desenvolvimento a fim de proporcionar maior acesso ao conhecimento, a experiências e à solução de problemas relacionados ao desenvolvimento desses países (VALER FILHO, 2007, p. 43-44). É a partir dessa data que a assistência técnica passa a se chamar cooperação técnica.

³ Para Maingueneau (2007 [1984]) *ethos* é a imagem que o co-enunciador faz do enunciador a partir do dizer dele.

que enunciava como se tivesse presenciado toda a história colonial portuguesa, ao passo que não continha marcas intertextuais, parecendo declarar de maneira universal. Ademais, utilizava enunciados não embreados, desligados da enunciação do preâmbulo dos documentos; verbos no presente não dêitico, no gerúndio ou no infinitivo, sem marca temporal e poucas referências ao próprio texto. O impacto que tal enunciação tinha sobre o coenunciador era bastante impositivo. Esses quatro *ethé* tinham como marcas um ufanismo, que visava construir uma homogeneidade linguística e cultural entre os povos de língua portuguesa (*ethos* ufanista); uma defesa do português, que visava construir uma homogeneidade externa para proteger a língua da expansão do inglês (*ethos* defensor); uma apreensão, que reconhecia as deficiências, disputas e os problemas geopolíticos para a internacionalização da língua (*ethos* apreensivo) e um idealismo, que visava superar a heterogeneidade dos povos para a construção de uma unidade na e pela língua (*ethos* idealista-apaziguador).

Foi dessa pesquisa de mestrado que veio a motivação para o tema deste doutorado. Durante a análise dos discursos da CPLP, percebi que o enunciador defensor trazia o multiculturalismo como um tema imposto (MAINGUENEAU, 2007 [1984], p. 88), isto é, era necessário falar do multiculturalismo, ao passo que este constituía uma fórmula discursiva⁴ (KRIEG-PLANQUE, 2010). Entretanto, ao trazer o multiculturalismo para o discurso da CPLP, ele era utilizado apenas como argumento de defesa da língua portuguesa frente à hegemonia da língua inglesa, por meio das seguintes formulações: a) o mundo está dominado atualmente pelo inglês; b) no entanto, o mundo é multicultural e sua positiva pluralidade deveria ser preservada; c) por isso, o português mereceria e deveria ter também seu espaço. Todavia, contraditoriamente, em nenhum momento, esse enunciador, ao se identificar com um sentido positivo para o multiculturalismo, se preocupava com as línguas indígenas e minoritárias dos países lusofalantes e sua relação com o português. Ou seja, o multiculturalismo não fazia comparecerem outras línguas.

Foi essa contradição em torno do multiculturalismo nos discursos da CPLP que nos chamou atenção para nos debruçarmos sobre a temática da diferença, que se mostrava pertinente também por outros motivos, entre eles o atual contexto sócio-político. Nos últimos

⁴ Para Krieg-Planque (2010, p. 9) fórmulas seriam “formulações (discursivas) que, pelo fato de serem empregadas em um momento e num espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir”. Poderíamos dizer, a partir da análise materialista do discurso de Pêcheux (2009 [1975]) e de Orlandi (1999), na qual se inscreve esta pesquisa de doutorado que seriam enunciados que, de tão repetidos, se esquecem a sua historicidade, as condições de produção de que emergiram, como se houvesse apenas um sentido possível.

anos, acompanhamos a transformação dos ambientes urbanos cada vez mais variados, com diferentes grupos culturais; o crescimento de mobilizações sociais e de políticas em prol da diferença como cotas nas universidades e, mais recentemente, no serviço público para atender negros, indígenas e deficientes físicos no Brasil, além da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo em vários países do mundo. Tais mudanças, entretanto, não acontecem sem provocar reações daqueles contrários à diferença, que se posicionam contra a imigração e contra políticas de ações afirmativas na Europa e até mesmo no Brasil. Vemos multiplicar nos noticiários, assim, atentados, ações violentas, pronunciamentos e iniciativas políticas que visam frear ou conter esse avanço da diferença.

É este contexto, atual, dinâmico e bastante contraditório que nos incentiva a refletir discursivamente sobre a diferença.

Considerações iniciais

*Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem.
Lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.*
A construção multicultural da igualdade e da diferença
(1999), de Boaventura de Sousa Santos

Nosso interesse pela temática da diferença, concerne, de maneira geral, ao discurso da política, entendida não apenas como o político, que, ao lado do simbólico, são constitutivos e próprios de todo discurso, como afirma Pêcheux (2009 [1975]), mas sobretudo como no sentido de política em Rancière (1996 [1995]; 2010 [1990]), como desentendimento, em que se questiona a legitimação dos sujeitos em ocupar posições de poder para dizer e para significar. Consideramos, assim, o discurso da política tanto como um espaço do desentendimento quanto como “uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo, que a análise [do discurso] (...) pode ser capaz de traçar” (COURTINE, 2006 [1987], p. 68).

Distintamente do que acontece em outros campos dos múltiplos discursos que afetam as relações histórico-sociais e são afetadas por elas, como o discurso científico, o discurso religioso ou o discurso jornalístico, em que o diferente é regularmente significado como objeto de estudo, objeto da catequese e objeto da notícia, sendo sempre-já falado, no discurso da política parece haver uma abertura para a manifestação da diferença, para o comparecimento de posições-outras, uma vez que o diferente poderia tomar a palavra. Se como nos lembra Orlandi (2007 [1992], p. 57) “o índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil”, sendo apenas falado, como o índio comparece no discurso da política? E o negro? Isso nos encaminhou para questões mais amplas: até que ponto a diferença se faz presente no discurso da política? Como se inscreve aí?

Nesse discurso da política, o Estado detém uma dimensão fundamental, pois considerado como instrumento das classes dominantes para a manutenção da propriedade e da ordem (cf. Engels, 2014 [1884]; Lenin, 2007 [1917]; Gramsci, 2000 [1949]), sua tomada ou de algum de seu aparelho (ALTHUSSER, 1985 [1970]) garantirá uma posição de enunciação privilegiada, capaz de exercer o controle do dizer por meio da violência, de modificar as relações de poder vigentes e inclusive de organizar e legitimar o funcionamento do próprio

discurso da política como veremos nesta tese.

Enquanto espaço de dissenso (RANCIÈRE, 1996 [1995]) e de unidade repartida (COURTINE, 2006 [1987]), o discurso da política se materializa com, nas e pelas instituições estatais, governos, aparelhos, como sindicatos, partidos políticos, associações e contra-aparelhos⁵, como os movimentos sociais e/ou revolucionários, sob a forma-sujeito universal, advindo de um processo histórico de individua(liza)ção (PÊCHEUX, 2009 [1975]; ORLANDI, 2003; 2012), que exporemos mais adiante. E, nesse processo, a diferença é constitutiva, pois no momento em que se constrói a ilusão do sujeito universal, toma-se como base para a igualdade o sujeito imaginário pensado como indivíduo masculino, branco, cristão e europeu, significando o não-masculino, não-branco, o não cristão e o não-europeu como o diferente. A diferença, então, é aquela contrária ao sujeito universal, aquela que escapa à unidade, aquela pela qual não apenas não se pode construir as unidades nacional e humana, como também aquela que as impedem de se concretizar. Nosso principal objetivo, assim, é buscar como funciona o discurso sobre a diferença no discurso da política.

No levantamento de *corpus*, da materialidade linguística, observamos que a diferença nos espaços políticos é dita naqueles reservados à cultura, ou seja, para dizer da diferença, deve-se dizer na cultura. Por isso, partimos das primeiras medidas político-culturais, nos anos 1930, observando a partir daí como a diferença significa e é significada no discurso da política no Brasil ao longo do tempo. Não estamos interessados, desse modo, em analisar o discurso cultural da diferença, do indígena, do negro, do cigano..., mas o discurso da diferença no discurso da política sobre a cultura, como espaço para a sua manifestação.

Na busca pelo discurso sobre a diferença, deparamo-nos, após os horrores do Holocausto e a aprovação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, com a emergência do discurso do multiculturalismo no Canadá, nos anos 1960, período de intensas expressões artísticas, de transformações sociais, de mobilizações e de disputas ideológicas em todo o mundo⁶. Após as ações dos movimentos feministas, indígenas, gays, negros e da contracultura; após a emancipação política da Ásia, da África e da Oceania e após a intensificação da Guerra Fria (1945-1991) nos anos 1960, reconhece-se o direito à diferença. Nessa época, a eliminação do

⁵ Consideramos contra-aparelhos de Estado, aqueles movimentos sociais, como o Black-Block, que tem por finalidade abalar as redes de sentido e modificar as relações de poder e de opressão do Estado, sem que ajam por meio de sua estrutura, como os partidos políticos.

⁶ As ciências humanas (Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, Literatura, Linguística...) também foram afetadas por diversas rupturas nos anos 1960. Nos estudos da linguagem, destacamos o surgimento do Gerativismo de Noam Chomsky, da Sociolinguística de William Labov, das Análises do Discurso de Michel Foucault e de Michel Pêcheux, entre outros.

diferente passou a ser abominável e da ordem do indizível⁷, sendo permitido apenas manter posição contrária às medidas políticas relacionadas à diferença.

Essa emergência do discurso do multiculturalismo, contudo, historicizou-se de forma diferente no Brasil, não pela denominação *multiculturalismo*, mas pela *diversidade cultural* e só produziu efeitos e deslocamentos de sentidos sobre a diferença no Brasil, como mostraremos, após a Ditadura Militar, nos anos 1980, a partir da Constituinte, e de forma mais expressiva durante o Governo Lula (2003-2010). Por conta disso, sentimos a necessidade de analisar a emergência do termo *multiculturalismo* no Canadá.

Tal trabalho se inscreve na análise do discurso de Pêcheux (2009 [1975]) e de Orlandi (1999), que está no entremeio da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise. De acordo com essa análise do discurso, é, justamente, a ideologia, a responsável pelo sentido de evidência que julgamos sair de nós ao interpretar algo. Isso ocorre por meio de um processo entre sujeito e ideologia, afinal “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 93). É ela que interpela o indivíduo em sujeito. Para Althusser (1985 [1970], p. 98)

sendo a ideologia eterna, devemos agora suprimir a temporalidade em que apresentamos o funcionamento da ideologia e dizer: a ideologia sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que quer dizer que os indivíduos foram sempre/já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que necessariamente nos leva a uma última formulação: 'os indivíduos são sempre; já sujeitos'.

A ideologia, de modo geral, então, torna-se necessária para a constituição do sujeito, não havendo a possibilidade de haver sujeitos fora dela. De acordo com Pêcheux e Fuchs (2010 [1990], p. 163) a ideologia se materializa em formações ideológicas, “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem "individuais" nem "universais" mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (grifos dos autores). As formações ideológicas (FI), portanto, se realizam no confronto entre forças de uma determinada formação social. Elas, por sua vez, comportam formações discursivas (FD), definidas, por Pêcheux (2009 [1975], p. 160) como “aquilo que, numa formação ideológica dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (grifos do autor).

⁷ Isso não significa que enunciados contra o diferente não sejam ditos, pelo contrário, eles são, por exemplo, por posições e formações discursivas (a expor adiante) neonazistas. No entanto, os dizeres a favor da diferença têm sido dominantes e aqueles que (re)produzem enunciados contrários como os neonazistas devem ser severamente punidos pelos Estados, desde a segunda metade do século XX. O que queremos dizer é que tais enunciados contra o diferente são passíveis de interdição pela lei.

Para essa análise materialista do discurso, assim, os sentidos de evidência em que se assentam a diferença são fornecidos pelas formações discursivas, que, por sua vez, atuam sobre os indivíduos, interpelando-os em sujeito e determinando o que pode e deve ser dito. Tal inscrição dos sujeitos na(s) FD(s) se dá por meio da memória discursiva ou interdiscurso, uma espécie de eixo vertical que reúne todos os dizeres já-ditos sobre o intradiscurso, o eixo das formulações (INDURSKY, 2003). Isso é possível, pois a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2007 [1999], p. 31). Vale ressaltar que não falamos na memória individual e psicologista, mas na “memória social inscrita em práticas” (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 50).

Não se pode falar, então, na origem de um sentido, mas na inscrição que o sustenta, na sua ancoragem, isto é, nas condições de produção sócio-histórico-ideológicas, na sua inscrição na matriz discursiva. E daí observamos os deslizamentos, os dizeres já-ditos, os sentidos já-estabilizados, mas esquecidos. Dizeres que ao serem formulados no fio do discurso retornam por vezes como novos dizeres num efeito de evidência. É desse jogo entre interdiscurso e intradiscurso, entre memória e formulação que vem a noção de acontecimento de Pêcheux (2008 [1990], p. 17), como aquilo que está “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”.

Para Indursky (2003, p. 103):

encontro é onde o enunciado, proveniente na estrutura interdiscursiva, pelo viés da repetição, é inscrito na estrutura do discurso do sujeito, no intradiscurso. E nesse ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscurso) instaura-se o efeito de memória: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados.

No entanto, esse encontro entre uma memória e uma atualidade se daria na forma de confronto. Nesse “jogo de força, sob o choque do acontecimento” (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 53) haveria uma força que tenta manter os sentidos estabilizados e outra oposta que tenta provocar deslocamentos e até a ruptura desses sentidos:

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’ (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 53).

Isso se dá justamente porque a contradição é constitutiva de todo processo discursivo. Como consequência desse jogo de força, Pêcheux apresenta três possibilidades de funcionamento do acontecimento. Sob a força que tenta manter os sentidos: (1) “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever e (2) o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 50). E sob a força oposta que, mesmo na tentativa de absorção, provoca uma interrupção podendo (3) “desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série que não estava, enquanto tal, e que é, assim, o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 52). Vale frisar que essa ruptura não produziria o esquecimento, ela apenas fundaria outra discursividade, restabelecendo redes de sentido, ressignificando a memória.

O acontecimento, diremos, enquanto formulação e como consequência da contradição, pode abalar as redes de sentido. Contudo, nem sempre isso ocorre. Ele pode ser inscrito em uma FD dominante. E uma vez capturado, o acontecimento contribui para uma dispersão da contradição, para que mais adiante essa contradição retorne ainda mais presente, até que outros acontecimentos surjam e produzam uma ruptura nas redes de sentido para que uma formação discursiva outra assuma o papel de dominante na (re)produção de sentidos e de evidências. O acontecimento é, assim, próprio do processo discursivo, como a contradição é constitutiva desse mesmo processo⁸.

Ao tomarmos a emergência do discurso do multiculturalismo/da diversidade cultural, nos anos 1960, no Canadá e, nos anos 1980, no Brasil, nos perguntamos a partir de Pêcheux (2007 [1983]), até que ponto o discurso do multiculturalismo no Canadá funciona como um acontecimento “desmanchando a regularização e produzindo retrospectivamente uma outra série”, produzindo uma ruptura nas redes dominantes de sentido sobre a diferença naquele país. Ou ainda, até que ponto não é capturado por uma FD dominante, dissimulando na evidência de sentidos essa captura. E no Brasil? Até que ponto, quando o discurso da diversidade cultural se torna dominante no Governo Lula (2003-2010) há um deslocamento do discurso *sobre* a diferença para um discurso *da* diferença? Até que ponto a voz do outro

⁸ Por conta disso, do lugar do analista do discurso, podemos dizer que todo acontecimento discursivo, capturado ou não, é também um acontecimento histórico. Contudo, se considerarmos acontecimento histórico como um fato a ser lembrado na história e narrado pela ciência histórica (LE GOFF, 1996, p. 10-11), do lugar do analista do discurso, nem todo acontecimento histórico, nem todo fato pode ser considerado um acontecimento, pois “pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos” (DELA-SILVA, 2008, p. 15).

comparece?

De acordo com Mariani (1998, p. 60):

os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (“discurso-origem”), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor.

Se os discursos *sobre* são discursos intermediários, os discursos *de* são discursos sem intermediação. No Governo Lula, observamos gestos de captura da voz do negro, do indígena, do gay, do cigano, do artista popular, observamos, como já dito, o domínio do discurso da diversidade cultural no discurso da política sobre a cultura. Ora, cabe investigar como se dá esse processo, bem como analisar o funcionamento dessas vozes nessas medidas político-culturais. Será que a partir desse momento, o diferente deixaria de ser falado e passaria a falar?

Para essa análise, voltamo-nos, então, para as políticas culturais e construímos um arquivo heterogêneo, formado por leis, projetos de lei, decretos, pronunciamentos presidenciais e ministeriais, relatórios governamentais, sempre publicados pelo Estado. E, no caso do Brasil, nos centramos no Plano Nacional de Cultura (2010-2020), publicado como Lei nº 12.343 /2010, com suas versões e etapas⁹. Vale lembrar que arquivo, aqui, é entendido de acordo com Mariani (2003, p. 81):

como uma noção discursiva que permite ao analista operar com a produção dos sentidos a partir de uma diversidade de textos. A noção de arquivo não corresponde a uma mera acumulação de textos institucionais produzidos ao longo da história. Um arquivo nunca está pronto, pré-estabelecido. Ao contrário, seu modo de funcionamento é opaco. Para o analista do discurso, a exploração arquivística permite a construção de um *corpus* heterogêneo e é a partir desse *corpus* que ele vai buscar os processos discursivos.

Nossa opção em priorizar o Brasil se daria, sobretudo, pela possibilidade de nossa pesquisa poder produzir reflexões e transformações na política cultural do país, ao desconstruir evidências sobre a diferença. Acreditamos ainda que esta pesquisa pode colaborar para a compreensão da elaboração de políticas públicas, de modo geral, enquanto processo discursivo, e também para a compreensão do processo de elaboração de leis, uma

⁹ Agradecemos toda a atenção dada pelos servidores do Ministério da Cultura, bem como a prontidão para o envio de muitos documentos utilizados nesta pesquisa.

vez que o PNC se constitui em uma delas.

Já a escolha do Plano Nacional de Cultura (PNC) – documento que visa planejar a política cultural do país, a nível tanto federal quanto estadual e municipal, com duração de dez anos e que se tornou obrigatório com a aprovação da emenda constitucional nº 48/2005 – como principal objeto de análise, se justifica, porque seus sete anos de elaboração até a redação final de suas metas, contaram com a participação de milhares de pessoas, dos mais variados grupos artísticos e culturais de todos os estados do Brasil e por isso, em tese, capturou a voz do diferente. Mas até que ponto essas vozes comparecem?

Cabe ainda investigar nesta tese: o que está em jogo e o que não está quando se diz diversidade cultural no Plano Nacional de Cultura? O que esses dizeres permitem e o que silenciam? Quais posições discursivas se encontram aí? Em quais memórias se ancoraram o discurso da diferença no Plano Nacional de Cultural? Em quais formações discursivas esses dizeres da diversidade se inscrevem? E por fim, cabe averiguar se o discurso da diversidade cultural resulta em um acontecimento discursivo que “desmancha uma regularização e produz uma outra série” (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 52).

No primeiro capítulo, analisamos as condições de produção da emergência do discurso do multiculturalismo nos anos 1960, no Canadá, o primeiro país do mundo a adotar políticas para a diferença nos anos 1970 (DOYTCHEVA, 2005, p. 7; HEYWOOD, 2010, p. 95; RATTANSI, 2011, p. 7). Percebemos que, enquanto lá o governo federal utiliza o significante *multiculturalismo* e o governo de Quebec *interculturalismo*, aqui, no Brasil, encontramos *diversidade cultural*. Por conta disso, sentimos a necessidade de confrontar o funcionamento desses discursos nos dois países. Analisamos, então, os últimos relatórios anuais sobre as ações governamentais para o multiculturalismo, instituídos pelo *Multiculturalism Act*, em 1988, e a publicação *Discover Canada*, manual elaborado para aqueles que desejam se candidatar à cidadania do país.

No segundo capítulo, iniciamos a análise do discurso sobre a diferença no discurso da política sobre a cultura no Brasil, o discurso da política que tem como objeto a cultura. Como dito, nossa pesquisa se foca no Governo Lula, quando observamos que o discurso da diversidade se torna dominante. No entanto, na busca pela(s) memória(s) desse discurso fomos levados ao período Vargas, uma vez que aí se tem um primeiro projeto para cultura, de Mário de Andrade. A partir de tal projeto, perseguimos os dizeres sobre a diferença em outros momentos, o que nos levou a considerar quatro períodos (I) Período Vargas, (II) Período da

Ditadura Civil-Militar, (III) Período de governos pós-redemocratização e o (IV) Período de governos do PT, recuperando assim, a historicidade dos sentidos sobre a diferença, em cada um desses períodos. Do Período Vargas, comparamos o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), feito por Mário de Andrade, com o Decreto-Lei nº 25, aprovado em 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN). Do Período da Ditadura Civil-Militar, analisamos o documento *Política Nacional de Cultura*, elaborado em 1975, por técnicos do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Do Período de governos pós-redemocratização, analisamos a cartilha *Cultura é um bom negócio*, e o pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso na reformulação da regulamentação da Lei Rouanet, ambos de 1995, no início de seu governo. E do Período de governos do PT, analisamos o pronunciamento de posse de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura e outros, entre 2003 e 2005.

No terceiro capítulo, analisamos o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020). Como já dissemos, o PNC foi construído por milhares de pessoas das mais distintas regiões, idades e origens sócioeconômicas. Indígenas, negros, gays, surdos, idosos, lésbicas, artistas populares foram convocados para participar, sob a forma-sujeito de direito (PÊCHEUX, 2009 [1975]; HAROCHE, 1992 [1984]; RODRÍGUEZ-ZUCCOLLILO, 2000), por meio de conferências, encontros, seminários, audiências públicas e plataformas virtuais para redigir o Plano Nacional de Cultura (2010-2020). Assim, mais do que um plano sobre a cultura e a diferença brasileira e para a sociedade brasileira, o efeito que se produz é o de que o PNC é um documento também feito pelo diferente e que por isso deve ser respeitado enquanto tal. Não é, portanto, um discurso *sobre* mas *do* diferente que cabe investigar.

Por fim, no quarto capítulo e último capítulo, nós nos debruçamos sobre o PNC e suas metas, ou seja, analisamos os dizeres da diversidade no PNC, o que foi apagado e o que foi aprovado pelo Congresso Nacional e pelo MinC. Nesse processo, é fundamental recuperar as vozes das discussões, as disputas, as contradições e analisar o que foi silenciado e apagado para a produção de um sentido de evidência sobre a diversidade. Para isso, comparamos sete documentos do plano, feitos ao final de cada etapa, durante os cinco anos de sua elaboração, de 2005 a 2010, além de oito documentos referentes às suas metas, elaborados entre 2011 e 2012.

Capítulo 1

“Uma terra hospitaleira de muitos imigrantes vindos do mundo todo”¹⁰: a emergência do discurso do multiculturalismo no Canadá

*Nossa vida veio lá de muito longe.*¹¹
Povo Kassupá¹²

Falamos o português, e precisamos buscar uma forma de estudar nossa língua Dzubukuá, que não morreu, só adormece. Precisamos acordá-la.
Povo Tumbalalá¹³

Queremos que o Brasil saiba que este povo existe.
Povo Hupda¹⁴

Quando definimos o discurso *sobre* a diferença como objeto desta pesquisa de doutorado, deparamo-nos com a emergência do discurso do multiculturalismo/da diversidade cultural nos anos 1960. Foi questionando justamente essa emergência como um acontecimento que tivemos a necessidade de analisar o funcionamento do discurso *sobre* a diferença no Canadá.

Em primeiro lugar, porque há a construção de uma evidência nas Ciências Sociais (DOYTCHEVA, 2005, p. 7; HEYWOOD, 2010, p. 95; RATTANSI, 2011, p. 7)¹⁵ e afirmada pelo próprio governo (CANADÁ, 2011), de que o Canadá foi o primeiro país a adotar medidas políticas em prol da diferença, que, nas décadas seguintes, se espalharam pelo mundo, além de ser o único que preserva tais políticas na sua constituição¹⁶ (KYMLICKA,

¹⁰ Enunciado retirado da publicação, em português, “Conhecer, respeitar, partilhar: valores em comum da sociedade quebequense”, do Governo do Quebec, de 2009.

¹¹ As epígrafes de cada capítulo servem de provocação para pensar a diferença a partir da voz da diferença.

¹² Povo indígena do norte do estado de Rondônia, formado por 175 indivíduos (BRASIL. MINC. PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS, 2008, p. 303).

¹³ Povo indígena do norte do estado da Bahia, cuja língua, de acordo com sociolinguistas, está extinta (BRASIL. MINC. PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS, 2008, p. 82).

¹⁴ Povo indígena do noroeste do estado do Amazonas, formado por 1500 indivíduos (BRASIL. MINC. PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS, 2008, p. 212).

¹⁵ Outros autores como Safatle (2007, p. 448) e Nassrallah (2014, p. 26) falam que o termo multiculturalismo foi criado na Suíça nos anos 1940 ou 1950.

¹⁶ No Canadá há ainda uma lei específica para isso: o *Canadian Multiculturalism Act*, de 1988, bem como

2014 [2012], p.138). Em segundo, porque observando documentos tanto do governo canadense quanto do brasileiro, notamos que eles não utilizam o mesmo significante para se referir à diferença. Enquanto no Canadá o governo utiliza *multiculturalismo* e em Quebec *interculturalismo*, no Brasil se fala em *diversidade cultural*¹⁷. Desse modo, torna-se fundamental para nós saber se esses “pontos de estabilização” (MARIANI, 1998, p. 118), que são as denominações, se inscrevem na mesma rede de sentidos, nesses dois países colonizados por europeus. Em terceiro lugar, porque entre as reações encontradas em quase todos os países do mundo, contra a diferença e o diferente¹⁸, nos últimos anos, entre elas a relação entre terrorismo e islamofobia ou a recusa de países europeus de receberem refugiados da África e Oriente Médio, o Canadá se destaca pelo mito de uma terra hospitaleira para imigrantes. E em quarto, porque foi do Canadá a iniciativa de propor e desencadear uma mobilização, ao lado da França, pela aprovação da *Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais*, em 2005, na Unesco, que acabou sendo referência para o MinC, como afirma o próprio governo brasileiro (PITOMBO, 2009; BRASIL. MINC, 2009)¹⁹, na elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020), nosso principal *corpus* de pesquisa.

De acordo com o último censo nacional, de 2011, 20,6% da população canadense ou 6,8 milhões de pessoas nasceram no exterior e de acordo com dados do *Department of Citizenship and Immigration*, o país recebe, desde 1991, anualmente cerca de 250 mil imigrantes dos cinco continentes²⁰. Além disso, nos últimos anos, o governo canadense e os de

já houve um ministério responsável por essas políticas, o *Department of Multiculturalism and Citizenship*, criado, em 1991, mas extinto em 1996 para formar o *Department of Canadian Heritage*. Em 16 de agosto de 2013, quando a política multicultural foi assumida por Jason Kenney, o órgão passou a se chamar *Department of Citizenship, Immigration and Multiculturalism*. Com a posse de Justin Trudeau, neto de Pierre Trudeau, como primeiro-ministro canadense, em novembro de 2015, o ministério mudou novamente de nome, passando a se chamar *Department of Immigration, Refugees, and Citizenship* (CANADÁ. CIC, 2015).

¹⁷ Além do Canadá, o termo multiculturalismo é amplamente utilizado para designar a diferença pelos governos da Austrália e dos países europeus. Já diversidade cultural, além do Brasil, é mais utilizado pelos governos dos países da América Latina e no âmbito da ONU.

¹⁸ Apesar dessas reações contra a diferença que estão nos noticiários quase diariamente nos últimos anos, Karmis (2003) e Kymlicka (1996 [1995], p. 46) afirmam que praticamente todas as democracias liberais atuais, inclusive o Brasil, são multinacionais e/ou poliétnicas, isto é, contam com imigrantes de outras nações e/ou povos indígenas. Entretanto, apenas o Canadá se apresenta aparentemente como um terra hospitaleira, preparada para receber imigrantes de todo o mundo.

¹⁹ O governo do Canadá, ao lado de ONGs canadenses, passou a defender um tratado internacional de proteção à diferença, para frear as negociações, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a respeito da produção audiovisual contra a homogeneização causada pela indústria cultural. Vale ressaltar que, contraditoriamente, foi por iniciativa do Canadá que se deslocou o significante utilizado nas discussões tanto na OMC quanto na Unesco, de *exceção cultural* para *diversidade cultural*, e não *multiculturalismo* (PITOMBO, 2009).

²⁰ Sob o olhar do estatístico, comparando com o Brasil, seria como se 40 milhões de brasileiros tivessem nascido no exterior e o país recebesse anualmente 1,5 milhão de imigrantes por ano, o equivalente respectivamente à população dos estados de São Paulo e do Tocantins.

suas províncias têm investido em propaganda na busca de novos imigrantes para trabalharem no país, um país que, como mesmo diz um dos panfletos da província de Quebec, publicado em português e outras cinco línguas, é uma “terra hospitaleira de muitos imigrantes vindos do mundo todo” (QUEBEC, 2009)²¹. É deste enunciado que partimos nossa análise em busca do funcionamento do discurso do multiculturalismo no Canadá. Nos materiais publicitários do governo, o Canadá é vendido como um país promissor, “uma nação completamente moderna, baseada no conhecimento, com uma governança, corporações, cultura e estilo de vida de nível mundial” (QUEBEC, 2009), em que

ano após ano, tem sido qualificado pelas Nações Unidas como um dos países com melhor qualidade de vida, considerando o nível e a expectativa de vida, assim como o nível educacional de sua população. Por seu desenvolvimento histórico, social e cultural, o Canadá é um país multicultural que se caracteriza por seu espírito de moderação e tolerância; é um país unido dentro de sua própria diversidade. Este caráter multicultural da sociedade canadense tem sido reconhecido oficialmente pelo governo federal, cujas políticas promovem a diversidade e favorecem a manutenção das culturas e tradições dos imigrantes e dos povos autóctones (CANADÁ. Embaixada Canadense em Brasília, 2015).

Mesmo sendo um país cujos habitantes apresentam diferentes origens desde as colonizações francesa e inglesa, o Canadá nem sempre foi uma terra hospitaleira para pessoas das mais variadas culturas. Indo adiante, o processo de construção desse mito passa pela sua negação como país monocultural na tensão da emergência do multiculturalismo em território canadense²², como veremos a seguir.

Desde o final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando o Canadá deixou de ser colônia francesa para se tornar inglesa, os francófalantes passaram a reivindicar alguns direitos, entre eles, a igualdade de tratamento pelo Estado federal²³. Em 1963, durante a *Révolution Tranquille*²⁴, o primeiro ministro Lester B. Pearson, do Partido Liberal criou a

²¹ Kymlicka (2014 [2012], p. 130 e 131) e Aguirre (2014, p. 199) chamam de *disneyficação*, essa propaganda para vender a diversidade para o exterior.

²² Ainda que o governo tenha reconhecido o tratamento diferenciado e discriminatório dado ao longo da história a muitas minorias culturais, como, por exemplo, por meio do pedido formal de desculpas do governo aos povos indígenas, em 2008, essas discriminações acabam sendo apagadas pelo funcionamento do mito do Canadá como um país aberto e tolerante às variadas culturas.

²³ Entre os muitos movimentos reivindicatórios de francófalantes no Canadá destacamos: as rebeliões de 1837-1838 contra a Coroa Britânica e a de 1917, contrária ao alistamento obrigatório durante a I Guerra Mundial (1914-1918); o sequestro de Pierre Laporte, ministro do trabalho do Quebec, pela *Front de Libération du Québec* (FLQ), em 1970; a crise em torno da aprovação da emenda constitucional de 1982 e os plebiscitos realizados em 1980 e em 1995, quando 60% e 50,6% da população votaram contrariamente à independência (CONRAD, 2012).

²⁴ Entre os fatos que marcaram a *Révolution Tranquille* no Quebec, liderada por Jean Lesage, e sob inspiração da independência das colônias francesas na África, estão: a criação do *Ministère des Affaires*

*Royal Commission on Bilingualism and Biculturalism/Commission royale d'enquête sur le bilinguisme et le biculturalisme*²⁵ que funcionou até 1969. Tal comissão deliberou:

a) That bilingual districts be created in regions of Canada where members of the minority community, either French or English, made up 10% or more of the local population; b) That parents be able to have their children attend schools in the language of their choice in regions where there is sufficient demand; c) That Ottawa become a bilingual city e d) That English and French be declared official languages of Canada (CANADÁ, 1969)²⁶.

A partir dessa data pode-se afirmar que o Canadá deixou oficialmente de ser um Estado monolíngue para se tornar um Estado bilíngue, produzindo uma ruptura na ideologia nacionalista de *uma língua = uma nação*, bem como nas formas de existência, experiência dos sujeitos. Afinal, daquele momento em diante, o Estado canadense e o seu espaço de poder iriam significar-se a partir de duas matrizes de sentido, com memórias de colonização distintas sobre a língua, pois

não há possibilidade de se ter a língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em políticas de línguas, já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos (ORLANDI, 2007, p. 8).

No entanto, o Canadá já era um país composto por outros grupos culturais, além de aborígenes, migrantes advindos de outros países europeus e asiáticos, sobretudo chineses, japoneses, alemães e ucranianos, que durante os processos da *Royal Commission culturelles* e do *Office de la langue française* (1961); a nacionalização das empresas produtores de energia elétrica (1963); a criação do *Ministère de l'Éducation* do Quebec (1964); o estabelecimento, condenado pelo Canadá, de relações diplomáticas com a França, (1966); a visita do presidente Charles De Gaulle com pronunciamento a favor da independência do Quebec (1967); a fundação do *Parti québécois*, de caráter independentista (1968) e a fuga de anglofalantes de Montreal para Toronto (MORTON, 1989 [1983]; CONRAD, 2012).

²⁵ A *Bi and Bi Commission*, como também é chamada, foi criada com a intenção de reconhecer a igualdade de direitos de canadenses francófonos frente aos anglofalantes, mas o próprio nome da comissão mostra que, embora se tente produzir outras redes de significância, a marca da colonização permanece, na ilusão da obviedade de que *Royal* se refira ao Canadá e não ao Reino Unido. Taylor (2013) atribui ao que ele chama de “anglo-normatividade” o direcionamento britânico sobre a construção da identidade canadense marcado pela relação de apoio ao Império Britânico e à *Commonwealth* durante as duas guerras mundiais, pela excitação com os acontecimentos da monarquia britânica ou mesmo na referência à realeza britânica na denominação das forças armadas do país como *Royal Canadian Navy/Marine Royale Canadienne* e *Royal Canadian Air Forces/Aviation royale du Canada* ou da *Royal Canadian Mounted Police (RCMP)/Gendarmerie royale du Canada*. A memória britânica também esteve marcada na bandeira canadense até 1965, quando adotou-se uma nova bandeira, abolindo a *Union Jack* britânica no canto superior esquerdo sob o fundo vermelho (CONRAD, 2012, p. 240).

²⁶ Tradução nossa: “a) Que distritos bilíngues sejam criados em regiões do Canadá, onde os membros da comunidade minoritária, francesa ou inglesa, compõem 10% ou mais da população local; b) Que os pais possam ter seus filhos frequentando escolas na língua de sua escolha em regiões onde há demanda suficiente; c) Que Ottawa se torne uma cidade bilíngue e d) Que o inglês e o francês sejam declaradas línguas oficiais do Canadá”.

reivindicaram também maiores espaços (CONRAD, 2012, p. 247).

Foi, assim, durante o período de funcionamento da *Royal Commission* que, Charles Hobart, professor de sociologia da Universidade de Alberta, e Paul Yuzyk²⁷, professor de estudos eslavos e de história da Universidade de Manitoba, usaram o termo multicultural pela primeira vez no Canadá, nos anos 1960²⁸. O primeiro, durante sua apresentação na *6th Conference of the Canadian Council of Christians and Jews*, realizada em Winnipeg, em 1964, quando falou de *uma sociedade multicultural*, aplicando o termo ao Canadá. E o segundo, em 3 de março de 1964, quando designou o Canadá como *uma nação multicultural*, em seu primeiro discurso como senador pelo Partido Conservador representando a província de Manitoba (RICHTER, 2011, p. 36).

Como podemos observar, então, o significante *multicultural* foi utilizado pela primeira vez inscrito no discurso sociológico²⁹. Segundo Orlandi (1989, p. 42), “toda denominação acarreta em silêncio que o fato mesmo de nomear produz. Toda fala instala espaços de silêncios e o ato de nomear recorta esses espaços definindo-os”. Assim, silenciando outras possibilidades de significar, o significante *multicultural* surge ancorado nas evidências sociológicas de que é possível determinar os limites entre duas ou mais culturas, ou seja, de que existem diferenças grandes o suficiente para se determinar que uma cultura é diferente de outra, que um grupo de indivíduos pertence a essa cultura e não àquela outra³⁰. Isso ocorre como se tais recortes do real não fossem também imaginários, mesmo que advindos da Sociologia, que se julga neutra, como qualquer ciência e como se fosse possível apreender quem fosse indiano ou chinês, ou como se não fosse possível ser chinês e indiano, ignorando inclusive os variados processos de identificação, de inscrição do sujeito. E mais, como se

²⁷ Paul Yuzyk é apontado nos relatórios anuais produzidos pelo governo canadense sobre a situação das políticas multiculturalistas no país como o pai do multiculturalismo, tendo inclusive batizado um prêmio, em 2009, com o seu nome, o *Paul Yuzyk Award for Multiculturalism* como forma de reconhecimento a indivíduos e grupos que promovem o multiculturalismo no Canadá (CANADA. CIC).

²⁸ De acordo com Heywood (2010, p. 95), o termo multiculturalismo surgiu pela primeira vez no Canadá em 1965 “para descrever uma forma específica de se lidar com a questão da diversidade cultural”. Já segundo Doytcheva (2005, p. 7), “o adjetivo [multicultural] foi identificado pela primeira vez na língua inglesa em 1941 para designar uma sociedade cosmopolita” enquanto que “o substantivo [multiculturalismo] apareceu no começo dos anos 1970 na Austrália e no Canadá para qualificar as políticas públicas cujo objetivo é promover e valorizar a diversidade cultural das sociedades australiana e canadense, bem como reavaliar a identificação e a adesão das populações minoritárias”, somente sendo registrado no *Oxford English Dictionary* em 1989 (tradução nossa).

²⁹ Vale lembrar que foi justamente a temática da imigração que deu início à Sociologia Urbana, criada pela Escola de Chicago, no início dos anos 1920, cujos expoentes são: William Thomas, Florian Znaniecki, Robert Park e Louis Wirth.

³⁰ Ser identificado a uma cultura não é algo óbvio, da mesma forma como ser identificado como falante de uma língua. O português utilizado na imprensa oficial é o mesmo de uma conversa informal em um bar? O português angolano é igual ao português europeu? O português brasileiro é a mesma língua que o galego? A língua falada no Nordeste brasileiro é o mesmo daquela falada no Sul do país?

fosse óbvio que, se um espaço tivesse mais que duas culturas, ele poderia e deveria ser designado como multicultural³¹.

Cabe aqui expor que para Pêcheux (2009 [1975], p. 198), como já dissemos, “os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) por formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Entretanto, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”. Nesse processo de identificação, contraidentificação e desidentificação do sujeito em distintas formações discursivas é possível que o sujeito se identifique com mais de uma FD e seja interpelado por processos discursivos distintos. Desse modo, é possível que um mesmo sujeito se identifique como indiano e chinês ao mesmo tempo. Afinal, como nos mostra Pêcheux (2010 [1983]) as formações discursivas não são homogêneas. Justamente para prosseguirem no seu processo de dissimulação são heterogêneas e estão constantemente em movimento.

Cultura, assim, na transparência do discurso sociológico, é tomada apenas como uma origem única, na maioria das vezes relacionadas a um Estado (a cultura brasileira, como uma unidade, não cabendo culturas brasileiras, nem culturas pataxós), e como algo estático, que pode ser capturado no momento da denominação, em que se pode afirmar a cultura *é assim*, e a cultura *não é assim*, não cabendo o movimento e a transformação. Tais evidências mascaram as condições de produção em que se deu a constituição material dos sentidos no discurso sociológico sobre cultura. Dessa maneira, só é possível dizer multicultural em referência a muitas culturas sob tais evidências sociológicas.

Para Pêcheux (2009 [1975]), uma vez que os sujeitos são sempre-já sujeitos, interpelados pela ideologia, sua existência e relação com o real só é possível por meio de formas-sujeito próprias de cada formação ideológica. Já a tomada do dizer só é possível por meio de posições-sujeito, que se constituem na relação de identificação entre sujeito enunciador e a forma-sujeito. Em cada formação discursiva podem se inscrever muitas posições, inclusive antagônicas, o que reforçaria o processo de dissimulação de uma mesma FD (cf. Grigoletto, 2004).

Refletindo, desse modo, de outra posição, do analista do discurso, quando se pensa o

³¹ É a inscrição do discurso do multiculturalismo no discurso sociológico que faz com que se construa a ilusão de que essas políticas podem ser mensuradas e serem feitos rankings de países mais e menos multiculturais como faz Kymlicka (2014 [2012], p. 133 e 159) a partir de evidências como a existência de leis a favor de imigrantes e de currículos escolares que abarquem o tema ou o acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho. Sobre a construção de rankings, bem como a ilusão que eles constroem, conferir Roncarati et alii (2012).

caráter multilíngue e por que não dizermos também multicultural, concordamos com Orlandi (2012, p. 6) que:

Não há país que não seja multilíngue. Dito de outro modo: não há país monolíngue. Não há Estado que, embora em sua institucionalidade apresente sua ou suas línguas oficiais, nacionais, não se faça no contato com múltiplas línguas. E a língua não é uma, não é uma, não é pura. É feita de falhas, de mudanças, de contatos variados. As línguas mudam, entram em contato entre si, desaparecem, se criam. Estão sempre incompletas, em movimento, assim como as identidades são um movimento na história. Não há Nação que não produza uma riqueza imensa na relação de sua(s) língua(s) e sua(s) cultura(s). Relação complexa, portanto, que não existe em linha reta, não é exata e demanda que se pense a história, a sociedade, e a política.

Sob essa posição, o multilinguismo e o multiculturalismo se ancoram em redes de sentidos que não aquelas de unidade, pureza e uniformidade, construídas na relação com o Estado, mas em outras em que a diferença é constitutiva, construída na relação histórica entre sujeitos, entre línguas e culturas. Contudo, são sob os efeitos de sentido de cultura no discurso sociológico e não naquele do analista do discurso que, seguindo as recomendações posteriores da *Royal Commission*³², Pierre Elliott Trudeau, advogado, filho de mãe anglofalante e pai francofalante e primeiro-ministro de 1968 a 1979 e de 1980 a 1984, pelo Partido Liberal, foi ao Parlamento, no dia 8 de outubro de 1971 e apresentou uma mudança de política do biculturalismo para o multiculturalismo.

Para Trudeau (1971):

The distinction between language and culture has never been clearly defined. The very name of the royal commission whose recommendations we now seek to implement tends to indicate that bilingualism and biculturalism are indivisible. But, biculturalism does not properly describe our society; multiculturalism is more accurate. The Official Languages Act designated two languages, English and French, as the official languages of Canada for the purposes of all the institutions of the Parliament and government of Canada; no reference was made to cultures, and this act does not impinge upon the role of all languages as instruments of the various Canadian cultures³³.

Iniciando o modelo que foi chamado pelo próprio Trudeau (1971) de uma *política de*

³² Primeiramente, como vimos, a *Royal Commission* defendeu que, oficialmente, o Canadá se tornasse um país bilíngue, posteriormente, foi favorável a que o país adotasse o multiculturalismo como política oficial (RATTANSI, 2011, p. 8).

³³ Tradução nossa com itálicos nossos: “A distinção entre língua e cultura nunca foi claramente definida. O próprio nome da comissão real cujas recomendações que agora procuramos implementar tendem a indicar que o *bilinguismo e biculturalismo são indivisíveis*. Mas, biculturalismo não descreve adequadamente nossa sociedade; o multiculturalismo é mais preciso. O *Official Language Act* designa dois idiomas, o inglês e o francês, como as línguas oficiais do Canadá, para efeitos em todas as instituições do Parlamento e do governo; *nenhuma referência foi feita às culturas*, e essa lei também não prejudica o papel de todas as línguas, como instrumentos das diversas culturas canadenses”.

multiculturalismo dentro de uma estrutura bilíngue, o reconhecimento do Canadá como um país de várias culturas, ou seja, multicultural, se deu a partir de dois deslocamentos, o primeiro de monocultural para bicultural, o segundo, de bicultural para o multicultural, embora o país se mantivesse oficialmente apenas bilíngue. A emergência do discurso do multiculturalismo no Canadá permitiu que se passasse de *uma nação, duas culturas*, para *uma nação, várias culturas*. Já no que tange à língua, o que temos é *uma nação, duas línguas e não várias línguas*. Em outras palavras, admitem-se várias culturas, mas não várias línguas³⁴. Os sujeitos no Canadá poderiam ter, então, outras culturas, mas jamais outras línguas.

Se, para Orlandi (2007 [1999], p. 22), a língua é “condição de possibilidade do discurso”, uma vez implementado o multiculturalismo, mas não o multilinguismo, silenciaram-se, assim, várias línguas e os sentidos que elas traziam em sua materialidade e memória. Manteve-se o controle das línguas e dos sentidos por parte do Estado. Todo dizer entre as distintas culturas com o próprio Estado e entre elas se daria sob o controle desse mesmo Estado, por meio das duas línguas oficiais, pois para descrever e contar outra história que não a oficial, seria “necessário inscrevê-la num universo simbólico que não é outro senão o de práticas significativas já previamente constituídas” (MARIANI, 2004, p. 24) nas/pelas línguas oficiais³⁵. Não seria possível, assim, no Canadá a permanência no país de outra cultura que não se expressasse ou significasse o mundo por meio do inglês ou do francês, mesmo que outras línguas fossem utilizadas na esfera privada. O efeito que se produz para o diferente, analisando os documentos, é o de que o país deixou de ser uma nação “bicultural e bilíngue” para se tornar legalmente uma nação “multicultural, porém bilíngue”, em inglês e francês.

Essa contradição do “multicultural, porém bilíngue”, se mostra quando observamos os seus efeitos na província canadense francófala do Quebec. Após a implementação do multiculturalismo, o Quebec tomou uma série de medidas de proteção da língua francesa, tendo como a principal, a *Charte de la langue française*, também chamada de *loi 101*, de 1977, durante o governo de René Lévesque, do *Parti québécois*, quando o estado de bilíngue passou a ser oficialmente monolíngue. Para Gagnon e Iacovine (2003, p. 456), após o multiculturalismo, o Quebec buscava uma segurança linguística por meio da preservação de

³⁴ Rodriguez-Zucolillo (2000, p. 194) considera “a relação da nação com uma língua como uma relação estabelecida historicamente, vinculada a processos de identificação associados aos requisitos político-administrativos dos Estados nacionais, que determinam a necessidade da adoção de uma língua nacional (ou de mais de uma língua)”.

³⁵ Kymlicka (2014 [2012], p. 156), da posição do sociólogo, inclusive, reconhece a importância da manutenção do bilinguismo para que se mantenha esse controle do Estado sobre a língua, pois, segundo ele, mesmo que os imigrantes façam uma “aliança para lutar por melhor tratamento e acomodações, tal aliança só pode ser desenvolvida utilizando a língua e dentro das instituições do país que os recebeu”.

sua língua, o francês, em um estado com taxa de natalidade em queda, em um país cujo foco na variedade, na multiplicidade de culturas favoreceria a integração de imigrantes por meio da língua inglesa, e em um subcontinente (América do Norte) cuja maioria da população é falante materno de inglês.

Uma vez *monolíngue*, não caberia manter a denominação *biculturalismo*, nem o *multiculturalismo* e a província passou a denominar suas medidas políticas em prol da diferença como *interculturalismo* acentuando que a diferença estaria na cultura e não na língua. Isso ocorreu em 1981, dez anos após o discurso de Trudeau no Parlamento e durante a reforma constitucional promovida pelo primeiro-ministro sem a concordância da província de Quebec, que buscava maior autonomia³⁶ (MAHROUSE, 2010, p. 86).

Da posição francofalante, o reconhecimento do multiculturalismo apagaria o biculturalismo e diminuiria a importância do Quebec como nação, condenando os canadenses de origem francesa a ser mais uma cultura entre as tantas outras do Canadá (BOUCHARD, 2011, p. 462)³⁷. O multiculturalismo, portanto, os colocava em uma posição de inferioridade, no espaço político canadense. Essa medida, de acordo com Laczko (1995) desencadeou reações políticas por parte do governo de Quebec, entre elas a formulação e a implantação da política do interculturalismo. Já Taylor (2013), na posição de sociólogo, afirma que, criado no nacionalismo quebequense para o governo de Quebec, o interculturalismo favoreceria a integração e não uma integração qualquer, ao contrário do multiculturalismo, que apenas se focaria na diversidade, na multiplicidade³⁸.

Se observarmos o significado do prefixo *inter-*, no dicionário de língua inglesa Oxford (1989), temos “*between, among, amid, in between, in the midst*”³⁹ e no dicionário de língua francesa Robert (1989), “*exprimant l’espacement, la répartition (dans l’espace et dans le*

³⁶ O processo de reforma, que foi uma resposta ao plebiscito de 1980 sobre a independência do Quebec, ficou conhecido como *patriation*, pois a partir dessa data, o Canadá deixou de ser governado por leis britânicas. Nesse processo de reforma constitucional foi incorporada à Constituição a *Canadian Charter of Rights and Freedoms/La Charte canadienne des droits et libertés*, que introduzia na legislação canadense princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (GAGNON, 2003).

³⁷ Para Balthazar (1995, p. 47) a emergência do multiculturalismo ocorreu sob outras condições de produção que não a das reivindicações de outros grupos culturais no Canadá, porque o primeiro ministro Trudeau buscava reduzir a cultura do Quebec a apenas mais um dos muitos componentes étnicos do Canadá, implicando o reconhecimento de todas as culturas étnicas como membros iguais do Canadá, negando a natureza dualista do país. Turner (2006, p. 611) na mesma linha argumenta que a formação do multiculturalismo foi a tentativa de Trudeau para combater a agenda de autonomia e independência do *Parti Québécois*.

³⁸ Um pouco antes do deslocamento de *multiculturalismo* para *interculturalismo*, nos anos 1960, no Quebec, após a *Révolution Tranquille*, é possível observar outros deslocamentos sobre como os francofalantes se autodenominavam, de *Canadiens* passaram a se chamar *Canadiens français*, depois *Franco-Québécois* e por fim *Québécois* (KYMLICKA, 1992, p. 45).

³⁹Tradução nossa: “entre, entre, no meio, entre os dois, no meio”.

temps), soit une relation, un lien de réciprocité”⁴⁰.

Nota-se que tal deslocamento do prefixo viria a produzir um efeito de reciprocidade no convívio entre as variadas culturas, dando ênfase à relação entre elas em oposição àquela dada em relação à quantidade de culturas no país que até então vinha significando o discurso sobre a cultura nacional no/do Canadá. O interculturalismo produziria, assim, um efeito de hospitalidade às outras culturas por meio de uma integração intercultural que deveria ocorrer, mas que só seria possível por meio da língua francesa. Como vimos, a questão linguística novamente não seria deslocada⁴¹. Há que se observar que o que está em jogo são duas línguas e a relação entre elas – inglês e francês – o que impossibilita de dizer, por sua vez, seja no Quebec, seja no Canadá, interlíngua ou interlinguismo. Na posição dos francófalantes, tanto o Canadá quanto o Quebec deveriam ser interculturais; porém o primeiro deveria ser bilíngue e o segundo, monolíngue. Além disso, dessa mesma posição não se poderia dizer *multiculturalismo* porque aí os francófalantes seriam um dentre vários.

Uma vez compreendidos os deslocamentos e a tensão entre posições francófalantes e anglofalante no Canadá, observamos que o primeiro termo para designar a variedade cultural canadense foi o adjetivo *multicultural*, de “uma nação multicultural”, “uma sociedade multicultural”. Porém, no pronunciamento de Trudeau lemos “*biculturalism* does not properly describe our society; *multiculturalism* is more accurate”⁴² (grifos nossos), em que temos o substantivo multiculturalismo.

Para Mariani (1998, p. 118),

a denominação, enquanto um modo de construção discursiva dos “referentes”, tem como característica a capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, “os pontos de estabilização de processos” resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo (...) O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discurso, o qual relembrando mais uma vez, consiste na relação entre o linguístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade.

Desse modo, prefixos e sufixos não estão de fora do processo discursivo, pelo contrário, nomear utilizando um sufixo é dar a algo uma existência histórica (GUIMARÃES,

⁴⁰Tradução nossa: “exprime espaçamento, distribuição (no espaço e no tempo), ou relação, uma ligação recíproca”.

⁴¹ Para Karmis (2003, p. 112-113) torna-se difícil, inclusive, pensar numa proposta de diálogo feita por Quebec, por meio do interculturalismo, quando o pertencimento do Canadá é sequer mencionado nos documentos que promovem a integração no estado.

⁴² Tradução nossa: “o biculturalismo não descreve adequadamente a nossa sociedade; o multiculturalismo é mais preciso”.

2003, p. 54). Segundo Azeredo (2008, p. 456),

a possibilidade de conferir uma nova classe à palavra derivada faz da sufixação um processo de extraordinária versatilidade na língua. Enquanto a prefixação contribui ordinariamente para a ampliação do léxico, a sufixação, além dessa função, tem um papel importante na construção sintática dos sintagmas, das orações e até mesmo do texto.

Observando, no entanto, o discurso do multiculturalismo, notamos que a formação de um substantivo que denominasse a diferença no Canadá, deu-se pelo sufixo *-ism/-isme* (-ismo) e não pelo *-ity/-té* (-[i]dade). Vejamos o que dizem dois dicionários britânicos de língua inglesa e dois de língua francesa, um canadense e outro francês, sobre esses dois sufixos.

Dicionário	-ism / -isme	-ity / -(i)té
Oxford (1989)	1. Forming a simple noun of action, naming the process, or the completed action, or its result (rarely concrete) (...); 2. Forming the name of system of theory or practice, religious, ecclesiastical, philosophical, political, social, etc., sometimes founded on the name of its subject or object, sometimes on that of its founder (...) b. More of the nature of class-names or descriptive terms, for doctrines or principles, are agnostism (...) feminism (...); 3. Forming a term denoting a peculiarity of characteristic, esp. of language ⁴³ .	Não existe entrada.
Longman (1987)	Suffix [in nouns] 1 a political belief or religion based on a particular principle or the teachings of a particular person: socialism/Buddhism 2 the action or process of doing something (...) 3 an action or remark that has a particular quality (...) 4 the state of being like something or someone, or having a particular quality (...) 5 illness caused by too much of something: alcoholism 6 the practise of treating people unfairly because of something: sexism (...) racism (...) ⁴⁴ .	Suffix [in nouns] the state of having a particular quality, or something that has that quality: with great regularity (= regularly) / such stupidities (=stupid actions or remarks) ⁴⁵
Robert	Suffixe, du grec <i>-ismos</i> (qui eut une extension	Suffixe (du lat. <i>-itas</i>) servant à former des

⁴³ Tradução nossa da entrada *-ism* do Oxford (1989): “Formando um simples substantivo de ação, nomeando o processo, ou a ação concluída, ou o seu resultado (raramente concreto) (...); 2. Formando nome de um sistema de teoria ou prática religiosa, eclesíastica, filosófica, política, social, etc., às vezes, fundado sob o nome de seu sujeito ou objeto, às vezes sob o nome de seu fundador (...) b. Mais da natureza da classe dos nomes ou termos descritivos, por doutrinas ou princípios, como agnosticismo (...) o feminismo (...); 3. Formando um termo que denota a peculiaridade da característica, esp. de linguagem”.

⁴⁴ Tradução nossa da entrada *-ism* do Longman (1987): “Sufixo [em substantivos] 1 uma crença política ou religiosa baseada em um princípio particular ou nos ensinamentos de uma pessoa em particular: o socialismo/budismo 2 a ação ou processo de fazer algo (...) 3 uma ação ou observação que tem uma qualidade particular (...) 4 o estado de ser como algo ou alguém, ou de ter uma qualidade particular (...) 5 doença causada pelo excesso de algo: o alcoolismo 6 a prática de tratar as pessoas injustamente por causa de algo: sexismo (...) racismo (...)”.

⁴⁵ Tradução nossa da entrada *-ity* do Longman (1987): “Sufixo [em substantivos] o estado de ter uma qualidade particular, ou algo que tem essa qualidade: com grande regularidade (= regularmente)”.

(1989)	<p>parallèle à celle du suffixe verbal <i>-idzein</i> → <i>-iser</i>, et dans lequel on reconnaît l'élément nasal <i>-mo-</i> à l'origine de <i>-me</i> dans <i>enthousiasme, marasme, miasme, spasme...</i>), passé en français par l'intermédiaire du latin de basse époque <i>-ismus</i>, et qui sert à la formation de substantifs dérivés masculins, désignant une profession, une opinion (ex.: <i>socialisme, journalisme</i>) l'appartenance à un groupe ou à un système (ex.: <i>structuralisme</i>), etc. => -iste. Le suffixe <i>-isme</i> est très productif; ajouté à un nom ou un adjectif, il forme des termes politiques et sociaux, avec la valeur axiologique de «système d'opinions» ou de «attitude, tendance»; des termes de philosophie, de religion ou de science («doctrine» ou «croyances»); des termes littéraires et artistiques («écoles, tendances»). Il a toujours la valeur de «attitude positive par rapport à (une croyance, etc., représentée par la base)» - Une deuxième valeur du suffixe est celle d'«attitude et activité» conforme à la tendance ou au modèle qu'exprime la base (<i>bovarysme, constructivisme</i>, etc.) ou favorable à une personne, un groupe humain, etc. (<i>américanisme</i>; → Pro-). - À côté de sa valeur de «activité professionnelle» (<i>journalisme</i>), <i>-isme</i> a celle de «caractère ou état particulier, maladie» (<i>mongolisme, virilisme</i>) ou «activité quelconque» (<i>canoéisme</i>, etc.). Outre les bases nominales et adjectives du lexique, <i>-isme</i> se construit avec des noms propres, notamment en politique (=> Gaullisme; → Pompidolisme; giscardisme; barrisme; mitterrandisme...), des verbes (<i>dirigisme</i>), des syntagmes (<i>aquoibonisme</i>)⁴⁶.</p>	<p>substantifs, sur une base adjectivale ou, exceptionnellement, nominale. Adj. en <i>-able</i> et <i>-ible</i> = <i>-abilité, -ibilité</i> (ex.: <i>manœuvrabilité, réversibilité</i>); adj. en <i>-aire</i> = <i>-arité</i> (ex.: <i>primarité</i>); adj. en <i>-al</i> et <i>-el</i> = <i>-alité</i> (ex.: <i>atonalité, fonctionnalité, fiscalité</i>); adj. en <i>-eux</i> = <i>-osité</i> (ex.: <i>adiposité, schistosité</i>); adj. en <i>-if</i> = <i>-ivité</i> (ex.: <i>sportivité, positivité</i>); adj. en <i>-ique</i> (ex.: <i>historicité</i>). Autres adj. (ex.: <i>factice</i> = <i>facticité</i>). Noms (ex.: <i>alumine</i> = <i>aluminité</i>)⁴⁷.</p>
--------	---	--

⁴⁶ Tradução nossa da entrada *-isme* do Robert (1989): “Sufixo, do grego *-ismos* (que tinha uma extensão paralela ao sufixo verbal *-idzein* → *-iser*, e que reconhece o elemento nasal *-mo-* para a origem de *-me* como entusiasmo, marasmo, miasmo, espasmo...), passou para o francês por intermédio do latim *-ismus*, e que é utilizado para a formação de substantivos derivados do sexo masculino que denotam uma profissão, uma opinião (ex.: socialismo, jornalismo) os membros de um grupo ou um sistema (ex.: estruturalismo), etc. => **-iste**. O sufixo *-ismo* é muito produtivo; adicionado a um substantivo ou adjetivo forma termos políticos e sociais, com função axiológica "sistema de opiniões" ou "atitude, tendência"; termos filosóficos, religiosos ou científicos ("doutrina" ou "crenças"); termos literários e artísticos ("escolas, tendências"). Ele sempre tem função de "atitude positiva com relação a (uma crença, etc., representada pela base)" - Uma segunda função do sufixo "atitude e atividade" conforme a tendência ou modelo que exprime uma base (bovarysm, construtivismo, etc.) ou a favor de uma pessoa, um grupo humano, etc. (americanismo; → Pro). Tem ainda função de "atividade profissional" (jornalismo) e de "caráter ou estado particular, de doença" (mongolismo, virilismo) ou "qualquer atividade" (canoagem, etc.). Além das bases nominais e adjetivas do léxico, *-ismo* é construído com nomes próprios, especialmente na política (=> Gaullismo; → Pompidolismo; Giscardism; Barrisme; Mitterrandisme ...), verbos (dirigismo), frases (aquoibonisme).”.

⁴⁷ Tradução nossa da entrada *-(i)té* do Robert (1989): “Sufixo (do lat. *-itas*) para formar substantivos a partir de adjetivo ou excepcionalmente de nome. Adj. terminados em *-able* e *-ible* = *-abilité, -ibilité* (ex.: manobrabilidade, a reversibilidade); adj. em *-aire* = *-arité* (ex.: primariedade); adj. em *-al* e *-el* = *-alité* (ex.: atonalidade, funcionalidade, *fiscalité*); adj. em *-eux* = *-osité* (ex.: adiposidade, *schistosité*); adj. em *-se* = *-ivité* (ex.: esportividade, positividade); adj. em *-ique* (ex.: historicidade). Outros adj. (ex.: *factice* = artificialidade). Nomes (ex.: *alumine* = *aluminité*).”.

Larousse (1989)	Não existe entrada	Não existe entrada
--------------------	--------------------	--------------------

Como sabemos, as línguas de origem ou influência latina e grega, como as duas línguas oficiais do Canadá e a língua portuguesa, permitem a formação de substantivos a partir de verbos e adjetivos por meio dos sufixos *-ism/-isme* [-ismo] e *-ity/-(i)té* [-(i)dade]. O primeiro, além de alterar a classe da palavra base, produz um outro efeito de sentido, de doutrina, de crença, de teoria, já o último, embora mudando a categoria da palavra, manteria o sentido de qualificar, como pode ser observado nos verbetes dos dicionários. Levando em consideração, a memória lexicográfica e o estabelecimento pelos dicionários do “que não deve ser esquecido em matéria das palavras e de discursos ligados a uma língua” (HORTA NUNES, 2013), seria possível a formação de um substantivo para representar a situação cultural do Canadá por meio do sufixo *-ismo* ou *-(i)dade*⁴⁸.

Contudo, o deslocamento para a formação desse substantivo a ser utilizado pelo governo, ocorre com o sufixo *-ism* [*-isme*, em francês] e não com o sufixo *-ity* [-(i)té, em francês], que poderia formar a palavra *multiculturalism/multiculturalité*, criando-se a ilusão de que apenas a primeira forma de dizer fosse possível.

Partindo da articulação teórica de Althusser (1985 [1970]) de que os indivíduos sejam interpelados livremente em sujeitos para livremente se assujeitarem à submissão, Pêcheux afirma que isso só é possível a partir de dois esquecimentos da ordem do inconsciente, afinal “sendo “sempre-já” sujeito, ele “sempre-já” se esqueceu das determinações que o constituem como tal” (PÊCHEUX, 2008 [1975], p. 158).

Concordamos em chamar *esquecimento n° 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento n° 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento n° 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão” (PÊCHEUX, 2008 [1975], p. 161-162).

O esquecimento n° 1 é aquele em que o sujeito-falante esquece que não é o centro do

⁴⁸ Para Horta Nunes (2013), “a memória

dizer, que os sentidos não emanam dele; já o esquecimento nº 2 é aquele em que o sujeito-falante esquece que existem outras maneiras de se formular o que foi dito.

Quando se diz *multiculturalismo* ou *interculturalismo*, não se diz *multiculturalidade* ou *interculturalidade* ou *diversidade cultural*. Foi preciso esquecer que o multiculturalismo não seria a única maneira de designar a política cultural do Canadá ou mesmo as medidas políticas do país em prol da diferença, e que também seriam possíveis os termos *multiculturalidade* e *interculturalidade*.

Tal esquecimento produziu apagamentos; com o significante *multiculturalismo*, apagou-se, portanto, a possibilidade de dar existência a esse caráter multicultural, por meio de outro substantivo, *multiculturalidade*⁴⁹. Silenciou-se, assim, a possibilidade de se afirmar, nas leis, o Canadá como um Estado multicultural, apagou-se no fio discursivo essa característica do país para a produção de outra ilusão de evidência, relacionada a um conjunto de ideias, que encontra ecos em outros *-ismos*⁵⁰ como o liberalismo, o capitalismo, o comunismo e o feminismo. Foi desse modo, ancorando-se nesses outros ismos que foi construída a memória sobre a situação da diversidade no Canadá e sobre as políticas para essa mesma diversidade. Tal ancoragem torna as medidas políticas relativas a minorias culturais mais suscetíveis às turbulências políticas, e também às críticas, fragilizando-as. Afinal, como afirma Karmis (2003, p. 85), não há discordância entre os estudiosos do tema sobre o fato de o Canadá ser um país multicultural, mas sim como se opera e se normatiza tal característica. O que estamos tentando dizer é que dificilmente encontramos dizeres depreciativos utilizando os significantes *diversidade cultural* ou *multiculturalidade*. Pelo contrário, como já dissemos, criticar tais dizeres desde a hegemonia da Formação Discursiva dos Direitos Humanos, após o Holocausto, é abominável e por isso da ordem do indizível⁵¹. Por outro lado, encontramos enunciados como “o multiculturalismo fracassou” (EURONEWS, 2010; SAPO, 2011; PÚBLICO, 2011)⁵² ou “aquela palavra que começa com m” (KYMLICKA, (2014 [2012]),

⁴⁹ Tal apagamento é tão forte que na busca a diversos dicionários monolíngues de inglês e francês, como o Oxford, Webster, Robert e Larousse, não encontramos entrada para *multiculturality/multiculturalité*, somente para *multiculturalism/multiculturalisme*, *multicultural/multiculturel*, *multiculturalist* e *multiculturally* embora pesquisando no google encontremos 70 mil ocorrências para *multiculturality* e 110 mil para *multiculturalité*.

⁵⁰ O Oxford (1989) tem inclusive uma entrada para o termo *ism*, enquanto substantivo que significa: “a form of doctrine, theory, or practice having, or claiming to have, a distinctive character or religion: chiefly used disparagingly”. Tradução nossa: “uma forma de doutrina, teoria, ou prática que se tem ou que se alega ter, um caráter distintivo ou religião: principalmente usado depreciativamente”.

⁵¹ Após a II Guerra Mundial, o Holocausto e o surgimento dos direitos humanos de terceira geração, relacionados à solidariedade (BOBBIO, 2004), esses dizeres foram/são interditados pelo discurso (formação discursiva) dos direitos humanos.

⁵² Esse enunciado foi proferido por diversos governantes de países europeus como Nicholas Sarkozy (França), Angela Merkel (Alemanha) e David Cameron (Reino Unido), em 2010 e 2011 e não é à toa que retoma

para não dizer multiculturalismo, o que demonstra certa interdição.

Ademais, se observarmos documentos tais como as resoluções *Direitos Humanos e Diversidade Cultural*, aprovadas constantemente na Assembleia das Nações Unidas, desde 2000, e a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2001), a *Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005) e o relatório *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural* (2009), no âmbito da Unesco, notaremos a utilização do significante *diversidade cultural*, inclusive na versões em inglês, em detrimento do significante *multiculturalismo*. Este só comparece, no último documento citado, quando se refere especificamente às políticas do multiculturalismo iniciadas no Canadá nos anos 1970⁵³.

Pensando nos dois deslocamentos, por nós analisados com o prefixo e com o sufixo, podemos dizer que eles ocorrem na tensão de processos parafrásticos e polissêmicos, em torno do multiculturalismo. Para Orlandi (2007 [1999], p. 36),

quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços de dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Observamos, assim, dois processos parafrásticos em que algo se mantém, o primeiro quando se diz *monocultural* > *bicultural* > *multicultural* > *intercultural* e o segundo quando se diz *monoculturalismo* > *biculturalismo* > *multiculturalismo* > *interculturalismo*. Mantém-se, assim, no primeiro o sufixo -al e no segundo o sufixo -ismo. Já se observarmos o movimento de *multicultural* > *multiculturalismo* e *intercultural* > *interculturalismo*, temos dois processos polissêmicos, (re)produzindo, como já foi dito, uma outra significação, produzindo no fio do discurso o acontecimento, ao se encontrar uma novidade (multi-) com um memória (-ismo), como nos diz Pêcheux (2008 [1990], p. 17) ao definir o acontecimento como aquilo que está “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Essa memória que se mantém,

um outro, no início dos anos 1990, bastante utilizado na época para se referir ao fim da União Soviética: “o comunismo fracassou”. Como provocação, perguntamo-nos o que teria fracassado? As ações do Estado a favor da diversidade ou a interpelação dos imigrantes como sujeitos ocidentais?

⁵³ Já se observarmos o verbete *multiculturalism* no dicionário Longman (1987) temos: “the belief that it is important and good to include people or ideas from many different countries, races, or religions”. Tradução nossa: “a crença de que é importante e bom incluir pessoas ou ideias de muitos países diferentes, raças ou religiões”. É esse efeito de sentido, enquanto crença em algo bom, que para nós o sufixo -ism/-isme produziu.

inclusive, permitiria outras formulações como transcultural ou transculturalismo.

Entretanto, quando observamos o movimento de *monolingüismo* > *bilingüismo* > *bilingüismo* > *monolingüismo* há repetição, estabilizações de sentido. Estabiliza-se, assim, o *bilingüismo* no Canadá e o *monolingüismo* no Quebec, que ao compararmos com os processos parafrásticos do multiculturalismo e interculturalismo, desconstrói a evidência, expondo a contradição que é constitutiva desse processo discursivo de denominação da diferença naquele país. Desse modo, teríamos no Canadá multicultural > multiculturalismo > *bilingüismo* e não *multilingüismo*; ou como já dissemos multicultural, *porém* *bilingüe*. Já no Quebec teríamos *monolingüismo* > interculturalismo > intercultural, e não *interlingüismo*, ou como também já dissemos *monolíngue*, *porém* intercultural. O que podemos concluir com isso é o mesmo que afirma Orlandi (2012, p. 15-16): “o discurso do multiculturalismo/multilingüismo quando sustentado em bases do sociologismo, ao se mostrar como forma de defesa das minorias, acaba por sustentar, na verdade, o domínio do *monolingüismo*”.

A emergência do discurso do multiculturalismo se assenta em uma memória de origem do país, que se pode ler na formulação do Canadá como terra hospitaleira. Esse mito se materializa no enunciado uma *terra hospitaleira de muitos imigrantes vindos do mundo todo*. A construção desse mito se torna possível em um país cuja origem se significa como de forma harmoniosa no contato de várias culturas. Foi preciso, assim, apagar os conflitos gerados pela colonização. Se observarmos as sequências discursivas⁵⁴, a seguir, retiradas dos *Annual Report on the Operation of the Canadian Multiculturalism*⁵⁵ de 2008 a 2014, disponíveis na internet; da publicação *Discover Canada: The Rights and Responsibilities of Citizenship*, organizada pelo *Department of Citizenship and Immigration*, o Ministério de Cidadania e Imigração com a finalidade de serem utilizadas como material de estudo para o teste de cidadania; além da página na internet da Embaixada do Canadá em Brasília, veremos como o passado canadense foi (res)significado, com grifos nossos:

SD1.1: To understand what it means to be Canadian, it is important to know about our *three founding peoples* — *Aboriginal, French and British* (Discover Canada, 2012, p. 10)⁵⁶.

⁵⁴ Tomamos sequência discursiva como Courtine (2009 [1981]), como unidade igual ou superior à frase, recortada do texto de acordo com o objetivo do analista (ORLANDI, 2007 [1999]).

⁵⁵ Esses relatórios anuais foram instituídos pelo *Canadian Multiculturalism Act* e são feitos desde 1988.

⁵⁶ Tradução nossa: “SD1.1: Para entender o que significa ser canadense, é importante saber sobre *nossos três povos fundadores* — *aborígene, francês e britânico*”.

Como sabemos, na língua inglesa não há plural para adjetivos. Assim, a princípio poderíamos traduzir

SD1.2: Canada, from the very beginning, has been a diverse society with a history of accommodating newcomers and its citizens. *Diversity in Canada was built on three main pillars: the Aboriginal, French and British peoples*. Over time, this diversity has been complemented by millions of newcomers to Canada with various ethnic and religious backgrounds (Relatório 2010/2011, p. 10)⁵⁷.

SD1.3: Canadian society rests upon a solid foundation, one built by *the three founding nations, Aboriginal, French and British peoples*, with strong institutions, a vibrant national culture and identity, and shared values (Relatório 2011/2012, p. 7)⁵⁸.

SD1.4: The arrival of European traders, missionaries, soldiers and colonists changed the native way of life forever. *Large numbers of Aboriginals died of European diseases to which they lacked immunity. However, Aboriginals and Europeans formed strong economic, religious and military bonds in the first 200 years of coexistence which laid the foundations of Canada* (Discover Canada, 2012, p. 14)⁵⁹.

SD1.5: A base de um Canadá multicultural remonta ao princípio da sua história. A sociedade aborígine era multicultural e multilingual. Os primeiros exploradores franceses e ingleses que chegaram ao Canadá nos séculos XVI e XVII integraram-se com as Primeiras Nações a fim de construir uma herança canadense única (Embaixada do Canadá em Brasília, 2015).

Nessas sequências discursivas, podemos observar que a origem do Canadá vai ser dita como ocorrendo no *encontro de três povos*⁶⁰ – aborígine, francês e britânico – que fundam o país de forma harmoniosa e sem conflito numa tradição para *acomodar* (SD1.2) e *compartilhar valores* (SD1.3), *a fim de construir uma herança única* (SD1.5). Nelas, inclusive a sociedade aborígine, no singular, já seria *multicultural e multilingual* (SD1.5), ou seja, acostumada e aberta ao contato com outras culturas e línguas.

Mesmo quando se afirma que *um grande número de aborígenes morreram de doenças europeias* (SD1.4), aparentemente denunciando que houve conflito durante a colonização, há em seguida a adversativa *no entanto, aborígenes e europeus formaram fortes laços*

para povos aborígenes, franceses e britânicos. Entretanto, como se observa nas duas sequências posteriores (SD1.2 e SD1.3) nomeiam-se três pilares principais e três nações fundadoras, desfazendo a possibilidade de plural, embora em outros momentos nos relatórios anuais compareça a designação *Aboriginal Peoples*, ou seja povos aborígenes, no plural.

⁵⁷ Tradução nossa: “SD1.2: O Canadá, desde o início, tem sido uma sociedade diversificada com uma história de acomodar os recém-chegados e os seus cidadãos. *A diversidade no Canadá foi construída sobre três pilares principais: os povos aborígine, francês e britânico*. Com o tempo, essa diversidade tem sido complementada por milhões de recém-chegados ao Canadá com várias origens étnicas e religiosas.”

⁵⁸ Tradução nossa: “SD1.3: A sociedade canadense repousa sobre uma base sólida, construída pelas *três nações fundadoras, os povos aborígine, francês e britânico*, com instituições fortes e uma vibrante cultura e identidade nacionais e valores compartilhados.”

⁵⁹ Tradução nossa: “SD1.4: A chegada de comerciantes europeus, missionários, soldados e colonos mudou a maneira natural de vida para sempre. *Um grande número de aborígenes morreram de doenças europeias para as quais eles não tinham imunidade. No entanto, aborígenes e europeus formaram fortes laços econômicos, religiosos e militares nos primeiros 200 anos de convivência, que são as bases do Canadá*”.

⁶⁰ No Plano Nacional de Cultura (2010-2020) também encontramos essa memória de fundação do Brasil no encontro, só que no lugar de três povos, de três raças: índia, portuguesa e negra.

econômicos, religiosos e militares nos primeiros 200 anos de convivência, que são as bases do Canadá, que retoma a memória outra de que a origem do país ocorreu de forma harmoniosa. Nessas sequências, observamos o funcionamento de um enunciado, o do encontro de povos para a origem do Canadá, que diremos ser um enunciado fundador.

Segundo Orlandi (2003 [1993], p. 12), enunciados fundadores são

aqueles que vão inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido (...). São enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica.

Para o funcionamento desses enunciados, “o sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra 'tradição' de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova 'filiação'. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória” (ORLANDI, 2003 [1993], p. 13). São desautorizados, assim, outros sentidos, outras memórias, outras discursividades, entre elas duas antagônicas, a do descobrimento e a da invasão do Canadá⁶¹.

A primeira, a do descobrimento, é aquela em que se afirma que o Canadá, como outros países do continente americano, foi descoberto e povoado por europeus, e que no território havia animais, (maus) selvagens que deveriam ser exterminados ou bons selvagens que deveriam ser civilizados e cristianizados⁶². Nessa discursividade, hegemônica na historiografia sobre o Canadá até a emergência do discurso do multiculturalismo, o Canadá seria fundado apenas pelos dois povos europeus, já que os povos indígenas seriam aqueles conquistados e dominados. Isso pode ser observado também nas obras de Morton (1989 [1983], p. 16), sobre a história canadense, quando afirma que apenas duas são as nações fundadoras do Canadá: inglesa e francesa, e de McNaught (1988 [1969], p. 19-20) ao considerar os povos que habitavam aquele território antes dos europeus como mera descrição geográfica.

Já a segunda discursividade desautorizada, a da invasão, é aquela em que o Canadá foi

⁶¹ Isso ocorre sobretudo, a partir do *Multiculturalism Act*, editado em 1988.

⁶² Colocamos *maus* entre parênteses, pois, se observarmos os primeiros relatos de viajantes europeus ao redor do mundo, entre eles no continente americano, veremos que uma das designações mais utilizadas para se referir aos povos autóctones era *selvagem*, com um sentido bastante depreciativo. Com a chegada dos jesuítas no continente americano, inaugura-se uma outra discursividade sobre esses povos, que passam a ser designados como *bons selvagens*. A partir deste momento, a discursividade anterior passa a designá-los como *maus selvagens*.

invadido por franceses e britânicos, que exterminaram as populações indígenas, que já ocupavam as terras desde quando o Criador os colocou lá⁶³. É o discurso da *Assembly of First Nations/Assemblée des Premières Nations*⁶⁴, organização que reúne a maioria dos povos autóctones do Canadá (AFN, 1985). Nela, como muitos, senão todos os povos indígenas conquistados e exterminados na América, os indígenas do Canadá resistiram à dominação, mesmo que em silêncio “reorganizando as suas práticas significativas” (MARIANI, 2004, p. 24). Essas duas discursividades não comparecem nos textos por nós analisados.

Nos dizeres sobre a origem do Canadá, – recortados nos relatórios do governo sobre o multiculturalismo – há, assim, um apagamento do processo de colonização na América, como se os três povos tivessem decidido se unir e fundar uma nova nação por livre e espontânea vontade, não havendo espaço para o discurso do descobrimento e tampouco para o discurso da invasão⁶⁵, anteriormente dominantes. Contudo, ainda que o discurso do descobrimento seja desautorizado pelo discurso do encontro, mantém-se a sua inscrição na mesma memória do colonialismo, pois como comenta Mariani (2004, p. 23-24) mantém-se a posição do colonizador:

Se considerarmos o período das descobertas do novo mundo, observa-se que o discurso da História proveniente do colonizador, enraizado na ideologia do eurocentrismo, justifica e valoriza suas próprias ações visando ao povoamento e à defesa de uma terra conquistada, ao mesmo tempo em que silencia sobre as lutas pela imposição e/ou preservação das identidades.

Mantém-se, assim, a valorização da ação do colonizador que promoveu o encontro

⁶³ Essa discursividade não permite, inclusive, enunciados do discurso científico de que o homem teria migrado da Ásia para a América pelo Estreito de Bering, há milhares de anos.

⁶⁴ Esta designação *First Nations/Premières Nations* passou a ser utilizada, a partir de 1982, pelos indígenas canadenses em substituição à designação *indian*, considerada depreciativa. Nesse mesmo ano, os povos indígenas modificaram o nome da *National Indian Brotherhood*, organização criada para representá-los, para *Assembly of First Nations/Assemblée des Premières Nations*. Essa designação produz o efeito de sentido oposto aos enunciados de que os europeus seriam os fundadores do país, mesmo ao lado dos autóctones. Quando se diz *First Nations/Premières Nations*, afirma-se que os povos indígenas são as primeiras nações do Canadá e não franceses e britânicos. No entanto, tal enunciação se dá por meio da língua europeia e pelo significante *nation*, dentro do processo de colonização linguística. Dizer outra história que não a do colonizador só é possível pela sua língua, mesmo que seja ressignificado, afinal como já mostrou Mariani (2004, p. 24): o discurso do colonizador “se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre a sua própria língua”.

⁶⁵ Analisando a historiografia canadense sob a posição da invasão, encontramos muitas revoltas de indígenas contra a dominação colonialista europeia, como a Guerra Franco-Índigena, de 1754 a 1763, que opôs povos indígenas como aliados tanto de britânicos como de franceses na disputa por terras, além de o país ser influenciado durante todo o conflito de 1778 a 1890, quando os Estados Unidos massacraram os povos indígenas, rumo à conquista do oeste do seu atual território. Mas nas SDs analisadas elas não comparecem, tampouco nos documentos canadenses analisados. Sobre as formas de resistências atuais dos indígenas no Canadá, cf. Salée (2003).

com o colonizado, silenciando as formas de resistência a esse processo. Silencia-se o descobrimento e a invasão para manter-se a dissimulação sobre a própria colonização. Entretanto, como “não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 277), o processo de instalação de um enunciado fundador “aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significativa – apoiando-se em “retalhos” dele para instalar o novo” (ORLANDI, 2003 [1993], p. 13). O enunciado fundador do *encontro dos três povos e nações fundadoras do Canadá*, desse modo, só é possível se considerarmos a pré-existência de uma sociedade, uma nação, um Estado aborígine únicos, no mesmo sentido daquele já existente para franceses e britânicos, do descobrimento e da invasão.

Uma vez dito que o multiculturalismo se assenta nas discursividades sobre a origem do Canadá como uma terra hospitaleira, cabe agora acrescentar que isto não se dá sem deslocamento. A emergência do discurso do multiculturalismo promoveu a necessidade de ressignificar a origem da nação canadense, reservando para os povos aborígenes também o lugar social⁶⁶ de fundação, como diz Karmis (2003, p. 88) foi preciso modificar “a história nacional tal como foi ensinada há dois séculos”. Assim, criou-se uma “tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente (...). Produz, desse modo, o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (ORLANDI, 2003 [1993], p. 13-14).

Somente a partir dessa outra memória, de um outro passado em que o Canadá foi fundado pelo encontro harmonioso de três povos distintos, foi possível construir o mito de uma terra hospitaleira para os imigrantes do mundo todo.

1.1 Um país hospitaleiro, desde que...

Como vimos, o Canadá se constrói no mito de uma terra hospitaleira, tolerante e próspera, que garantirá recursos econômicos e direitos sociais de forma igualitária para as mais variadas culturas. Contudo, tal hospitalidade é condicionada e só é possível *desde que* haja integração à sociedade. É isso que vamos mostrar por meio de uma análise discursiva que

⁶⁶ Sobre o lugar social, Grigoletto (2004, p. 4) afirma: “partindo do conceito de formações imaginárias, cunhado por Pêcheux (2010 [1969]), podemos dizer que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais, construídos no interior de uma formação social”. O que estamos tentando dizer é que a emergência do discurso do multiculturalismo colocou os povos autóctones do Canadá em um outro lugar social, de povo fundador, bem distinto daquele de povo colonizado, da discursividade dominante anteriormente.

exponha a contradição em torno desse mito.

Em 1971, Trudeau também enunciava uma mudança de política no governo canadense da *política de assimilação* para a *política de integração*. Da posição do sociólogo, a diferença entre elas se daria no modo como um membro de uma cultura distinta deveria ser e se comportar para pertencer à sociedade canadense e nela ser aceito. Enquanto na assimilação, o imigrante ou o indígena deveriam abandonar todas as suas práticas culturais, identificando e se sujeitando à cultura canadense; na integração, eles poderiam manter as suas culturas ao participar da sociedade canadense *desde que* fosse possível uma conciliação⁶⁷. Na assimilação, diferentemente da integração, os imigrantes e indígenas por mais “estranhos, extemporâneos e atrasados” seriam, assim, “evoluíveis, educáveis e consertáveis” (CAVALCANTI; SIMÕES, 2013).

Sob a *política de assimilação*, no Canadá, durante a colonização europeia, os indígenas foram obrigados a adotar o Cristianismo, a agricultura e o sedentarismo, abandonando suas práticas de caça e pesca. Durante a I e a II Guerras Mundiais, respectivamente, ucranianos foram levados para campos de trabalho forçado e japoneses tiveram seus bens confiscados pelo Estado canadense (CANADÁ, 2012, p. 21 e 23). Até os anos 1960, o país selecionava preferencialmente imigrantes brancos europeus e impunha restrições à entrada de asiáticos, negros estadunidenses, africanos e latino-americanos (ESTEBAN; LÓPEZ-SALA, 2010, p. 662). Além disso, os imigrantes brancos não britânicos deveriam adotar a cultura britânica ou francesa, e o indígena só poderia ter os mesmos direitos dos não indígenas, como votar nas eleições federais, se renunciasse à sua condição de índio (OLIVERAS, 2001, p. 244). Até os anos 1980, mesmo após a adoção pelo governo de medidas políticas em prol das mais variadas culturas, isto é, quando se afirmava a adoção da política de integração, línguas e práticas culturais indígenas eram proibidas; crianças eram retiradas de suas famílias e povos para serem criadas por canadenses de origem europeia ou levadas para escolas ocidentais, onde sofriam maus tratos. Ademais, até essa data, o governo decidia quem era ou não índio e quando se perdia esse status acarretando na perda do direito à propriedade de terra⁶⁸, como por exemplo, quando uma mulher indígena se casava com um

⁶⁷ Esse processo de mudança de uma política de *assimilação* para uma de *integração* dos povos indígenas ocorreu em todo o mundo na segunda metade do século XX, inclusive no Brasil, onde o Estatuto do Índio, de 1973 – em consonância com a Convenção 107, de 1957, da Organização Internacional do Trabalho – no seu artigo 4º considera os índios como a) isolados, b) em vias de integração e c) integrados, “quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura”.

⁶⁸ Durante os anos 1960, a Funai, no Brasil, também atribuía o *status* político de indígena apenas àqueles que falavam alguma língua indígena (PACHECO, 2004).

homem não indígena (CANADÁ, 2015)⁶⁹.

Com a emergência do discurso do multiculturalismo não era mais possível manter uma política de assimilação centrada em uma ou duas culturas nacionais e oficiais. E isso pode ser observado no próprio pronunciamento de Trudeau:

SD2.1: The government accepts and endorses the recommendations and spirit of Book IV of the Royal Commission on Bilingualism and Biculturalism. It believes the time is overdue for the people of Canada to become more aware of the rich tradition of the many cultures we have in Canada. Canada's citizens come from almost every country in the world, and bring with them every major world religion and language. This cultural diversity endows all Canadians with a great variety of human experience. *The government regards this as a heritage to treasure and believes that Canada would be the poorer if we adopted assimilation programs forcing our citizens to forsake and forget the cultures they have brought to us* (TRUDEAU, 1971 – grifos nossos em itálico)⁷⁰.

Com o reconhecimento do Canadá como um país com muitas culturas “vindas de quase todos os países do mundo”, multicultural, as outras culturas, diferentes, que antes eram da ordem do erro, passaram a ser vistas como parte da herança, do patrimônio canadense na *política de integração*. Tal modificação não significaria, no entanto, uma ausência de conflito. Afinal, podemos observar que, mesmo com a política de integração, as tensões provocadas pelas mais variadas culturas não foram apagadas completamente, sendo inclusive afirmada nos relatórios anuais sobre o multiculturalismo:

SD3.1: *But multiculturalism is not simply a government program: it is the day-to-day reality of our country*, in which Canadians of very different origins live and work side by side, in which new Canadians work hard to learn our languages, our values, and our traditions, and, in turn, are welcomed as equal members of the Canadian family. Canada's peaceful pluralism, which is the envy of so many nations, depends on that welcoming community spirit being multiplied across the country. For generations, multiculturalism has been a path to integration of newcomers from around the world. It has helped Canadians, regardless of origin or beliefs, to contribute to furthering the growth and prosperity of their new country. *Multiculturalism has become a shared value* that encourages new Canadians to maintain those family, religious, and cultural traditions that are consistent with Canadian values such as human dignity and equality before the law (Relatório

⁶⁹ Como já dissemos, somente em 2008, o governo federal canadense pediu desculpas aos povos aborígenes pela *política de assimilação*.

⁷⁰ Tradução nossa: “SD2.1: O governo aceita e endossa as recomendações e o espírito do Livro IV da *Royal Commission on Bilingualism and Biculturalism*. Ele acredita que já passou o tempo de o povo canadense se tornar mais consciente da rica tradição das muitas culturas que temos no Canadá. Os cidadãos canadenses vêm de quase todos os países do mundo, e trazem com eles todas as grandes religiões e línguas do mundo. Esta diversidade cultural dota todos os canadenses com uma grande variedade de experiência humana. *O governo considera que essa é uma rica herança e acredita que o Canadá seria mais pobre se nós adotássemos programas de assimilação forçando nossos cidadãos a abandonarem e a esquecerem as culturas que trouxeram para nós*”.

2011/2012, p. 8 – grifos nossos em itálico)⁷¹.

SD3.2: Although Canadian society is generally cohesive, challenges remain. These include tensions over the “reasonable accommodation” of cultural and religious traditions; *the persistence of racism and discrimination; marginalization and exclusion, which can result in poverty, as well as potentially foster extremism; limited socio-economic integration and opportunities for certain Canadians; and declining civic participation and an overall lack of knowledge of our history and political institutions* (Relatório 2010/2011, p. 12 – grifos nossos em itálico)⁷².

Na primeira sequência, o multiculturalismo *não é apenas um programa de governo*, é algo posto, que *faz parte da história e do patrimônio canadense*. É um valor da sociedade por meio do qual *os imigrantes vindos do mundo todo podem nela se incluir mantendo a sua religião e a sua língua de forma pacífica* (SD3.1). Nessas sequências, a SD3.1 e a SD3.2 encontramos também marcas das tensões que ocorrem em um ambiente culturalmente variado, como *racismo, discriminação, marginalização, exclusão, desigualdade social, extremismo, dificuldades de integração e de aprender os idiomas oficiais*. Ainda assim, mesmo que não silenciadas no fio discursivo, essas tensões poderiam ser superadas pelo *multiculturalismo, posto como pacificador*, bastando que todos o aceitassem como um valor para manter suas tradições e religiões de origem *desde que conciliadas com os valores canadenses*⁷³. Ao se reconhecer a existência de problemas relacionados ao contato de diferentes culturas, de certa forma se dissimula melhor a evidência do multiculturalismo como algo positivo, afinal ele seria capaz de dar respostas e resolver os problemas causados pelo contato de diferentes povos no Canadá deslocando a política de assimilação para uma política de integração.

⁷¹ Tradução nossa: “SD3.1: *Mas o multiculturalismo não é simplesmente um programa de governo: é a realidade do dia-a-dia do nosso país*, em que os canadenses de origens muito diferentes vivem e trabalham lado a lado, em que novos canadenses trabalham duro para aprender nossas línguas, nossos valores, e as nossas tradições e, por sua vez, são recebidos como membros iguais da família canadense. O pluralismo pacífico do Canadá, que é invejado por tantas nações, depende do espírito de boas-vindas da comunidade que está sendo multiplicado em todo o país. Por gerações, o multiculturalismo tem sido um caminho para a integração dos recém-chegados de todo o mundo. Ele tem ajudado os canadenses, independentemente da origem ou crenças, a contribuir para promover o crescimento e a prosperidade do seu novo país. *O multiculturalismo tornou-se um valor compartilhado*, que incentiva novos canadenses a manter essas famílias e *as tradições culturais religiosas que são consistentes com os valores canadenses, tais como a dignidade humana e a igualdade perante a lei*”.

⁷² Tradução nossa: “SD3.2: Embora a sociedade canadense seja coesa de forma geral, os desafios permanecem. Esses incluem *tensões relacionadas à “acomodação razoável” das tradições culturais e religiosas; à persistência do racismo e da discriminação; à marginalização e exclusão*, ao que pode resultar em uma situação de pobreza, bem como *potencialmente fomentar o extremismo*; à integração sócio-econômica limitada e a oportunidades apenas para determinados canadenses; e ao *declínio da participação cívica e uma total falta de conhecimento da nossa história e instituições políticas*”.

⁷³ Kymlicka (2004 [2012], p. 126) afirma, inclusive, que a política de integração das diferentes culturas na sociedade funciona melhor quanto maior for a variedade de culturas. Assim, quanto maior a variedade cultural, maiores as chances de aceitarem as duas línguas e valores ocidentais canadenses, inclusive como meio de interagirem entre si. Melhor seria, desse modo, exercido o controle do sujeito pelo Estado.

Orlandi (2007 [1999], p. 32), nos mostra que “as palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele”. Assim, como não há discurso sem memória, a memória da política de integração decorre da memória da política de assimilação. O que estamos querendo dizer é que é impossível pensar nos sentidos de integração sem considerar os sentidos de assimilação, seja pelo não dito ou pela falha, algo se mantém nesse processo de integração como mostraremos a partir de agora.

Retornando inicialmente ao pronunciamento de Trudeau no Parlamento notamos isso, em 1971, pelo modo de dizer a quem essa política multicultural estaria destinada. Nesse texto, percebemos que toda vez que se enunciam os grupos étnicos e culturais do Canadá há o acompanhamento, logo a seguir, de uma relativa, como nas sequências discursivas abaixo, com itálicos nossos:

SD4.1: The government will support and encourage *the various cultures and ethnic groups that give structure and vitality to our society*. They will be encouraged to share their cultural expression and values with other Canadians and so contribute to a richer life for us all (TRUDEAU, 1971)⁷⁴.

SD4.2: First, resources permitting, the government will seek to assist *all Canadian cultural groups that have demonstrated a desire and effort to continue to develop a capacity to grow and contribute to Canada*, and a clear need for assistance, the small and weak groups no less than the strong and highly organized (TRUDEAU, 1971)⁷⁵.

De acordo com a *Collins Cobuild English Grammar* (1994, p. 362-373) e com Swan (2002, p. 487-497), na língua inglesa, há dois tipos de orações relativas: a) *identifying, defining or restrictive relative clause*, ou relativa restritiva, em português e b) *non-identifying, non-defining or non-restrictive relative clause*, ou relativa explicativa, em português. A diferença é que uma, no caso, a primeira, identifica ou classifica os nomes, enquanto a outra não. O modo de distingui-las se dá, como em português, por meio de uma pausa ou entonação na fala e por meio da pontuação, na escrita. A *identifying relative clause* não apresenta vírgula ou pausa, e a *non-identifying relative clause* apresenta. Além disso, o uso do pronome *that* é

⁷⁴ Tradução nossa: “SD4.1: O governo irá apoiar e incentivar *as diversas culturas e grupos étnicos (,) que dão estrutura e vitalidade para a nossa sociedade*. Eles serão incentivados a partilhar a sua expressão cultural e valores com outros canadenses e assim contribuir para uma vida mais rica para todos nós”.

⁷⁵ Tradução nossa: “SD4.2: Primeiro, se os recursos permitirem, o governo deverá ajudar *todos os grupos culturais canadenses (,) que têm demonstrado um desejo e esforço para continuar a desenvolver a capacidade de crescer e contribuir para o Canadá*, e uma clara necessidade de intervenção, os grupos pequenos e fracos não menos do que os fortes e altamente organizados”

restrito para as *identifying relative clauses*, não sendo usual para as *non-identifying relative clauses*. Desse modo, analisando as sequências *the various cultures and ethnic groups that give structure and vitality to our society* e *all Canadian cultural groups that have demonstrated*, pode parecer transparente – sob uma abordagem puramente gramatical – que, pela ausência de vírgula e pelo uso do pronome *that*, se trata da *identifying relative clause*, isto é, da relativa restritiva, significando que o governo do país incentivará apenas os grupos que dão estrutura e vitalidade para a sociedade canadense.

Ainda que, como vimos, tal oração seja uma relativa restritiva, a possível ambiguidade de dizer que todos os grupos dão estrutura e vitalidade para a sociedade canadense – como relativa explicativa –, ou apenas alguns – como relativa restritiva –, não é desfeita pelo uso da pausa ou pelo uso da vírgula, pois não se refere apenas à base linguística.

Para Pêcheux (2011), essa ambiguidade – das subordinadas adjetivas – não é propriamente linguística, mas, sim, discursiva, sendo uma manifestação ideológica no interior do funcionamento da língua. De acordo com ele, esse efeito discursivo existe “nos discursos social-democratas ou de extrema-esquerda; e ele se manifesta mais fortemente no funcionamento dos discursos da burguesia dirigente que, através dos meios de comunicação de massa, utiliza conscientemente esse tipo de ambiguidade” (PÊCHEUX, 2011, p. 137). Tal ambiguidade, ao mesmo tempo em que é marca da contradição discursiva, permite ao governo de Trudeau a interpretação de que as políticas multiculturais destinam-se a todos, no caso da explicativa, como apenas a alguns, no caso da restritiva. Isso possibilita interpelar o maior número possível de sujeitos no Canadá, inclusive, sob gestos opostos de interpretação, dissimulando, “na transparência do sentido que nela se forma (em qualquer das interpretações), a objetividade material contraditória do interdiscursivo” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149).

Além disso, refletindo ainda sobre a tensão entre os efeitos de sentido de política de assimilação e de política de integração, retornando ao nosso gesto de interpretação dos relatórios anuais sobre o multiculturalismo e da publicação *Discover Canada*, lemos que, de acordo com a legislação canadense (CANADÁ, 2015), qualquer pessoa pode imigrar para o país *desde que* atenda os pré-requisitos atualmente exigidos e seja aprovada no processo de recrutamento do governo: ter idade mínima de 18 anos; ter diploma de nível superior; ter experiência de trabalho de pelo menos um ano; ter proficiência em uma das duas línguas oficiais do país, inglês ou francês. É o governo que define quem será aceito na sociedade

canadense e aquele que driblar essas regras e entrar no país de forma “ilegal e desonesta”, quando descobertos, tendem a ser rejeitados pela sociedade por causa do seu “comportamento” (KYMLICKA, 2014 [2012], p. 155).

Já para se tornar cidadão exige-se, além dos mesmos pré-requisitos para o imigrante, ter residido no Canadá por pelo menos três anos nos últimos quatro; ter conhecimento sobre a história, a política, a geografia e a legislação canadenses, comprovado em um teste⁷⁶; não ter antecedentes criminais e aceitar os valores da sociedade canadense (CANADÁ, 2015), que repudiam alguns comportamentos, como podemos observar na sequência a seguir, com grifos nossos em itálico:

SD5.1: In Canada, men and women are equal under the law. *Canada's openness and generosity do not extend to barbaric cultural practices that tolerate spousal abuse, "honour killings," female genital mutilation, forced marriage or other gender-based violence.* Those guilty of these crimes are severely punished under Canada's criminal laws (Discover Canada, 2012, p. 9)⁷⁷.

Uma vez concedida a autorização para a aquisição da cidadania, o candidato deve participar da cerimônia de juramento ao soberano britânico, afinal, como se sabe, o Canadá, mesmo independente, ainda é uma monarquia, cujo chefe de Estado é o monarca britânico, como na Austrália e na Nova Zelândia.

SD5.2: Understanding the Oath
In Canada, *we profess our loyalty to a person who represents all Canadians and not to a document such as a constitution, a banner such as a flag, or a geopolitical entity such as a country.* In our constitutional monarchy, these elements are encompassed by the *Sovereign (Queen or King)*. It is a remarkably simple yet powerful principle: *Canada is personified by the Sovereign just as the Sovereign is personified by Canada* (Discover Canada, 2012, p. 2 – grifos nossos em itálico)⁷⁸.

Ainda que se construa a evidência, inclusive, por meio do mito canadense de terra

⁷⁶ Entre as muitas etapas para se tornar cidadão canadense está o teste de cidadania em que o candidato deve responder questões sobre política, geografia e história do país para ser aprovado. Quando se inscreve para o teste, o candidato recebe em sua residência uma cópia impressa do *Discover Canada*. Desse modo, para se tornar cidadão canadense, o candidato deve ser interpelado como um “bom sujeito”, ou seja, realizando seu assujeitamento “sob a forma do livre consentimento” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 215), assujeitando-se às formações discursivas contidas no manual.

⁷⁷ Tradução nossa: “SD5.1: No Canadá, homens e mulheres são iguais perante a lei. *A abertura e generosidade do Canadá não se estendem a práticas culturais bárbaras que toleram o abuso conjugal, "crimes de honra", a mutilação genital feminina, os casamentos forçados ou outra violência baseada no gênero.* Os culpados destes crimes são severamente punidos nos termos da legislação penal do Canadá”.

⁷⁸ Tradução nossa: “SD5.2: Compreendendo o Juramento. *No Canadá, nós professamos a nossa lealdade a uma pessoa que representa todos os canadenses e não a um documento, como uma constituição, como um estandarte, como uma bandeira, ou uma entidade geopolítica,* como um país. Em nossa monarquia constitucional, estes elementos são abrangidos pelo *Soberano (Rainha ou Rei)*. É um princípio bem simples, mas poderoso: *o Canadá é personificado no Soberano assim como o Soberano é personificado no Canadá*”.

hospitaleira de que o multiculturalismo é uma política de integração, contrária à de assimilação, como vimos, nos fragmentos anteriores, observamos que o país parece não estar aberto à diferença como se afirma. No país, não apenas se consideram como *bárbaras* algumas práticas culturais distintas da cultura canadense – que se inscrevem na memória do colonizador europeu – como também só aceitariam sujeitos imigrantes que abandonassem tais práticas contrárias aos valores ocidentais e aos direitos humanos. Como exemplos dessas práticas estariam a mutilação genital feminina (SD5.1), comum em alguns países africanos e questões de gênero e de sexualidade (SD5.1), entre elas a homossexualidade, cuja aceitação, de 1978 a 2002, de acordo com o *Immigration Act* (CANADÁ, 1976) era facultativa para cada província do país⁷⁹. Além disso, devem passar pelo ritual do juramento ao soberano inglês, simbolizando o seu compromisso com os valores ocidentais da sociedade canadense e o seu assujeitamento a eles. Haveria, assim, um movimento parafrástico entre política de integração e política de assimilação, “uma diferente formulação do mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 2007 [1999], p. 36).

Para Kymlicka (2014 [2012], p. 126 e 131), cientista político canadense defensor do multiculturalismo, o Canadá multiculturalista rejeitará aqueles “incapazes ou não dispostos” a aceitar os direitos humanos:

para essas pessoas, o multiculturalismo oferece tanto oportunidades quanto desafios (...). *No entanto, há um preço para esse acesso: aceitar os princípios dos direitos humanos e liberdades civis e os procedimentos do constitucionalismo democrático liberal, com suas garantias de igualdade de gênero, liberdade religiosa, não discriminação racial, direitos dos homossexuais, processo devido, e assim, por diante (grifos nossos).*

Isso ocorre, segundo ele, justamente porque o multiculturalismo “é parte de uma revolução maior por direitos humanos, envolvendo diversidade étnica e racial” (KYMICKA, 2014 [2012], p. 136), após a II Guerra Mundial. E tais exigências estariam de acordo com outras democracias ocidentais, afinal, para Kymlicka, nenhuma delas isentou os imigrantes do cumprimento das normas de direitos humanos.

Na publicação *Discover Canada* (2012), ainda é possível observar a importância dada à religião cristã, bem como à dignidade da pessoa humana, retomando a memória do discurso (da formação discursiva) dos direitos humanos. Vejamos as sequências com grifos nossos:

⁷⁹ Nesse mesmo período, o *Immigration Act* também facultava às províncias a aceitação ou não de imigrantes deficientes físicos (CANADÁ, 1976).

SD5.3: The Constitution of Canada was amended in 1982 to entrench the Canadian Charter of Rights and Freedoms, which begins with the words, “Whereas *Canada is founded upon principles that recognize the supremacy of God and the rule of law.*” This phrase underlines *the importance of religious traditions to Canadian society and the dignity and worth of the human person* (Discover Canada, 2012, p. 8)⁸⁰.

SD5.4: Together, these (*rights and freedoms*) secure for Canadians an 800-year old tradition of ordered liberty, which dates back to the signing of *Magna Carta in 1215 in England* (also known as *the Great Charter of Freedoms*) (Discover Canada, 2012, p. 8)⁸¹.

Se observarmos ainda o pronunciamento de Trudeau no Parlamento, em 1971, lançando a política do multiculturalismo, como vimos, podemos ler a formulação *all Canadian cultural groups*, que também retoma a designação *all* (todos) enquanto um pré-construído⁸² para determinar o sujeito universal dos direitos humanos, já analisado por nós em outra oportunidade (BARBOSA DA SILVA, 2013).

De acordo com Orlandi (2007 [1999], p. 39) “não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam”. Podemos, então, afirmar que, no Canadá, o discurso do multiculturalismo se sustenta no discurso dos direitos humanos e isso se evidencia, inclusive, quando o discurso do multiculturalismo é ameaçado ou atacado⁸³. Desse modo, o silenciamento da diferença, contrária aos valores ocidentais, que antes era feito por meio de aparelhos repressores de Estado, é feito de forma dissimulada por meio do discurso do multiculturalismo que se ancora na Formação Discursiva dos Direitos Humanos em que, sob a projeção e a ilusão de um sujeito universal, se esquecem a historicidade desse discurso e suas relações históricas e sociais no/com o continente europeu, bem como as condições de produção para a sua emergência no pós-Holocausto, na Europa.

Como se não bastasse, por fim, além de aceitar os valores canadenses, para participar dessa sociedade, o indivíduo de outra cultura, ainda que possa manter a sua língua materna no espaço privado⁸⁴, deve adquirir uma das línguas oficiais, mas de preferência as duas, sendo

⁸⁰ Tradução nossa: “SD5.3: A Constituição do Canadá foi alterada, em 1982, para consolidar a Carta Canadense de Direitos e Liberdades, que começa com as palavras: 'Considerando que o *Canadá é fundado em princípios que reconhecem a supremacia de Deus e do Estado de Direito*'. Esta frase sublinha *a importância de tradições religiosas para a sociedade canadense e a dignidade e o valor da pessoa humana*.”

⁸¹ Tradução nossa: “SD5.4: Juntos, esses (*direitos e liberdades*) garantiram para os canadenses uma tradição de 800 anos de liberdade ordenada, que remonta à assinatura da *Magna Carta em 1215* na Inglaterra (também conhecida como *a Grande Carta das Liberdades*)”.

⁸² A expor no capítulo 3.

⁸³ Kymlicka (2014 [2012]) escreveu esse artigo no qual defende o multiculturalismo a partir dos direitos humanos, em 2012, de acordo com o próprio autor, como uma resposta aos governantes europeus, que tinham afirmado que o multiculturalismo fracassou.

⁸⁴ Na posição de sociólogo, Kymlicka (2014 [2012], p. 140) afirma que os imigrantes vão se integrar mais

que no Quebec, com sua política intercultural e monolíngue, só é possível se integrar pela aquisição do francês. Isso pode ser visto nessas duas sequências, com grifos nossos, retiradas do panfleto *Conhecer, respeitar, partilhar: valores em comum da sociedade quebequense*, o mesmo de onde retiramos o enunciado *uma terra hospitaleira*, publicado em seis línguas, entre elas o português, para informar aqueles que desejam imigrar para o Quebec:

SD5.5: VALORES A SEREM PARTILHADOS

Quebec, terra hospitaleira de muitos imigrantes vindos do mundo todo, é uma sociedade fundamentada em valores em comum que modelam sua própria identidade. A língua francesa é a expressão desse aspecto, além de ser a língua oficial do Quebec. *Viver no Quebec é viver em francês* (QUEBEC, 2009 – grifos nossos em itálico).

SD5.6: No Quebec, FALAR FRANCÊS É UMA NECESSIDADE

A sociedade quebequense é regida pela Charte de la langue française [Carta da Língua Francesa] que estabelece o francês como língua oficial do Quebec. O francês é a língua dos órgãos públicos e a língua utilizada correntemente no trabalho, no ensino, nas comunicações, no comércio e no mundo dos negócios. Quebec empenha-se em preservar e promover sua língua oficial. *A língua francesa é, não apenas um instrumento de comunicação essencial, mas também um símbolo em comum de pertencimento à sociedade quebequense*. Para se integrar ao seu novo ambiente de vida, *os imigrantes que não dominam a língua francesa devem esforçar-se para aprendê-la*. Para ajudá-los nesse sentido, o governo do Quebec oferece-lhes cursos de francês. Os filhos dos imigrantes estabelecidos permanentemente no Quebec frequentam o ensino regular que é ministrado em francês. As candidatas e os candidatos ao exercício de uma profissão regida por uma ordem profissional devem demonstrar ter o conhecimento suficiente da língua francesa para poder, então, conseguir uma credencial regularizada de suas respectivas ordens (QUEBEC, 2009 – grifos nossos em itálico).

Nessas duas sequências, percebemos a importância da língua francesa para o Quebec. O francês é muito *mais que um meio de comunicação* ou uma utilidade para a administração pública, ele é posto como *símbolo em comum de pertencimento à sociedade quebequense* (SD5.6). Sendo assim, *viver no Quebec é viver em francês* (SD5.5) e *falar francês é uma necessidade*, não uma opção (SD5.6) Não existe, portanto, a opção de se viver no Quebec sem ter conhecimentos de francês. Os estrangeiros, candidatos a um emprego devem conhecer a língua, e os imigrantes que não a dominam *devem se esforçar para aprendê-la* (SD5.6), podendo, inclusive fazer um dos cursos oferecidos pelo governo.

Desse modo, para o governo quebequense, a integração ao Estado só é possível por meio do aprendizado da língua francesa. A língua ganha o sentido de algo possível de ser adquirido e torna-se condição para o exercício da cidadania (GAGNON; IACOVINE, 2003,

facilmente se perceberem que as suas culturas são respeitadas, como por exemplo, as suas línguas maternas na esfera privada. Ou seja, o próprio direito de falar a língua materna também faz parte do processo de integração.

p. 461). Ela é posta como fundamental para receber valores como a democracia, a liberdade de expressão e a igualdade entre homens e mulheres. Resta lembrar que a imposição do francês no Quebec não se restringiu aos imigrantes, afetando também os povos autóctones.

Segundo Salée (2003, p. 136-137), a imposição do francês não favoreceu o diálogo entre os povos indígenas e o governo da província, já que alguns deles já utilizavam a língua inglesa gerando desconfiança nessa relação. Para ele, “o estado quebequense praticaria, uma política de 'dois pesos e duas medidas', proclamando sua soberania, seu direito fundamental de determinar seu futuro político e a indivisibilidade de seu território, sem reconhecer em contrapartida as mesmas prerrogativas às nações autóctones” (SALÉE, 2003, p. 134). A imposição da língua francesa se torna tão presente que o professor da Universidade de Victoria, de origem indígena *kanién'kehaka*, Taiaiake Alfred (apud SALÉE, 2003, p. 132), chega a afirmar que a política quebequense é uma espécie de recolonização. Acrescentaríamos uma colonização linguística, que segundo Mariani (2004, p. 25 e 28):

supõe a imposição de ideias linguísticas vigentes e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único (...) produzindo modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, ou ainda, provoca reorganizações no funcionamento linguístico das línguas e rupturas em processos semânticos estabilizados. Colonização linguística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais, em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s).

Sob a ilusão de uma língua ou de duas línguas que pode(m) e deve(m) ser adquiridas para fazer parte da sociedade canadense se encobre(m) a(s) língua(s) colonizadora(s) que silencia(m) outras línguas, outros sentidos possíveis, outras polissemias, outras falhas, outros deslizos, outras derivas, outras incompletudes que impediriam o real do discurso da diferença sob outras formas simbólicas, imaginárias e contraditórias.

Dessa maneira, na *terra hospitaleira* onde dois significantes, *multiculturalismo* e *interculturalismo* se confrontam, *todos os imigrantes, das mais variadas culturas são bem-vindos*, para desfrutar das iguais vantagens econômicas e sociais tão sonhadas por eles, *desde que* contribuam para a sociedade canadense, falem inglês e/ou francês e se assujeitem aos direitos humanos, isto é, *desde que sejam canadenses*.

Concluindo...

Orlandi (2012, p. 7) ao refletir sobre as relações entre as línguas na contemporaneidade afirma:

Essa formação ideológica da globalização, a que se agrega o multilinguismo, se constitui de uma contradição entre seu discurso formal universalizante e sua prática concreta de segregação. É uma formação ideológica que, frequentemente, produz a redução das culturas a museus, museifica as relações com línguas locais, se prende a um multiculturalismo empobrecedor, que faz idealmente a apologia da diferença e da multiplicidade, mas impõe, na prática, um monolinguismo fechado que silencia a pluralidade linguística necessária à dinâmica das sociedades e dos sujeitos no mundo.

Neste *corpus* nos aproximamos das conclusões de Orlandi ao analisar as condições de produção em que se emergiu o discurso do multiculturalismo nos anos 1960, no Canadá. No discurso sociológico sobre o sentido de cultura, o discurso do multiculturalismo emerge por meio de duas formas de deslocamentos. Em um movimento parafrástico de que a sociedade canadense não é monocultural, nem bicultural, mas sim multicultural, composta por variadas culturas. E em um movimento polissêmico de que, se a sociedade tem várias culturas, a política adotada pelo Estado deve-se denominar multiculturalismo, no Canadá, e interculturalismo, no Quebec, trazendo consigo as memórias de outros ismos. A análise de tais movimentos expõe uma contradição quando se observa a política linguística, que se mantém bilíngue no Canadá, um país multicultural e monolíngue no Quebec, um estado intercultural, negando a possibilidade do multilinguismo.

A emergência do discurso do multiculturalismo no Canadá também fundou uma outra discursividade sobre a origem do país: a do *encontro de três povos*: francês, inglês e aborígine, encobrimdo ou mesmo silenciando a dominação europeia sobre a diferença. Somente sobre essa outra discursividade que foi possível erguer o mito do Canadá como uma terra próspera e hospitaleira para as mais variadas culturas.

Vimos que o discurso do multiculturalismo emerge também produzindo um deslocamento de políticas sobre a relação da diferença com o Estado e com a sociedade nacional canadense, de *assimilação* para *integração*. Mas ainda que se desloque trazendo outras práticas, algo se repete. Mantém-se a imposição dos valores ocidentais mas dessa vez sustentados pelo discurso dos direitos humanos, sob a ilusão do sujeito universal que confere ao discurso do multiculturalismo um amplo poder de interpelação. Mantêm-se as muitas

exigências para imigrar para o Canadá ou para se tornar cidadão do país, inclusive de ordem econômica. Mantém-se a ação da(s) língua(s) colonizadora(s), silenciando a variedade linguística e com ela outros efeitos de sentidos possíveis, de outras formações discursivas.

É possível, portanto, identificar uma Formação Discursiva Multiculturalista, dominante, que, aliada a outras, como a Formação Discursiva dos Direitos Humanos, silencia a diferença, ao significá-la como variedade e essa variedade como positiva⁸⁵.

⁸⁵ Diríamos que esse sentido de multiculturalismo, como variedade e essa variedade como positiva, tornou-se um sentido dominante, que se materializa inclusive, em alguns manuais de Sociologia e de Antropologia nos Estados Unidos e no Canadá (cf. Haviland et alii, 2011 e Kottack, 2013).

Capítulo 2

A diferença no discurso da política sobre a cultura no Brasil

*Nunca vou entender o humano.
Vocês agridem e matam pessoas só por fazerem modificações
corpóreas que em nada interferira na vida de outrem se não da
própria.
Vocês matam e odeiam pessoas que amam outras pessoas, só porque
elas não seguem a heterossexualidade compulsória que lhes passou a
ser infligida ao nascer e idolatram como heróis pessoas que vão pra
guerra matarmatar pessoas.
Por conta de um capitalismo que não vou chamar de selvagem, pois
seria torna-lo lindo, mas sim um capitalismo humano
desenfreado, para que uma minoria viva bem enquanto uma maioria
morre de fome.
(...)
Eu só queria viver e por causa disso fui destituída de tudo. Meus
direitos, amores, famílias, amigos.
Vocês me destruíram de minha humanidade. Vocês me definiram como
monstro. Depois tentaram me trazer de volta e me reinserir na prisão
que vocês arquitetada ao redor de vocês.
Obrigada mas não quero voltar.
(...)
Lutarei para libertar-os da prisão que vocês construíram e onde se
aprisionarem.
Sonho em destruí-la e transformar vocês em monstros como eu.
Como diz minha amiga argentina Suzy em seu poema: Reivindico meu
direito a ser MONSTRO⁸⁶.
Discurso de Indianara Siqueira na formatura do pré-vestibular Prepara
Nem⁸⁷ de 2015. Retirado da página no facebook Indianare-se /
Indianara Siqueira*

Neste capítulo, começamos a produzir nossa análise a respeito do discurso sobre a diferença no discurso da política sobre a cultura no Brasil. Nosso foco, como já foi dito, recai sobre as medidas político-culturais, pois observamos aí o espaço de manifestação sobre a diferença no discurso da política. Nosso ponto de partida, conforme dissemos, foi o governo Lula (2003-2010), pois notamos nesse governo durante nossa investigação, uma (tentativa) de captura das vozes da diferença para a elaboração de políticas culturais. Ao centrarmos nas medidas político-culturais, fomos levados a investigar os anos 1930, quando se tem o primeiro projeto político voltado à cultura, o projeto de Mário de Andrade para a criação do

⁸⁶ Texto mantido conforme o original.

⁸⁷ O Prepara Nem é um curso preparatório para o ENEM fundado por Indianara Siqueira, no Rio de Janeiro, em 2015, voltado para “travestis, pessoas trans e outras pessoas em situação de vulnerabilidade social e preconceito de gênero”.

Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN).

Como já dissemos anteriormente, a cultura se mostrou até agora como a principal área em que o(s) discurso(s) *sobre e da* diferença se faz(em) presente(s). Analisando os modos de como a diferença significa e é significada no discurso da política sobre a cultura no Brasil, identificamos quatro períodos distintos: a) Período Vargas; b) Período da Ditadura Civil-Militar; c) Período de governos pós-democratização e d) Período de governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Tal análise foi importante para observarmos os movimentos de sentido em torno do(s) discurso(s) sobre a diferença até o Governo Lula, quando o discurso da diversidade passa a controlar de forma dominante os dizeres da política sobre a cultura, após a sua emergência nos anos 1980 com a redemocratização do país. Neste processo, analisando uma dispersão de textos enquanto “espaços de regularidades enunciativas” (ORLANDI, 2007 [1999], p. 68), identificamos nesses períodos algumas posições e formações discursivas, em movimentos de confronto e de aliança, na definição do que seja diferença e também cultura.

2.1 O Período Vargas e a diferença como o não-patrimônio

Neste primeiro período de análise⁸⁸, o Período Vargas, marcado por intenso autoritarismo, nacionalismo e pela modernização e reestruturação do Estado, por parte do governo, tivemos duas iniciativas quase simultâneas que se destacam como as primeiras medidas políticas do Estado no campo cultural. A primeira foi a criação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, em 1935, que foi dirigido por Mário de

⁸⁸ Pensando sobre a memória deste período, destacamos algumas medidas políticas que marcam a institucionalização do Estado brasileiro e afetam a área cultural. Durante o Brasil Colonial (1532-1822), a imprensa foi proibida e não havia cursos de nível superior até o final do século XVIII, quando foi criada, em 1792, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, antecessora da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro. Após a vinda da Família Real, em 1808, até o período Vargas foram criadas outras instituições como: a Escola de Cirurgia da Bahia (1808); a Imprensa Régia (1808); a Biblioteca Nacional (1808); a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816); a Escola de Direito de Olinda (1827); o Arquivo Nacional (1838); o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, atual Museu Paraense Emílio Goeldi (1866); o Museu Paraense (1876) e o Museu Paulista (1895) (HOLANDA, 1997 [1936]; SODRÉ, 1999 [1966]; ALGRANTI, 2002; SANTOS, 2004; MEIRA; GAZZINELLI, 2006; BRASIL.IBRAM, 2014). Para Castanho (1987, p.30), “a rigor não se pode falar de uma política cultural na Primeira República”. Durante a Primeira República, foi criado apenas o Museu Histórico Nacional, 1922. De acordo com Santos (2004, p. 56), “o Museu Histórico Nacional foi responsável pelo estabelecimento de um marco que anunciava uma nova era de museus nacionais no Brasil. O acervo deixava de ser constituído por elementos da natureza e passava a ser de objetos que representasse, a história da nação”. Quanto à diferença até o Período Vargas era significada negativamente, perseguida, condenada, responsabilizada pelo atraso brasileiro, sobretudo o mestiço, qualificado como “preguiçoso, insolente e pouco capacitado” (BARBALHO, 1998, p. 19). Destacam-se na virada do século XX, a campanha das elites a favor do embranquecimento da população brasileira (cf. Hofbauer, 2006).

Andrade até 1938⁸⁹. E a segunda foi a atuação de Gustavo Capanema que se destacou pela implantação de uma política à frente do Ministério da Educação e Saúde, criado em 1930, que “valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro” (RUBINO, 1992; RUBIM, 2007, p. 104).

O governo Vargas não se firmou sem censura e repressão (cf. Pandolfi, 1999). Com apoio das classes médias urbanas, criou uma série de instituições, inclusive para auxiliar na propaganda do regime, como a Superintendência de Educação Musical e Artística (1933); o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); o Serviço de Radiodifusão Educativa (1936)⁹⁰; o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); o Serviço Nacional de Teatro (1937); o Museu Nacional de Belas-Artes (1937); o Instituto Nacional do Livro (1937); o Museu da Inconfidência (1938); o Conselho Nacional de Cultura (1938)⁹¹ e o Museu Imperial (1940)⁹².

A criação de tais instituições marcou a institucionalização da cultura no Brasil, ou melhor, a criação de aparelhos ideológicos de Estado na área cultural. Para Althusser (1985 [1970]) a função dos aparelhos de Estado, sejam os repressivos ou os ideológicos, é garantir a reprodução das relações de produção, ou seja, o exercício da dominação, a manutenção da classe dominante no poder. A diferença entre eles estaria justamente no fato de que os repressivos funcionam (mais) pela violência, enquanto os ideológicos (mais) pela ideologia. Esses últimos tendem a ser “múltiplos, distintos e relativamente autônomos, suscetíveis de oferecer um campo objetivo às contradições que expressam, de formas ora limitadas, ora mais amplas, os efeitos dos choques entre a luta de classes (...), assim como de suas formas subordinadas” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 73-74).

Tais aparelhos ideológicos de Estado político-culturais⁹³ garantiriam, assim, o

⁸⁹ De acordo com Oliveira (2005, p. 12), o surgimento de um departamento que atuasse no âmbito da cultura na cidade de São Paulo está relacionado à criação da Universidade de São Paulo, em 1934, pois naquele período, de formação da elite paulistana, surgia a necessidade de se pensar o espaço urbano, que passava por uma transformação acelerada. Para Raffaini (2001, p. 32 e 35), por sua vez, tanto o DCR quanto a USP fariam parte de um projeto das elites paulistas de hegemonia cultural sobre o país, após a derrota na Revolução de 1932, em que se visava deslocar o centro nacional do país, do Rio de Janeiro para São Paulo, a então capital econômica.

⁹⁰ Sobre a importância do rádio para o Estado Novo consultar Calabre (2002) e Mustafá (2013).

⁹¹ O Conselho Nacional de Cultura foi criado pelo Decreto-lei nº 526, de 1º de julho de 1938, mas não foi implantado (CALABRE, 2010, p. 295).

⁹² Sobre a mesma época, Santos (2004, p. 57) diz “os museus brasileiros modificaram e diversificaram suas narrativas, abandonando antigos heróis nacionais e erigindo representantes mais populares da nação”. Já Londres (2001, p. 86) afirma que “Capanema fez, inclusive, incursões em áreas como o artesanato e a questão indígena”. Ou seja, indica uma tentativa de captura da diferença com o artesanato e a questão indígena.

⁹³ Escobar (1979, p. 187) diferencia aparelhos repressores e aparelhos ideológicos, de aparelhos culturais. Para ele, “a 'cultura' é bem mais que uma noção, ela é, na verdade, um aparelho cultural que disciplina 'bens culturais' diversificados em discursos e práticas culturais que subvencionam os aparelhos escolares, jurídicos, a

exercício do poder das classes dominantes, ao organizar e institucionalizar o cinema, o teatro, o rádio, as belas-artes. De todos esses aparelhos criados, um em especial cumpriria um papel fundamental dentro da reestruturação do Estado brasileiro e do projeto nacionalista de Vargas para a construção de uma identidade nacional genuinamente brasileira: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), responsável pela patrimonialização da cultura⁹⁴.

Para Choay (2006 [1992], p. 135 e 136), a necessidade de preservação de monumentos históricos surge na Europa durante a Revolução Industrial, no século XIX quando houve uma “ruptura traumática do tempo”, ou seja, quando as transformações sociais e no espaço urbano se aceleram drasticamente. É a partir da demolição de bens imóveis que o monumento histórico passa a “se inscrever sob o signo do insubstituível” e com isso surgem as primeiras medidas políticas estatais voltadas para aquilo que começava a ser chamado de cultura.

Neste momento acompanha-se também a disputa entre duas posições discursivas em relação à preservação de bens materiais: a conservacionista e a renovadora das cidades. De um lado, “aqueles que achavam que o Brasil deveria zelar, como nação civilizada, pelo patrimônio do mundo”; de outro, “aqueles que defendiam o interesse da cidade, e (que) este não devia ser lesado pela presença de imóveis antigos” (RUBINO 1992, p. 94). São, pois, duas posições antagônicas: uma, que defende a manutenção dos imóveis antigos como patrimônio; outra, que postula o seu banimento.

No Brasil, tais transformações chegaram um pouco mais tarde, já no século XX, e se o governo nacionalista tinha a necessidade de construir uma identidade brasileira, o tombamento de monumentos, onde estariam as raízes do país, cumpriria parte desse papel. Para se construir essa outra memória, outra discursividade, era preciso manter lugares que remetessem a uma origem nacional, significando-os, para concomitantemente preservá-los. O

aparelho familiar, e ajudam a sedimentar tanto as práticas realizadoras do efeito ideológico de sujeito quanto sustentam – em suas razões 'civilizatórias' – os rituais de cominação que disciplinam por dentro os AIE”. Não é desta posição que nos referimos aos AIE político-culturais. Para nós, tais aparelhos ao lado da escola e da igreja são instituições que visam disciplinar, por meio do Estado, a área cultural de um país. Optamos por chamá-los de aparelhos ideológicos de Estado político-culturais para manter dentro do possível uma relação com o trabalho de Althusser (1985 [1970]), que ao elaborar essa teoria já denomina AIE cultural na tentativa de refletir sobre a cultura dentro da teoria marxista e designar o papel feito pelas Belas Artes, pelas Letras e pelo esporte em prol da manutenção das classes dominantes no poder por meio do Estado. Mais tarde distinguiremos entre esses AIE político-culturais, aqueles voltados para a escuta de vozes, como conselhos e conferências.

⁹⁴ O SPHAN foi criado antes mesmo do Ministério da Educação e Cultura, instituído somente em 1953, durante o segundo Governo de Getúlio Vargas. De acordo com Castanho (1987, p. 25-26), em 1890, no início da república foi formado o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos e Benjamin Constant foi nomeado ministro, mas tal ministério foi criado apenas para impedir que Constant assumisse a pasta da Guerra e por isso foi extinto em 1892.

governo se alinhava à posição discursiva de defesa dos bens imóveis, pelo menos naquele momento.

Por conta disso, as medidas do Estado se direcionaram para criação de um aparelho que pudesse exercer esse controle sobre a preservação da memória nacional, que dissesse o que poderia e deveria ser preservado. São nestas condições de produção, de construção de uma identidade nacional e transformações sociais e urbanas, que duas outras posições discursivas disputam o lugar de enunciação privilegiado do Estado para definir o que seria patrimônio e conseqüentemente cultura e diferença: a antropológica e a elitista-conservadora.

A primeira se materializa no projeto de Mário de Andrade, elaborado em 24 de março de 1936, sob encomenda de Gustavo Capanema (MICELI, 2001, p. 360; BOTELHO, 2007, p. 112), quando o escritor estava à frente do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo; já a segunda se materializa no próprio Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, elaborado a partir do projeto de Mário, sendo o responsável pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁹⁵.

Comparando o projeto de Mário (2002 [1936]), cuja ementa apresentava a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), que seria responsável por *determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional* com o Decreto-Lei 25⁹⁶, que afirmava, apenas em sua ementa *organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*, iniciamos nossa análise pela definição do que seria patrimônio artístico nos dois documentos:

SD6.1: Patrimônio Artístico Nacional

Definição: - Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (ANDRADE, 2002 [1936], p. 272).

SD6.2: Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos

⁹⁵ A proposta de Mário serviu de modelo também para um projeto de lei de criação de um serviço de patrimônio no estado de São Paulo, entretanto a assembleia estadual foi dissolvida pelo Estado Novo quando o projeto estava em discussão (RUBINO, 1992, p. 102).

⁹⁶ Antes da publicação do Decreto-Lei nº 25 pelo Estado Novo, o governo enviou ao Congresso o Projeto de Lei nº 511, de 15 de outubro de 1936, baseado como mesmo reconhecia o documento no anteprojeto de Mário de Andrade, nos trabalhos de Jair Lins e sua comissão mineira, no trabalho de Araújo Pinho, na legislação brasileira de 1934 e nas estrangeiras, especialmente as da França e do México (RUBINO, 1992, p. 90-91), mas não chegou a ser aprovado antes da dissolução do Legislativo. Essa temática era alvo de discussões há cerca de 20 anos no Congresso e naquela mesma época pelo menos mais um projeto de lei sobre o tema tramitava na Câmara dos Deputados e o estado da Bahia já possuía uma legislação a respeito (RUBINO, 1992, p. 89; 2002, p. 10).

bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL. Decreto-Lei nº 25 /1937).

Enquanto no projeto de Mário de Andrade se define patrimônio artístico como algo centrado na *obra de arte*, não importando sua origem, *nacional/estrangeira* ou *popular/erudita* e nem de quem é a posse da obra (SD6.1); no Decreto-Lei nº 25/1937 é definido como um *bem de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico e sua origem é exclusivamente a nacional* (SD6.2). Substitui-se o sentido de *obra de arte*, pelo sentido jurídico de *bem móvel ou imóvel de valor*, dando poder aos técnicos do SPHAN em definir o que seriam os *fatos memoráveis* e o *valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico*. Com o aparelhamento da patrimonialização por parte do Estado através da criação do SPHAN, os bens não seriam tombados por serem excepcionais – uma vez que os sentidos não estão nas coisas, mas sim nas formações discursivas, que controlam o que deve e pode ser dito e controlariam também o que poderia e deveria ser tombado – mas sim seriam excepcionais e autênticos justamente por serem tombados.

Nessas duas sequências analisadas, observamos, então, que na proposta de Mário há uma possibilidade de comparecimento da diferença quando o sentido de patrimônio se torna toda a obra de arte independentemente da sua origem, cabendo o popular, o estrangeiro, ao contrário do Decreto aprovado que considera patrimônio bens restritos ao nacional. Como se nota, tanto a posição antropológica quanto a elitista-conservadora, aliam-se à posição pela manutenção do bem imóvel. A diferença se dará, como vimos, naquilo que será posto como patrimônio tombado.

Após apreciarmos as formas de se definir patrimônio para cada uma dessas duas posições, vejamos como a questão da diferença comparece no projeto de Mário, para, em seguida confrontar com o decreto aprovado. Começemos pela observação das oito categorias de obra de arte propostas: “1- Arte arqueológica; 2- Arte ameríndia; 3- Arte popular; 4- Arte histórica; 5- Arte erudita nacional; 6- Arte erudita estrangeira; 7- Artes aplicadas nacionais e 8- Artes aplicadas estrangeiras” (ANDRADE, 2002 [1936], p. 274). Cada uma delas contém uma definição e algumas apresentam também especificações e exemplos, como podemos ver a seguir, com itálicos nossos e sublinhados do autor:

SD7.1: *Das artes arqueológica e ameríndia* (1 e 2)

Incluem-se nestas duas categorias *todas as manifestações* que de alguma forma interessem à Arqueologia em geral e particularmente a arqueologia e *etnografia*

ameríndias.

Essas manifestações se especificam em:

a) Objetos – Fetiches; instrumentos de caça, de pesca, de agricultura; objetos de uso doméstico; veículos, indumentária, etc. etc.

b) Monumentos – Jazidas funerárias; agenciamento de pedras; sambaquis; litógrafos de qualquer espécie de gravação, etc.

c) Paisagens – Determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos *Brazis*, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.

d) Folclore ameríndio – *Vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias*, etc.

SD7.2: *Da arte popular* (3)

Incluem-se nesta terceira categoria *todas as manifestações* de arte pura ou aplicada, *tanto nacional como estrangeira*, que de alguma forma *interessem à Etnografia*, com exclusão da ameríndia. Essas manifestações podem ser:

a) Objetos – Fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc.

b) Monumentos – Arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzeiros mortuários de beira-estrada, jardins, etc.

c) Paisagens – Determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mucambos no Recife, etc.

d) Folclore – *Música popular, contos, histórias lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, dansas dramáticas.*

SD7.3: *Da arte histórica* (4)

Incluem-se nesta categoria *todas as manifestações* de arte pura e aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e a sua evolução nacional. Essas manifestações pode ser:

a) Monumentos – (Há certas obras-de-arte arquitetônica, excultórica, pectórica que, sob o ponto-de-vista de arte pura não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam o autor delas. Mas, ou porque fossem criadas para um determinado fim que se tornou histórico – o forte de Óbidos, o dos Reis Magos – ou porque se passaram nelas fatos significativos da nossa história – a Ilha Fiscal, o Palácio dos Governadores em Ouro Preto – ou ainda por que viveram nelas figuras ilustres da nacionalidade – a casa de Tiradentes em São José d’El Rei, a casa de Rui Barbosa – devem ser conservados tais como estão, ou recompostos na sua imagem “Historica”). Ruínas, igrejas, fortes, solares etc. Devem pela mesma qualidade “historica” ser conservados exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil. A data para que um exemplar típico possa ser fixada: de 1900 para trás, por exemplo, ou de cinquenta anos para trás.

b) Iconografia nacional – Todo e qualquer objeto que tenha valor histórico, tanto um espadim de Caxias, como um lenço celebrando o 13 de Maio. Pode ser considerado “historico” para fins de tombamento, o objeto que conservou seu valor evocativo de pois de 30 anos.

c) Iconografia estrangeira referente ao Brasil – Gravuras, mapas, porcelanas, etc. etc. Referentes à entidade nacional em qualquer dos seus aspectos, História, Política, costumes, Brasil, natureza, etc.

d) Brasiliiana – Todo e qualquer impresso que se refira ao Brasil, de 1850 para trás. Todo e qualquer manuscrito referente ao Brasil, velho de mais de 30 anos, se inédito, e de 100 anos, se estrangeiro e já publicado por meios tipográficos.

e) Iconografia estrangeira referente a países estrangeiros – Incluem-se nesta categoria objetos que tenham conservado seu valor histórico universal de 50 anos para trás (ANDRADE, 2002 [1936], p. 274-275).

Entre as categorias estão as artes *indígena* (SD7.1) e a *popular* (SD7.2), ou seja, no projeto de Mário comparece a diferença, como indígena e popular. Nas sequências apresentadas, percebemos também a presença da diferença em outras marcas seja por dizer *todas as manifestações* ao definir cada categoria ou ainda *Brazis*⁹⁷, no plural, ao exemplificar o que poderia ser considerado uma arte arqueológica ou ameríndia (SD7.1). Ademais, ao dizer que a arte popular são *todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia*, o documento afirma que caberia ao etnógrafo, definir o que poderia ser interessante e considerado arte popular (SD7.2). Tais marcas demonstram as condições de produção em que o projeto foi elaborado, inscrito no discurso antropológico, numa relação com o trabalho que vinha sendo realizado por Mário à frente do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo (DCR). Entre tais medidas políticas estavam a de coletar, registrar e inventariar expressões da cultura brasileira, não apenas na cidade de São Paulo⁹⁸, pois percebia-se o risco de desaparecimento que cantigas, provérbios, danças e demais expressões culturais corriam com o crescimento urbano⁹⁹.

Essas ações do departamento contaram com o auxílio de Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss, recém chegados da França para lecionar em São Paulo. Entre ela destacam-se a organização da expedição ao Mato Grosso para estudar os Bororo e os Kadiwéu¹⁰⁰ e o Curso de Etnografia, ministrado por Dreyfus em 1936, que ensinou técnicas e metodologia de coleta e registro para a constituição de arquivos etnográficos¹⁰¹. Esse curso deu origem à Sociedade

⁹⁷ Vale ressaltar que Brazil escrito com Z, não marca a identificação a uma posição estrangeira ou antinacional, como provavelmente ocorreria se fosse enunciado nos dias de hoje, mas justamente o contrário. Até o início do século XX nos documentos oficiais do Estado, o nome do país era grafado com Z, embora a grafia da língua portuguesa fosse a usual, ou seja, cada pessoa escrevia da forma como achava correto. A definição de uma escrita oficial por parte do Estado brasileiro com a aprovação da ABL somente ocorreu após a assinatura com Portugal do Acordo Ortográfico de 1945, de iniciativa do próprio Capanema, quando se fixou que o nome do país em português seria com S. Manteve-se, porém, em inglês a grafia com Z. Para maiores informações sobre os (des)acordos ortográficos de língua portuguesa, cf. Barbosa da Silva (2011).

⁹⁸ Raffaini (2001, p. 50) destaca também as pesquisas realizadas entre os operários da cidade para analisar o padrão de vida deles e de suas crianças com a finalidade de planejar soluções para problemas relacionados ao custo de vida, ao transporte e à habitação. Todas essas iniciativas demonstram o quanto o sentido de cultura na gestão Mário de Andrade era atravessada pela Antropologia, para incluir não apenas instrumentos e expressões artísticas, mas também a forma de viver.

⁹⁹ Mário de Andrade, antes mesmo de dirigir o órgão público já vinha se dedicando a este trabalho, tendo viajado para o Nordeste em 1928, quando já tinha lido os principais teóricos da Etnografia de sua época (VALENTINI, 2013, p. 105; JARDIM, 2015, p. 82).

¹⁰⁰ Outras missões foram feitas, de acordo com Calabre (2009, p. 20), a “Missão de Pesquisas Folclóricas formada em 1938 por Luis Saia, Martim Braunwieser, Benedicto Pacheco e Antonio Ladeira (...) visitou os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão e Pará, (...) coletando objetos e realizando registros sonoros e fotográficos depositados na Discoteca Pública de São Paulo”

¹⁰¹ Analisando, os arquivos do Curso de Etnografia de Dina Dreyfus, Valentini (2013, p. 137-139) observa que ela elege três campos vastos no Brasil para os estudos etnográficos: os povos indígenas, os imigrantes e o caboclo. Não comparecem os negros. Posteriormente, Valentini (2013, p. 156) reconhece ainda outras ausências, além da cultura africana: o folclore e a religião.

de Etnografia e Folclore, que eles criaram em 1937, “concebida como uma instituição coletiva voltada à alimentação dessas mesmas coleções e arquivos, segundo formas de trabalho organizadas por Dina Dreyfus”¹⁰² (VALENTINI, 2013, p. 45). São nessas condições de produção que envolvem as ações, inclusive do DCR, portanto, que se inscreve o projeto de Mário para a criação do SPAN. Tal inscrição no discurso antropológico deixa marcas na materialidade como pudemos ver tanto na definição do que seria arte popular e arte ameríndia, quanto, e principalmente, na abertura dada à diferença marcada em todo o projeto, como já vimos e continuaremos a analisar.

Entre as muitas posições existentes no discurso antropológico ao longo da história, o que as agrega é justamente o interesse pela diferença com suas formas de descrever e significar o mundo ao seu redor¹⁰³. Essa abertura à diferença está presente desde a emergência do discurso antropológico no século XIX, mesmo quando se tentava criar hierarquias entre povos e estágios de evolução e mesmo quando a Antropologia se preocupava apenas com povos primitivos¹⁰⁴. Cultura, no discurso antropológico abarcaria, assim, tanto a cultura indígena, quanto a cultura popular, como previa o projeto de Mário.

Além disso, retornando às sequências discursivas retiradas do projeto de Mário, podemos observar que quando se diz *Folclore ameríndio – Vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias, etc*” (SD7.1) e *Folclore – Música popular, contos, histórias lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, proverbios, ditos, dansas dramáticas* (SD7.2), também há o comparecimento da diferença, não aquela diferença do passado, material, mas aquela que se manifesta no presente de forma imaterial, que deveria

¹⁰²O trabalho da instituição foi tão dinâmico que alguns estudiosos o definem como um laboratório a passagem de Mário pela Prefeitura (BOMENY, 1994, p. 97; VALENTINI, 2013, p. 43-44)

¹⁰³ Falamos em posições, no plural, pois como todo campo de saber, o antropológico também está em movimento, suscetível a deslocamentos, deslizos, derivas, divisões e rupturas. Desde a sua emergência no século XIX, em plena época do imperialismo europeu, quando se tornava necessário conhecer os povos colonizados para melhor dominá-los ou mesmo como “remorso do Ocidente” na busca “de confrontar a sua imagem com a de sociedades diferentes (...) na esperança de que ajudarão a explicar como as suas se desenvolveram” (LEVI-STRAUSS, 1986 [1955], p. 385), acompanhamos distintas formas de significar a diferença no/pelo discurso antropológico. Entre elas a Antropologia Evolucionista, de Edward Tylor, Lewis Morgan e James Frazer, marcada pelo darwinismo social e que buscava criar hierarquias evolutivas entre os diferentes povos, em que os europeus estariam no apogeu da civilização em contraposição aos povos primitivos; até as Antropologias do século XX, marcadas pelo relativismo cultural e pela alteridade, em que não haveria hierarquias e que pelo visto parece controlar os dizeres no projeto de 1936. Entre essas antropologias do século XX, destacam-se a Funcionalista de Bronisław Malinowski, a Americana de Franz Boas, a Estruturalista de Claude Levi-Strauss, a Interpretativa de Clifford Geertz. Ainda assim, o que as inscreve no discurso antropológico é o interesse científico pelo diferente.

¹⁰⁴ Esse deslocamento do objeto da Antropologia, dos povos primitivos para também incluir os grupos urbanos, ocorre pelo atravessamento do discurso sociológico com a Sociologia Urbana da Escola de Chicago, a partir de 1920, como vimos no capítulo anterior.

ser documentada e preservada para o futuro a fim de evitar a sua perda causada pelas transformações sociais e urbanas crescentes. Tal descrição sobre o que seriam essas artes ameríndia e popular no projeto, parece se ancorar na memória do discurso antropológico, que tem em Edward Tylor, antropólogo do final do século XIX, uma das primeiras definições sobre o que seja cultura: “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (apud LARAIA, 2004 [1986], p. 25). Nessa definição caberiam as expressões humanas, materiais e imateriais, como vocabulários, cantos, lendas, magias, músicas, provérbios, ditos e danças.

Ademais, destacamos os dizeres *tanto nacional como estrangeira* (SD7.2), *iconografia estrangeira referente ao Brasil* (SD7.3), *iconografia estrangeira referente a países estrangeiros* (SD7.3), que para nós permitem o comparecimento como patrimônio nacional não apenas da diferença indígena e popular, mas ainda a diferença estrangeira e, portanto, também do imigrante¹⁰⁵.

No projeto de Mário, percebemos ainda que a forma de organizar o texto é distinta daquela do gênero norma jurídica, pois não se divide em artigos, parágrafos e incisos, além de apresentar muitos exemplos e desfazer possíveis dúvidas sobre a proposta por meio de perguntas e respostas. Uma das funções do exemplo em um dizer é elucidar o que se está dizendo, na ilusão de que possa tornar-se óbvio, ou melhor, mais óbvio. O efeito que tantos exemplos produzem é o de tornar, assim, mais óbvio o que seja a arte popular, a arte histórica, a arte arqueológica, a arte ameríndia e demais categorias do projeto de Mário, como se não fossem tão óbvios à época, como se tivesse a necessidade de elucidar para que os leitores pudessem entender o que encaixaria em cada categoria. E como se não bastassem tantos exemplos, no documento temos sempre a expressão *etc.*, que abre para outras inclusões, na ilusão da completude, de tudo o que fosse possível nas categorias de arte, inclusive aquelas que “sob o ponto-de-vista de arte pura não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam o autor delas”. Sob essa ilusão de completude, tudo seria passível de ser arte e nada escaparia à possibilidade de preservação.

¹⁰⁵ Isso não significa que o discurso antropológico não pudesse se aliar ao discurso nacionalista tanto no documento quanto na interpelação de Mário. Pelo contrário, Mário sabia que embora à época fosse preciso criar uma identidade nacional, essa deveria advir das muitas culturas que entraram em contato no território brasileiro. Para Jardim (2015, p. 145), o projeto de Mário “levou em conta a necessidade de integrar ao corpo da nação seus múltiplos componentes: eruditos e populares, urbanos e rurais, tradicionais e modernos, autóctones e alienígenas”. Além de tudo, o nacionalismo em Mário, “implicava não na negação do curso geral tomado pela civilização europeia, mas, na defesa da integração do país neste mesmo curso” (SANDRONI, 1988, p. 84).

Além dos exemplos, o projeto, como dissemos, comporta perguntas e respostas. Nelas diremos se inscreverem duas posições: a posição elitista-conservadora na pergunta (à medida que a pergunta traz o discurso do outro a que se deve responder), e a posição antropológica, na resposta, que responde àquela.

SD8.1: Quarta objeção: Porque o quarto museu é chamado de Artes Aplicadas e Técnica Industrial? Então a técnica industrial é uma arte?

Resposta: - Arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos (ANDRADE, 2002 [1936], p. 278-279).

SD8.2: Terceira objeção: Como fazer-se um livro de Tombo único para reunir várias categorias de artes, como o primeiro por exemplo, que reúne a Arqueologia desde os povos prehistóricos, cerâmica marajoara e pedras esculpidas dos Astecas, a Etnografia Ameríndia e a Etnografia nacional e estrangeira?

Resposta: - Um livro pode ter vários volumes. Faça-se um volume para a Arqueologia, outro para a Etnografia Ameríndia, outro para a Etnografia Brasileira, outro para a Etnografia Universal. Sou de opinião ainda, que mesmo a parte arqueológica da etnografia ameríndia deverá ser reunida a esta e não à arqueologia universal, para obter-se maior unidade (ANDRADE, 2002 [1936], p. 278).

Esse jogo entre pergunta e resposta, essa necessidade de definições, exemplos e explicações indica que a posição discursiva na qual se inscreve a proposta de Mário não é uma posição dominante na época, pois, se fosse, não precisaria de tantos exemplos, nem perguntas e respostas.

Passemos à análise do Decreto-Lei nº 25 /1937. De imediato, é necessário trazer que o decreto-lei parte do projeto num processo de retirada de partes, de apagamentos vários (inclusive de que dele decorre) e de reformulações a partir dele, provocando deslocamentos que o inscrevem em outra posição, como dissemos e como veremos a seguir. Nele as oito categorias de arte com suas definições e exemplos são apagados, entre elas a ameríndia e a popular, que para nós marcavam o comparecimento da diferença. Além disso, os termos “indústria ameríndia” e “indústria popular” são substituídos por “indústria humana” e a possibilidade de tombamento ou registro de bens imateriais também é apagada. O efeito que o apagamento de definições e exemplos produz é o de se colar às posições dominantes da época – nacionalistas, elitistas e conservadoras – sobre o que seria arte, patrimônio, cultura e nacional. Como afirma Oliveira (2002b, p. 345) sobre a primeira metade do século XX: “as tradições populares, ou seja, os costumes, hábitos e comportamentos das populações pobres, apareciam identificadas com a barbárie, a selvageria, o mundo primitivo, que deveriam ser afastados ou eliminados”. A diferença, portanto, é significada negativamente até a primeira

metade do século XX, e por isso, apagada do texto aprovado pela lei¹⁰⁶.

Contudo, nesse processo discursivo de apagamento da diferença no Decreto-Lei nº 25, algo falha. Se apagam-se, em um lado, as categorias com suas definições e exemplos, por outro, os quatro livros de tomo do projeto de Mário permanecem¹⁰⁷, entre eles o “Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”, em que aparecem “as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular”.

No decreto, também a denominação sugerida para a instituição que seria responsável pela política de patrimônio foi alterada: de Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) para Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹⁰⁸. Como vimos, na proposta de Mário de Andrade, a arte histórica, aquela “que reflete, conta e comemora o Brasil” (ANDRADE, 2002 [1936], p. 275) seria apenas uma das oito categorias possíveis de patrimônio. Porém, na norma aprovada, a designação *histórico* é incluída no nome do órgão proposto por Andrade. Os efeitos que temos, com esse acréscimo e com a conjunção *e*, são de que só é patrimônio, só deve ser preservado, aquilo que for histórico e artístico, promovendo uma exclusão de uma arte que não é histórica e de uma história que não é artística, das quais destacamos a arte popular e a arte de povos indígenas, que não deveriam fazer parte das competências do órgão e por isso não deveriam ser preservadas¹⁰⁹.

Comparando o anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional com o Decreto-Lei nº 25/1937, conseguimos, como já dito, observar o funcionamento de duas posições discursivas, determinando o que pode e deve ser

¹⁰⁶ De acordo com Londres (2001, p. 98), o projeto de Mário foi preterido, por dois motivos: primeiro porque o escritor propunha uma noção de patrimônio bastante ampla e “seria praticamente inviável criar um instrumento de proteção legal aplicável não só aos bens materiais como também aos imateriais” e segundo “a pluralidade, por ele identificada na cultura brasileira ia de encontro ao projeto de unidade nacional” do Estado Novo. Já Rubino (1992, p. 80), sob a posição do historiador aponta outra causa como o desentendimento com Heloísa Alberto Torres, então diretora do Museu Nacional, que não aceitou a criação de museus separados, um para história natural e outro para etnografia, o que acarretaria a divisão do acervo do Museu Nacional, conforme o projeto de Mário.

¹⁰⁷ O Decreto-Lei nº 25/1937 mantém os quatro livros de tomo do projeto de Mário, onde os bens tombados seriam registrados – I) o *Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico*, II) o *Livro de Tombo Histórico*, III) o *Livro de Tombo das Belas Artes* e o IV) o *Livro de Tombo das Artes Aplicadas* – acrescentando apenas no primeiro o *Paisagístico* em seu nome para tornar *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Porém, o decreto apaga os museus previstos por Mário para cada um deles, com a finalidade de preservar e expor as artes tombadas.

¹⁰⁸ Nas décadas seguintes o SPHAN mudou de nome diversas vezes. Em 1946 passou a se denominar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); em 1970, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); em 1979, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); em 1990, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); em 1994, novamente, IPHAN, mas somente por um pequeno espaço de tempo não teve o *histórico* em seu nome (BRASIL.ARQUIVO NACIONAL, 2015).

¹⁰⁹ Segundo Rubino (1992, p. 89) o próprio Capanema tinha solicitado a alteração no nome do órgão para a inclusão do “histórico”, pois haveria “uma impossibilidade de separar os dois assuntos: patrimônio histórico e patrimônio artístico”.

dito, sobre cultura no Brasil dos anos 1930. De um lado, uma posição discursiva antropológica que permite o comparecimento da diferença, considerando que cultura não é somente a erudita, mas também a ameríndia e a popular, mas que ainda falha ao silenciar a negra, por exemplo. De outro, temos uma posição discursiva elitista-conservadora, hegemônica, que apaga do anteprojeto qualquer marca de diferença, produzindo o sentido de que patrimônio seria meramente aquilo que fosse histórico e artístico. É essa posição elitista-conservadora, portanto, que controlará aquilo que pode e deve ser museificado, restaurado, monumentalizado, preservado e também aquilo que deve ser esquecido, a diferença.

E isso pode ser observado não apenas com a análise do decreto que criou o SPHAN, mas também na sua prática enquanto instituição, ou melhor, aparelho estatal, responsável pelo patrimônio histórico e artístico brasileiro. Rubino (1992) ao observar as listas de tombamento, mostra que até 1967, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade deixou a direção do SPHAN, o órgão tinha tombado 689 bens¹¹⁰. Destes a maioria era de imóveis construídos no século XVIII, principalmente, fortes, palácios, igrejas e conventos católicos, além de mais da metade se concentrarem nos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, privilegiando a arte colonial. Dos imóveis construídos no século XX, até 1967, foram tombados apenas 6, quase todos modernistas e o estado do Amazonas teve seu primeiro e único bem tombado, o Teatro Amazonas, somente em 1966, mesmo com tanta expressão cultural indígena. Além disso, no primeiro tombamento, em 1938, não foi tombado nenhum bem nas atuais regiões Norte e Centro-Oeste do país¹¹¹. Pode-se observar, assim, que nesses tombamentos não se levou em consideração sequer a diferença regional ou mesmo de estilos arquitetônicos, ao contrário do projeto de Mário que afirmava: “devem pela mesma qualidade 'histórica' ser conservados exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil” (ANDRADE, 2002 [1936], p. 275).

Essa preferência pela arte colonial, pelo “patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental” (RUBIM, 2007, p. 104), produziu também

¹¹⁰ Segundo Rubino (1992, p. 123), até 1967, não constava nenhum bem tombado no *Livro de Artes Aplicadas* e apenas 26 no *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Porém, analisando informações atuais do IPHAN, observamos que no *Livro das Artes Aplicadas* tem quatro bens tombados, um na Bahia em 1939, dois no Rio Grande do Norte em 1964 e mais um no Rio Grande do Sul, em 2012. No entanto, são apenas quatro e o de *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* tem 185 bens tombados, até dez. 2015, mas a grande maioria é de valor paisagístico e não arqueológico e etnográfico. Para termos de comparação, até dez. 2015, havia 705 registros no *Livro do Tombo Histórico* e 785 no *Livro do Tombo das Belas Artes* (BRASIL.IPHAN, 2015a).

¹¹¹ Dissemos atuais regiões, de acordo com a divisão geográfica adotada pelo IBGE em 1969 até os dias de hoje. Como sabemos, no período de funcionamento do SPHAN-IPHAN, o governo adotou outras divisões regionais de 1938 a 1945, com cinco regiões e de 1945 a 1969 com sete regiões (BRASIL.IBGE, 2015).

transformações nos próprios bens tombados. Na busca de se retornar à origem desses bens que foram tombados, “os técnicos passa(va)m sem mais ao desmonte dos altares da igreja, eliminando imagens e objetos de culto de épocas distintas daquela em que se deu o entalhe, em busca de arremedos de um espaço perdido e em nome de uma doutrina etnocêntrica de ‘limpeza do visual’” (MICELI, 2001, p. 361). Podemos notar aí que esse processo promoveria um apagamento não apenas no fio discursivo do decreto aprovado, e nos livros de tomo com ausência de representações da cultura popular, negra ou indígena, mas também no próprio bem tombado que passava por esse processo de “limpeza visual e artística”. Cultura não poderia ser algo vivo e em constante transformação.

Se projeto e decreto se distanciam no que tange ao indígena e ao popular, repercutindo nas próprias práticas de tombamento do SPHAN/IPHAN, como vimos, com o elemento negro, no entanto, a questão é complexa¹¹². Durante o período Vargas, acompanhamos um processo tenso e contraditório em relação ao negro: se, o samba¹¹³ é, por exemplo, discriminado, por outro lado, as escolas de samba são capturadas como forma de contenção e de domesticação das manifestações artísticas. Um outro exemplo seria a capoeira, criminalizada até 1942¹¹⁴. Se as culturas negras são discriminadas e criminalizadas no período Vargas, por outro lado, o negro entra na composição de uma identidade nacional mestiça pelo discurso sociológico, com Gilberto Freyre (2006 [1933])¹¹⁵.

Contudo, ainda que se buscasse capturar as culturas negras desde o Estado Novo, a fim de favorecer o nacionalismo, elas não poderiam nem deveriam comparecer como patrimônio

¹¹² Como já dissemos, também é possível observar o silenciamento das artes e das culturas dos imigrantes, mas somente no Decreto-Lei aprovado.

¹¹³ Sobre a origem e a discriminação do samba, cf. Moura (1983) e Napolitano; Wasserman (2000). Sobre o processo de captura dos desfiles de escolas de samba no período Vargas cf. Guaral (2012).

¹¹⁴ De acordo com Oliveira (2002a), a capoeira foi criminalizada de 1890 a 1942, mas foi perseguida antes mesmo da existência do tipo penal capoeiragem no Código Penal de 1890. No Código Criminal de 1830 (Lei de 16 de dezembro de 1830), o capoeirista era penalizado por vadiagem, de acordo com o art. 295. Já o artigo 402 do Código Penal – Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890 – dizia: “Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena - de prisão cellualar por dous a seis mezes”. Para maiores informações sobre a história da capoeira conferir também Oliveira e Leal (2009).

¹¹⁵ Ainda que nos dois documentos analisados não compareça o mestiço, cabe dizer que nos anos 1930 também observamos uma ruptura dos discursos de embranquecimento da população, de eugenia e de outros que preconizavam o extermínio da diferença, atravessados pela memória do outro como bárbaro, enquanto discursos dominantes na significação da diferença. Tal rompimento pode ser comprovado pelas obras de Gilberto Freyre (2006 [1933]; 1940; 1961) em que a diferença se torna fundamental na construção de uma identidade cultural única por meio da mestiçagem promovida pelos portugueses durante a colonização. Busca-se “apostar na seriedade do brasileiro e afirmar que, havendo esforço e líderes, é possível fazer vingar uma civilização (mestiça) nos trópicos” (OLIVEN, 1984, p. 46). Desse modo, a diferença passaria a ser silenciada não mais por meio dos aparelhos repressores de Estado, mas como mestiçagem, por meio dos aparelhos ideológicos de Estado.

material nacional pelo menos até os anos 1980¹¹⁶. Para Oliveira (2007, p. 137), a inclusão da temática negra na política cultural do país só ocorre nos anos 1980, quando “a cultura passa a ser associada à cidadania” e acrescentamos quando o discurso da diversidade emerge no Brasil. No IPHAN, o primeiro bem tombado de culturas negras¹¹⁷ foi o Terreiro da Casa Branca, somente em 1986. Depois seguiram-se o Terreiro do Axé Opô Afonjá (2000), o Terreiro do Bate-Folha (2005), o Terreiro do Gantois – Ilê Iyá Omim Axé (2005), o Terreiro do Alaketo, Ilê Marocá Láji (2008) e o Terreiro de Ilê Axé Oxumaré (2014). Todos em Salvador (BA)¹¹⁸.

Todavia, como a contradição é constitutiva do processo discursivo e não existe ritual sem falhas (PÊCHEUX, 2009 [1975]), ainda que a posição discursiva elitista fosse hegemônica e controlasse os sentidos sobre patrimônio e cultura, algo escapa. Se observarmos a primeira lista de tombamentos feita em 1938, pelo recém criado SPHAN, observaremos, que entre os 236 bens, estão a Casa da Ordem Terceira do Carmo, em Cachoeira (BA); o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto (MG); Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo (PB); Palácio Imperial, em Petrópolis (RJ); o Jardim Botânico e a Casa da Marquesa de Santos, no Rio de Janeiro (RJ); Ruínas de São Miguel das Missões (RS); o Museu Paulista, em São Paulo (SP); a Igreja de São Benedito, em Teresina (PI) (BRASIL.IPHAN, 2015a). Quase todos os bens referem-se à memória do colonizador português. Dois, no entanto, fogem à regra: (I) o *Museu de Magia Negra*, inscrito no *Livro*

¹¹⁶ O apagamento do negro ou das culturas negras, tanto no projeto de Mário, quanto no Decreto e nas práticas de tombamento do SPHAN/IPHAN pode ser considerado mais veemente, se levarmos em consideração que nos anos 1930 já se falava em cultura e música negra ou afro-brasileira, por meio da realização dos Congressos Afro-brasileiros, em Recife (1934) e em Salvador (1937), além da publicação, por Arthur Ramos de suas obras, *O Negro Brasileiro* (1934) e *O Folk-lore Negro do Brasil* (1935) e de *O samba rural paulista* (1937) do próprio Mário em que relata sua pesquisa sobre as origens da cultura afro-brasileira em Pirapora do Bom Jesus (SP). Sobre a maneira de significar o negro durante o Período Vargas, de modo geral, cf. Cunha (1999).

¹¹⁷ Vale ressaltar que fazendas históricas são tombadas desde a criação do SPHAN, entretanto a senzala só é mencionada em dois tombamentos: de um prédio em 1943, em Cachoeira (BA) e da Fazenda do Pinhal, tombada em 1987, em São Carlos (SP) (BRASIL. IPHAN, 2013). Ainda que não consideremos as senzalas como expressão da cultura afro-brasileira, podemos observar que elas também são apagadas dos tombamentos.

¹¹⁸ Se faltam patrimônios materiais tombados relacionados à cultura popular e à cultura de povos indígenas e afro-brasileiros, o mesmo não acontece com os patrimônios imateriais registrados. O registro de patrimônio imaterial é feito pelo IPHAN desde 2002 e desde então 30 foram registrados. Embora ainda sejam poucos bens registrados se comparados com os bens tombados, todos os bens imateriais estão relacionados à cultura popular ou à cultura de povos indígenas e afro-brasileiros, como a Arte Kusiwa dos índios Wajãpi (2002), o Círio de Nazaré (2004), Ofício das Baianas de Acarajé (2005), a Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri (2006), o Frevo (2007), as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro (2007) e a Roda de Capoeira (2008) (BRASIL.IPHAN, 2015b). O efeito que isso produz é o de que os bens de origem europeia são da ordem material, enquanto os bens de origem indígena ou africana são da ordem imaterial, do efêmero. Não seria possível, assim, tomar uma habitação indígena, mas apenas registrar a técnica de como fazer uma habitação indígena, por exemplo. Para maiores informações sobre a história da patrimonialização da cultura afro-brasileira, cf. Lima (2012).

do Tombo Histórico e no Livro do Tombo de Belas Artes e (II) os Morros do Distrito Federal, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O primeiro, o *Museu de Magia Negra*, é formado por objetos apreendidos pela polícia durante a repressão a terreiros e a casas espíritas no Rio de Janeiro do início do século XX, portanto, antes do período Vargas. Maggie (2007) descreve como ocorreu a formação do museu:

peritos da polícia eram chamados a opinar sobre os materiais apreendidos e os classificaram como de “magia negra”, parte do “arsenal dos bruxos”, “objetos próprios para a exploração do falso espiritismo”, “objetos de bruxaria”, “coisas necessárias à mise-en-scène da macumba e candomblé”, “objetos próprios para fazer o mal, ebó (embó)”. Os artefatos recolhidos pela polícia em “casas de fazer macumba”, em terreiros e centros espíritas definidos como “antros de bruxaria”, foram expostos no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro e constituíam a prova material de que o feitiço existia. O Museu da Polícia contava a história da repressão àqueles que praticavam a bruxaria, usando poderes sobrenaturais para produzir o mal (...) A delegacia que reprimia e perseguia os feiticeiros era a guardiã daquilo que os peritos da polícia definiam como objetos de bruxaria. Essa materialização da bruxaria ainda é vista com desconfiança – não faltaram pessoas para dizer que aquelas coisas eram perigosas, estavam “carregadas”, “pesadas” e era arriscado desvendar sua origem.

Com o tombamento desse museu, em 1938, expõe-se a contradição: na época, privilegiava-se a cultura europeia, mas houve o tombamento de um museu com objetos de origem negra, museu, que só foi possível porque as práticas culturais relacionadas aos negros eram passíveis de penalização. O Museu de Magia Negra, no entanto, como apurou Corrêa (2005, p. 408), mesmo tombado, não foi mencionado nas listas informativas e de divulgação de bens tombados, organizadas pelo SPHAN/IPHAN até 1984, na mesma época que se iniciaram os primeiros tombamentos de bens materiais relacionados às culturas negras, como vimos¹¹⁹.

Como o Museu de Magia Negra, os *Morros do Distrito Federal*, no Rio de Janeiro, também foram tombados em 1938, mas a situação é mais complicada. Se observarmos o projeto de Mário para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), nele comparecem os morros do Rio de Janeiro como exemplo de arte popular, como podemos

¹¹⁹ Cabe ressaltar que durante esse período já era possível o cancelamento desses tombamentos, de acordo com as normas em vigor. Porém, para se cancelar um tombamento, deve-se justificar o motivo de ele ter deixado, com o passar do tempo, de ser considerado um patrimônio nacional. Apesar de a listagem de bens tombados pelo IPHAN até dez. 2015 não apresentar o motivo do cancelamento do tombamento de bens, podemos observar que é algo raro, pois até essa data de todos os 1697 bens tombados, apenas 18 tiveram o seu tombamento cancelado (IPHAN, 2015a).

observar na sequência a seguir:

SD9.1: Da arte popular (3)

Incluem-se nesta terceira categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia, com exclusão da ameríndia. Essas manifestações podem ser:

a) Objetos – Fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc.

b) Monumentos – Arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzeiros mortuários de beira-estrada, jardins, etc.

c) Paisagens – Determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos lacustres vivos da Amazônia, *tal morro do Rio de Janeiro*, tal agrupamento de mucambos no Recife, etc.

d) Folclore – Música popular, contos, histórias lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, dansas dramáticas (ANDRADE, 2002 [1936], p. 274).

Nessa sequência, os morros do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, são considerados exemplos de manifestação da arte popular, na categoria *paisagens*, como *lugar agenciado de forma definitiva pela indústria popular*, ao lado de *vilejos lacustres da Amazônia* e de *agrupamentos de mucambos* em Recife. Com isso, de acordo com o projeto de Mário, os morros do Rio de Janeiro poderiam ser inscritos no *Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico* como toda arte popular, arqueológica e ameríndia. Entretanto, se observarmos o atual Portal do Patrimônio do IPHAN, ainda em fase de elaboração, verificamos que lá consta que os Morros do Rio de Janeiro, tombados em 1938, foram inscritos em dois livros, no Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo de Belas Artes, mas não no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. E se prosseguirmos na leitura do verbete *Morros da Cidade do Rio de Janeiro*¹²⁰, no mesmo portal, teremos o seguinte dizer, com grifos nossos:

Desde 1872 pensadores, como André Rebouças, sugeriam a criação de Parques Nacionais como uma ação visando o reconhecimento do *valor das paisagens* notáveis do País, mas as iniciativas nesse sentido não tiveram resultados práticos. A Revolução de 1930 implicou no atendimento de uma série de reivindicações que existiam no bojo da sociedade, entre elas a preocupação com questão da preservação dessas *paisagens*, ameaçadas pelo crescimento econômico do País. Uma das medidas nesse sentido foi o tombamento *dos morros do Rio de Janeiro*, um dos referenciais culturais de todo o País, por formarem uma das *mais belas e conhecidas paisagens nacionais* e até internacionais, como é o caso do *Pão de Açúcar* e do *Corcovado* (BRASIL.IPHAN, 2015d).

No verbete sobre os Morros do Distrito Federal (BRASIL.IPHAN, 2015d), assim, não consta que esse bem foi tombado por causa de seu valor histórico e artístico, mas apenas

¹²⁰ Com a transferência do Distrito Federal, do Rio de Janeiro para Brasília, observamos uma mudança na denominação do bem tombado, de *Morros do Distrito Federal* para *Morros da Cidade do Rio de Janeiro*.

paisagístico, fazendo menção, inclusive ao Corcovado e ao Pão de Açúcar. Há, portanto, uma tensão em torno do tombamento desse bem.

Como sabemos, alguns morros do Rio de Janeiro foram ocupados pelos colonizadores portugueses no século XVI, entre eles os Morros da Conceição, de São Bento, de Santo Antônio e do Castelo, este último desmontado em 1921. Mas no século XIX já era marcante a presença da cultura popular e da cultura negra nos morros da cidade, com destaque para o Morro da Conceição com a Pedra do Sal e para o Morro da Providência, ocupado por escravos e onde surgiu a primeira favela carioca, no final do século XIX. Os morros do Rio de Janeiro, então, nos anos 1930, tinham marcas tanto da ocupação portuguesa, como da ocupação negra e popular, de tal intensidade que neles teriam emergido o samba carioca (cf. Enders, 2002).

Levantamos, contudo, duas contradições, quando observamos outros bens também tombados, relacionados aos morros do Rio de Janeiro. A primeira quando se observa que durante os tombamentos do SPHAN, em 1938, outros bens relacionados à cultura colonial europeia foram tombados em morros da cidade, como a Igreja de São Francisco da Prainha, o Palácio Episcopal no Morro da Conceição e os Jardins e Morro do Valongo, além de inúmeros imóveis no Morro do Valongo. A segunda quando se observa que o Corcovado, o Pão de Açúcar, o Morro da Urca, o Morro Dois Irmãos e a Pedra da Gávea foram tombados e inscritos no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, em 1973. Tais tombamentos, tanto de imóveis relacionados à ocupação portuguesa em morros do Rio de Janeiro, quanto de alguns morros, de acordo com o seu valor paisagístico, corroborariam com a ideia de que o tombamento dos *Morros do Distrito Federal* não faria referência à cultura colonial, nem à paisagem natural, mas sim se ancoraria na memória do projeto de Mário, que os considerava como exemplo de arte popular. E mais, como o Museu de Magia Negra, os Morros do Distrito Federal durante décadas também não compareceram nas listagens informativas e de divulgação de bens tombados do IPHAN, e o seu tombamento também não preservou o Morro de Santo Antônio, impedindo o seu desmonte parcial nos anos 1950. Ambos, foram, portanto, esquecidos, depois de tombados, numa tentativa de consertar o equívoco, a falha de tê-los tombados.

Nesta primeira parte, identificamos a posição discursiva elitista-conservadora, pelo confronto com a posição discursiva antropológica. Essa primeira, dominante sobre a outra no Período Vargas, selecionaria o que deveria e poderia ser preservado – e isso compareceria não

apenas no decreto de criação do SPHAN, mas também nas práticas do aparelho ideológico de Estado criado. Contudo, mesmo privilegiando o tombamento de bens ligados à cultura colonizadora europeia e apenas em alguns estados do país, algo falha, tanto no decreto, quando se mantém o *Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico*, proposto por Mário, acrescentando apenas o *Paisagístico* em seu nome, quanto nas práticas do aparelho ao se tomar o *Museu da Magia Negra* e os *Morros do Distrito Federal*, ambos no Rio de Janeiro. Ainda que a coleção do museu seja formada a partir da repressão policial, o que lhe garantiu inclusive um nome depreciativo de *Museu da Magia Negra*, o tombamento garantiria um lugar de prestígio às culturas negras e a própria repressão policial garantiria um lugar de culto.

Maggie (2007) nos apresenta uma forma de resistência da diferença relacionada à repressão policial que, ao silenciar as culturas negras, combatendo seus lugares e apreendendo seus objetos de devoção, acaba reforçando o culto e criando um outro espaço de adoração:

Em 1979, os objetos da bruxaria no Museu da Polícia estavam dispostos como em um terreiro, com as imagens dos exus separadas das dos outros orixás, os atabaques separados das imagens e os “trabalhos para fechar caminhos” em estante separada “dos trabalhos para abrir caminhos”. Afinal, se estivessem dispostos de outra maneira perderiam seu sentido de artefatos de magia maléfica, pois é a ordenação mágica que determina sua função de produzir o mal ou o bem. Naquela altura as pessoas iam ao museu fazer a sua “fezinha” e depositavam moedas e flores ao pé das imagens. *Para os visitantes do Museu aquelas imagens e itens rituais como velas, vestimentas e capacetes ganhavam ainda mais poder e força por ter pertencido a poderosos feiticeiros* (grifo nosso).

E, assim, a voz da diferença parecia resistir e, pela falha na/da memória da posição elitista-conservadora, comparece, significa. E continuaria resistindo a outros apagamentos posteriores nas/pelas memórias de outros discursos¹²¹, como veremos a seguir.

2.2 O Período da Ditadura Civil-Militar e a diferença como o não-nacional

O segundo período em que observamos formas de significar a diferença no discurso da política sobre a cultura no Brasil foi o da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Como no período anterior, neste também, sobretudo durante os governos de Castelo Branco

¹²¹ O acervo do Museu deverá ser novamente exposto, depois de 15 anos guardado, desde 2000, no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que foi reinaugurado no prédio recém-reformado do antigo Palácio da Polícia Central, na Rua da Relação, no Rio de Janeiro, onde funcionava a Divisão de Polícia Política e Social (DOPS). Será que o DOPS se tornará um novo espaço de adoração, de culto das religiões afro-brasileiras?

(1964-1967), de Médici (1969-1974) e de Geisel (1974-1979)¹²² muitos AIE político-culturais foram reestruturados e outros foram criados, como o Conselho Federal de Cultura (1966); o Instituto Nacional de Cinema (1966); a Empresa Brasileira de Filmes (1969); o Departamento de Assuntos Culturais (1970) o Conselho Nacional de Direito Autoral (1973); a Fundação Nacional das Artes (1975); o Centro Nacional de Referência Cultural (1975); o Conselho Nacional de Cinema (1976); a Radiobrás (1976); a Secretaria de Assuntos Culturais (1978) e a Fundação Pró-Memória (1979)¹²³.

Não é por acaso que tais aparelhos ideológicos de Estado foram implementados em um momento de autoritarismo e de repressão do regime, isto é, no mesmo momento em que temos uma ação violenta dos aparelhos repressivos. De acordo com Ortiz (apud CALABRE, 2007, p. 157), o “‘Estado de Segurança Nacional’ não reprime o poder conferido pela cultura, ao contrário, o desenvolve e o utiliza, ou seja, estimula o uso da cultura como meio de integração sob o controle do aparelho estatal”. Para Schwarz (2009 [1970], p. 9-10), inclusive, a própria decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, com a intensificação da censura, está relacionada com a desarticulação da hegemonia que a esquerda detinha no campo cultural:

quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constitui massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, a própria cultura viva do momento¹²⁴.

Considerando que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, ou seja, o sujeito é interpelado pela ideologia (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 17), esses aparelhos, entre eles o Conselho Federal de Cultura (CFC), funcionavam de forma a interpelar indivíduos em sujeitos aliados com o projeto nacionalista-elitista da ditadura.

De sugestão do então membro da ABL Josué Montello ao presidente Castelo Branco, o CFC¹²⁵ foi criado por meio do Decreto-Lei nº 74, de 12 de novembro de 1966 e implantado

¹²² Os respectivos chefes do Ministério da Educação e Cultura durante essas ações foram: Tarso Dutra (1967-1969); Jarbas Passarinho (1969-1974) e Ney Braga (1974-1978).

¹²³ Além disso, nos mesmos governos foram organizados: o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (1973); o Programa de Ação Cultural (1973); o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975); a Política Nacional de Cultura (1975) e o Seminário Nacional de Artes Cênicas (1979) (MICELI, 1984, p. 58).

¹²⁴ Para maiores análises sobre o funcionamento desses AIE político-culturais como forma de interpelação das classes intelectuais e artísticas para se contrapor à influência da esquerda, cf. Ramos (1983) e Amancio (2007; 2011) sobre a Embrafilme, cf. Botelho (2001) sobre a Funarte, cf. Maia (2012) sobre o CFC.

¹²⁵ Em 23 de fevereiro de 1961, por meio do Decreto nº 50.293, o presidente Jânio Quadros criou o Conselho Nacional de Cultura, subordinado à Presidência da República, e que tinha entre seus membros Oscar Niemeyer e Sérgio Buarque de Holanda, porém tal órgão não teve expressividade devido às instabilidades provocadas pela

em janeiro de 1967, quando tomaram posse seus 24 membros¹²⁶. Entre os seus objetivos estavam o de elaborar um plano nacional de cultura e coordenar as atividades culturais do MEC. O CFC, que, de acordo com Josué Montello, “não deveria ser um órgão de debates acadêmicos, e sim, ter uma caráter executivo” (CALABRE, 2007, p. 157), era composto por quatro câmaras e uma comissão: (I) Câmara de Ciências Humanas; (II) Câmara de Letras; (III) Câmara das Artes; (IV) Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e (V) Comissão de Legislação e Normas.

Maia (2012, p. 39) afirma que

o Conselho permaneceu nos espaços tradicionalmente ocupados pelas elites culturais atuantes no Estado desde o primeiro governo Vargas (1930-1945). O objetivo do Conselho era fortalecer esses espaços, considerados fundamentais na preservação da memória nacional. O CFC privilegiou a preservação, a defesa e a divulgação do patrimônio cultural (...): os conjuntos arquitetônicos, as obras da literatura, as comemorações dos acontecimentos históricos singulares, as manifestações folclóricas.

Nesse período, ainda era dominante a posição de que apenas os intelectuais deveriam ocupar um lugar de enunciação sobre cultura, os intelectuais das elites brasileiras, que se perpetuavam na Academia Brasileira de Letras, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e agora também eram interpelados pelo Conselho Federal de Cultura, a pensar e elaborar medidas políticas que garantissem a manutenção do poder nas mãos das elites¹²⁷. Por conta disso nomes da elite cultural brasileira foram escolhidos num momento em que crescia o que a Ditadura Civil-Militar chamava de “terrorismo cultural”, que por sua vez seria duramente reprimido¹²⁸. Para Maia (2012, p. 29), “identificados com as correntes modernistas

renúncia presidencial e pelo golpe contra João Goulart. Se observarmos os dizeres do governo militar veremos que há um apagamento sobre a origem do CFC, tanto como Conselho Nacional de Cultura, em 1938, quanto como o de 1961, do mesmo modo que o Decreto de 1961 não mencionava o de 1938 (CALABRE, 2009, p 58) ou do mesmo modo ainda que o governo Lula que considerava a “reestruturação” do Conselho Nacional de Política Cultural, em 2005, como o seu início (MINC, 2015). O efeito que tais apagamentos produzem é o de reverência e gratidão aos seus criadores, criando a obrigação de homenageá-los, como se não houvesse uma iniciativa anterior, o que de fato ocorreu durante o funcionamento do CFC, quando seus membros homenageavam a iniciativa de Castelo Branco em criar o conselho (MAIA, 2012).

¹²⁶ Em 1974, o Conselho passou a ter 26 membros, com a integração dos diretores do Instituto Nacional do Livro e do Departamento de Assuntos Culturais, como membros natos (MAIA, 2012, p. 41).

¹²⁷ Na pesquisa em que analisa as sessões do CFC, Quintella (1984) identifica mais marcas do processo de elitização do Conselho, além da representação institucional, tais como: uma autocultuação entre os membros; a demonstração de conhecimentos específicos e eruditos de seus membros; a intimidade com que se tratam durante as reuniões; a troca de elogios; as formas de tratamento tais como confrade, acadêmico, consócio. Já Calabre (2006, p. 94) destaca, ao analisar a produção textual do CFC, que existe “uma hierarquização dos saberes e dos fazeres culturais no conceito de patrimônio elaborado (pelos seus membros), que é representada pelas expressões: 'mais representativas', 'mais belas' e 'de significação’”.

¹²⁸ Maia (2012, p. 36) enumera as ações repressoras nesse período feitas pelo regime ditatorial que afetavam a área da cultura: “intervenções nas universidades, aposentadorias compulsórias, demissões sumárias

conservadoras, os membros do CFC reeditaram projetos executados no Estado Novo (1937-1945), incorporando aos debates nacionalistas sobre a cultura o culto ao civismo, este sempre alicerçado pela visão otimista quanto aos rumos da nação”.

O CFC se inscrevia na posição patrimonialista e estava focado na preservação e na restauração de monumentos e obras de arte, sobretudo imóveis arquitetônicos, bibliotecas, arquivos e museus. Contudo, essa posição, dominante no campo cultural desde os anos 1930, como vimos, entrou em confronto, na década de 1970, com outra que indicaremos como a do artista, que defendia dar prioridade a outras atividades culturais, como a de criação, de produção e de difusão de peças de teatro, de concertos e de exposições (MICELI, 1984, p. 102-106).

Tal embate entre a posição patrimonialista e a posição do artista como espaço privilegiado para a enunciação de medidas políticas para a cultura, atingiu o seu ápice em 1973, último ano da gestão de Jarbas Passarinho, no MEC e de Médici na Presidência, quando foram elaborados dois documentos, um pelo CFC, em março, intitulado *Diretrizes para uma política nacional de cultura* e outro, em agosto, pelo Departamento de Assuntos Culturais, nomeado *Plano de Ação Cultural (PAC)*, que, apesar do conflito, acabaram-se mostrando complementares¹²⁹. O primeiro foi uma iniciativa, já que as tentativas de planos anteriores se frustraram, de criar diretrizes, entre elas a de maior autonomia para o setor cultural dentro do governo e, por isso, foi rapidamente tirado de circulação. Já o segundo constituiu-se num calendário de eventos culturais, que impulsionaram a necessidade de criação da Funarte (COHN, 1984, p. 88-89; CALABRE, 2007, p. 168; 2008, p. 7; OLIVEIRA, 2007, p. 144).

Nessas condições de produção, de autoritarismo, de repressão, de censura¹³⁰ e de

nas instituições de educação básica e superior, invasões à União Nacional dos Estudantes (UNE), cassações de direitos políticos, perseguições e prisões de jornalistas, intelectuais, professores, artistas e estudantes”, entre eles de Ênio Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira, preso após a publicação de artigo de Nelson Werneck Sodré denunciando as ações repressivas no campo da cultura. No mesmo período destacavam também as ações de cunho revolucionário: o Centro Popular de Cultura, da UNE; o Teatro de Arena e o Teatro Oficina. Todos duramente perseguidos no campo da cultura pelo regime militar (MAIA, 2012, p. 37).

¹²⁹ O patrimônio também teve, em 1973, um programa específico para o seu financiamento: o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, que continuava priorizando o patrimônio relacionado à história colonial portuguesa, mas que conseguiu ampliar as críticas sobre a necessidade de uma política patrimonial voltada para a diversidade do país (SILVA, 2001, p. 106-107). Em 1975, foi criado o Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC), no âmbito do Ministério da Indústria e Comércio, sob idealização de Aloísio Magalhães, que viria a ser Secretário da Cultura em 1981. O CNRC propunha retomar o projeto de Mário e dinamizar a política de patrimônio, mas foi incorporado ao IPHAN, em 1979, quando o próprio Aloísio assumiu a direção do instituto, acelerando as mudanças na política patrimonialista do país que culminaria, como vimos na primeira parte, no tombamento dos primeiros terreiros de candomblé nos anos 1980.

¹³⁰ Encontramos marcas de um autoritarismo por parte do governo ditatorial, nos seguintes dizeres da PoNC, quando comparecem polifonicamente pela negação enunciadores e enunciados que se pretendiam negar: a política “não significa intervenção”, “não como dirigismo”, “nem sua orientação segundo formulações

disputas entre posições foi publicado o documento *Política Nacional de Cultura*¹³¹, considerado o primeiro plano nacional de cultura, que serviu de material de análise deste período¹³² e que por nós foi abreviado como PoNC, justamente para diferenciar do Plano Nacional de Cultura (2010-2020)¹³³. Na análise do funcionamento do discurso sobre a diferença e sua relação com os efeitos de sentido dominantes de cultura, identificamos no texto da PoNC, três posições-sujeito, que vamos mostrar ao longo deste subcapítulo: a PS nacionalista; a PS elitista-conservadora, a mesma do período anterior, e a PS mercadológica.

Como nos lembra Orlandi (2007 [1999], p. 70) “em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas (e consequentemente, posições) que nele se organizam em função de uma dominante”. Na PoNC o que observamos é uma relação de aliança entre essas três posições, em que a PS nacionalista se mostra dominante perante a PS mercadológica e a PS elitista-conservadora, que no período anterior exercia essa função. No entanto, todas as três consideram tanto o sentido de cultura como patrimônio, quanto o sentido de cultura como arte. Esse outro sentido para cultura, de arte, inclusive produzirá um novo direcionamento nas medidas políticas com ênfase à produção e à criação artística, que poderia abrir, a princípio, outros espaços para a manifestação da diferença, uma vez que, como vimos, no sentido da cultura como patrimônio, o Estado estava voltado apenas para a preservação da pedra e cal de origem europeia.

A PoNC tem 42 páginas e foi elaborada pelo Departamento de Assuntos Culturais¹³⁴, na época sob a direção de Manuel Diégues Júnior, quando Ney Braga era ministro e contou

ideológicas”, “o governo brasileiro não pretende, direta ou indiretamente, substituir a participação dos indivíduos nem cercar as manifestações culturais que compõem a marca própria do nosso povo” (BRASIL. MEC, 1975, p. 8 e 24).

¹³¹ Agradecemos à prof^a. Dr^a. Lia Calabre, da FCRB que, gentilmente, nos forneceu uma cópia desse documento, o que possibilitou a nossa análise.

¹³² Alguns autores do tema não veem problema em chamar a *Política Nacional de Cultura* também de *Plano Nacional de Cultura*. No entanto, embora a Política Nacional de Cultura se projete para o futuro como um plano e um de seus objetivos seja justamente o de planejar a política cultural, esse não foi o nome oficial dado ao documento. Temos ainda uma coincidência entre as siglas, da Política Nacional de Cultura, de 1975 e do Plano Nacional de Cultura (2010-2020), ambas são abreviadas como PNC. Na análise do processo discursivo de elaboração do PNC, no terceiro capítulo desta tese, observamos um apagamento do projeto da Ditadura Militar, quando se afirma que o PNC feito no Governo Lula foi primeiro plano nacional de cultura feito no Brasil, entretanto a própria confusão em torno das duas siglas ou o fato de alguns autores chamarem o projeto da Ditadura de plano, mostram que há uma tensão.

¹³³ O MEC publicou, também durante a gestão de Ney Braga, a *Política Nacional Integrada de Educação e a Política Nacional de Educação Física e Desportos* (SILVA, 2001, p. 159).

¹³⁴ O Conselho Federal de Cultura, ainda que sua missão fosse organizar a política cultural do MEC, com caráter normativo e de assessoramento ao ministro, não conseguiu aprovar nenhum plano nacional de cultura, pois esbarrava em questões orçamentárias – embora tenha feito pelo menos duas propostas, uma em 1967 e outra em 1969 (CALABRE, 2005; 2008; MAIA, 2011, p. 5-6).

com a participação de diversos técnicos do MEC¹³⁵. O texto está dividido em nove partes: (1) introdução; (2) política: concepção básica; (3) cultura brasileira; (4) fundamentos; (5) diretrizes; (6) objetivos; (7) componentes básicos; (8) ideias e programas e (9) formas de ação¹³⁶.

Começamos nossa análise da PoNC¹³⁷ (BRASIL. MEC, 1975), observando o que pode e deve ser dito na/pela primeira posição discursiva, a nacionalista, que é dominante e pode ser caracterizada pelo ufanismo, pela exaltação das grandezas e poderes do país, para a qual a cultura cumpre um papel fundamental. Vejamos algumas sequências recortadas com grifos nossos em itálico:

SD10.1: A construção do futuro de um país e da grandeza de seu povo não se fundamenta, somente, em alicerces materiais. *O espírito que o anima*, e que é o *responsável maior por sua identidade*, merece preferência na elaboração do planejamento nacional (BRASIL. MEC, 1975, p. 8).

SD10.2: A sobrevivência de uma nação se enraíza na continuidade cultural e compreende a capacidade de integrar e absorver suas próprias alterações. *A cultura*, com tal sentido e alcance, *é o meio indispensável para fortalecer e consolidar a nacionalidade* (BRASIL. MEC, 1975, p. 9).

SD10.3: Ao formular uma política nacional, em conformidade com as diretrizes traçadas pelo Conselho Federal de Cultura, este Ministério objetiva *considerar a cultura não em abstrato, mas sim em sua caracterização brasileira* (BRASIL. MEC, 1975, p. 9).

SD10.4: Constitui meta prioritária do Governo *promover a defesa e a constante valorização da cultura nacional* (BRASIL. MEC, 1975, p. 20).

SD10.5: A primeira ação deve ser de revelação do que constitui o âmago do homem brasileiro e o teor de sua vida. Antes de qualquer medida precisamos *verificar a própria essência da nossa cultura*. (BRASIL. MEC, 1975, p. 28).

SD10.6: a primeira preocupação: a de *preservar um núcleo irreduzível de cultura autônoma que imprima feição própria ao teor de vida do brasileiro* (BRASIL. MEC, 1975, p. 28).

SD10.7: O desaparecimento do acervo cultural acumulado ou o desinteresse pela contínua acumulação da cultura representarão indiscutível *risco para a preservação da personalidade brasileira* e, portanto, *para a segurança nacional* (BRASIL. MEC, 1975, p. 30).

¹³⁵ Os técnicos do MEC que elaboraram o PAC, são, segundo (OLIVEIRA, 2007, p. 142) os mesmos que redigiram a PoNC. Optamos por analisar somente a PoNC por ser o principal documento da política cultural do período, como já foi dito.

¹³⁶O PNC (2010-2020) está organizado em diretrizes, estratégias e ações, como veremos no próximo capítulo.

¹³⁷ De acordo com o próprio texto, a PoNC define uma “concepção básica do que entendemos por política de cultura; procura definir e situar, no tempo e no espaço, a cultura brasileira; explicita os fundamentos legais da ação do governo no campo cultural; traça as diretrizes que nortearão o trabalho do MEC; detalha os objetivos e os componentes básicos da Política Nacional de Cultura; exprime ideias e programas; revela as formas de ação” (BRASIL. MEC, 1975, p. 5).

SD10.8: *É necessário que, do mesmo passo, desenvolva uma cultura vigorosa, capaz de emprestar-lhe personalidade nacional forte e influente* (BRASIL. MEC, 1975, p. 30).

SD10.9: O incentivo aos instrumentos materiais, atuantes ou em potencial, para imprimir maior desenvolvimento à criação e à difusão das diferentes manifestações da cultura, *tendo-se sempre em vista a salvaguarda dos nossos valores culturais, ameaçados pela imposição maciça, através dos novos meios de comunicação, dos valores estrangeiros* (BRASIL. MEC, 1975, p. 25).

Para essa posição, a nacionalista, a cultura é essencial para que o Brasil se torne um grande e poderoso país, um país de futuro, pois *consolida a identidade* (SD10.1) e a *nacionalidade* (SD10.2). Se a cultura é a base da nacionalidade, *deve ser preservada e defendida para garantir a segurança da nação* (SD10.7), mas somente a sua *essência* (SD10.5), o seu *núcleo irredutível* (SD10.6). Deve-se *defender a cultura nacional da imposição dos valores estrangeiros* (SD10.9), da cultura de massas (SD10.9) e de suas próprias transformações, capazes de desconfigurá-la (SD10.6). Busca-se, assim, uma essência, capaz de erguer a cultura nacional, única, no singular, não havendo espaço para a diferença, a não ser para aquela que sustentasse e fundamentasse um caráter único por meio da mestiçagem.

Entre as marcas dessa posição na PoNC, estão também o uso constante do pronome possessivo de primeira pessoa no plural, *nosso/nossa* e pelo uso dos qualificadores *brasileiro/brasileira* e *nacional*, no singular. Assim, são ditos (BRASIL. MEC, 1975):

nosso acervo cultural próprio (p. 5);
nosso povo (p. 5, 8);
nossa civilização (p. 5);
nossa personalidade nacional (p. 6, 21);
nossa cultura (p. 14, 28, 36);
nosso território (p. 16);
culturalmente nosso (p. 25);
nossos valores culturais (p. 25);
caracteristicamente nosso (p. 28);
nossa vocação democrática (p. 30);
nossa história (p. 33);
nossos bens culturais (p. 37);
nossos valores e bens culturais (p. 38);

cultura brasileira (p. 5, 16, 24, 25, 28);
acervo cultural próprio e caracteristicamente brasileiro (p. 5);
homem brasileiro (p. 6, 24, 28, 29, 36)¹³⁸;

¹³⁸ Destacamos, aqui, uma outra marca de ausência do discurso da diferença no documento *Política Nacional de Cultura*. Quando o documento diz *homem brasileiro*, o efeito que se produz é o de como se existisse

humanismo brasileiro (p. 6);
vocação brasileira (p. 25);
estilo brasileiro de vida (p. 28);
personalidade brasileira” (p. 30);

cultura nacional (p. 9, 20);
memória nacional (p. 28);
personalidade nacional (p. 30);
produção teatral nacional (p. 33);
produção cinematográfica nacional (p. 33);
autor nacional (p. 33);
símbolos gestuais e musicais da cultura nacional (p. 33)¹³⁹.

O uso do pronome *nosso/nossa* produz um efeito paternalista do Estado sobre a população brasileira – uma vez que quem enuncia a PoNC é o Estado – e também um efeito determinador, em que o *nosso/nossa* é um/uma, homogêneo(a), como se *nossa cultura = a cultura*, apagando assim a possibilidade da diferença, sob a ilusão de que o *nosso* englobaria a todos. Esse efeito também é reforçado pelos qualificadores *brasileiro/brasileira* e *nacional*, no singular, na ilusão de que só seria possível, de que só existisse uma única nação no território do país, uma única cultura nacional, como se fosse preciso formar o brasileiro. Dizer, portanto, *cultura brasileira* e *cultura nacional* é não dizer *culturas brasileiras*, *culturais nacionais* ou ainda *culturas das nações brasileiras*. No discurso nacionalista da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) “o Estado avoca a si o papel de manter acesa a chama da memória nacional e por conseguinte se transforma no criador e bastião da identidade nacional” (OLIVEN, 1984, p. 51), e acrescentaríamos de uma identidade nacional única.

Para consolidar a cultura nacional era necessário construir um imaginário, uma essência única, algo genuinamente brasileiro, distinto de todos os outros países e que pudesse unir o Brasil. E isso só seria possível pela miscigenação, que é o que diferenciaria o brasileiro dos outros povos e nações. Observemos as sequências, ainda da posição nacionalista, com grifos nossos em itálico:

uma (sub)espécie de ser humano, a brasileira, cuja origem garantiria uma identidade autêntica e única. Tal dizer traz consigo uma memória do discurso natural. Além disso, ao dizer *homem brasileiro* para se referir a totalidade de pessoas e não homem e mulher, se silenciam outras vozes, entre elas as feministas, em plena segunda onda feminista, quando “os termos 'mulher' e 'homem' deixam de ser tomados como categorias transparentes da disciplina da história e são questionados enquanto significados em disputa e resultantes de relações de poder” no que “implicou a formação do sujeito político mulheres feministas relacionada à constituição de um lugar de enunciação coletivo das mulheres e para as mulheres no discurso e na história” (CESTARI, 2011, p. 7 e 20).

¹³⁹ Silva (2001, p. 127 e 155) em sua dissertação em Sociologia afirma que a PoNC utiliza alguns termos bastante comuns entre os frequentadores da Escola Superior de Guerra, como *personalidade brasileira* e *homem brasileiro*, na tentativa de definir um caráter, um perfil nacional para os indivíduos do país. Para ele, a utilização de termos tão genéricos como *homem* pode ser entendida como um “recurso para a negação ou tentativa de omissão das diferenças – sociais, econômicas e políticas etc. - existentes na sociedade brasileira”.

SD11.1: Compreende-se como cultura brasileira aquela criada, ou *resultante da aculturação, partilhada e difundida pela comunidade nacional*. O que chamamos de cultura brasileira é *produto do relacionamento entre os grupos humanos que se encontraram no Brasil provenientes de diversas origens* (BRASIL; MEC, 1975, p. 16).

SD11.2: *Pluralismo* que se irá diluindo no *sincretismo*, e este, tornado brasileiro, dando-lhe a nossa marca. É esta capacidade de aceitar, de absorver, de refundar, de recriar, que dá significado peculiar à cultura brasileira, expressando a personalidade do povo que a criou. Formada pelo *encontro de três grupos humanos – o índio, o branco e o negro* (BRASIL; MEC, 1975, p.16).

SD11.3: O Brasil, com sua vasta extensão territorial, população em crescimento acelerado, *miscigenação étnica contínua e permanente, confluência de fatores culturais mais diversos*, irá plasmando e fixando a sua personalidade nacional, graças à harmonia e à manutenção de seus *variados elementos formadores* (BRASIL; MEC, 1975, p. 30).

SD11.4: A Política Nacional de Cultura procura compreender a cultura brasileira dentro de suas peculiaridades, notadamente as que *decorrem do sincretismo* alcançado no Brasil a partir das *fontes principais de nossa civilização – a indígenas, a europeia e a negra* (BRASIL; MEC, 1975, p. 5).

SD11.5: Cultura não é apenas acumulação de conhecimentos ou acréscimo de saber mas a plenitude da vida humana no seu meio. Deseja-se preservar a sua identidade e originalidade fundadas nos genuínos valores histórico-sociais e espirituais donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro: democrata por formação e espírito cristão, amante da liberdade e da autonomia (BRASIL; MEC, 1975, p. 8).

SD11.6: Incluiríamos nesse componente a contribuição dos grupos étnicos indígenas, ou seja, a arte plumária, as máscaras, as danças e cantos, hábitos e costumes alimentares, técnicas agrícolas e artesanais, como fiação e tecelagem, os trançados e a cerâmica (BRASIL; MEC, 1975, p. 32).

De acordo com a posição nacionalista, a cultura brasileira, ou seja, a cultura *criada, ou resultante da aculturação, partilhada e difundida pela comunidade nacional* (SD11.1) é aquela formada a partir do *encontro* de grupos distintos. É uma cultura no singular, única, mas formada pelo *sincretismo* (SD11.4) e pela *miscigenação* (SD11.3), entre *índio, branco e negro* (SD11.3 e SD11.4), cuja base é a cultura europeia liberal e cristã (SD11.5). E somente entre os três, e não de todos que no país chegaram e entraram em contato no atual território nacional como imigrantes e ciganos¹⁴⁰. Como no período Vargas, a cultura nacional é aquela mestiça. Mas diferentemente dos documentos do período anteriormente analisado, neste, na

¹⁴⁰ A título de comparação, na publicação a ser analisada por nós nos próximos capítulos, *As metas do Plano Nacional de Cultura* – que contém a Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura mais uma apresentação feita pelo MinC – as denominações África, afro-brasileiro ou africano/africana são mencionadas 13 vezes; enquanto negro/negra, três vezes; índio/índigena, 30 vezes; LGBT, 5 vezes e cigano/cigana, 6 vezes, o que produz o efeito de uma hierarquia da diferença.

PoNC, há o comparecimento do negro, ainda que apenas como componente da mestiçagem.

Todavia, tais dizeres trazem um apagamento importante para a construção da identidade nacional mestiça e da cultura nacional mestiça. Quando se afirma que os três grupos formadores da cultura brasileira se *encontraram* (SD11.1 e SD11.2), apaga-se não só a história de dominação do branco europeu sobre os demais grupos, mas também apaga-se a história da colonização europeia, como se os três grupos tivessem se *encontrado* por vontade própria e decidido formar um novo país, mesmo efeito observado no discurso do multiculturalismo no Canadá. Essa cultura nacional mestiça, assim, se ancora no discurso do colonizador, na memória dos textos de Gilberto Freyre em que o colonizador português, “seria menos um povo imperialmente europeu que uma gente já ligada pelo sangue, pela cultura e pela vida a povos mestiços e extra-europeus” (FREYRE, 1953, p. 25).

E, nesses dizeres, a contradição também se mostra quando se afirma que a cultura do país se deu no encontro de três grupos, dois deles vindos do exterior, no mesmo documento em que se busca defender dos valores estrangeiros essa cultura formada do encontro de grupos estrangeiros com os povos indígenas. Novamente, tem-se a cultura como algo estático, que para essa posição nacionalista, embora não o fosse no passado, pois miscigenou-se, dando origem a um país mestiço¹⁴¹, agora deve ser preservada como tal, como se não devesse mais se transformar ou se miscigenar.

Já na SD11.6, observamos a tomada da cultura popular e da cultura indígena como objeto típico da formação imaginária do outro como exótico¹⁴². Para Pêcheux (2010 [1990], p.

¹⁴¹ Calabre (2006, p. 37), na posição de sociólogo, destaca a utilização no documento do termo “miscigenação” fazendo uma contraposição ao termo “aculturação”. O primeiro estaria relacionado a um “processo de mestiçagem e de caldeamento cultural” a partir do “cruzamento interracial, que mistura os diferentes”, já o último pressuporia “um processo de subordinação e hierarquização” entre grupos que entraram em contato. Nós, porém, afirmamos que, na posição de analistas do discurso, nem a miscigenação escapa dessa relação de poder entre o colonizador e o colonizado, pois, como vimos, o documento foi construído com base no discurso do *encontro*.

¹⁴² Em outra oportunidade (BARBOSA DA SILVA, 2014) analisamos a construção dessa formação imaginária do outro como exótico, em que a diferença desperta a curiosidade e se torna objeto para a ciência, a partir de um *corpus* formado por relatos de viajantes europeus, por relatos de missionários e por tratados de naturalistas. Tal formação imaginária contribuiu para o surgimento dos primeiros museus, com os Gabinetes de Curiosidades, do século XVIII e culminou com a criação dos Zoológicos Humanos (cf. Bancel e atii, 2000; Blanchard et alii, 2009 e Blanchard et alii, 2011), onde pessoas de diferentes origens geográficas e com deficiências variadas eram expostas para o público, na Europa e nos Estados Unidos, do final do século XIX até a II Guerra Mundial. O sentido dos museus como espaços para exibir o exótico parece ter sido deslocado, na mesma época em que a PoNC foi elaborada, como nos mostra Santos (2004, p. 53 e 58) ao afirmar que “ao longo da década de 1970 foram correntes as críticas, oriundas dos mais diversos campos do saber, ao museus. Dizia-se que os museus representavam os lugares das histórias oficiais, ao autoritarismo das elites ou ainda das sociedades sem história” e que a partir de então, “as novas práticas desenvolvidas nos museus priorizam o respeito à diversidade cultural, a integração dos museus às diversas realidades locais e a defesa do patrimônio cultural das minorias étnicas e povos carentes”.

81-82),

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (obviamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).

Com tal formação imaginária do outro como exótico, a cultura indígena é posta como contribuição à cultura nacional, como se os índios não tivessem sido dominados e exterminados e como se a única contribuição possível deles fosse *a arte plumária, as máscaras, as danças e cantos, hábitos e costumes alimentares, técnicas agrícolas e artesanais, como fiação e tecelagem, os trançados e a cerâmica* (SD11.6)¹⁴³.

Retornando às análises das sequências, observamos uma outra tensão. Enquanto na SD11.2 os nomes dos grupos aparecem como *o índio, o branco e o negro*, na sequência SD11.4 aparecem como *a indígena, a europeia e a negra*. O indígena, assim, é apresentado sempre com o sentido daquele que é próprio da terra, índio e indígena, mas não se diz nada sobre a sua origem ser o continente americano, enquanto o branco é apresentado pela sua origem europeia e pela cor da pele, branca. Já o negro é apresentado apenas pela cor da pele, negra e não se menciona a sua origem geográfica, a África. Ademais, se diz índio, branco e negro, como se houvesse uma só cultura ou um só povo indígena, negro e até mesmo branco. A propósito, em nenhum momento no documento encontram-se dizeres como África ou africanos.

No período discursivo anterior observamos o comparecimento do indígena no projeto de Mário e seu posterior apagamento pela posição discursiva elitista-conservadora, em que a memória do colonizador europeu era a única a ser preservada pelo aparelho ideológico de Estado que foi criado. Neste período, da Ditadura Civil-Militar, a diferença pode comparecer, mas apenas de duas formas possíveis¹⁴⁴. A primeira como componente da mestiçagem – indígenas e negros – e ainda assim, somente no singular e por meio de denominações ainda ancoradas no discurso do colonizador, e a segunda como regional e popular, que veremos a partir de agora, pela análise dos dizeres da segunda posição discursiva: a elitista-

¹⁴³ Esteves (2014), ao analisar o discurso enciclopédico sobre a alimentação e a comida no Brasil, da segunda metade do século XIX aos anos 1970, observa também que o negro e o indígena sempre compareciam como *contribuição* para a formação da culinária nacional brasileira, o que apagaria a violência que sofreram durante o processo de colonização.

¹⁴⁴Vale lembrar que os negros sequer compareciam no projeto de Mário, inscrito na posição discursiva antropológica.

conservadora.

Para essa posição discursiva, o sentido de cultura passou a ser dividido a partir das relações econômicas de poder entre aquela de origem europeia e aquela de origem popular, entre arte e folclore, entre histórico e popular, como pode ser observado nas sequências a seguir, com grifos nossos em itálico:

SD12.1: Preservar e defender os bens culturais, *constituídos das tradições históricas*, costumes, criações artísticas e literárias, realizações técnicas e científicas de significação para a humanidade, *tradições populares*, cidades, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, jazidas arqueológicas (BRASIL; MEC, 1975, p. 36).

SD12.2: a proteção, a salvaguarda e a valorização do *patrimônio histórico e artístico* e ainda dos *elementos tradicionais* geralmente traduzidos em *manifestações folclóricas e de artes populares*, características de nossa personalidade cultural, expressando o próprio sentimento da nacionalidade (BRASIL; MEC, 1975, p. 24).

SD12.3: Fomentar na juventude, procurando alcançar todos os níveis da população nacional, *o gosto pelas artes*, através da frequência *a concertos musicais, a exposições teatrais e cinematográficas, a exposições de diferentes natureza* (BRASIL; MEC, 1975, p. 38).

SD12.4: Incentivar os jovens para a análise e debate de *temas artísticos ou literários* (BRASIL; MEC, 1975, p. 38).

SD12.5: A irregular e exígua *formação de profissionais com conhecimentos básicos específicos*, tanto qualitativa como quantitativamente, tem determinado, em grande parte, as *dificuldades enfrentadas para dinamizar e desenvolver as atividades no âmbito da cultura* (BRASIL; MEC, 1975, p. 29).

SD12.6: **Apoio direto e acompanhamento das fontes culturais regionais, representadas, sobretudo, pelas atividades artesanais e folclóricas** – Por *folclore* entendem-se principalmente, a literatura oral – que abrange também os folhetos da chamada literatura de cordel - , folclore infantil, credices e superstições, atividades lúdicas, como folguedos e danças, artesanatos e técnicas, usos e costumes, a música e a linguagem popular. O objetivo central é a integração do homem ao seu meio (BRASIL; MEC, 1975, p. 32) (grifo original em negrito).

SD12.7: Divulgar aspectos do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, das riquezas naturais, das *características musicais e literárias, da biografia de escritores, artistas ou cientistas* (BRASIL; MEC, 1975, p. 37).

SD12.8: divulgar as manifestações da criatividade, estimulando a criação e o fomento através de instrumentos materiais *tais como cinema, teatro, sala de concerto, de conferências e exposição, editora, biblioteca, museu, rádio, televisão* (BRASIL; MEC, 1975, p. 37).

Analisando as condições de produção em torno do surgimento dos significantes *cultura e folclore*, observamos que o primeiro veio do alemão *Kultur*, na segunda metade do século XVIII, quando a burguesia alemã se encontrava numa posição de inferioridade perante

a aristocracia das cortes que copiavam hábitos franceses. *Kultur* englobaria, assim, “as realizações artísticas, intelectuais e mesmo religiosas de um povo e demarca, por assim dizer, um espaço de autonomia diante da esfera dos negócios políticos” (MOURA, p. 2009, p. 165), constituindo-se num “refúgio existencial onde poderia afirmar seus valores, recuperar sua autoestima, e obter, assim, a legitimação de sua condição social” (MOURA, p. 2009, p. 161). A *Kultur* deveria e poderia ser vivenciada por meio da *Bildung*, o processo de formação, de aprendizado e isso marcou a ascensão da burguesia na Alemanha. Já folclore surgiu na Inglaterra, do inglês *folk* (povo) + *lore* (sabedoria) e estava relacionado a uma tradição popular, a um conhecimento popular, sobretudo antigo, espontâneo e rural das camadas mais baixas, que estava ameaçado pelos avanços do êxodo para as cidades acentuado pela II Revolução Industrial na metade do século XIX (BENJAMIN, s/d; ROCHA, 2009).

Com a ascensão da burguesia no século XIX, tais significantes foram capturados pela posição elitista-conservadora, pelo menos no Brasil, para marcar a diferença entre classes sociais e suas reais condições de produção foram esquecidas. *Cultura*, assim, passou a se referir apenas à arte e manifestações eruditas, enquanto as manifestações de origem popular seriam chamadas de *folclore* ou *cultura popular*. Contudo, ainda que a posição elitista-conservadora se tornasse dominante, isso não impediu que significantes como *folclore* e *cultura popular* se tornassem divididos. Para Courtine (2009 [1981]), um *enunciado dividido* é quando na tensão do processo discursivo um mesmo enunciado se inscreve em formações (e posições) discursivas antagônicas. Tomando Courtine como referência, diremos aqui que se trata de *significantes divididos*.

Desse modo, durante todo o século XX, no Brasil podemos observar disputas de sentido em torno desses dois significantes. Além de algo inferior relacionado à origem popular, *folclore* foi significado como parte fundamental da construção da nação, de uma identidade nacional genuína, formada pelo encontro de três grupos, como pode ser visto, por exemplo, durante a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958-1976)¹⁴⁵. Tal sentido entraria em confronto com o discurso sociológico, sobretudo da USP e do ISEB, que não apenas criticavam a metodologia empregada pelos estudiosos do folclore como também o sentido de tradição em um país que deveria se desenvolver¹⁴⁶.

¹⁴⁵ A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, instalada no âmbito do MEC em 1958, foi incorporada à Funarte em 1976, sob o nome de Instituto Nacional do Folclore, e em 2003, com o nome de Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular passou a integrar o IPHAN. Entre as suas ações em prol da preservação e divulgação do folclore está a criação do primeiro núcleo do Museu do Folclore, instalado no Museu da República, em 1960 (VILHENA, 1997; OLIVEIRA, 2010c).

¹⁴⁶ De acordo com Oliveira (2002b, p. 360), os anos 1950 foram um período de intenso debate entre o que

Já o *sitagma cultura popular*, além de se referir a classes sociais não privilegiadas, como já dissemos, quando inscrito em discursividades de esquerda significava também, sobretudo nos anos 1960, uma arte revolucionária, que deveria conscientizar as camadas mais pobres e transformar as relações sócioeconômicas do país, tarefa acampada pelos Centros Populares de Cultura da UNE¹⁴⁷. Como afirma Ferreira Gullar (1965, p. 3-4):

A cultura popular é, em suma, a tomada de consciência da realidade brasileira. Cultura popular é compreender que o problema do analfabetismo, como o da deficiência de vagas nas Universidades, não está desligado da condição de miséria do camponês, nem da dominação imperialista sobre a economia do país. Cultura popular é compreender que as dificuldades por que passa a indústria do livro, como a estreiteza do campo aberto às atividades intelectuais, são frutos da deficiência do ensino e da cultura, mantidas como privilégios de uma reduzida faixa da população. Cultura popular é compreender que não se pode realizar cinema no Brasil, com o conteúdo que o momento histórico exige, sem travar uma luta política contra os grupos que dominaram o mercado cinematográfico brasileiro. É compreender, em suma, que todos esses problemas só encontrarão solução se se realizarem profundas transformações na estrutura sócio-econômica e conseqüentemente no sistema de poder. Cultura popular é, portanto, antes de mais nada, consciência revolucionária.

Sob tais condições de produção, de intensa disputa e de significantes divididos, é que se diz *tradições populares* (SD12.1), *artes populares* (SD12.2), *folclore* (SD12.6), mas não *cultura popular* na Política Nacional de Cultura. Na SD12.1, observamos que se mantém uma distinção entre as manifestações de origem popular e aquelas das elites, quando se diz *tradições históricas* e depois *tradições populares*, como se as de origem popular não fossem também históricas. Já na SD12.2, se afirma que se deve proteger, salvaguardar e valorizar o *patrimônio histórico e artístico e os elementos tradicionais geralmente traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares*. A utilização da conjunção *e* mostra que o sentido de patrimônio histórico e artístico é algo distinto das manifestações folclóricas e populares, retomando, ou melhor, mantendo o efeito reproduzido desde a institucionalização do tombamento de bens culturais no Brasil dos anos 1930, que vimos na primeira parte deste capítulo.

Quando se afirma *fomentar na juventude o gosto pelas artes* (SD12.3) e *incentivar os jovens para a análise e debate de temas artísticos ou literários* (SD12.4), o efeito que se produz é o de que *artes* se refere apenas às manifestações elaboradas ou autorizadas pelas

seria popular e o folclórico. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) definiu folclore como “tradição”, enquanto cultura popular era “transformação”.

¹⁴⁷ Mota (2014 [1977], p. 250) confirma que até os anos 1960 não havia um problema em definir *cultura popular*, que era vista como a “cultura vinda do povo, em suas várias manifestações”. Porém, com a Ditadura, o termo começou a ser utilizado pela esquerda para se referir à cultura que se fazia pelo povo.

elites, pois se referisse às manifestações populares, não se diria apenas *artes*, mas sim *artes populares*, como ocorre com o sintagma *culturas populares*, nem *exibições teatrais* e *cinematográficas*, *temas artísticos e literários*, *concertos musicais*, afinal não nos parece que o enunciado concerto musical faça referência ao samba ou ao coco, uma vez que não se diz concerto de samba ou concerto de coco¹⁴⁸. Ademais, nesses mesmos dizeres, (SD12.3 e SD12.4), a juventude deve ser instruída a gostar de arte, como se ela mesma não fosse capaz de produzir cultura, uma cultura popular, como se devesse receber positivamente uma formação, uma *Bildung* para se tornar culta e capacitada e se ascender socialmente, como a burguesia alemã do século XVIII, afinal, como afirma Orlandi (1999), só se repete na ilusão do novo o que se esquece.

Na SD12.5, que trata do incentivo à formação, também há um apagamento da cultura enquanto algo que não seja a arte, pois se diz que a falta de *formação* é uma das grandes dificuldades para se *desenvolver as atividades no âmbito da cultura*. Acontece que os povos indígenas, por exemplo, não precisariam desse tipo de formação para desenvolver suas atividades culturais. Novamente *cultura* aqui é posta como *arte*, referindo-se apenas às artes e às manifestações das elites, de origem europeia, caso contrário, como já mostramos, se diria na PoNC *artes populares*, *tradições populares* ou *folclore*.

Dando prosseguimento à nossa análise, observamos que as posições elitista-conservadora e nacionalista são aliadas. Se a posição discursiva elitista-conservadora divide o sentido de cultura entre erudito e popular e a posição discursiva nacionalista defende a necessidade de uma cultura nacional única, ainda que variada, e genuinamente brasileira, a aliança das duas é possível se: (1) a cultura das elites ocupasse o lugar do nacional e a cultura popular o lugar do regional e (2) o povo fosse interpelado a participar da cultura nacional e assimilá-la, ainda que mantivesse a sua cultura popular, como mostraremos a partir deste momento. Vejamos mais sequências da PoNC, com grifos nossos em itálico:

SD13.1: A diversificação regional do País e a necessidade de valorização dessas manifestações artísticas são também consideradas partes essenciais dessa Política. Objetivos : “à difusão da criação artística e à integração, esta para permitir a fixação da personalidade cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais (BRASIL; MEC, 1975, p. 6).

SD13.2: Essa orientação (de considerar a cultura em sua caracterização brasileira)

¹⁴⁸ Tal desprezo das elites pela música popular, pode ser observado também na censura à canção “Tiro ao Álvaro”, de Adoniran Barbosa e Oswaldo Moles, em 19 de dezembro de 1973, quando o censor circula na letra expressões como “tauba”, “artomorve” e “revorve” e conclui: “Vetado: a falta de gosto impede a liberação da letra” (BRASIL.ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço de Censura de Diversões Públicas, TN).

leva em conta uma dupla dimensão: a *regional* e a *nacional*. O contato intercultural é indispensável, e a preservação do especificamente regional deve ser garantida (BRASIL; MEC, 1975, p. 9) (grifo original em negrito).

SD13.3: De fato, em virtude da extensão do nosso território, surgiram, no processo de ocupação humana, diferenciações regionais, dada a influência maior de um dos grupos, de um lado, e, de outro, pela maneira como se operou a ocupação humana na respectiva região. Em muitos momentos, manifestações não tipicamente brasileiras se apresentam junto ou paralelamente àquelas que são tradicionalmente características. É o sentido do pluralismo que se pode vislumbrar em algumas regiões (BRASIL; MEC, 1975, p. 16).

SD13.4: o respeito às diferenciações regionais da cultura brasileira, oriundas da formação histórica e social do País, procurando relacioná-las em seu próprio contexto (BRASIL; MEC, 1975, p. 24).

SD13.5: Vemos, portanto, a diversidade regional contribuindo para a unidade nacional. (BRASIL; MEC, 1975, p. 17).

SD13.6: *Uma pequena elite intelectual, política e econômica pode conduzir, durante algum tempo, o processo do desenvolvimento.* Mas será impossível a permanência prolongada de tal situação. É preciso que todos se beneficiem dos resultados alcançados. E para esse efeito *é necessário que todos, igualmente, participem da cultura nacional* (BRASIL; MEC, 1975, p. 9).

SD13.7: o desenvolvimento nacional não é puramente econômico, mas também sócio-cultural, *ao abranger a plena participação de cada indivíduo como gerador e assimilador de cultura, contribuindo de maneira efetiva para elevar o nível de vida* (BRASIL; MEC, 1975, p. 25).

SD13.8: Difusão da cultura através dos meios de comunicação de massa – O objetivo central é *assegurar o uso dos meios técnicos de comunicação como canais de produção cultural qualificada* (BRASIL; MEC, 1975, p. 34).

A cultura brasileira teria, assim, uma dimensão *nacional* e outra *regional* (SD13.1 e SD13.2). Dessa forma, é possível considerar a cultura popular de forma *harmônica* com a cultura nacional das elites (SD13.1). A cultura popular ao invés de negada, é apropriada e chamada a *contribuir* para a construção da cultura nacional (SD13.5). Entretanto, a ela é reservado o espaço do regional, isto é, uma parte do todo, uma parte do nacional, quando tratamos da cultura popular, pois teria *especificidades e diferenciações* (SD13.3 e SD13.4)¹⁴⁹. Mas regional aqui não pode ser tomado como metonímia do nacional, e sim, como um espaço de inferioridade, um lugar menor à diferença como vimos. Segundo Oliven (1984, p. 51)

no começo da década de 1960, o regionalismo, especialmente o nordestino, era visto como um dos temas mais candentes da nacionalidade, o Estado e os meios de

¹⁴⁹ Petri e Medeiros (2013), analisando glossários regionalistas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, mostram um funcionamento parecido na tensão que há entre as línguas imaginárias regionais e a nacional na elaboração desses glossários, em que o regional pode não funcionar como metonímia do nacional.

comunicação se apropriaram desta temática através de uma manipulação que a transforma em assunto trivial e anódino, criando programas (de rádio) que procuravam valorizar “aquilo que é nosso”.

Essa polarização entre *cultura nacional* e *cultura regional*, entre *cultura das elites* e *cultura popular* é tão presente que entre 1982 e 1983 foi organizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Funarte, uma série de publicações intitulada: *O nacional e o popular na cultura brasileira* (OLIVEIRA, 2007, p. 146). O título desses eventos também corrobora nossa análise de que o sentido de nacional está colado no sentido de cultura elitista, quando se opõe à cultura popular, que, como vimos, se aproxima do sentido de regional.

Já na SD13.7, tem-se a definição da relação indivíduo e cultura: *indivíduo como gerador e assimilador*. A cultura, então, deve ser assimilada e gerada, sobretudo a cultura nacional para que o país se desenvolvesse. Caberia, assim, à elite conduzir o processo de desenvolvimento, mas, para que ela tenha sucesso, é fundamental que todos se beneficiem – cultura como benefício – e participem da cultura nacional. Calabre (2006, p. 93) comenta sobre a PoNC: “o que inicialmente parecia ser uma visão democrática e ampla da cultura, na qual estaria incluído o conjunto de saberes e fazeres, logo é desconstruído pela observação de que, para usufruir dessa cultura, o homem comum tem que estar adequadamente educado”. Há, assim, uma contradição no dizer, pois se a essência para a construção de um imaginário de cultura nacional estava justamente, no popular, por que o povo deveria se instruir sobre a cultura nacional ou por meio dela?

Por fim, analisamos a terceira posição discursiva, a mercadológica, em que a cultura é uma mercadoria, um produto, cujo consumo deve ser ampliado. Separamos as seguintes sequências, com grifos em itálico nossos:

SD14.1: Generalização do acesso: Essa expressão tanto representa *a participação dos que apenas consomem, como a participação dos que produzem e consomem*. Rigorosamente todo homem é produto de cultura, pelo só fato de viver em comunidade. Mas *nem todo homem é fonte de cultura direta* (BRASIL; MEC, 1975, p.13).

SD14.2: Se a cultura é elemento de identidade nacional, primeiro, e, depois, é elemento criador de civilização, *o Estado deve atuar no sentido de incentivar a produção e generalizar ao máximo o consumo* (BRASIL; MEC, 1975, p. 13).

SD14.3: *Qualidade*: O problema da qualidade é prioritário por ser o responsável pelo próprio nível de desenvolvimento. Cabe ao Estado estimular *as concorrências qualitativas entre as fontes de produção*. Mas *para que haja qualidade é necessário precaver-se contra certos males*, como o culto à novidade, devido à comunicação de massa e à imitação dos povos desenvolvidos, a qualidade é frequentemente

desvirtuada pela vontade de inovar; o que por sua vez, também leva a um excesso de produção (BRASIL; MEC, 1975, p. 13-14).

SD14.4: Dinamizar o *mercado* de publicações (BRASIL; MEC, 1975, p. 32).

SD14.5: Desenvolver, com a colaboração principal dos órgãos educacionais, *a educação cultural no 1º e 2º graus, fomentando o gosto pelas artes e pelas letras, visando ao aparecimento de futuros criadores e consumidores de cultura* (BRASIL; MEC, 1975, p. 37).

SD14.6: O atual estágio do *desenvolvimento brasileiro* não pode dispensar a fixação de objetivos culturais bem delineados. O *desenvolvimento* não é um fato de natureza puramente econômica. Ao contrário, possui uma dimensão cultural que não respeitada, compromete o conjunto (BRASIL; MEC, 1975, p. 9).

SD14.7: A presença do Estado como elemento de apoio e estímulo à *integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global de desenvolvimento brasileiro*. (BRASIL; MEC, 1975, p. 30).

Nessas sequências, notamos o atravessamento do discurso econômico (re)produzindo um sentido de cultura como mercadoria. Esse sentido compreenderia cultura como arte, como mostra a SD14.5, mas também como folclore, pois este também poderia incluir, por exemplo, o artesanato que poderia ser comercializado. Contudo, tal sentido possível não incluiria todas as formas de expressão cultural, pois como mesmo se observa na sequência SD14.1 *nem todo homem é fonte de cultura direta*, sendo que alguns podem ser somente consumidores de cultura. Quanto ao Estado, caberia, como se mostra na SD14.2, *incentivar a produção e generalizar o consumo*. Como em todo discurso econômico, na PoNC, assim, há uma divisão entre produtores e consumidores, gerando consequentemente os excluídos desse processo de divisão e de participação no mercado cultural.

Se a cultura é uma mercadoria, para que se amplie o consumo, ela deve ter *qualidade*, para vencer a competitividade do mercado, como vemos na SD14.3 e caberia ao Estado também zelar por essa *qualidade*. Desse modo, podemos pensar que, se existe *uma cultura de qualidade ou com qualidade*, haveria também, uma *cultura sem qualidade*, que deveria ser desprezada, pois não serviria para o consumo. Na SD14.5 também percebemos um importante papel dado à educação na sua inter-relação com a cultura: o papel de fomentar o consumo de literatura e arte, e novamente, não o papel de refletir sobre a existência da diferença e sobre a tolerância a ela. Para Silva (2001, p. 101) havia a convicção naquele momento de elaboração da PoNC, de que “era necessário promover a sedimentação de uma identidade nacional, que deveria não só manter os valores considerados consagrados pela tradição cultural brasileira, mas também assimilar novos valores decorrentes das transformações no mundo capitalista”,

diríamos valores de mercado.

Analisando o documento Política Nacional de Cultura (1975), identificamos, portanto, três posições discursivas em aliança, a nacionalista, a elitista-conservadora e a mercadológica que significam a cultura e a diferença no discurso da política no período da Ditadura Civil-Militar. Desse modo, o sentido de cultura possível é aquele dividido entre erudito e popular, entre o nacional e o regional, entre uma mercadoria de qualidade e outra sem qualidade. E o sentido de diferença possível, por sua vez, é aquele posto como mestiçagem, como cultura popular e como regionalismo. Segue-se, assim, o processo tenso de silenciamento e de resistência que foi imposto às diferenças pelas formações discursivas dominantes.

2.3 O Período dos governos pós-redemocratização e a diferença como um bom negócio

O terceiro período por nós identificado se caracteriza pelo domínio do discurso neoliberal em que cultura é posta como mercadoria e se estende do governo Sarney até o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nele predominam as leis de incentivo à cultura, como a Lei Sarney (Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986); a Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993) com seus aprimoramentos durante o governo de FHC.

Com a fim da Ditadura Civil-Militar e a posse de José Sarney na Presidência da República, foi criado o Ministério da Cultura, por meio do Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, com as justificativas de que a temática da educação tomava muito tempo do MEC, deixando a cultura de lado e de que era urgente a necessidade de uma política nacional de cultura (CALABRE, 2009). Com a separação administrativa entre educação e cultura, parece que a escassez de recursos para o MinC ficou menos encoberta e justamente em um momento em que posição do artista se tornava um lugar privilegiado de enunciações sobre cultura, disputando espaço e recursos com a posição patrimonialista, anteriormente dominante, que defendia apenas a cultura como patrimônio. Como solução para a falta de recursos, na gestão de Celso Furtado, em 1986, foi sancionada a Lei Sarney, que tramitava há pouco mais de uma década no Congresso e que concedia benefícios fiscais para aqueles que aplicassem recursos na área cultural¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Com a aprovação da Lei Sarney, leis de renúncia fiscal a favor de investimentos a cultura se espalharam pelo país entre estados e municípios.

Cabe aqui um parêntese: nos anos 1980, no Brasil, a Constituinte se tornou um espaço para a manifestação de muitas discursividades, dos negros, dos indígenas, das feministas, até então silenciados pelo período autoritário anterior, reivindicando direitos e maior participação na política nacional e produzindo deslocamentos, por exemplo, como no tombamento dos primeiros bens relacionados às culturas negras. O acontecimento da Constituinte marca para nós, assim, a emergência do discurso da diversidade no Brasil, que só se tornará dominante a partir da posse de Lula na presidência, em 2003.

Retornando à análise do período, acompanhamos, com o Governo Collor (1990-1992), a chegada de uma onda neoliberal, que defendia a liberdade individual como princípio fundamental. Tal política se tornava hegemônica no mundo, pois para Harvey (2014 [2005], p. 15), “os ideais de liberdade individual e dignidade humana são bem convincentes e sedutores” perante os governos fascistas, comunistas e autoritários do século XX. Ao defender a liberdade individual, o discurso neoliberal se torna hegemônico reforçando a forma-sujeito de direito (HAROCHE, 1992 [1984]), também denominada forma-sujeito jurídica ou ainda forma-sujeito histórica (ORLANDI, 1999).

De acordo com Althusser (1978, p. 67),

que os indivíduos humanos, ou seja, sociais, são *ativos* na história – como *agentes* das diferentes práticas sociais do processo histórico de produção e reprodução - é um fato. Mas, considerados como *agentes*, os indivíduos humanos não são sujeitos “livres” e “constituintes” no sentido filosófico desses termos. Eles atuam em e sob as determinações das formas de existência histórica das realidades sociais de produção e de reprodução (...) Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A “forma-sujeito”, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais: pois as relações sociais de produção e de reprodução compreendem necessariamente, como parte *integrante*, aquilo que Lênin chama de “relações sociais jurídico-ideológicas”, as quais, para funcionar, impõem a todo indivíduo-agente a forma de sujeito (grifos do autor).

Ou seja, para Althusser (1978, p. 67) os sujeitos agem “em e sob determinadas formas de existência histórica das realidades sociais” e portanto, não são livres, uma vez que é a ideologia que interpela indivíduos em sujeito e não há como se pensar a ideologia sem a noção de sujeito ou a noção de sujeito sem ideologia. E isso só ocorre, por meio do discurso que é condição para a existência da ideologia e base material para a construção de evidências e para a dissimulação da contradição. Não havendo qualquer liberdade que coloque o sujeito fora desse processo, posto que são sempre já-sujeitos, a liberdade é aquela possível dentro da

forma de existência histórica e de acordo com as formações discursivas.

Todavia, não haveria melhor forma de dissimular o processo de assujeitamento próprio do sujeito que uma forma-sujeito a qual garantisse justamente o contrário, a sua liberdade. Foi assim que a forma-sujeito de direito se tornou hegemônica após as revoluções Francesa e Industrial, garantindo que o sujeito é livre, como se não fosse interpelado e que essa liberdade é um direito inato da condição humana. E para nós, o que o discurso neoliberal fez, foi apenas se inscrever nesta formação ideológica de ilusão do sujeito livre e por isso rapidamente se tornou dominante no final do século XX.

O discurso neoliberal emerge, no Brasil, promovendo a extinção de muitas instituições públicas durante o Governo Collor (1990-1992), sob a ilusão de um Estado mínimo¹⁵¹. Contudo, tal extinção não pode ser entendida como uma forma de desprover o Estado de seus AIE político-culturais. Pelo contrário, o Estado continuaria presente para garantir a manutenção da classe dominante no poder, inclusive utilizando o seu monopólio da violência para conter sindicatos e movimentos sociais. O discurso neoliberal age, assim, de forma a dissimular a dominação por meio da suposta não intervenção estatal. Não podemos considerar, desse modo, os governos neoliberais como governos de instabilidade ou com ausência de medidas políticas para a área cultural, uma vez que a principal medida do Estado para essa área era garantir que o mercado exercesse o controle sobre a cultura.

Dessa maneira, as leis de incentivo e todo o aparato para garantir o seu pleno funcionamento, como a própria infraestrutura administrativa do governo, constituem-se, assim, como um aparelho ideológico de Estado por excelência, agindo com eficiência tanto no processo de incentivo fiscal como no convencimento de que essas medidas são as melhores para a cultura.

Tais políticas neoliberais de Collor se alinhavam à mesma que havia sido adotada por Augusto Pinochet, no Chile, em 1973; por Margaret Thatcher, no Reino Unido, a partir de 1979 e por Ronald Reagan¹⁵², nos Estados Unidos, a partir de 1981 e seguia o Consenso de

¹⁵¹ Entre as instituições extintas estão: a Fundação Nacional de Arte (Funarte), a Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen), a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), a Embrafilme, a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), a Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura), o Conselho Nacional de Cinema, além do próprio Ministério da Cultura, que se tornou uma Secretaria subordinada à Presidência da República. Já o Conselho Federal de Cultura (CFC) deu lugar ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Sobre o CNPC desta época, previsto na Lei nº 8.490 de 19 de novembro de 1990 e regulamentado apenas 1993, Calabre (2010, p. 300) afirma que “apesar de recriado o Conselho não teve uma forte atuação. Inicialmente formado por 24 membros, foi tendo seu número de participantes reduzido chegando a 9 membros. Já na segunda gestão de Francisco Weffort, os mandatos dos Conselheiros foram terminando, sem que ocorressem substituições ou reconduções, fazendo com que o órgão deixasse de existir, ainda que não tivesse sido extinto por lei”.

¹⁵² Entre as medidas neoliberais adotadas por Thatcher no Reino Unido estão a nomeação de empresários

Washington, uma série de recomendações neoliberais formuladas pelo FMI, Banco Mundial e pelo Departamento do Tesouro dos EUA, que foram impostas a vários países da América Latina nos anos 1990.

Quanto à Lei Sarney, contrariando as classes artísticas, foi revogada pela Lei nº 8.034, de 12 de abril de 1990, elaborada por medida provisória, que suspendeu diversos benefícios fiscais, sob a acusação de fraude e ausência de fiscalização. Um nova lei de renúncia fiscal, a Lei Rouanet, em homenagem ao segundo secretário de Cultura do Governo Collor, foi aprovada em 1991. Trata-se de uma lei com meios rígidos de fiscalização, sustentada pelos aparelhos de Estado e regulamentada em 1993.

A Lei Rouanet definiu três tipos de incentivo: o Fundo Nacional de Cultura, gerenciado diretamente pelo governo, voltado para projetos sem fins lucrativos, mas com poucos recursos; o Fundo de Investimento Cultural e Artístico, com títulos que seriam vendidos no mercado, no molde da bolsa de valores, mas que nunca foi implantado; e o Mecenato, a renúncia fiscal em si. A lei recuperava a denominação mecenato da Lei Sarney, ancorando-se na memória positiva do mecenas. Acontece que, como nos lembra Castello (2002, p. 631), enquanto no Renascimento (séc. XV e XVI) o mecenas era patrocinador de artistas, na lei de incentivo o empresário deveria patrocinar o produto.

Diferentemente da Lei Sarney, a Lei Rouanet exigia que os projetos deveriam receber o aval de uma comissão, que estipularia o valor máximo que poderia ser captado e seria composta por representantes do governo, do empresariado e da classe artística¹⁵³. A proposta, de acordo com Mendes (2015, p. 110), era garantir que somente a área cultural fosse beneficiada, ao contrário do que acontecia durante a vigência da Lei Sarney, que não havia esse tipo de fiscalização. Já os percentuais de abatimento do imposto para cada projeto foram diminuídos, mas os limites máximos de isenção do imposto total dobraram¹⁵⁴. Em 1993, após a recriação do MinC, por meio da Lei nº 8.490/1992, foi aprovada outra lei de incentivo fiscal, a Lei do Audiovisual, que determinava maiores percentuais de isenção para o

para ocupar cargos públicos na área cultural, além da criação de fundações que deveriam arrecadar investimento privado. Já, Reagan, assim que tomou posse fez grandes cortes no orçamento público destinado à cultura nos EUA (AUGUSTIN, 2011; WU, 2006).

¹⁵³ A comissão daria o aval e declararia o valor máximo a ser captado, mas a palavra final caberia aos empresários, ou como afirma Sérgio Caruso, assessor do então Secretário de Cultura, Ipojuca Pontes, em uma entrevista: “Vamos tornar o negócio profissional. Quem decidirá se o projeto é bom são os banqueiros” (apud MENDES, 2015, p. 90).

¹⁵⁴ Enquanto a Lei Sarney previa 100% de isenção para pessoa jurídica em caso de doação, e 80% em caso de patrocínio – quando recebe parte dos lucros – com limite máximo de 2% do imposto devido; a Lei Rouanet previa 40% de isenção para o mesmo motivo em caso de doação e 30% em caso de patrocínio, com limite máximo de 4% (BRASIL, 1985; 1991).

empresário que patrocinasse alguma iniciativa no setor de audiovisual.

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, sob a gestão de Francisco Weffort, a política de incentivo foi ampliada e aprimorada¹⁵⁵. Já no primeiro ano de governo, criou-se a Secretaria de Apoio à Cultura, no âmbito do MinC, cuja competência era de organizar o fluxo de projetos de financiamento, que passou a ser contínuo; reconheceu-se o papel do agente cultural, como o profissional responsável pela negociação com as empresas, cujo pagamento pelo trabalho pôde ser incluído no projeto e ampliaram-se os percentuais de abatimento de imposto, diminuindo o percentual de investimento do setor privado¹⁵⁶ (ARRUDA, 2003).

No mesmo ano, em 1995, o governo lançou uma cartilha, com tiragem de 15 mil exemplares, intitulada *Cultura é um bom negócio*, incentivando que o setor privado financiasse a área cultural e aderisse às leis de incentivo. É essa cartilha elaborada pelo MinC e o pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de reformulação da regulamentação da Lei Rouanet, em Brasília, no dia 17 de maio de 1995, que utilizamos como material de análise para este período. A análise dessas materialidades se justifica pois foi durante esse governo que as leis foram ampliadas e aprimoradas, tornando-se a principal medida política no âmbito cultural, fazendo inclusive, com que fossem mantidas pelos governos posteriores¹⁵⁷.

Iniciando nossa análise já pelo título da cartilha *Cultura é um bom negócio*, podemos observar que, no discurso neoliberal, a cultura é significada como um negócio e como negócio

¹⁵⁵ No plano econômico, o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado pelo lançamento do Plano Real, acompanhado por uma política de câmbio apreciado e juros altos para conter a inflação e atrair investimento estrangeiro direto. Nesse governo, criou-se, assim, um grande mercado para as multinacionais, ampliou-se o processo de privatizações de estatais iniciado no governo anterior, como se o Estado não mais interviesse, e desmanchou-se o parque industrial brasileiro (SALLUM JÚNIOR, 1999; CARDOSO, 2003). Tal política culminou com uma crise econômica em 1999 que gerou a desvalorização da moeda brasileira.

¹⁵⁶ Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as leis de incentivo foram constantemente modificadas para ampliar os percentuais de abatimento de imposto a fim de favorecer cada vez mais as empresas. Como dissemos anteriormente, quando a Lei Rouanet foi criada, o limite máximo de isenção de imposto para pessoa jurídica era de 40% do valor doado, não podendo ultrapassar o total de 4% de imposto devido; ao final de 2002 esse limite já alcançava 125% pela Lei do Audiovisual, ou seja, além de abater todo o dinheiro investido em uma produção audiovisual, a empresa ainda recebia mais 25% de abatimento e o total máximo de imposto devido a ser abatido já era de 5% para cada empresa (BRASIL, 1991; CASTELLO, 2002, p. 639; AUGUSTIN, 2003, p. 13). Tais modificações levaram a ampliação da captação de recursos de 8,6 milhões de reais, em 1995, para 106,6 milhões de reais, em 2002 (BOLAÑO; MOTA; MOURA, 2012, p. 24).

¹⁵⁷ A princípio tínhamos pensado em confrontar os pronunciamentos de posse do ministro da Cultura do governo de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, com o do ministro da cultura do Governo Lula, Gilberto Gil, a fim de verificar e identificar os distintos efeitos de sentidos de cada período. Porém, infelizmente o acesso ao pronunciamento de posse de Weffort, de 1995, foi negado pelo MinC, durante seis meses, de março de 2015 até setembro de 2015, com a alegação de que o arquivo central do ministério está interditado por motivo de alagamento (SIC 01590000264201518 e SIC 01590000998201505).

deve ser vantajoso aos seus negociantes, daí a decisão de onde investir o recurso público caber a empresários. Dizer que a *cultura é um bom negócio*, mais do que dizer que a *cultura não é mau negócio*, é dizer que a *cultura não é um direito*. De acordo com Teixeira Coelho (2012 [1997], p. 172), o direito à cultura é o direito de participar ou não de uma vida cultural. Se a cultura não é um direito, também não seria um direito de participar da vida cultural, a não ser que, por ser um negócio, o indivíduo pague por isso. Passemos à análise do sumário da cartilha:

SD15.1: Porque Investir em Cultura
Uma Tendência Mundial
Os Novos Incentivos da Lei
Como Investir em Cultura
Os Benefícios da Lei, na Prática
Como Artistas e Produtores Podem Beneficiar-se da Lei
Mecanismos de Apoio à Lei Federal de Incentivo à Cultura
O Ministério da Cultura no Brasil
Legislação (BRASIL. MINC, 1995)

Analisando o sumário, primeiramente, podemos perceber que, na cartilha, a cultura é apresentada como um produto, um produto lucrativo e por isso merece o investimento dos empresários. Mais que um simples produto, investir em cultura, lucrar com a cultura é uma tendência mundial. Pelo sumário podemos ainda observar o discurso publicitário sustentado no discurso econômico como se fosse um panfleto de propaganda com todos os seus componentes: o produto (a cultura); informações sobre as qualidades do produto (os benefícios e incentivos para o comprador, o empresário, e para terceiros, artistas e produtores); informações sobre as formas de compra (como investir em cultura) e o vendedor (Ministério da Cultura).

Dando prosseguimento à análise destacamos as sequências:

SD16.1: A identidade que as manifestações culturais criam com seus públicos e, por extensão, com as empresas que as patrocinam, trazem ótimos resultados em termos de promoção institucional, um retorno mais que compensador (BRASIL. MINC, 1995, p. 9).

SD16.2: O **marketing** cultural oferece a mais rica gama de opções, no universo simbólico, de valores que o empresário pode agregar à imagem de seu empreendimento ou à marca de seu produto, a depender da estratégia estabelecida (BRASIL. MINC, 1995, p. 9) (grifo original em negrito).

SD16.3: Fonte de prestígio internacional, mas sobretudo portas abertas para negócios promissores, a cultura brasileira é uma marca forte (BRASIL. MINC, 1995, p. 10).

SD16.4: As manifestações culturais, sejam de preservação e de memória, sejam de criação artística – todas, formas de expressão de identidades – são importantes também porque geram empregos em vários setores – da mão-de-obra artesanal à tecnologia avançada de informatização. Além disso, ao crescer em qualidade e quantidade, o entretenimento cultural cria um mercado próprio que se consolida como parte da estrutura do turismo e da indústria cultural do País (BRASIL. MINC, 1995, p. 11).

Tal cartilha se ancora na memória de um folheto, intitulado *The arts are your business: an introduction to sponsorship in the arts*, publicado durante o governo de Margaret Thatcher, em 1980, com tiragem de 25 mil exemplares, também destinado aos empresários (REINO UNIDO, 1980). Entretanto, nessa repetição houve um deslocamento de significantes, de *arte* para *cultura*. Como sabemos, ao contrário do mercado das demais áreas culturais, o mercado de obras de arte já é bastante antigo, mas, para a posição discursiva mercadológico-neoliberal, tudo pode e deve ser transformado em produto, inclusive a cultura, em todas as suas dimensões e áreas, como podemos observar na SD16.4, as *manifestações culturais*, de *preservação*, de *memória*, de *criação artística*, independentemente que sejam *formas de expressão de identidades*.

Desse modo, toda cultura torna-se produto, do patrimônio a formas de expressão (SD16.4), cuja propaganda já ocorre por meio do folheto, em que o governo faz o *marketing* para vendê-la ao empresariado. Na cartilha, assim, são apresentadas as vantagens que fazem com que este seja um bom negócio. De acordo com ela, as empresas podem utilizar o público das manifestações culturais para atrair consumidores e clientes (SD16.1), agregar valor à marca dos produtos que fabricam ou dos serviços que prestam¹⁵⁸ (SD16.2) e utilizar a cultura como meio de inserção dessas empresas no exterior, uma vez que *a cultura brasileira é uma marca forte* (SD16.3). E por fim, se diz que o investimento na cultura gera empregos em muitos setores (SD16.4), movimentando a economia e aumentando o número de consumidores, o que desenvolveria economicamente ainda mais o Brasil.

Tomar a cultura como um produto implica produzi-la em larga escala e com qualidade para agradar aos consumidores e dar mais lucros aos investidores (SD16.4). Nesse processo discursivo, não cabe a cultura com a finalidade de expressão dos sentimentos do artista, mas apenas aquela como produto de mercado. A questão é: a quem favorece tomar a cultura como

¹⁵⁸ De acordo com Arruda (2004, p. 73) usar a cultura como forma para melhorar a imagem de empresas amplia a acumulação de capital, pois a publicidade “juntamente com a extensão dos instrumentos creditícios aos consumidores, contribui para abreviar o tempo de circulação das mercadorias, acelerar a rotação do capital e reforçar as necessidades de consumo”. Para Jameson (2001, p. 22) “a produção das mercadorias é agora um fenômeno cultural, no qual se compram os produtos tanto por sua imagem quanto por seu uso imediato”.

produto? Como afirma Harvey (2004, p. 123) “a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliação em larga escala”. Encarar a arte apenas como espetáculo, ou animação, é negar-lhe a possibilidade da poesia, o sentido do sujeito-artista de se expressar e do sujeito-indígena de significar o mundo. Se por um lado, tomar a cultura como produto produz a alienação de todos que participam da vida cultural, do artista ao admirador da arte, por outro, amplia-se o acúmulo de capital daqueles que controlam as relações econômicas de poder.

Dando sequência à análise, quando se toma a cultura como produto parece inevitável a criação de hierarquias entre as mais variadas expressões artísticas e culturais. Vejamos essas outras sequências, também grifadas por nós:

SD17.1: *Cultura não é somente o cinema, a pintura, a poesia, é muito mais do que isso. É permitir, através do estímulo, que as sociedades se abram - se eu não fosse Presidente da República eu diria: não se "emburreçam" -, e num sentido mais amplo, ou seja, que isso alcance tudo na sociedade (CARDOSO, 1995, p. 469).*

SD17.2: *Há muito que fazer. E não é só pensar a cultura no âmbito que estamos aqui mencionando, das formas talvez mais elaboradas de criatividade. Há que pensar também nas formas mais simples de criatividade. Há que pensar também na própria cultura popular, no apoio, porque isso faz parte também da possibilidade de nós termos uma expressão maior, como Nação, da nossa cultura (CARDOSO, 1995, p. 471).*

SD17.3: *Bem, as sociedades precisam disso. Mas as nossas sociedades modernas, complexas, organizadas não podem depender do acaso da criatividade. Elas têm que se organizar para suscitar a criatividade. Pode ser que, em sociedades menos complexas, não houvesse o cuidado de uma força política a estimular, porque elas se organizariam, digamos, quase que ao sabor das circunstâncias. Mas, numa sociedade complexa, é preciso que haja, ao mesmo tempo, uma, eu não diria indução, mas uma organização que estimule, que crie uma atmosfera capaz de permitir a criatividade. Porque senão a criatividade se estiola, e, mesmo que o orador pudesse vir a ser grande, não chega a ser, porque não tem nem com quem falar, nem a quem se dirigir. E o pintor pode ter a intuição, mas ele não tem a escola. Se ele não tem o estímulo, se não tem a cultura necessária para levar adiante aquele impulso, ele se estiola ali, num momento de emoção (CARDOSO, 1995, p. 469-470).*

Nessas sequências observamos marcas de hierarquias entre as diferentes formas de expressão cultural, daquelas com *formas mais simples de criatividade* àquelas com *formas mais elaboradas* (SD17.2) ou ainda daquelas *intuitivas* àquelas *com cultura* (SD17.3). Além disso, se examinarmos as leis de incentivo, verificaremos que o governo criou uma hierarquia entre as áreas artísticas, de acordo com os percentuais de isenção de imposto. Assim, a área do audiovisual sempre proporcionou um percentual maior de isenção para os empresários que as demais, mesmo quando os percentuais foram alterados, continuou sendo sempre mais atrativa

para o empresariado. Ainda nessas sequências, observamos também que se mantém o efeito de sentido da cultura como forma de instrução das classes populares como se elas mesmas não produzissem cultura (SD17.1)¹⁵⁹. A cultura é, assim, também um produto instrutivo, a ser consumido para garantir aprendizado.

E por fim, tal modelo de isenção fiscal, cria uma hierarquia entre as regiões por meio da distribuição de recursos de acordo com o mercado consumidor e não de acordo com a população ou o número de expressões artísticas ou culturais. De 1993 a 2011, a região Sudeste recebeu 80% dos investimentos, concentrando apenas 42% da população brasileira e 56% do PIB; enquanto o Nordeste recebeu 6%, tendo 27% da população (BOLAÑO; MOTA; MOURA, 2012, p. 23).

Passemos à análise da diferença no discurso neoliberal. Cabe retomar que, mesmo sofrendo processos de silenciamento desde o período Vargas, a diferença parece – com a movimentação de posições e de sentidos no discurso da política no Brasil sobre a cultura – resistir de várias formas, como vimos. Vejamos como ela é significada neste período, quando também se emerge o discurso da diversidade. Eis as sequências, com grifos nossos em itálico:

SD18.1: Num mundo sem barreiras, a cultura de um povo é o patrimônio simbólico mais importante da Nação. Em sua dimensão continental, o Brasil acolhe a mais *diversificada* composição físico-geográfica, paisagística, climática, folclórica e étnico-racial. *Ao berço índio, português e negro, somam-se tantas etnias e nacionalidades*, na convivência interativa de crenças, costumes e artes, a conformar um patrimônio simbólico expressivo e original (BRASIL. MINC, 1995, p. 10).

SD18.2: *COMO INVESTIR EM CULTURA*

Escolha o projeto a ser apoiado, dentro do amplo universo de atividades que compõem o mundo da cultura. *São as seguintes as áreas para as quais podem ser canalizados os investimentos através da Lei Federal de Incentivo à Cultura:*

teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;
produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;
música;
literatura, inclusive obras de referência;
artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;
folclore e artesanato;
patrimônio cultural;
humanidades;
rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não comercial;
cultura negra;
cultura indígena (BRASIL. MINC, 1995, p. 13).

SD18.3: *Esta diversidade se dá não apenas pela extensão das áreas de manifestação artística e promoção cultural incentivadas pelo governo (artes cênicas, plásticas e audiovisuais, música, literatura, patrimônio cultural etc.), como*

¹⁵⁹ Calabre (2009, p. 17) nos lembra que no período Vargas já se falava no “baixo nível cultural (da população brasileira) originado pela falta de acesso e conhecimento da produção artística e cultural erudita”.

pela característica em si da obra, ou evento escolhido: se clássico, popular, moderno, de vanguarda, futurista etc (BRASIL. MINC, 1995, p. 9).

SD18.4: *Turismo, cultura e lazer integram-se nos planos de negócios de uma poderosa indústria*, na era da globalização, da qual o Brasil não pode abrir mão. Diferentemente do que se temia, a integração econômica internacional tem revitalizado *as culturas nacionais, regionais e locais, oferecendo novos canais de comunicação para o que é diferenciado e autêntico, estimulando a expressão individual* (BRASIL. MINC, 1995, p. 10).

Nos dizeres sobre cultura no discurso da política no Brasil até aqui analisados, não havia comparecido nenhuma referência às culturas de origem africana, além daquela de ser componente da miscigenação, como vimos. Na SD18.2 observamos o comparecimento do significante *cultura negra*. No entanto, tal significante comparece apenas uma vez, no singular, como se houvesse apenas uma única cultura negra e como se cultura fosse uma mercadoria, uma alternativa para o investimento dos empresários, ao lado da cultura indígena (também no singular), da música e do audiovisual. Se a *cultura é um bom negócio*, a diferença também é, pois para o discurso neoliberal a variedade cultural ampliaria a oferta de produtos, além de agregar valor à cultura brasileira. Desse modo, quanto maior a variedade cultural, maiores as possibilidades de produtos culturais autênticos e por isso com um potencial comercial diferenciado (SD18.3 e SD18.4). Para isso, é importante não abandonar a diferença também como componente da miscigenação. Mantém-se, assim, o mito de país fundado no encontro, no berço do índio, do português e do negro, sob o mesmo efeito de homogeneidade e singularidade que nas posições discursivas anteriores, como se só houvesse um negro, uma cultura negra, indígena ou mesmo portuguesa (SD18.1). Mas a este berço, diferentemente do discurso da Ditadura, somam-se outras *etnias e nacionalidades* fundamentais para acrescentarem mais diferença, proporcionando a criação de mais produtos, mais opções comerciais (SD18.1).

Nessas sequências também, pela primeira vez, observamos a designação da diferença como *diversidade* (SD18.3). Diferentemente do Canadá, onde se está em jogo nação e língua na emergência do discurso do multiculturalismo, no Brasil, encontramos outras condições de produção. Quando o discurso da diversidade emerge no Brasil nos anos 1980, após o período de Ditadura, emerge sob a égide do mercado, sob a dominação do discurso neoliberal, que torna tudo, inclusive todas as diferenças, um produto de mercado. Desse modo, se no Canadá, a diferença se significa, no discurso do multiculturalismo, pela origem nacional, no Brasil, no discurso da diversidade, a diferença passa a se significar como qualquer expressão cultural ou

artística, independentemente de qualquer origem ou estilo.

Contudo, oferecer ao mercado uma variedade de produtos culturais diferenciados e autênticos não significa que eles serão consumidos ou receberão incentivo, afinal o mercado tem as suas próprias regras de funcionamento, que, ao contrário do que o discurso neoliberal afirma, não são definidas pela liberdade de cada indivíduo-investidor-consumidor, mas sim pelas relações histórico-econômicas de poder.

É fundamental, assim, para o discurso neoliberal que seja instituído um mercado cultural. Analisemos as últimas sequências para este período, com grifos nossos:

SD19.1: Este resultado, aliado aos benefícios fiscais decorrentes da Lei Federal de Incentivo à Cultura, faz da parceria iniciativa privada/produtor cultural um mercado promissor, só compatível ao mercado publicitário, uma vez que envolve, necessariamente, os meios modernos de comunicação. Isto é o que faz do investimento em cultura um bom negócio (BRASIL. MINC, 1995, p. 11).

SD19.2: reconhece o papel dos agentes culturais – produtores, agências de propaganda, consultores etc. - e inclui no orçamento custos de captação, divulgação e elaboração de projetos (BRASIL. MINC, 1995, p. 11).

SD19.3: Não fosse por tudo isto, a simples opção de promover o enriquecimento cultural da sociedade – a prática do «mecenato» – tem sido fonte de prestígio indiscutível de pessoas e instituições, no decorrer dos séculos. Nada se compara, em termos de permanência, à imagem do «mecenas», isto é, do apoiador da cultura (BRASIL. MINC, 1995, p. 10).

SD19.4: País que se preza, preza a cultura. Estado que é democrático sabe que a cultura não pode ser obra só do Estado, muito pelo contrário. E sociedade que aspira a um papel cada vez mais ativo na redefinição de seus rumos é uma sociedade que apoia a atividade cultural (CARDOSO, 1995, p. 467).

SD19.5: Então, trata-se de criar condições, de organizar, para que a cultura possa produzir-se mais facilmente. E, como se trata de uma sociedade democrática e de um Estado democrático, é preciso fazer isso de um modo tal que aqueles que são os produtores de cultura, e toda a cadeia, não é só o criador, mas toda a cadeia que leva à reprodução da cultura, que leva realmente à constituição de um ambiente favorável à existência de um modo cultural de ser, que toda essa cadeia esteja, por sua vez, muito enraizada na própria sociedade (CARDOSO, 1995, p. 470).

SD19.6: E essas leis são para isso. São para permitir que a própria sociedade encontre aí um mecanismo que o Estado estimula aqui e ali, mas um mecanismo que permita a criação de um ambiente favorável a que o criador, ou os criadores, ou a organização que cria, se desenvolvam. É disso que se trata. Difícil? Muito difícil, mas necessário. Necessário, e eu diria insubstituível (CARDOSO, 1995, p. 470).

Como em todo mercado, no mercado cultural também haveria uma divisão bem definida do trabalho¹⁶⁰, como em uma produção de fábrica, em série, em que cada sujeito

¹⁶⁰ Para Marx (1989 [1867], p. 407) “a divisão do trabalho na sociedade se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho, a conexão dentro da manufatura, dos trabalhos parciais se

participante ocuparia uma posição bem definida: investidor, produtor, vendedor ou consumidor. Nesse mercado, no lugar de investidores estariam os empresários que buscam o lucro, seja por meio do retorno do patrocínio ou por agregar *valor à sua marca* (SD17.1); no lugar de produtores estariam os *criadores* (SD19.6); no lugar de vendedores, os *agentes culturais*, que buscam o financiamento e os publicitários que buscam atrair o público (SD19.2) e por fim, no lugar de consumidores, estaria a *sociedade* (SD19.4). Nessa divisão do trabalho, no discurso neoliberal, não cabe a nenhuma das partes ocupar outro lugar a não ser aquele ao qual está destinado, além do lugar de consumidor, pois esse deveria ser ocupado por todos (SD19.5 e SD19.6). A sociedade, assim, não poderia ocupar também o lugar de criação, pois essa requereria competência e capacitação e isso só seria possível de forma individualizada.

Nesse mercado, para que se consiga produzir, fazer, criar, o criador, o fabricante da arte deve se assujeitar às suas regras, ou seja, a essa posição de produtor de cultura. O artista deve, assim, buscar o investimento do empresário para financiar a sua criação e caso não consiga, a responsabilidade seria apenas sua, individual, pois ele, o artista, não teve capacidade e competência para fazer uma arte atrativa¹⁶¹. Constrói-se, então, a ilusão de que:

as competências são naturalizadas como um aspecto meramente individual, isto é, não são vistas como propriedades criadas e possibilitadas socialmente. Assim, o culto da competência é a apologia do poder individual, mediante o qual os produtos da atividade humana aparecem como mágicas, pois se apresentam independentes das relações sociais (MACHADO, 1998, p. 5).

Afinal, para o discurso neoliberal em qualquer mercado, todos têm as mesmas oportunidades, todos são iguais¹⁶², todos podem participar do mercado, seja como produtor ou consumidor desde que tenham competência e capacidade, inclusive a diferença. Por isso, o mercado é visto como algo democrático pelo discurso neoliberal. No entanto, o que não se diz é que nem todos têm condições de participar em posição de igualdade, pois, como mesmo

realiza através da venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista que as emprega como força de trabalho coletiva. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si”.

¹⁶¹ O discurso neoliberal afeta a educação da mesma forma. Para o discurso neoliberal, ao instituir um mercado de mão de obra, é de responsabilidade de cada sujeito se capacitar e a educação deve servir ao mercado, corrigindo as desigualdades nessa capacitação e possibilitando que todos possam participar do mercado de forma supostamente igualitária (cf. SILVA SOBRAL, 2013).

¹⁶² Sobre isso Harvey (2014 [2005], p. 78) comenta “presume-se que todos os agentes que operam no mercado tenham acesso às mesmas informações, assim como se presume que não haja assimetrias de poder ou de informações”.

vimos, existe a divisão do trabalho e de lugares. À medida que não há financiamento para todos¹⁶³, instala-se a competição que dificulta ainda mais a possibilidade de contraidentificação do sujeito a este discurso, pois como afirma Cavalcante (2007, p. 91).

O discurso neoliberal retoma as ideias defendidas pelo liberalismo clássico e, a partir do pré-construído que afirma ser a competição o motor do desenvolvimento humano, faz da difusão da crença o processo de naturalização uma arma de luta ideológica contra todos os que apontam para o agravamento das desigualdades sociais. Difundindo-se essa concepção, apagam-se as condições em que se dá essa competição e, sendo a competição uma tendência natural do ser humano, as relações de dominação, exploração, exclusão não seriam inerentes à economia liberal, mas um processo natural.

A competição faz com que o sujeito não tenha tempo nem espaço para se contraidentificar, para questionar o processo interpelador do discurso neoliberal do qual está sujeito. Uma vez interpelados pelo discurso neoliberal, os criadores, para terem maiores chances nesse mercado devem se capacitar para que possam tornar sua mercadoria mais atrativa, mais comercializável, tanto para os investidores quanto para os consumidores.

Com o assujeitamento do sujeito artista ao discurso neoliberal, sua arte se aliena. Para atender o que deseja o mercado, modifica-se a produção artística. Alteram-se os projetos de criação para que se possua mercado. Reduz-se o papel da arte enquanto contestação que passa a ser melhor aparelhada para favorecer a manutenção das relações de poder. Isso já acontecia antes, mas com o discurso neoliberal ocorre de forma mais eficiente e dissimuladora.

Por fim, no documento do MinC não se diz que, como em todo mercado, o da cultura também seria excludente e concentrado¹⁶⁴, e que também teria os seus excluídos, entre eles aqueles que não conseguem competir nele. Pelo contrário, o mercado da cultura é apresentado como algo inovador, transparente, como se não fosse desigual, como se não contivesse a memória de outros mercados, do capitalismo comercial do século XV ao capitalismo neoliberal do século XX, com as suas exclusões e crises.

Na dissimulação dos sentidos, a mercantilização da cultura se apresenta como algo

¹⁶³ De acordo com Augustin (2011, p. 12), em 2009, o Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) autorizou a captação de recursos num total de 3,5 bilhões de reais, mas foram efetivamente captados menos de um bilhão.

¹⁶⁴ Esse mercado é concentrado tanto do lado dos investidores, pois microempresas não podem doar, pelo modo como são tributadas (AUGUSTIN, 2011, p. 16), mas também pelo lado daqueles que recebem os investimentos, geralmente artistas já conceituados pelo mercado. Segundo Bolaño, Mota e Moura (2012, p. 33), os cinco maiores captadores de recursos via leis de incentivo de 1993 a 2010 foram: 1º Instituto Itaú Cultural (294 milhões de reais); 2º Fundação Roberto Marinho (94,9 milhões); 3º Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira (93 milhões); 4º Associação Orquestra Pró-Música do Rio de Janeiro (86,2 milhões) e 5º Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM (80,1 milhões).

moderno e democrático em que a própria sociedade julga e estimula a cultura por meio do consumo. Quanto à diferença é mais um produto, entre tantos outros produtos culturais. E um bom negócio.

2.4 O Período dos governos do Partido dos Trabalhadores e a diferença como diversidade

Neste subcapítulo apresentaremos o quarto período em que analisamos como a diferença é significada no discurso da política no Brasil sobre a cultura. Tal período se inicia com a posse de Lula na Presidência da República e de Gilberto Gil no MinC. Como materialidade discursiva para a análise, separamos três pronunciamentos do ministro Gilberto Gil nas seguintes ocasiões: A) na solenidade de transmissão do cargo de Ministro da Cultura feito em Brasília, em 02 de janeiro de 2003, pois como discurso de posse tende a mostrar as diretrizes do novo governo e marcar a diferença em relação a governos anteriores; B) na abertura do Seminário Cultura XXI, em Fortaleza, em 19 de março de 2003, em que apresenta o entendimento do novo governo para o que seria cultura; C) na abertura da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em Brasília, em 12 de dezembro de 2005, pois marca a primeira etapa para a construção do Plano Nacional de Cultura (2010-2020), nosso principal *corpus* de pesquisa, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 48/2005 que exigiu a sua elaboração. Vale ressaltar que nosso objetivo com este subcapítulo, além de iniciar a análise sobre como a diferença é significada nos governos Lula e Dilma Rousseff, é situar esses governos e suas ações para a diferença, para além do Plano Nacional de Cultura, objeto desta pesquisa sobre o qual nos debruçaremos nos próximos dois capítulos. Separamos, então, as primeiras sequências com itálicos nossos, retiradas dos pronunciamentos do ministro Gil:

SD20.1: E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, *não é apenas* "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas (GIL, 2003a, p. 229-230).

SD20.2: Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave

simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. (GIL, 2003a, p. 230)

SD20.3: *Não existe* "folclore" o que existe é cultura (GIL, 2003a, p. 230).

SD20.4: *Não cabe* ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. *Não cabe* ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. *Não cabe* ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade (GIL, 2003a, p. 230).

SD20.5: É preciso ter humildade, portanto. Mas, ao mesmo tempo, o Estado *não deve* deixar de agir. *Não deve* optar pela omissão. *Não deve* atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado. É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado *não é* tudo. Não será nunca (GIL, 2003a, p. 231).

Nessas cinco sequências, observamos o que cultura *não é*, marcando um deslocamento em relação aos sentidos até então estabelecidos pelas posições discursivas dominantes anteriormente, fazendo, inclusive, o uso de aspas para marcar esse distanciamento¹⁶⁵. Na SD20.1 parece-se romper com o sentido de cultura enquanto conhecimento enciclopédico, acadêmico e científico da posição discursiva elitista-conservadora. Cultura não seria, assim, aquilo que distingue pessoas cultas de incultas, criando hierarquias entre elas e sendo passível de ser aprendida tornando o inculto, culto, como se diz nas SD17.1 e SD17.2 do período anterior. Nas SD20.2, SD20.3 e também na SD20.1 parece-se romper com o sentido de cultura enquanto arte erudita, também da posição discursiva elitista-conservadora. Essa posição, como vimos, dividia cultura entre aquela de origem nas classes populares e aquela das elites. Na SD20.4 parece-se romper com o sentido de cultura, da posição discursiva nacionalista, em que o Estado deveria ser o responsável e o guardião da cultura nacional, que não poderia e nem deveria sofrer influência estrangeira. Não se trataria mais de intervir ou não intervir, mas de proporcionar condições para que todas as pessoas criem e produzam. E na SD20.5 parece-se romper com o sentido de cultura enquanto mercadoria, da posição discursiva mercadológico-neoliberal. O Estado não deve ceder ao mercado o poder de formular políticas para a área cultural nem decidir quais expressões artísticas e culturais deverão receber financiamento público em detrimento de outras.

Tal mudança de sentido também pode ser observada em outro pronunciamento, na abertura da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em Brasília, em 12 de dezembro de 2005,

¹⁶⁵ As aspas funcionam na ilusão de que as palavras são nossas, marcando “uma fala sob vigilância, sob controle (...) que manifesta um questionamento ao caráter apropriado da palavra ao discurso no qual é utilizada (...) remetendo a um discurso-outro” que também é falado (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219-220).

quando a expressão *cultura é*, repetida diversas vezes, cultura é..., cultura é..., cultura é... ressoa (SERRANI, 1993), formando paráfrases, deslocando esse sentido de cultura até produzir um outro que a partir de agora será considerado pelo Governo Lula¹⁶⁶.

SD21.1:
Cultura é política social
Cultura é política econômica
Cultura é política urbana
Cultura é direito
Cultura é cidadania
Cultura é necessidade
Cultura é prazer
Cultura é o que nos situa no tempo e no espaço
Cultura é bem-estar e prazer
Cultura é desenvolvimento
(GIL, 2005, p. 384)

Dizer *cultura é...* é dizer que antes não era política social, não era política econômica, não era política urbana, não era direito, não era cidadania, não era necessidade, não era prazer, não era o que nos situa no tempo e no espaço, não era bem-estar e prazer e não era desenvolvimento. Dizer *cultura é* várias vezes, é não dizer também que folclore é cidadania, que costume é o que nos situa no tempo e no espaço, que arte é necessidade, que música é prazer, que teatro é direito, que cultura erudita é política social, ainda que o sentido pareça mais englobante. Temos assim, duas (supostas) rupturas, uma relacionada ao significante cultura que será o único a ser utilizado e outra relacionada ao seu sentido, deslocado para ser o que antes não era.

Se o sentido de cultura para o Governo Lula apresenta uma (suposta) ruptura em relação aos efeitos de sentido até então dominantes, em quais pré-construídos ele se ancora, em quais memórias e redes de significância ele se inscreve? Vejamos essas outras sequências, também com grifos nossos:

SD22.1: Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se *manifesta* para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada *objeto* que produzimos, *transcende o meramente técnico*. Cultura como usina de *símbolos* de um povo. Cultura como conjunto de *signos* de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos *atos*, a soma de nossos *gestos*, o senso de nossos *jeitos*. Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada (GIL, 2003a, p. 230).

¹⁶⁶ Infelizmente não tivemos acesso a um possível registro oral, em vídeo ou áudio, do pronunciamento de Gil, que nos permitisse analisar discursivamente materialidades específicas da oralidade produzidas pelo efeito da repetição de *cultura é*. Contudo, na versão escrita a sobreposição, formando parágrafos distintos, conforme reproduzimos acima, também significa e produz um defeito de ampliação do dizer.

SD22.2: O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: *não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura* (GIL, 2003a, p. 231).

Na SD22.1 podemos observar que cultura é significada como *objetos, atos, gestos, jeitos, manifestações, símbolos, sentidos, signos*. Mesmo que em seguida se afirme que o sentido de cultura adotado pelo governo é o antropológico, essas marcas mostram que o sentido de cultura dominante no Governo Lula é aquele inscrito na posição discursiva antropológica. Cultura, portanto, para o discurso antropológico, é qualquer forma de expressão humana, aquilo que nos faz seres humanos e por isso é tudo que envolve a humanidade (LARAIA, 2004 [1986]), inclusive, a arte erudita, as relações econômicas e políticas e a própria forma de fazer política como pode ser visto na SD22.2¹⁶⁷.

Além disso, esse sentido de cultura materializado nos pronunciamento de Gil, também é atravessado pela *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, aprovada na Unesco, em 2001, que define cultura como “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2001).

Desse modo, se no primeiro período identificado, quando analisamos o projeto de Mário para a criação do SPAN, na posição discursiva antropológica é possível falar da diferença, como vimos, o mesmo pode ser observado neste período. Vejamos as sequências nos pronunciamentos do ministro Gil, com grifos nossos:

SD23.1: Vale dizer: cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Como usina e conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor *de nossas identidades*, construções continuadas que resultam dos encontros entre as múltiplas representações do sentir, do pensar e do fazer brasileiros e a diversidade cultural planetária (GIL, 2003b, p. 239).

SD23.2: Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, num *encruzilhada de matrizes milenares* e informações e tecnologias de ponta (GIL, 2003a, p. 231).

¹⁶⁷ Se o sentido de cultura do Governo Lula se inscreve no discurso antropológico, em que cultura é tudo aquilo que é humano, torna-se possível que o Ministério da Cultura aja em outras esferas do governo que até então seriam de competência exclusiva de outros ministérios. Por conta disso, o MinC no Governo Lula, se aproximou e assinou acordos de cooperação com o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SD23.3: A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um *habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros* (GIL, 2003a, p. 232).

SD23.4: Como parte do projeto geral de construção de *uma nação realmente democrática, plural e tolerante*. Como parte e essência de um projeto consciente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos (GIL, 2003a, p. 232).

SD23.5: Como sustentar a mensagem que temos a dar ao planeta, enquanto nação que se prometeu o ideal mais alto que uma coletividade pode propor a si mesma: *o ideal da convivência e da tolerância, da coexistência de seres e linguagens múltiplos e diversos, do convívio com a diferença e mesmo com o contraditório*. E o papel da cultura, nesse processo, não é apenas tático ou estratégico – é central: o papel de contribuir objetivamente para a superação dos desníveis sociais, mas apostando sempre na realização plena do humano (GIL, 2003a, p. 232).

Nessas sequências, vemos que a diferença é significada de duas maneiras como variedade e como algo positivo. Na primeira, como variedade, a diferença não é uma só. Não existiria só um não europeu, só um não cristão, só um não branco, mas muitos não europeus, muitos não cristãos, muitos não brancos. Diferentemente dos discursos anteriormente analisados, os brasileiros teriam muitas identidades, no plural (SD23.1), e ao invés do encontro de três povos e três raças, a cultura brasileira é formada *numa encruzilhada de matrizes milenares*, no plural (SD23.2). Além disso, a diferença não é uma só, não é apenas o negro e o índio, mas muitas, *do habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba a um caboclo amazônico, cultivando carimbós* (SD23.3)¹⁶⁸. Na segunda maneira, como algo positivo, aceitar a *diferença* e ser *tolerante* são fundamentais para reduzir as desigualdades sociais e desenvolver o país (SD23.4 e SD23.5). O discurso da diversidade, isto é, da diferença como variedade e isso como algo positivo torna-se dominante no Governo Lula, em aliança com o discurso antropológico.

Vale ressaltar que, de acordo com Pêcheux (1997 [1983]), as formações discursivas são porosas, atravessadas por outras, sendo possível encontrar muitas e até antagônicas em uma mesma materialidade, não apenas pela negação, como vimos no início, mas também na

¹⁶⁸ Mais adiante, com os prêmios e espaços criados para atender à diferença no governo Lula, e nos próximos capítulos, com a análise do PNC, veremos que com um sentido antropológico de cultura, o sentido de diferença enquanto diversidade no Brasil se historiciza diferentemente do Canadá, ampliando-se para incluir não apenas grupos étnicos, no Brasil as duas raças até então excluídas, indígena e negra, mas também grupos LGBTs, idosos, crianças, deficientes físicos e mentais, grupos das periferias urbanas, presidiários, ciganos e imigrantes.

condição de aliança, como nos períodos anteriores. Se a partir do governo Lula, a posição antropológica se tornou dominante em relação àquelas anteriormente dominantes, essas últimas continuam (re)produzindo sentidos, estabelecendo alianças. Na SD23.1, observamos que o sentido de mercadoria não é interdito pela posição antropológica, do mesmo modo que o sentido de cultura como arte erudita na SD23.2. Pelo contrário, uma vez que cultura passa a ser toda e qualquer forma de expressão humana e não apenas aquela ligada às classes populares ou às elites, é possível manter os sentidos de cultura enquanto arte erudita e enquanto mercadoria. Já no pronunciamento de Gil na abertura da 1ª Conferência Nacional de Cultura é possível perceber a aliança com a posição nacionalista nas SD23.3, SD23.4 e nesta outra:

SD23.6: A mestiçagem e a antropofagia cultural, alimentados por constantes fluxos migratórios de pessoas e de ideias, produziram aqui uma cultura potente e plural, com um grau de diversidade e renovação comparável ao de alguns poucos países do planeta” (GIL, 2005, p.386).

Nessas sequências, podemos observar que a unidade nacional ocorre por meio da diversidade, que faz do Brasil um país único. Mesmo que seja um país plural, por meio da mestiçagem e do sincretismo, a cultura brasileira é apenas uma, no singular. Como no período da Ditadura Militar, há uma unidade na diversidade.

Para acompanhar esses outros sentidos de cultura, foi necessário implementar ações políticas entre elas a de adaptar e reformular os aparelhos ideológicos de Estado, ou melhor, inscrevê-los em outras redes de significância¹⁶⁹. Durante o governo de FHC, sob o discurso neoliberal, o MinC era dividido nas seguintes secretarias: a) Secretaria do Livro e Leitura; b) Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas; c) Secretaria da Música e Artes Cênicas; d) Secretaria do Audiovisual¹⁷⁰. Os AIE político-culturais se organizavam de acordo com o sentido elitista-conservador de cultura, baseados nas sete artes: música, dança, pintura, escultura/arquitetura, teatro, literatura e cinema.

Com a chegada de Lula à Presidência, o MinC se estruturou da seguinte forma, de

¹⁶⁹ Foi durante o Governo Lula que também se realizou o primeiro concurso público para o preenchimento de cargos públicos no MinC, desde a sua fundação em 1985 (BRASIL. MINC, 2006; RUBIM, 2008, p. 197).

¹⁷⁰ Essa estrutura administrativa, publicada pelo Decreto nº 3.049, de 06 de maio de 1999, foi elaborada para o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. No seu primeiro governo, o MinC se estruturava em outras secretarias, de acordo com o Decreto nº 1.673, de 11 de outubro de 1995: a) Secretaria de Política Cultural; b) Secretaria de Intercâmbio e Projetos Especiais; c) Secretaria de Apoio à Cultura e d) Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual. Tal estrutura foi mantida pela reforma do Decreto nº 2.599, de 19 de maio de 1998.

acordo com o Decreto nº 4.805, de 12 de agosto de 2003: a) Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais; b) Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais; c) Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais; d) Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural; e) Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural. Nessa estrutura, ao invés da divisão das secretarias por tipos de arte, tem-se a organização por ações políticas do ministério: formulação, avaliação, desenvolvimento, preservação, articulação institucional e difusão. Pela primeira vez, surge uma secretaria voltada para a identidade cultural, mas vale ressaltar que diferentemente de todas as outras, era a única que tinha a designação *apoio*, ao invés de ser apenas Secretaria de Preservação da Identidade Cultural.

Posteriormente, o Governo Lula reformulou a estrutura do ministério para a implantação de sua política cultural. No Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004, o MinC aparece com a seguinte organização: a) Secretaria de Políticas Culturais; b) Secretaria de Programas e Projetos Culturais; c) Secretaria do Audiovisual; d) Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural; e) Secretaria de Articulação Institucional; e f) Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

Analisando as alterações, percebemos que foi retirado dos nomes das secretarias, o destaque dado às ações do ministério, tais como desenvolvimento, formulação e articulação institucional. Do nome da Secretaria de Artes Audiovisuais é apagado o qualificador artes, que antes qualificava e restringia o sentido de audiovisual. Do nome da Secretaria de Articulação Institucional e Difusão Cultural é apagado o termo difusão cultural. Do nome da Secretaria da Identidade Cultural é acrescentado o termo Diversidade Cultural, presente pela primeira vez, no nome de uma secretaria do MinC, o que marcaria o domínio do discurso da diversidade na reestruturação e renomeação dos AIE político-culturais.

Entretanto, para nós, há uma tensão entre esses dois sentidos antagônicos, quando pensamos na formação do Estado nacional. Se por um lado a identidade cultural tende para um movimento centrípeto, de unidade, a diversidade tende para um movimento centrífugo, de diferenciação. Tal conflito se torna mais interessante de se observar a partir da mudança no nome da secretaria. Quando se acrescenta a expressão *diversidade cultural*, o termo *identidade* perde o seu qualificador *cultural*, que por sua vez passa a qualificar apenas *diversidade*, uma vez que não está no plural se referindo tanto à *diversidade* quanto à *identidade*. Quando é acrescentado, portanto, o termo *diversidade cultural*, o sentido de

identidade é ampliado, perdendo a sua restrição de ser apenas cultural. Cabe ainda acrescentar que o Governo Lula criou uma nova secretaria, de Fomento e Incentivo à Cultura voltada para a política de incentivo fiscal, mesmo que essa política tenha sido duramente criticada durante a campanha dele à presidência¹⁷¹. Tal iniciativa, para nós, comprova a inscrição das ações desse governo na posição mercadológico-neoliberal, só que desta vez em aliança com as posição antropológica, como dissemos.

Já durante o segundo Governo Lula, acompanhamos uma outra reestruturação. Por meio do Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, foi extinta a Secretaria de Programas e Projetos Culturais e criada a Secretaria de Cidadania Cultural, com a Diretoria de Acesso à Cultura. Com esse mesmo decreto foi criada a Diretoria de Monitoramento de Políticas da Diversidade e Identidade, na Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. Novamente aqui transparece a tensão entre os sentidos de identidade e de diversidade. O nome da diretoria criada exclui uma preposição e um artigo definido, modificando o sentido, como se só fosse responsável por políticas que incluíssem tanto a *diversidade* quanto a *identidade* e não por *políticas de diversidade* e por *políticas de identidade* como era designado no nome da Secretaria. Além disso, no nome da Diretoria, a designação *diversidade* foi topicalizada.

Essas constantes mudanças nos nomes e na estrutura dos aparelhos demonstram uma tensão em torno da busca de uma forma de manter a interpelação dos sujeitos em um momento de (suposta) ruptura, em que sentidos-outros ainda estão se estabilizando¹⁷² e o discurso da diversidade parece assumir posição dominante em aliança com o antropológico nos dizeres do discurso da política sobre a cultura no Brasil¹⁷³.

¹⁷¹ No Decreto nº 5.711, de 24 de fevereiro de 2006, o nome desta Secretaria é modificado para Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura e no Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, o nome é novamente invertido retornando a sua nomenclatura original, Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

¹⁷² No Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, já durante o governo de Dilma Rousseff, foram criadas a Secretaria de Economia Criativa e Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura, na Secretaria de Políticas Culturais, comprovando o que dissemos sobre a possibilidade de se aproximar da competência de outros ministérios, conforme permite o sentido antropológico de cultura. No mesmo momento, o nome da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural foi modificado para Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, com a Diretoria da Cidadania e da Diversidade Cultural, sendo apagado o termo identidade, comprovando que essas tensões ainda persistem.

¹⁷³ A emergência do discurso da diversidade não produziu deslocamentos apenas nos nomes dos AIE político-culturais a nível federal, desestabilizando a evidência de um aparelho voltado para uma cultura única e não para uma variedade de culturas. Se observarmos os nomes de todos os órgãos estaduais responsáveis pela área cultural, veremos que treze unidades da federação utilizam a denominação Secretaria *da* Cultura e oito utilizam Secretaria *de* Cultura. As demais utilizam outras denominações. A utilização do artigo definido no singular faz referência a uma cultura única, una, à cultural nacional, podendo referenciar a uma única cultura estadual, à cultura fluminense, à cultura mineira e assim por diante quando dizemos Secretaria Estadual da Cultura. Já quando dizemos Secretaria *de* Cultura temos o sentido mais amplo, não restrito a uma única cultura, mas sim à cultura como algo mais geral. Tal polêmica entre a designação *de* ou *da* Cultura nos chamou tanta atenção que optamos por conferir os nomes dos órgãos como são apresentados nas páginas oficiais na Internet.

Sob o discurso da diversidade, no Governo Lula, houve também a necessidade de se criar espaços no aparato estatal que (supostamente) garantissem a possibilidade de comparecimento de outras posições discursivas, como fóruns, oficinas, seminários, congressos, grupos de trabalho, conferências e como o próprio Conselho Nacional de Política Cultural, que foi reformulado para garantir assento aos diversos grupos como indígenas e afro-brasileiros, que melhor abordaremos no próximo capítulo¹⁷⁴. Todos esses espaços acabam por funcionar como forma de marcar a variedade cultural brasileira, o que nos levou à hipótese de ruptura em relação aos sentidos sobre a diferença até então dominantes.

Até aquele momento, observamos apenas o discurso *sobre* a diferença, a partir de distintas posições dominantes. Nesses espaços estatais, nesses outros aparelhos, poderíamos observar, pela primeira vez, a voz do indígena, do negro, do cigano, do imigrante, do artista popular. Mas vale ressaltar que quando falamos na voz, não nos referimos ao sujeito indígena,

Quando verificamos o site na internet das secretarias, muitas delas fogem dessa polêmica, dando um outro nome sem o *de/da* para a página, como o governo de Minas Gerais que intitula a página como “cultura.mg.gov.br”, o governo do Rio Grande do Sul que intitula a página como “Cultura RS” ou o governo de Sergipe que nomeou o site como “Sergipe Cultural”. Além disso, ao final do governo de Luiz Paulo Conde no município do Rio de Janeiro foi proclamada a Lei Municipal nº 3.172, de 27 de dezembro de 2000, alterando o nome da Secretaria Municipal de Cultura, criada em 1986 – um ano após a criação do MinC – para Secretaria Municipal das Culturas, no plural. Tal denominação foi utilizada durante todo o Governo César Maia (2001-2008), nas gestões de Artur da Távola (2001-2001) e Ricardo Macieira (2001-2008), retornando ao primeiro nome com a posse de Eduardo Paes na prefeitura do Rio de Janeiro, em 2009 (RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE CULTURA, 2015). O discurso da diversidade, contudo, não produziu deslocamentos no nome do MinC, que continua a ser Ministério *da* Cultura, ainda que existam alguns nomes no plural, como o Ministério das Relações Exteriores e também sem artigo definido como o Ministério de Minas e Energia e ainda que o PNC, seja Plano Nacional *de* Cultura e não *da* Cultura.

¹⁷⁴ Como forma de mostrar a extensão da variedade no discurso da diversidade no Brasil, trazemos alguns desses eventos realizados: o I Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares (2005); o Encontro Nacional de Rappers e Repentistas (2007), na Paraíba; o I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares e o II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, em Brasília (2008); o I Encontro dos Povos Guarani da América do Sul (2010), no Paraná; o Grupo de Trabalho de Promoção da Cidadania de GLBT (2004); o Grupo de Trabalho com a finalidade de indicar políticas públicas para a cultura indígena (2005); a 1ª Conferência Nacional de Cultura (2005); a 2ª Conferência Nacional de Cultura (2010); a Oficina de Consulta para Políticas de Difusão e Representação das Culturas Populares (2006), no Rio de Janeiro; a Oficina Loucos pela Diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura (2007), para pessoas em sofrimento mental e em situações de risco social, no Rio de Janeiro; a Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência (2008), no Rio de Janeiro e Oficina Brincando na Diversidade: cultura na infância (2008), para políticas culturais para crianças. Esses espaços continuam sendo criados, após a aprovação do Plano Nacional de Cultura (Lei nº12.343/2010) durante o Governo Dilma Rousseff (2011-): a Conferência de Cultura Cigana (2011), em Camaçari (BA); a Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiros (2011), em São Luís; a Comissão de Organização da Oficina de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiros (2011); XI Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros (2011), em Goiás; II Encontro dos Povos Guarani (2011), no Paraguai; Comitê Técnico LGBT (2012); o Encontro de Culturas Populares e Tradicionais (2013), em São Paulo; o Seminário Culturas Indígenas na Rio + 20 (2012), no Rio de Janeiro; o I Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural e III Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais (2013), no Rio de Janeiro; a 3ª Conferência Nacional de Cultura (2013); o Encontro Nacional de Arte e Cultura – LGBT (2014), em Niterói (RJ).

mas sim uma posição-sujeito indígena, por exemplo, pois ainda que anteriormente não existissem esses AIE de escuta, tais sujeitos poderiam ser interpelados por uma formação discursiva das classes dominantes. Referimo-nos à possibilidade de comparecimento de posições discursivas até então subalternas¹⁷⁵ independentemente se houvesse ou não uma coincidência entre essas posições e os sujeitos.

Além de criar AIE político-culturais de escuta, ancorados nos discursos antropológico e da diversidade, houve uma reformulação nos aparelhos político-culturais de financiamento. Como vimos, as leis de incentivo elaboradas sob o discurso neoliberal nas quais empresas privadas decidiam em qual área da cultura seria investido o dinheiro público, foram mantidas, sobretudo para financiar as expressões artísticas: o teatro, a música, o cinema e etc., embora o programa de governo durante a campanha de Lula tenha apresentado severas críticas a elas¹⁷⁶. Já para aqueles que não conseguiam obter financiamento sob as regras do mercado, o governo passou a destinar recursos diretamente. Foram criados programas, editais, concursos e prêmios específicos para os segmentos indígena¹⁷⁷, cigano, afro-brasileiro, LGBT, idoso, popular¹⁷⁸.

E na tentativa de atingir o maior número possível de segmentos e grupos, inclusive para aqueles sujeitos que não são contemplados pelos procedimentos burocráticos do Estado,

¹⁷⁵ Denominamos posições-sujeito subalternas aquelas que não são hegemônicas.

¹⁷⁶ Somente no início de 2010, o governo Lula apresentou proposta para alteração da Lei Rouanet, por meio do Projeto de Lei nº 6.722/2010, que ainda tramita na Câmara dos Deputados. Tal projeto institui o *Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura*, que mantém a política de incentivo fiscal mas impõe limites que visam garantir uma distribuição mais igualitária dos recursos para cada região do país. Para mais informações, cf. Salgado et alii (2010).

¹⁷⁷ De acordo com o Plano Setorial para as Culturas Indígenas, o orçamento para as culturas indígenas passou de 436,5 mil reais durante todo o governo FHC, de 1995 a 2002, para 12,196 milhões de reais durante o governo Lula, de 2003 a 2010 (BRASIL. MINC, 2015, p. 115).

¹⁷⁸ Entre esses editais e prêmios destacamos: o Edital para Fomento às Expressões das Culturas Populares (2005); o Edital para Parada do Orgulho GLBT (2005); o Prêmio Culturas Indígenas (2006); o Concurso “Cultura GLBT” (2006 e 2007); o Programa de Fomento e Valorização das Expressões Culturais e de Identidade dos Povos Indígenas (2007); o Programa de Promoção das Culturas Populares (2007); o Prêmio Capoeira Viva (2007); o Programa de Fomento a Projetos de Combate à Homofobia (2007); o Prêmio Culturas Ciganas (2007); o Prêmio Culturas Populares – Edição Mestre Duda – 100 anos de Frevo (2007); o Prêmio Culturas Indígenas – Edição Xicão Xukuru (2008); o Prêmio Culturas Populares – Edição Mestre Humberto de Maracanã (2008); o Concurso Público de Apoio a Paradas de Orgulho GLBT (2008); o Concurso Público Prêmio Cultural GLBT (2008); Prêmio Culturas Populares – Edição Mestra Dona Izabel – Artesã Ceramista do Vale do Jequitinhonha (2009); o Prêmio Cultura Hip Hop – Edição Preto Ghóez (2010); o Prêmio Culturas Ciganas (2010); o Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras (2010); o Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa (2010). Esses financiamentos públicos específicos para alguns grupos e culturas também prosseguiram no governo Dilma Rousseff, entre eles: o Prêmio Culturas Populares – Edição 100 anos de Mazzaropi – A Cultura Popular no Cinema (2013) e o Prêmio Culturas Indígenas - 4ª Edição Raoni Metuktire (2013); o Prêmio de Culturas Afro-brasileiras (2014); o Prêmio Cultura Hip Hop (2014) e o Prêmio Culturas Ciganas (2014). Este último foi suspenso a pedido da Defensoria Pública da União que alegou que o MinC não poderia lançar um prêmio para culturas ciganas, restringindo a inscrição apenas para pessoas, comunidades e entidades de origem ciganas, ou seja, para sujeitos ciganos (BRASIL. MINC, 2015).

pois, não dominam os trâmites ou mesmo os meios para participar, o governo desenvolveu oficinas para instruí-los na elaboração de projetos e na prestação de contas e, na medida do possível, modificou os procedimentos para a inscrição. Como exemplo disso, temos o Prêmio Culturas Indígenas que, a partir de 2008, passou a aceitar inscrição oral ou audiovisual, por meio de um vídeo ou um arquivo de voz descrevendo a proposta (BRASIL. MINC, 2015).

Também como mais uma forma de financiamento de iniciativas não contempladas pelas leis de incentivo e para contemplar as diferenças, em 2004, foi lançado pelo MinC o *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA*. De acordo com a portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, o *Cultura Viva* teria como objetivo “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade” e se destinava “a populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural”.

O programa seleciona, por meio de editais, iniciativas já em andamento para receber 60 mil reais por ano durante três anos, num total de 180 mil reais, que passam a ser chamadas *Pontos de Cultura*¹⁷⁹, formando uma rede. Além dessa verba, cada iniciativa recebe 25 mil reais, por meio da ação *Cultura Digital*, que deverão ser utilizados para a aquisição de equipamento multimídia em *software* livre, composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar cd, câmera digital, ilha de imagem e recebem por meio da ação *Agente Cultura Viva*, 50 bolsas num valor de 150 reais mensais, por seis meses, para serem concedidas a jovens de 16 a 24 anos. O programa não prevê uma atuação específica como nos editais anteriormente apresentado por nós, pelo contrário,

o Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo” (BRASIL. MINC, s/d, p. 20).

Além do *Agente Cultura Viva* e do *Cultura Digital*, os pontos têm outras ações comuns como a *Escola Viva*, que tem como objetivo integrar os pontos às escolas na reflexão sobre

¹⁷⁹ Posteriormente, outras denominações foram dadas aos *Pontos de Cultura*, como *Pontões de Cultura*, que recebem até 350 mil reais por ano, durante três anos, *Pontos de Leitura*, voltados especificamente para o incentivo da leitura e *Pontos Indígenas*, voltados especificamente para os povos indígenas.

cultura e a *Ação Griô – Mestres dos Saberes*, que visa à transmissão de saberes e conhecimentos tradicionais dos mais velhos para os mais novos.

Essa rede *Cultura Viva* integrada de *Pontos de Cultura*, a partir de 2007 não seria financiada apenas pelo governo federal, mas também por municípios e estados que aderissem ao Sistema Nacional de Cultura, proposto pelo Governo Lula. Isso possibilitou que o número de pontos passasse de 73 em 2004 para 3703, em 2011¹⁸⁰, quando se previa alcançar a meta de 4203, em 2014, alcançando o total de 547 milhões de reais investidos de 2004 a 2012. E mais, possibilitou, também, que fosse aprovada a Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014), tornando essa iniciativa de governo em uma política de Estado.

E, para integrar a rede, o governo criou os eventos *Teia da Diversidade*, encontros a níveis estadual e nacional que reúne representantes de todos os pontos, e a *Caravana da Diversidade*, que proporciona a troca de experiências entre os pontos. A adoção do nome *Diversidade* para representar os eventos do *Programa Cultura Viva* também significa e mostra uma marca do discurso da diversidade. Mas, diferentemente do Canadá, em que a variedade estava restrita às origens étnicas e nacionais, no Brasil, emergido sob a égide do discurso neoliberal e em aliança com o discurso antropológico, como tínhamos observado na análise do período anterior, o sentido de diversidade parece se historicizar a fim de significar toda a variedade possível, inclusive aquela que até então não se ancorava na memória do que seja diferença, como idosos e crianças ou mesmo moda e circo¹⁸¹.

Todavia, o programa esbarrou em alguns problemas. Ainda que a gestão de recursos ocorra por iniciativa da comunidade envolvida nos *Pontos de Cultura*, a prestação de contas sob as leis brasileiras e sob a fiscalização da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União faz com que os *Pontos de Cultura*, por mais diversos e diferentes, tenham que se submeter ao Estado, sob a forma-sujeito de direito que abordaremos melhor no

¹⁸⁰ Desses 3703, 109 são pontos indígenas e as cinco unidades federativas com mais pontos no Brasil são: 1. São Paulo; 2. Bahia; 3. Rio de Janeiro; 4. Rio Grande do Sul; 5. Ceará. O MinC planejava apoiar ainda com 30 mil dólares por ano, iniciativas das comunidades de brasileiros residentes no exterior, nos Países do Mercosul e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Portugal, África e Ásia) (BRASIL. MINC, s/d, p.22).

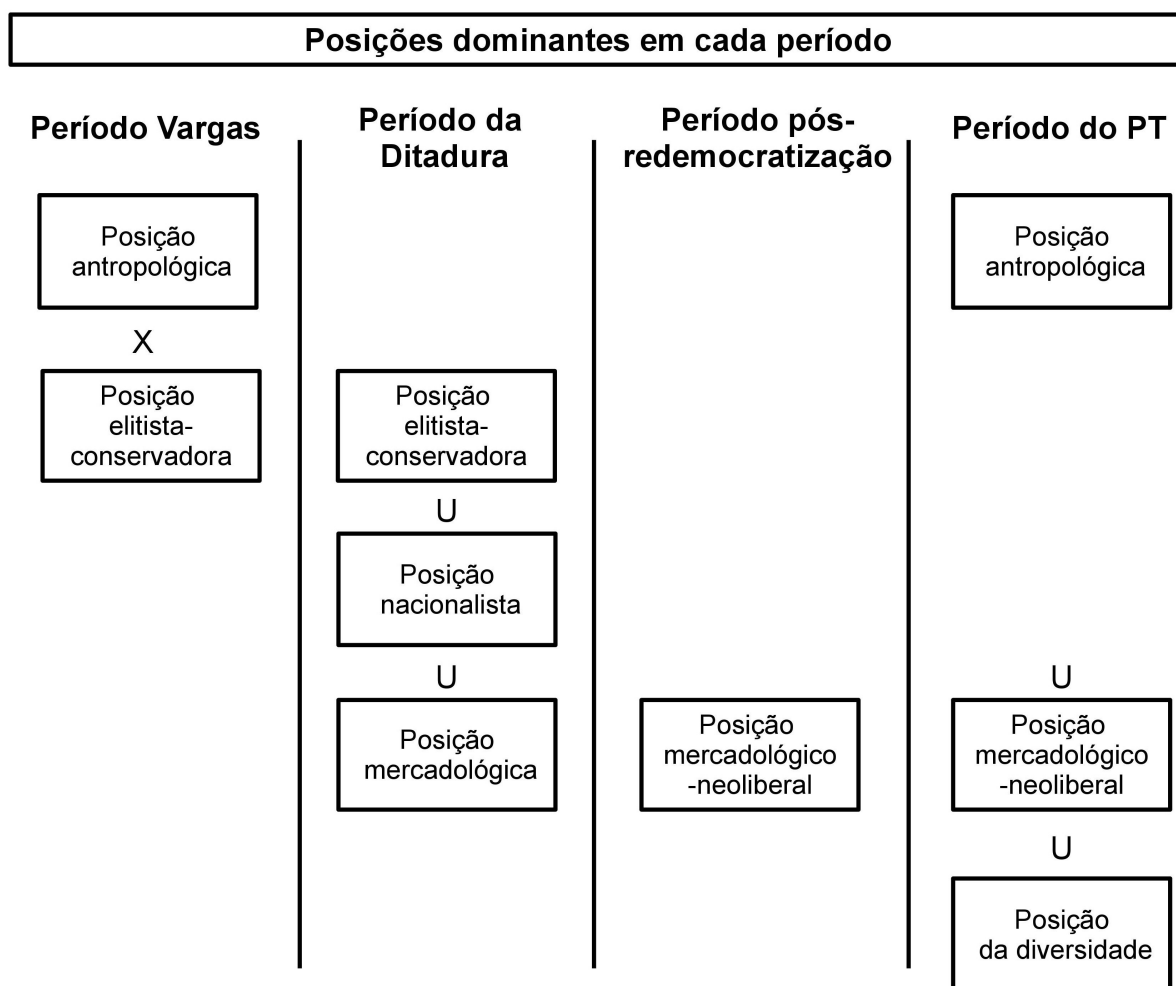
¹⁸¹ Esse sentido de variedade cultural, além das origens étnicas pode também ser observado na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC, 2009), criada por iniciativa da sociedade civil, com o objetivo, de acordo com regimento, “de garantir o fortalecimento dos Pontos de Cultura em todo o território brasileiro, sendo instância permanente de atuação e representação político-cultural, identificação de demandas e elaboração de propostas para o desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais no país”. A Comissão se organiza nos seguintes GTs: 1. LGBT; 2. Matriz Africana; 3. Cultura da Paz; 4. Juventude; 5. Grupo Amazônico; 6. Estudantes; 7. Audiovisual; 8. Patrimônio Material e Imaterial; 9. Rádios Comunitárias; 10. Hip Hop; 11. Economia Solidária; 12. Artes Cênicas; 13. Criança e Adolescente; 14. Literatura, Livro e leitura; 15. Música; 16. Gênero; 17. Ribeirinhos; 18. Culturas Tradicionais e Indígenas; 19. Rede da Terra; 20. Ação Griô; 21. Escola Viva; 22. Cultura Digital; 23. Legislação; 24. Sustentabilidade; e 25. Pontões e articulação da rede.

próximo capítulo.

Concluindo...

Neste capítulo, analisamos como a diferença é significada no discurso da política sobre a cultura no Brasil. Em quatro períodos distintos identificamos seis posições-sujeito ora em aliança, ora antagônicas na disputa pelo espaço dominante, como podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 1: Mapeamento das posições dominantes em cada período



No Período Vargas, por meio da análise do confronto do projeto de Mário de Andrade com o Decreto nº 25/1937, que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(SPHAN), identificamos duas posições, funcionando de modo antagônico, que chamamos de antropológica e elitista-conservadora. Na primeira é possível o comparecimento da diferença, a indígena e a popular, mas não a negra. Já na segunda só é possível o comparecimento da diferença enquanto mestiçagem, que formaria uma cultura brasileira autêntica e única, mas de base europeia. Essa dominante sobre aquela, apagou no decreto marcas da diferença na definição do que seria o patrimônio nacional, fazendo com que apenas a herança colonial de origem portuguesa, branca e cristã fosse significada como patrimônio.

No segundo período, da Ditadura Civil-Militar, analisando o documento *Política Nacional de Cultura* (1975), identificamos três posições que funcionam em aliança na significação da diferença. A primeira, a posição elitista-conservadora desta vez agregando a diferença, mas sob a definição de uma cultura dividida entre o erudito e o popular, em que o erudito ocuparia uma posição de superioridade. A segunda, a posição nacionalista em que a diferença é possível como componente da mestiçagem e como regionalismo, mas não no sentido metonímico. E a terceira, a posição mercadológica, que significa a cultura como um produto. Ou seja, neste período há a manutenção da posição elitista-conservadora deslocada.

No terceiro período, o dos governos pós-redemocratização, identificamos uma posição-sujeito dominante, que chamamos de mercadológico-neoliberal. Para ela *cultura é um bom negócio*, assim como a diferença. Com a emergência do discurso da diversidade no Brasil, nos anos 1980, a diferença passa a ser significada como variedade sob a égide do mercado, e por isso, diferentemente do Canadá, onde estava em jogo a nação e a língua na emergência do discurso do multiculturalismo naquele país, no Brasil todas as formas de diferença podem ser consideradas no discurso da diversidade, independentemente de origem, cor, sexo, estilo, idade, se for de interesse do mercado. Desse modo, quanto maior a variedade cultural, mais produtos poderão ser postos no mercado. Nesse período, acompanhamos também a reformulação dos AIE político-culturais, que sob a ilusão da liberdade individual, favorecem à manutenção das relações histórico-econômicas de poder.

No quarto período, o dos governos do PT, identificamos um deslocamento quando outras posições assumem o papel de dominante no processo de significação do que seja a diferença: a antropológica e a da diversidade. Essas outras duas acomodam a nacionalista e a mercadológica, como vimos.

Neste capítulo, observamos que a diferença, nos três primeiros períodos, é apagada do sentido de patrimônio nacional, é silenciada como componente da mestiçagem, é significada

como mercadoria. Já no último período, percebemos uma forma distinta de significá-la e uma abertura do Estado para ouvir as diferenças, afinal depois do Holocausto na II Guerra Mundial, do discurso dos direitos humanos, e das rupturas causadas nos anos 1960 pelos movimentos indígenas, negros, feministas, gays... e no Brasil, após a Ditadura Civil-Militar, não era mais possível silenciar as diferenças. Com isso, foi necessário um deslocamento do discurso *sobre* a diferença para o discurso *da* diferença. Contudo, para impedir uma ruptura nas redes de significância da diferença e da cultura, dominantes até aqui, era preciso criar novas formas de silenciamento, durante, os governos do PT, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3

“Política cultural só se faz com participação social”¹⁸²: o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) sob o discurso da diversidade

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.

Quarto de despejo (1960), de Carolina Maria de Jesus

Neste capítulo, analisamos o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura – PNC (2010-2020) durante os governos de Lula e de Dilma Rousseff, em todas as suas etapas desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 48, em 10 de agosto de 2005¹⁸³, que instituiu a obrigatoriedade de sua elaboração, até o lançamento das suas 53 metas, em 11 de julho de 2012, passando pela sua aprovação pelo Congresso Nacional como Lei nº 12.343, em 2 de dezembro de 2010¹⁸⁴. Como vimos, durante o Governo Lula, os AIE político-culturais

¹⁸² Esta frase foi proferida pelo ministro da Cultura, Juca Ferreira, em uma coletiva à imprensa, no dia 14 de abril de 2015, em Salvador, durante a terceira edição da Caravana da Cultura, evento criado pelo MinC para conhecer demandas e se aproximar da sociedade durante o segundo Governo Dilma Rousseff (BRASIL. MINC, 2015).

¹⁸³ Tal iniciativa de elaboração de um PNC que reorganizasse a política nacional de cultura é anterior à ascensão de Lula ao poder. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 306/2000 que deu origem a EC nº 48/2005 foi apresentada ao Plenário da Câmara pelos deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Marisa Serrano (PSDB/MS) em novembro de 2000, com a assinatura de outros 175 deputados. Essa PEC, acrescentaria o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal: “A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional”. Em entrevista concedida a Paula Reis (2008, p. 134), Gilmar Machado afirma que propôs uma emenda à constituição para a criação do PNC a partir da reivindicação de artistas e intelectuais na 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, organizada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em novembro de 2000.

¹⁸⁴ A princípio, tínhamos pensado analisar apenas o período de 2005 até a promulgação do PNC em 2010, mas decidimos também incluir o período de elaboração das metas nos dois anos seguintes, já no Governo Dilma Rousseff por dois motivos. Primeiro, porque não conseguimos acesso aos resultados da consulta pública feita durante a elaboração do PNC, somente àquela feita para as metas e nela encontramos outras vezes que poderiam ser interessantes analisar. E segundo, porque a publicação oficial feita pelo MinC para divulgar o PNC, e que por isso constitui na principal materialidade para se estudar o plano, foi impressa somente em 2012, após a

foram reformulados e foram criados AIE político-culturais de escuta, tais como conferências, seminários e colegiados, para ouvir também as vozes das diferenças. Analisar, portanto, o processo de elaboração do PNC, além de identificar e descrever as suas etapas, é observar o funcionamento desses aparelhos na (tentativa) de captura das vozes das diferenças, sob o discurso da diversidade, isto é, da variedade como algo positivo, no discurso da política sobre a cultura no Brasil. Analisando esse processo de elaboração, observamos que vozes foram silenciadas e apagadas de quatro diferentes formas, sob a ilusão de um processo democrático e inclusivo que representasse a vontade das mais variadas culturas e grupos brasileiros. Apreciamos, assim, como essa ilusão de processo democrático e inclusivo foi reforçada, as contradições silenciadas nos dizeres do próprio governo sobre a elaboração do PNC e como tal processo só foi possível por meio da forma-sujeito de direito (PÊCHEUX, 2009 [1975]; HAROCHE, 1992 [1984]; ORLANDI, 2007 [1999]).

3.1 As formas de silenciamento da diferença na elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) sob o discurso da diversidade

De acordo com Petinelli (2011), o Governo Lula ampliou o processo de participação social na deliberação de diretrizes de políticas públicas. Para termos uma ideia, de 2003 a 2010, durante os dois mandatos de Lula, foram realizadas 72 conferências¹⁸⁵, ao passo que da primeira conferência, em 1941, ao final do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, foram organizadas apenas 39 e a quantidade de temas das conferências passou de 8 para 40¹⁸⁶. Para Pogrebinschi e Santos (2011, p. 262), ainda que fossem meramente consultivas, no Governo Lula, as conferências se tornaram mais amplas, por envolver um número maior de pessoas; mais abrangentes, por englobar um número cada vez maior de temas; mais inclusivas, por reunir grupos sociais cada vez mais diversos e mais frequentes, por realizarem

elaboração das metas, contendo-as.

¹⁸⁵ De acordo com a Secretaria Nacional de Articulação Social (2013), as conferências “são instâncias periódicas de debate, formulação e avaliação sobre temas específicos e de interesse público, com ampla participação de representantes do governo e da sociedade civil, podendo contemplar etapas estaduais, municipais ou regionais”.

¹⁸⁶ As primeiras conferências no Brasil foram realizadas no período Vargas, promovidas pelo ministro Gustavo Capanema, a Conferência Nacional de Educação, em 3 de novembro de 1941 e a Conferência Nacional de Saúde, em 10 de novembro do mesmo ano. No entanto, de todas as conferências realizadas no país, de 1941 a 2011, 70% delas ocorreram durante os dois governos de Lula (SOUZA et alii, 2013, p. 25 e 27).

de forma periódica¹⁸⁷. Além disso, durante os dois governos de Lula foram criados ou recriados 18 conselhos¹⁸⁸ de um total de 41 atualmente em funcionamento no país¹⁸⁹ (BRASIL. PRESIDÊNCIA, 2013). Desses, 15 são paritários, isto é, com igual representação do poder público e da sociedade civil; 16 conselhos tem mais membros da sociedade civil que do poder público e apenas 8, os mais técnicos, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), tem mais representantes do poder público que da sociedade civil¹⁹⁰ (BARBOSA DA SILVA, 2015).

No campo cultural, não foi diferente e o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) se confunde com a própria reestruturação do MinC¹⁹¹, com a sua abertura para a participação social¹⁹² e com a criação de AIE político-culturais de escuta como mostramos no capítulo anterior. Mas, antes do início da elaboração do PNC, é importante destacar três eventos que ocorreram já no Governo Lula, quando a PEC nº 306/2000 ainda tramitava no Congresso Nacional: (I) o *Seminário Cultura para Todos*, (II) a criação de câmaras setoriais e de grupos de trabalho no MinC e (III) o *Seminário Nacional de Políticas*

¹⁸⁷ Pogrebinski e Santos (2011, p. 292) afirmam que: “De Sarney a Itamar, simplesmente nenhuma proposição legislativa aparece vinculada às resoluções das conferências nacionais. Durante o primeiro FHC, as primeiras proposições relacionadas às conferências aparecem (22), assim como as leis aprovadas (7). De 1999 a 2002 (segundo FHC), as PECs passam a fazer parte da realidade política. A “era” Lula, entretanto, volta a sobressair – 485 projetos de 2003 a 2009, 92 do Senado, 41 PECs, 37 leis e 1 emenda constitucional aprovada”.

¹⁸⁸ Já os conselhos, de acordo com a mesma Secretaria Nacional de Articulação Social (2013), são “instâncias colegiadas temáticas e permanente, instituídas por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo, destinadas a viabilizar a participação da sociedade civil no processo decisório e na gestão de políticas públicas”.

¹⁸⁹ Entre os conselhos criados pelo Governo Lula, destacamos o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), em 2006, no âmbito do Ministério da Justiça; a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), em 2006, no Ministério do Desenvolvimento Social; o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2005, no âmbito da Presidência da República; o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 2008, na Secretaria de Políticas para as Mulheres; o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), em 2003, na Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial e o próprio Conselho Nacional de Política Cultural, recriado em 2005 e implantado em 2007, no MinC.

¹⁹⁰ Dois deles, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), têm uma composição diversa com técnicos e especialistas designados pelo poder público.

¹⁹¹ Guapindaia et alii. (2007b, p. 99) no relatório da 1ª Conferência Nacional de Cultura, afirmam que as transformações nas políticas culturais já estavam previstas no programa de governo de Lula para a Presidência, sob o título *A imaginação a serviço do Brasil*. Entretanto, optamos por não analisar este documento para nos atermos às ações do Estado, uma vez que programas de governo têm outro funcionamento discursivo e podem necessariamente não serem cumpridos por inúmeros motivos e circunstâncias.

¹⁹² O PNC passou a integrar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), criado com a transformação da PEC 416/2005, de autoria do deputado Paulo Pimenta (PT/RS) na Emenda Constitucional nº 71, em 29 de novembro de 2012 e que, desde então, está em processo de implementação. O SNC seria um sistema integrado de gestão compartilhada, entre sociedade civil e poder público, que alcançaria a união, os estados, Distrito Federal e os municípios no compartilhamento de recursos destinados à cultura, semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS). Seriam elementos do SNC: as conferências, os planos, os conselhos de cultura, além de órgãos de gestão e outros sistemas como o de informações, tanto a nível federal, estadual, distrital e municipal. Ou seja, o que foi aprovado e ainda está se tentando construir é a integração e articulação de todos os AIE político-culturais.

Públicas para as Culturas Populares. Iremos descrever esses eventos, ou ainda, a amplitude da maquinaria posta em funcionamento pelo Estado no processo de elaboração do PNC, no que tange à escuta de vozes outras até então, não capturadas em outros governos. Em outras palavras, estamos expondo o processo do que seria o acolhimento do discurso da diferença pelo/no Governo Lula.

O primeiro, o *Seminário Cultura para Todos*, foi realizado de julho de 2003 ao primeiro semestre de 2004. Inicialmente estavam previstos eventos em Belém, Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Depois, outras cidades acabaram realizando também seminários que contaram com a presença ou participação do MinC, como a de Nova Iguaçu (RJ), em dezembro de 2003¹⁹³. Os seminários, que reuniram cerca de 30 mil pessoas, contavam com um tema central “Financiamento público da Cultura e Leis de Incentivo”, a principal crítica do atual governo ao anterior, e tinha como eixos: “a) o MinC e o financiamento da produção cultural; b) o papel do governo federal no financiamento da cultura; c) as empresas estatais e o financiamento da cultura; d) as empresas privadas e o financiamento da cultura; e) as leis estaduais e municipais de incentivo à Cultura” (GUAPINDAIA et alii, 2007b, p. 102).

Entre as reivindicações dos participantes dos seminários, que não tinham critérios de participação bem definidos, estavam: “a realização de debates e conferências nacionais de cultura; a criação de conselhos com representantes de todos os segmentos da sociedade; a criação de um conselho nacional de cultura; e a criação de um sistema nacional de cultura com orçamento definido em, no mínimo, 1% do orçamento federal” (GUAPINDAIA et alii, 2007b, p. 102).

De acordo com o MinC, o *Seminário Cultura para Todos* foi “o primeiro passo de uma série de ações voltadas ao envolvimento dos cidadãos na avaliação e no direcionamento dos rumos das políticas culturais” e também o primeiro passo para a formulação e articulação política para a elaboração do PNC (BRASIL. MINC, 2009, p. 26-27)¹⁹⁴.

¹⁹³ De acordo com Guapindaia et alii (2007b, p. 101) o seminário se desenvolveu em três etapas. A primeira reuniu os técnicos do MinC, a segunda etapa, secretários estaduais e municipais de cultura e somente na terceira e última etapa produtores, artistas e gestores de instituições culturais nas cidades mencionadas. Eles citam outros lugares onde realizaram os seminários: Manaus, Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Bonito e Porto Alegre.

¹⁹⁴ Calabre (2013, p. 4) da posição do sociólogo pondera que o *Seminário Cultura para Todos* não pode ser considerado como parte da elaboração do PNC, uma vez que os encontros se realizaram antes do início da elaboração do plano, em 2005. No entanto, da posição do analista do discurso, é importante considerá-los nesta pesquisa, uma vez que eles são significados enquanto etapas pelo próprio discurso do MinC, além de se constituir nos primeiros espaços de escuta do governo no âmbito cultural para a possibilidade de comparecimento de outras posições-sujeito.

O segundo evento, ainda no final do primeiro ano do Governo Lula, em 2003, foi a mobilização do MinC para a formação de Grupos de Trabalho e Câmaras Setoriais, “concebidos como espaços de pactuação, onde devem estar representados todos os elos da cadeia produtiva e criativa de cada setor, levando-se em conta (ainda) a representatividade regional” (GUAPINDAIA et alii, 2007b, p. 104). Esses espaços, vinculados à Funarte e às secretarias do MinC e compostos por representantes da sociedade civil indicados pelo Ministério, constituíram-se, mais tarde, a base para a reformulação do novo *Conselho Nacional de Política Cultural* (CNPC) e de toda a estrutura política do MinC, sendo assim um outro passo na fase de articulação e mobilização política para a elaboração do PNC.

O terceiro foi o *Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*, que ocorreu em fevereiro de 2005, em Brasília, e foi organizado pela Fundação Cultural Palmares; pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, do IPHAN; pela Fundação Nacional de Artes (Funarte); pelo Fórum Permanente para as Culturas Populares, de São Paulo e pelo Fórum de Culturas Populares, Indígenas e Patrimônio Imaterial, do Rio de Janeiro.

Esse último seminário reuniu cerca de 1200 participantes, entre mestres tradicionais, educadores, pesquisadores e artistas da cultura popular, nos seguintes painéis: “Cultura e a invenção do popular no Brasil; Formas de preservação dos saberes e modos de fazer: a voz das culturas populares; Cultura, circuito de difusão e mercado; Educação para a diversidade; O Estado e as culturas populares” (BRASIL. MINC, 2005). No seminário, ocuparam o lugar de palestrante, acadêmicos e mestres da cultura popular, que até então não falavam, apenas eram falados no discurso da política sobre a cultura. De acordo com Guapindaia et alii (2007b, p. 105) esse seminário “foi ponto de partida para auxiliar o Ministério na definição de diretrizes e ações destinadas ao reconhecimento e fomento das atividades artísticas e culturais do segmento das culturas populares”, colaborando, assim, com a elaboração do PNC¹⁹⁵.

Após a realização desses eventos, como dissemos, foi promulgada pelo Congresso Nacional a EC nº 48. E, logo após, foi editado o Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que instituiu o *Sistema Federal de Cultura* e dispôs sobre a composição e o funcionamento do *Conselho Nacional de Política Cultural*. Entre as competências do CNPC estariam a de aprovar as diretrizes gerais que norteariam o Plano Nacional de Cultura e a de acompanhar e fiscalizar a sua execução. Esse decreto previa também, no art. 6º, que o Conselho seria

¹⁹⁵ O II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares foi realizado em Brasília, em 2008, em conjunto com o I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares.

integrado pelos seguintes entes: “I – Plenário; II - Comitê de Integração de Políticas Culturais (CIPOC); III - Colegiados Setoriais; IV - Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho; e V - Conferência Nacional de Cultura”.

Desse modo, as Câmara Setoriais criadas no ano anterior ou em processo de criação¹⁹⁶ seriam incorporadas ao Conselho, compondo sua base e passando a se denominar Colegiados Setoriais. O decreto previa a instalação de 16 colegiados setoriais: a) artes visuais; b) música popular; c) música erudita; d) teatro; e) dança; f) circo; g) audiovisual; h) literatura, livro e leitura; i) artes digitais; j) culturas afro-brasileiras; l) culturas dos povos indígenas; m) culturas populares; n) arquivos; o) museus; p) patrimônio material; e q) patrimônio imaterial. Cada colegiado seria composto por 20 membros, sendo 15 da sociedade civil e 5 do poder público, mais seus respectivos suplentes, e teria como objetivo elaborar um plano setorial também com duração decenal e em consonância com o PNC¹⁹⁷.

Ocupariam assentos no plenário do CNPC, por sua vez, segundo o art. 12 do decreto, 15 representantes do poder público federal, 16 representantes das áreas técnico-artísticas e da área do patrimônio cultural, indicados pelos membros da sociedade civil nos colegiados setoriais afins ou, na ausência destes, por escolha do Ministro de Estado da Cultura, a partir de listas tríplexes apresentadas pelas associações pertinentes às áreas, de acordo com as normas definidas pelo Ministério da Cultura¹⁹⁸.

Além disso, fariam parte do plenário do Conselho três personalidades com comprovado notório saber na área cultural, de livre escolha do Ministro de Estado da Cultura; um representante do Fórum Nacional do Sistema S (SESC/SENAC, SESI/SENAI, SEBRAE e etc.); um representante das entidades ou das organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de inclusão social por intermédio da cultura, por escolha do Ministro de Estado da Cultura, a partir de lista tríplex, organizada por essas entidades; um representante de entidades de pesquisadores na área da cultura, a ser definido, em sistema de rodízio ou

¹⁹⁶ De acordo com Reis (2008, p. 61); Soto (2010, p. 2) e Guapindaia et alii (2007b, p. 105), em 2005, já estavam organizadas as Câmaras de Artes (Dança, Música, Teatro, Artes Visuais e Circo) – vinculadas à Funarte, a Câmara do Livro e Leitura sob a coordenação da Biblioteca Nacional; a de Arquivos, de Cinema, do Patrimônio Cultural e da Fundação Palmares e o Conselho de Museus. Além das Câmaras Setoriais, foram criados grupos de trabalho (GTs) vinculados à Secretaria da Identidade e da Diversidade: de Culturas Indígenas; da Cultura Cigana e do Movimento LGBT.

¹⁹⁷ Segundo Aragão (2013, p.101), em 2010, mesmo ano da promulgação da Lei nº 12.343, que instituiu o PNC, também foram instituídos os planos setoriais de dança, teatro, livro e leitura, culturas populares, culturas indígenas, museus, circo e artes visuais.

¹⁹⁸ Somente em 2012, já no governo Dilma Rousseff, e portanto, após a aprovação do PNC, que todos os Colegiados Setoriais foram formados e que todos esses representantes passaram a ser eleitos em Fóruns Setoriais Nacionais, organizados a cada dois anos, com delegados de cada estado e do Distrito Federal.

sorteio, pelas associações nacionais de antropologia, ciências sociais, comunicação, filosofia, literatura comparada e história; um representante do Grupo de Institutos, Fundação e Empresas – GIFE; um representante da Associação Nacional das Entidades de Cultura - ANEC; e um representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.

Participariam das reuniões ainda, mas sem direito a voto, representantes da Academia Brasileira de Letras; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; do Ministério Público Federal; da Comissão de Educação do Senado Federal; e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados¹⁹⁹.

Vale lembrar que, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, o CNPC, de acordo com o Decreto nº 3.617, de 02 de outubro de 2000, era composto por apenas 11 membros, todos secretários e diretores de autarquias e fundações do MinC, além do próprio ministro. Comparado com o CNPC do Governo FHC, percebemos que o CNPC do Governo Lula contava com um total de 40 membros com direito a voto, sendo 15 do poder público e 25 da sociedade civil, eleitos diretamente, indicados por associações ou submetidos, em lista tríplice para decisão final do Ministro da Cultura²⁰⁰. No Governo Lula, portanto, além de se ampliar de 11 para 46 membros, os componentes do CNPC (considerando aqueles sem direito a voto), pela primeira vez, se permitiu a participação de representantes da sociedade civil advindos de distintos segmentos da área artístico-cultural, alguns historicamente marginalizados como o circo e as culturas afro-brasileiras.

Durante o Governo Lula, criou-se, então, um modelo ideal de conselho, bem diferente do que até então havia nos governos anteriores. Os conselhos deveriam ser paritários, com

¹⁹⁹ O CNPC passou por dois processos de ampliação. O primeiro, ainda durante a elaboração do PNC, por meio do Decreto nº 6.973/2009, quando foram ampliadas as vagas do poder público federal, criadas vagas para o poder público estadual e distrital, para o poder público municipal e para os colegiados setoriais de arquitetura, de design, de artesanato e de moda, ampliando também a participação da sociedade civil. O segundo foi durante o governo de Dilma Rousseff, por meio do Decreto nº 8.611/2015, quando foram novamente ampliadas as vagas do poder público federal, criadas vagas para representantes da sociedade civil ligadas à cultura alimentar, à capoeira, à cultura hip hop, às culturas quilombolas e às culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e modificado o nome do colegiado de culturas afro-brasileiras para colegiado de expressões artísticas culturais afro-brasileiras. Além disso, passou a ter assento no CNPC, mas sem direito a voto, um representante das “expressões culturais LGBT e demais grupos da diversidade sexual”.

²⁰⁰ Com as ampliações, inclusive para englobar uma maior variedade cultural, o CNPC passou a ter, de acordo com o Decreto nº 6.973/2009, 58 membros com direito a voto, sendo 27 do poder público e 31 da sociedade civil, mais 7 membros sem direito a voto, e, já no governo de Dilma Rousseff, de acordo com o Decreto nº 8.611/2015, 68 membros com direito a voto, sendo 32 do poder público e 36 da sociedade civil mais 8 membros sem direito a voto. Isso se considerarmos os representantes do Sistema S e da ANDIFES, que mantém uma relação estreita com o governo, como representantes da sociedade civil.

representantes da sociedade civil e do poder público das três esferas, federal, estadual/distrital e municipal e com poder de formular, monitorar e avaliar políticas públicas, entre elas as culturais. No entanto, o plenário do CNPC foi instalado somente em 2007, de forma tardia, quando o processo de elaboração do PNC já passava dos dois anos, impedindo que o conselho conduzisse o processo e elaborasse as primeiras diretrizes gerais do plano, ou seja, que os representantes da sociedade civil pudessem contribuir com a elaboração das diretrizes.

Coube, assim, ao MinC organizar e realizar a *1ª Conferência Nacional de Cultura* (CNC), instância de consulta do próprio CNPC, conforme o decreto nº 5.520/2005 e oficialmente a primeira etapa de elaboração do PNC.

A 1ª CNC, “enquanto estratégia para estimular e induzir a mobilização da sociedade civil e dos governos, para a instituição de um novo modelo de gestão de política cultural no território brasileiro” (GUAPINDAIA et alii, 2007b, p. 106), seria composta por cinco instâncias: a) seminários setoriais de cultura, um em cada macrorregião geográfica do país; b) conferências municipais e/ou intermunicipais; c) conferências estaduais e distrital; d) plenária nacional, em Brasília e e) conferência virtual²⁰¹.

Para participar da conferência, estados, municípios e o Distrito Federal deveriam assinar um protocolo de intenções, no qual aderiam ao *Sistema Federal de Cultura*, obrigando-os a cumprir algumas exigências ao longo dos próximos anos, como a criação de um órgão específico para a área cultural no âmbito da sua esfera, a criação de um fundo de cultura, de um plano de cultura e a realização periódicas de conferências de cultura²⁰² (CANEDO, 2008, p. 57), ou seja, para participar da 1ª CNC, o ente federativo deveria adotar uma estrutura de AIE político-culturais semelhante àquela do governo federal.

De setembro a novembro de 2005, foi organizada pelo MinC a primeira instância da CNC, os seminários setoriais nas seguintes cidades e regiões²⁰³: Cuiabá (Centro-Oeste); Juazeiro e Petrolina (Nordeste); Londrina (Sul); Juiz de Fora (Sudeste) e Manaus (Norte).

²⁰¹ De acordo com Guapindaia et alii (2007b, p. 107), a 1ª CNC contou ainda com oficinas de informação que visavam informar sobre o “regulamento, temário, procedimentos e calendário da 1ª CNC, e surgiram da necessidade de recolher as contribuições do Estados signatários do Protocolo de Intenções e de auxiliar na construção das conferências locais”.

²⁰² Tais exigências estariam preparando os entes federativos para aderirem ao futuro Sistema Nacional de Cultura (SNC), que na época estava em discussão na Câmara dos Deputados e seria mais amplo que o SFC, pois integraria também estados, municípios e o Distrito Federal. Como sabemos, o SNC foi criado só em 2012, com a promulgação da EC nº 71.

²⁰³ Os seminários foram organizados conjuntamente com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, com a UNESCO, com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), o Sistema CNC/SESC/SENAC e Sistema CNI/SESI/SENAI e contaram ainda com o apoio do Fórum Cultural Mundial, da Central de Movimentos Populares e da União Nacional dos Estudantes (UNE) (GUAPINDAIA et alii, 2007b, p. 107).

Eles reuniram 581 participantes “de instituições, movimentos sociais e colegiados dos diferentes segmentos artístico, de preservação do patrimônio, gestão de equipamentos culturais, das culturas populares e de ações e políticas voltadas à inclusão cultural” (BRASIL. MINC, 2007a, p. 85). Os seminários elaboraram propostas para serem analisadas e sistematizadas na plenária nacional, além de enviarem para ela, um total de 124 delegados eleitos (GUAPINDAIA et alii, 2007b, p. 107).

Concomitantemente aos seminários setoriais, entre outubro e novembro de 2005, foram realizadas 376 conferências municipais e 67 intermunicipais, mobilizando 54.025 participantes de 1197 municípios (MINC, 2006, p. 490). Dos participantes, 10.614 eram do poder público e 35.600 da sociedade civil. Apenas dois estados não organizaram nenhuma conferência municipal: Acre e Roraima.

Após a etapa municipal/intermunicipal, seguiu-se a realização de 19 conferências estaduais, além da distrital, em Brasília. Alguns estados não organizaram a etapa estadual, pois de acordo com Aragão (2013, p. 90) como era preciso assinar o Protocolo de Intenções para adesão ao *Sistema Federal de Cultura*, proposto pelo governo federal, não foi feito a tempo, talvez por discordâncias político-partidárias. Foram eles: Amazonas, Goiás, Pará, Rondônia, Roraima²⁰⁴, São Paulo e Sergipe. Das conferências estaduais participaram 7.095 pessoas, sendo 4.797 da sociedade civil, 1.497 do poder público e 801 convidados²⁰⁵ (MINC, 2006, p. 492).

Como se percebe, o discurso da diversidade vai se articulando a partir de um número exaustivo de participantes e se constitui sob a égide do administrativo. Não é sem uma agenda que se dobra, desdobra, redobra em escutas várias – seminários, conferências, consultas públicas – que vão sendo construídos os AIE político-culturais de escuta da diferença.

A plenária final da CNC, por sua vez, ocorreu em Brasília, entre 13 e 16 de dezembro de 2005 e contou com 1.276 participantes, sendo 640 delegados da sociedade civil, de quase 250 entidades (BRASIL. MINC, 2007b, p. 615), 217 delegados do poder público e 419 convidados e observadores, sem direito à valoração de nenhuma proposta (BRASIL. MINC, 2007, p. 493)²⁰⁶. Os delegados na etapa nacional eram provenientes das conferências

²⁰⁴ Roraima realizou a Conferência Estadual de Cultura em 2006, após a etapa nacional (BRASIL. MINC, 2007, p. 492).

²⁰⁵ De acordo com dados do MinC (2007), os estados com mais representantes nas etapas estaduais foram Minas Gerais (700 participantes), Tocantins (687) e Ceará (566) e aqueles com menos participantes foram Rio de Janeiro (56 participantes), Piauí (124) e Paraíba (210).

²⁰⁶ Calabre (2013, p. 7), a partir da análise de fichas dos delegados presentes na etapa nacional, afirma que entre os delegados havia professores, produtores culturais, mestres, músicos, jornalistas, escritores, economistas, bancários, engenheiros, profissionais da saúde, agentes comunitários, aposentados entre outros, o que demonstra

estaduais, dos seminários setoriais de cultura, dos colegiados setoriais do CNPC, do plenário do CNPC e do próprio MinC (BRASIL. MINC, 2005).

Para ir à plenária final, em Brasília, desse modo, o cidadão só poderia se participasse antes e primeiramente das outras etapas e nelas fosse eleito delegado. Acontece que muitos municípios não realizaram as etapas municipais ou intermunicipais e até alguns estados, como dissemos, o que impossibilitaria, a princípio, todo e qualquer cidadão do país de participar do processo, inclusive de formular uma proposta a ser debatida nas etapas das conferências. Além disso, entre aqueles municípios que organizaram etapas municipais/intermunicipais não se pode observar uma uniformidade na convocação dos participantes. Enquanto alguns municípios convocaram oficialmente a população maior de 16 anos para participar das etapas municipais e possivelmente ser eleita até a etapa nacional, outros impuseram restrições como convocação apenas de associações e entidades relacionadas à área cultural (CALABRE, 2013, p. 6). E ainda, para participar dos seminários setoriais foram convocadas instituições da sociedade civil, com fins culturais, e representantes do Poder Público. Demais pessoas poderiam participar como ouvintes, mas não poderiam elaborar propostas a serem levadas para etapas posteriores (CALABRE, 2007, p. 525). Ou seja, a participação em qualquer das etapas da CNC só seria possível por meio do Estado, com o aval de suas instâncias federal, estadual, distrital e municipal, seja no próprio reconhecimento do sujeito como cidadão ou no próprio reconhecimento dessas instituições com fins culturais pelo Estado. Há que se registrar ainda as dificuldades de se ter acesso à informação sobre a realização da CNC e as limitações de deslocamento dos interessados até os eventos presenciais tanto para os seminários setoriais, um em cada região do país, quanto para as sedes de alguns municípios, o que acabava por selecionar aqueles com poder aquisitivo para isso²⁰⁷.

O que estamos tentando mostrar é que, sob a ilusão do todos e qualquer um, isto é, da ilusão tecida na quantidade, a maquinaria montada e os impedimentos mostrados denunciariam a impossibilidade de tomada do dizer por todo e qualquer sujeito na elaboração do PNC. Evita-se, assim, *democraticamente* o comparecimento de outras posições-sujeito. Ademais, como os delegados seriam eleitos pela maioria dos participantes em cada etapa até a

uma variedade também de profissionais presentes na 1ª CNC.

²⁰⁷ O regulamento da 1ª CNC previa que o Estado arcaria com os custos de deslocamento dos participantes, mas somente a partir das etapas estaduais, quando os municípios deveriam financiar a ida de seus delegados. Entretanto, alguns municípios são maiores que alguns estados, o que mostra a pertinência de nossa observação. Ademais, mesmo em municípios territorialmente menores, o deslocamento pode ter um custo significativo ou mesmo ser inviável para muitos de seus habitantes, entre eles aqueles que apresentam dificuldades de locomoção.

plenária final, as diferenças que conseguissem participar das primeiras etapas, seriam consequentemente excluídas das etapas posteriores pelas posições-sujeito dominantes²⁰⁸. Essa, para nós, constitui a primeira forma de silenciamento da diferença na elaboração do PNC, quando se seleciona o comparecimento de posições-sujeito a partir do processo de eleição por maioria. E isso ocorre, contraditoriamente em um processo que se apresenta como democrático e representativo, com a participação da variedade cultural brasileira e com a possibilidade de participação de todos, como podemos observar na sequência a seguir, com grifos nossos, retirada do relatório da própria CNC:

SD24.1: a Conferência Nacional de Cultura pretende, com a participação da sociedade civil e governos federal, municipais e estaduais, construir um novo modelo de política pública de cultura. Pela primeira vez na história do Brasil será realizada uma conferência nacional de cultura que consolidará a união entre a sociedade civil e Governo, na formulação e execução de políticas públicas de cultura. A conferência vai reunir em Brasília, de 13 a 16 de dezembro, 1200 *representantes das diversas áreas culturais e de todas as regiões do País. Estarão em debate o Plano Nacional de Cultura e questões como gestão pública da cultura, direitos e cidadania, economia da cultura e patrimônio cultural*. O principal objetivo da 1ª CNC é contribuir na formulação de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura, promulgado na Constituição Brasileira em 10 de agosto de 2005. (...) *A conferência será sobretudo um canal de comunicação que ampliará a transversalidade da cultura, na medida em que dará voz ao cidadão, às entidades e movimentos sociais que vêm surgindo e se mobilizando pelo direito à fruição, ao fazer cultural e à afirmação da diversidade cultural brasileira* (BRASIL. MINC, 2005).

Dando continuidade ao nosso gesto de interpretação sobre o funcionamento da CNC como AIE político-cultural, debruçamo-nos sobre o modo de formulação das propostas. De acordo com a Portaria nº 180 do MinC, de 31 de agosto de 2005, as conferências municipais além de eleger delegados²⁰⁹ para participar das conferências estaduais, deveriam elaborar propostas com base em cinco eixos temáticos: I) gestão pública da cultura; II) economia da

²⁰⁸ Um sujeito indígena, por exemplo, morador de uma aldeia indígena não estaria nas mesmas condições de participação da CNC que aqueles outros sujeitos das elites das grandes cidades.

²⁰⁹ De acordo com a Portaria nº 180 do MinC, de 31 de agosto de 2005, que regulamentava a 1ª CNC, as conferências municipais poderiam eleger para as conferências estaduais, de 5 delegados da sociedade civil e 1 delegado do poder público, nas conferências com 50 a 100 participantes a 30 delegados da sociedade civil e 6 delegados do poder público, nas conferências com mais de 401 participantes. As conferências intermunicipais poderiam eleger para as conferências estaduais de 10 delegados da sociedade civil e 2 delegados do poder público a 40 delegados da sociedade civil e 8 delegados do poder público, nas conferências com mais de 401 participantes. As conferências estaduais poderiam eleger para a plenária final de 10 delegados da sociedade civil e 2 delegados do poder público a 30 delegados da sociedade civil e 6 delegados do poder público, nas conferências com mais de 401 participantes. O regulamento ainda previa a participação de delegados municipais e intermunicipais para participar das conferências estaduais, nos locais onde não fossem realizadas a etapa municipal, só que neste caso, em número menor (BRASIL.MINC, 2007b, p. 538). Assim, era a quantidade de participantes em cada etapa que determinava a quantidade de delegados para a etapa posterior.

cultura; III) patrimônio cultural; IV) cultura é cidadania e democracia e V) comunicação é cultura. Já o papel dos seminários setoriais e das conferências estaduais, respectivamente, seria o de elaborar propostas setoriais e o de reunir as propostas aprovadas nas conferências dos municípios do Estado e selecionar quais seriam levadas para a plenária nacional, além de eleger os delegados que participariam dela.

Tais eixos, pré definidos pelo próprio MinC, com seus textos-base, de certa forma, direcionavam, controlavam a elaboração das propostas. Dificilmente com esta determinação, uma proposta fora deste escopo, que não se enquadrasse nesses eixos, seria formulada e aprovada nas conferências municipais e estaduais. Os sujeitos participantes, assim, eram convocados a elaborar propostas, por exemplo, para a *economia da cultura*, ainda que não se identificassem com esse tema ou melhor ainda que as suas expressões culturais não mantivessem qualquer relação com a economia ou com o discurso econômico. Como nos mostra Aragão (2013, p. 86) em uma conferência nacional, “o planejamento é do Estado, que propõe, regulamenta e articula, além de mobilizar a articulação; fornece textos e estabelece eixos de discussão. Os participantes, apesar de levarem suas demandas e serem ouvidos, aderem a uma pauta que já se encontra preestabelecida”. Destarte, as propostas antes mesmo de serem formuladas já deviam se submeter aos eixos que o governo criou, às posições e formações discursivas nas quais o governo se inscrevia. Essa, portanto, é a segunda forma de silenciamento da diferença na elaboração do PNC.

De acordo com Orlandi (2007 [1992]), o silêncio pode ser distinguido de duas formas: como *silêncio fundador* e como *política do silêncio*. O primeiro é “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar”. Já a segunda se divide em: *silêncio constitutivo*, “o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras” e o *silêncio local* “que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)” (ORLANDI, 2007 [1992], p. 24).

De acordo com a análise do discurso, é possível afirmar que a elaboração do PNC como todo e qualquer dizer, ocorre na tomada de dizeres que já estão sempre já-lá, no interdiscurso, sob as relações histórico-econômicas de poder, e comparece pela retomada, pela repetição, não podendo se afirmar que o sentido nasce no documento, que parte dele ou mesmo daqueles que o elaboraram. Desse modo, quando o Estado fornece eixos que irão supostamente direcionar as propostas a serem elaboradas nas primeiras etapas e analisadas na

etapa final, ele silencia outras palavras, outros sentidos que seriam também possíveis. É algo que vem antes, prévio, antes dos sujeitos poderem falar. Na iminência do sentido sobre tudo que poderia ser dito no/para/sobre o PNC, os dizeres já se submetem aos eixos pré-determinados. O *silêncio constitutivo*, que seleciona as formas de dizer, que faz com que sejam aquelas palavras e não outras, parte, portanto, do Estado e não das (outras) posições-sujeito que são chamadas a participar da CNC, aquelas que conseguem comparecer após a primeira forma de silenciamento. Dizendo de outro modo, o Estado recorta o interdiscurso, produz um texto que será a referência, a intertextualidade para a elaboração. E o efeito que se produz desse silenciamento transborda o Plano Nacional de Cultura (2010-2020) pois o governo ao reter a possibilidade de comparecimento de todo e qualquer dizer, justamente na elaboração do 1º PNC, instaura uma rede de memória para os próximos planos, conduzindo o movimento dos sentidos a partir de então. O que queremos dizer é que o 1º PNC servirá de modelo para os próximos planos nacionais e os planos setoriais, estaduais, municipais e o distrital, colaborando para o controle dos dizeres da diferença no discurso da política sobre a cultura no Brasil.

Se antes foram selecionados os participantes pelo silenciamento de outras posições-sujeito e se as propostas foram selecionadas pela contenção do silêncio, isto é, de acordo com eixos previamente determinados que impossibilitam o comparecimento de todo e qualquer dizer, vejamos, neste momento, como foi conduzida a plenária final para analisarmos a terceira forma de silenciamento da diferença.

Com o intuito de “facilitar o trabalho de análise, síntese e priorização”, mas “sem alterar as redações provenientes”, as 893 propostas apresentadas à etapa final – pelas conferências estaduais, pelos seminários setoriais e pelas conferências municipais/intermunicipais dos estados onde não houve conferências estaduais – com base nos cinco eixos foram divididas posteriormente em subeixos por um grupo formado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, pelo Ministério da Cultura, pela Fundação Casa de Rui Barbosa e por um dos facilitadores de cada um dos seminários setoriais (BRASIL. MINC, 2007, p. 97). Os subeixos ficaram assim definidos:

SD25.1: I) Gestão Pública da Cultura: a) Gestão Descentralizada, Participativa e Transversal; b) Orçamento da Cultura; c) Sistema Nacional de Cultura; **II) Cultura é Direito e Cidadania:** a) Cultura e Educação; b) Cultura Digital; c) Diversidade, Identidade e Redes Culturais; d) Democratização ao Acesso aos Bens Culturais; **III) Economia da Cultura:** a) Financiamento da Cultura; b) Mapeamento e

Fortalecimento das Cadeias Produtivas; **IV) Patrimônio Cultural:** a) Educação patrimonial; b) Identificação e preservação do Patrimônio Cultural; c) Sistema de Financiamento e Gestão do Patrimônio Cultural; d) Política de Museus; **V) Comunicação é Cultura:** a) Democratização dos Meios de Comunicação; b) Regionalização e Descentralização da Programação Cultural das Emissoras de Rádio e TV (BRASIL.MINC, 2007, p. 98, grifos nossos em negrito).

Entre os quinze subeixos existentes, cada delegado deveria, para se credenciar na 1ª CNC, escolher quatro de que gostaria participar. Após o credenciamento, a comissão organizadora faria a distribuição de participantes por grupos de discussão, um ou dois para cada subeixo, o que poderia fazer com que um sujeito participante não ficasse no eixo de sua prioridade. Ou seja, a discussão se daria de forma segmentada, por subeixo, não sendo possível que um mesmo participante interviesse em outro subeixo temático, além daquele que o alocaram a partir dos quatro eleitos por ele durante o credenciamento.

Já o trabalho em cada grupo de discussão se daria em duas rodadas de discussão, “intercaladas por um momento interativo” (BRASIL.MINC, 2007, p. 99). Na primeira rodada deveria ocorrer: “1) Apresentação dos participantes e pactuação do procedimento de trabalho; 2) Leitura e análise, em subgrupos, das contribuições dos Seminários Regionais e Conferências Estaduais; 3) Escolha de seis propostas de diretrizes” entre aquelas selecionadas para cada eixo; “4) Ajustes na redação das propostas de diretrizes” (BRASIL.MINC, 2007, p. 99). No momento interativo, as seis propostas de diretrizes escolhidas entre as muitas de cada subeixo seriam colocadas em um painel e nele cada participante poderia escrever complementos à proposta, mas somente os delegados poderiam ainda valorá-las colocando pontos adesivos em cada uma delas, como pode ser visto na fotografia a seguir:

Imagem 1: Grupo de discussão avalia as contribuições do Momento Interativo



Fonte: BRASIL.MINC, 2007, p. 100.

Na segunda rodada de discussão deveria haver: “5) Leitura das contribuições e ajustes nas propostas de diretrizes com base nas contribuições dos demais participantes; 6) Escolha de três propostas de diretrizes prioritárias” (BRASIL.MINC, 2007, p. 100), que seriam levadas para serem consideradas no último dia por todos os participantes da plenária final da CNC. Terminado o trabalho nos grupos de discussão, foram apresentadas à plenária um total de 67 propostas, advindas de todos os subeixos²¹⁰. Destas, os delegados, por fim, deveriam eleger 30 propostas que seriam valoradas²¹¹.

Na ilusão de que não poderia haver segregação, e conseqüentemente excluídos, durante o processo, o MinC adotou um sistema em que não haveria votação, mas sim *valoração*²¹². Entretanto, o sistema de valoração é uma forma de eleição e votação, pois os

²¹⁰ A 1ª CNC também encaminhou propostas para o atual Plano Nacional de Educação, que também estava em discussão no Congresso Nacional e acabou sendo promulgado como a Lei nº 13.005/2014.

²¹¹ Aragão (2013, p. 92) ao observar as propostas encaminhadas e as priorizadas, destaca que elas “relacionam-se com os objetivos mais evidenciados pelo Estado e impulsionadores da realização da Conferência, demonstrando, ou um elevado grau de indução dos debates pelo poder público, ou uma aderência dos participantes a uma pauta preestabelecida”.

²¹² Sobre a metodologia e a decisão de utilizar o processo de valoração, o antropólogo e então Secretário de Articulação Institucional do MinC, Márcio Meira afirma, com grifos nossos, que a CNC tem uma “metodologia *inclusiva*. Esta Conferência não utilizará um processo de votação clássica, como acontece normalmente nas conferências. Até por ser a primeira, esta Conferência Nacional de Cultura tem um processo metodológico de *valoração de propostas e diretrizes, que desenvolve, principalmente, o conteúdo dos debates e das discussões nos grupos*. Cada participante recebeu um caderno com as diretrizes e propostas provenientes das Conferências Estaduais, Municipais e Intermunicipais e dos Seminários Setoriais. Agora, precisamos trabalhar estas diretrizes, tanto no conteúdo quanto na forma, aperfeiçoando-as, acrescentando-lhes pontos, inovando, quando

delegados são chamados a escolher e votar quais propostas para eles devem ser priorizadas. Além disso, a seleção das 67 propostas apresentadas à plenária final também se deu por meio da exclusão de outras nos subeixos. Isso ocorreu, inclusive em todo o processo, das conferências municipais/intermunicipais até os grupos de discussão na etapa nacional. Se assim não fosse, não se teria chegado apenas a 67 propostas de centenas, quiçá milhares, apresentadas em todas as etapas da CNC²¹³.

Mas como podemos observar, há uma construção discursiva para aparentar que deva haver apenas a *inclusão*. Essa ilusão contraria, inclusive, a própria noção de discurso enquanto espaço de confronto ideológico, pois sempre haverá silenciamentos, apagamentos, repetições, deslocamentos e rupturas de sentidos. No esquecimento de que os dizeres não são produzidos pelos sujeitos, mas sim pelas formações discursivas, como nos mostra Pêcheux (2009 [1975]), com o esquecimento nº 1, o MinC parece tentar evitar possíveis conflitos entre os participantes da Conferência, na ilusão de ser possível elaborar um documento único para todos. Há, na 1ª CNC, assim, uma tentativa de apagar as disputas e conseqüentemente a própria diferença cultural brasileira, uma vez que a diferença pressupõe o confronto e também diferenças, como podemos observar nessa sequência a seguir:

SD26.1: Por que esta metodologia? Por que estamos recorrendo a um processo de inclusão e de valoração? O que precisamos tratar nesta Conferência, fundamentalmente, é do conteúdo. Já aprendemos muitas vezes que, quando as conferências se voltam mais para o debate, com disputas de propostas, perdemos no conceito e no conteúdo e ganhamos na disputa, propriamente dita (BRASIL.MINC, 2007, p. 92).

Há, portanto, uma busca pelo consenso. Para Rancière (1996), o consenso é bem mais que a demanda por um equilíbrio que afasta o conflito e supostamente atende a todos os envolvidos. O consenso “pretende transformar todo litígio político num simples problema colocado à comunidade e aos que a conduzem. Pretende objetivar os problemas, determinar a margem de escolha que comportam, os saberes requeridos e os parceiros que devem ser reunidos para a sua solução” (RANCIÈRE, 1996, p. 379). Na CNC, o consenso transforma o conflito em um simples problema de valoração de propostas, em que a maioria interpelada por posições dominantes decide.

necessário, sempre levando em conta que esta metodologia procura incluir, incluir e incluir” (BRASIL.MINC, 2007, p. 91).

²¹³ Se analisarmos outras conferências, poderemos comprovar que existem outras formas de deliberação. De acordo com Pogrebinski (2013), por exemplo, na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em 2005, mesmo ano da 1ª CNC não houve qualquer seleção de diretrizes na etapa nacional, sendo aprovadas 1068 propostas.

Para Rancière (1996), o consenso, logo, é a supressão da política. Política aqui não entendida como a organização dos poderes, agregação das coletividades ou distribuição das funções, que ele chama de polícia. Mas sim como a perturbação da ordem, como desentendimento, como dissenso. Quando se busca o consenso, não se silencia “o conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento”, pelo contrário, silencia-se “o conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados” (RANCIÈRE, 1996, p. 374). Posições subalternas com outros sentidos possíveis são silenciadas dessa forma durante o debate. É por meio do consenso que ocorre a terceira forma de silenciamento da diferença observada na elaboração do PNC.

Ao silenciar o dissenso, dessa maneira, afasta-se a possibilidade de “interromper uma lógica de dominação suposta natural, vivida como natural” (RANCIÈRE, 1996, p. 370). E mais, se esquece de que “nem sujeitos, nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente, mas constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta também é lugar do possível” (ORLANDI, 2007 [1999], p. 52). Esquece, portanto, também que os sujeitos são divididos e podem se desidentificar de uma formação discursiva e se identificar a outra a partir do confronto entre formações e posições discursivas, a partir do dissenso.

Passemos, neste momento, à análise da quarta e última forma de silenciamento da diferença durante a elaboração do PNC. No decorrer da plenária final da CNC, houve por parte dos facilitadores e mediadores dos grupos de discussão, uma preocupação com a redação e apresentação das propostas. Para Eduardo Bosh, Clóvis Souza e Sumaya Dounis, coordenadores de metodologia da 1ª CNC:

SD27.1: Cada proposta de diretriz foi elaborada em dois campos complementares:

1. A redação da diretriz em si, na qual se expressou a *ideia-força* de cada proposta e que *deveria ser fruto de consenso* e
2. Os complementos, em que caberiam *ideias específicas complementares, consensuais ou divergentes. As divergências foram identificadas* com um sinal de *asterisco* (apud BRASIL.MINC, 2007, p. 98 – grifos nossos).

SD27.2: Desta maneira, havia espaço para a afirmação de consensos e inclusão de dissenso, bem como a possibilidade de registrar ideias que correspondessem a aspectos distintos de políticas públicas. Os facilitadores estimularam os participantes a torná-las ideias fortes, capazes de convencer outras pessoas de sua importância, e buscando, portanto, serem:

- *Afirmativas do essencial do que se quer conseguir no futuro*
- *Realistas*
- *Escritas em palavras sintéticas e de fácil compreensão* (apud BRASIL.MINC,

2007, p. 98 – grifos nossos).

SD27.3: Alguns elementos básicos da técnica de registro:

- *Em cada cartela se deve escrever apenas uma ideia/opinião/argumento, o que possibilita (re)organizar as ideias por semelhanças e diferenças.*
- *A frase deve ser auto-explicativa, com sujeito, verbo e predicado – e, portanto, não suscitando a necessidade de explicações complementares, adicionais, etc.*
- *Toda alteração, exclusão, reformulação da redação de uma cartela ou conjunto de cartelas (compondo um painel – um tópico organizador da discussão) é feita na presença e concordância de todos os membros do grupo.*
- *As cartelas/painéis são guardados, para que se preserve a memória do debate, e se auxilie a organizar relatórios do mesmo (apud BRASIL.MINC, 2007, p. 99 – grifos nossos).*

Nessas sequências, os *elementos básicos da técnica de registro* pressupõem do participante alguma escolaridade e o domínio da língua portuguesa. Isso impossibilitaria a participação de sujeitos que não dominassem aquilo que Orlandi e Souza (1988, p. 28) chamaram de *língua imaginária*, aquela que é sistematizada, homogênea, sem falhas, dos “modelos de gramática e da escrita”. Não caberia, portanto, a *língua fluida*, do uso, da oralidade, a não sistematizada (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 34), tampouco a fala do repentista ou do Mc das periferias, ou mesmo as falas regionais. E além disso, como se fosse óbvio que no Brasil se falasse apenas o português²¹⁴ – pois, embora isso não estivesse dito, toda a condução do debate, além dos eixos e do regimento estavam redigidos somente nessa língua – seriam silenciados também sujeitos indígenas e sujeitos monolíngues em outra língua que não a portuguesa²¹⁵. No domínio da língua imaginária, a *frase deve ser auto-explicativa, com sujeito, verbo e predicado* e as ideias devem ser *realistas e escritas em palavras sintéticas e de fácil compreensão* (SD27.3). Nesse jogo de ilusão da transparência da linguagem, há o funcionamento ao extremo do outro esquecimento demonstrado por Pêcheux (2009 [1975], p. 158), o de nº 2, de que as coisas podem ser ditas de diferentes maneiras. Desse modo, as propostas só poderiam ser ditas de forma clara e a mais realista e auto-explicativa possível, só poderiam ser ditas da maneira que o Estado determina. A maneira de

²¹⁴O último censo realizado no Brasil demonstra que no país são faladas 274 línguas (BRASIL. IBGE, 2010).

²¹⁵ A relação das línguas com o Estado no Brasil é contraditória e polêmica. Durante a colonização, a língua geral foi gramaticalizada e gramatizada até ser proibida pelos portugueses no século XVIII (MARIANI, 2004). Nos anos 1930 e 1940, as línguas dos imigrantes foram perseguidas pela ditadura nacionalista de Vargas. Durante os anos 1960, a recém criada Funai só concedia a posse da terra para aqueles indígenas falantes de uma língua indígena como marca da sua indianidade, o que impôs uma restauração forçada de algumas línguas (PACHECO, 2004). Já nos anos 2000, acompanhamos, sob o discurso da diversidade, medidas políticas voltadas para a preservação e a promoção de línguas no Brasil (BRASIL.IPHAN, 2015), a cooficialização de outras línguas a nível municipal (MORELLO, 2015), o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão (BRASIL, 2002), e contraditoriamente mesmo no processo de elaboração do PNC, quando se buscava ouvir as vozes das diferenças, temos a manutenção da imposição da língua portuguesa na relação com o Estado.

dizer, assim, é também controlada pelo Estado.

Como questiona Santos (2013, p. 4),

ao mesmo tempo em que há um “chamado” do governo federal, para participações de líderes (mestre e mestras) das culturas populares, há também a presença do próprio governo e de outros atores sociais, como mediadores culturais (ONG’s, Pontos de Cultura, produtores culturais). Nesse processo o subalterno necessita, para ser escutado, de usar as linguagens e discursos das elites culturais hegemônicas.

Portanto, não há espaço para o outro dizer não hegemônico. Sob a ilusão da língua portuguesa como a única falada no Brasil, sob a ilusão do domínio da língua portuguesa imaginária e sob a ilusão de se elaborarem propostas claras e objetivas para todos, ocorre a quarta forma de silenciamento da diferença no eixo horizontal, no intradiscurso, por meio das formas de dizer. Cabe lembrar aqui o que seria intradiscurso e sua relação com o interdiscurso, já abordado nesta tese. Para Courtine (2009 [1981]), enquanto o interdiscurso é o eixo vertical onde se tem todos os dizeres já ditos e esquecidos e o intradiscurso é o eixo horizontal, o da formulação, do fio discursivo.

Podemos concluir, assim, que, dado que nas conferências, conselhos, colegiados e seminários tendem a se manifestar muitas posições-sujeito, esses AIE político-culturais de escuta acabam funcionando como aparelhos ideológicos de silenciamento na dissimulação da ideologia dominante. Sob a ilusão de serem espaços democráticos e no discurso da política sobre a cultura de serem espaços para a manifestação da diferença, elas silenciam vozes dissonantes ao discurso dominante, quando não capturam os dizeres resistentes para produzirem deslocamentos e evitarem rupturas, afinal como afirma Pêcheux (2009 [1975]) a característica de toda formação discursiva é dissimular. Diríamos que esse processo de consulta, de escuta é bastante eficiente para deter grupos subalternos, talvez o único possível para se evitar um colapso imediato do sistema democrático de governo a partir desses AIE de escuta de forma geral e não apenas os político-culturais, ou ainda, refrear uma ruptura nas redes de sentido dominantes. No entanto, isso não significa que não se possa haver deslocamentos e estabilizações de outros sentidos, como veremos no próximo capítulo.

Dando continuação às etapas de elaboração do PNC, em 30 de junho de 2006, após a 1ª Conferência Nacional de Cultura, os deputados Gilmar Machado (PT/MG); Rubem Santiago (PT/PE) e Iara Bernardi (PT/SP) apresentaram o Projeto de Lei nº 6.835/2006 instituindo o Plano Nacional de Cultura. O texto apresentado foi composto por uma exposição de como foi a 1ª CNC, com as 67 propostas e diretrizes selecionadas, bem como as 30

propostas priorizadas, mas sem os complementos – que, segundo a organização, seria justamente o espaço reservado para o dissenso, específico e pontual, uma vez que o consenso já tinha sido alcançado. De acordo com o MinC (2009, p. 26-27), o fim da 1ª CNC encerrou a fase de formulação e articulação política para a elaboração do PNC e com a apresentação do PL nº 6.835/2006 iniciou-se a fase de formulação das diretrizes gerais do Plano.

Em 18 de dezembro de 2007, dois anos depois da CNC, foi publicado o *Caderno de Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*, que foi lançado oficialmente no Congresso Nacional, em junho de 2008. Esse documento, que tinha como meta proporcionar o debate em torno de uma proposta de redação feita pelo governo a partir da CNC e de seminários anteriores, se organizava em cinco eixos: I) Fortalecer a ação do Estado no planejamento e execução das políticas culturais; II) Proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira; III) Universalizar o acesso à fruição e à produção cultural; IV) Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável; V) Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais.

De acordo com Gustavo Vidigal, então gerente de políticas culturais do MinC e coordenador do PNC, em entrevista a Paula Reis (2008):

SD28.1: Eles (técnicos do MinC) foram buscar nos materiais que o Ministério publicou a fonte de inspiração para o primeiro copião, digamos assim. Então eles pegaram toda a produção das Câmaras Setoriais, pegaram os relatórios da Conferência, os relatórios dos Seminários que a gestão Gil fez no primeiro mandato, pegaram documentos internos de circulação do Ministério, documentos externos que o Ministério publicou, encomendamos notas técnicas para intelectuais e lideranças dos movimentos culturais e artísticos, fizemos oficinas de trabalho, ou seja, são várias as fontes e é importante recuperar a história disso. A gente elaborou o primeiro copião, então começamos o trabalho de depuração das informações em dados e articulação da escrita mesmo. Consolidamos um segundo copião que saiu da equipe de Elder (Vieira, que ocupava anteriormente o mesmo cargo), aí eu assumi exatamente nessa fase (VIDIGAL apud REIS, 2008, p. 128-129).

SD28.2: E a Conferência, acho que é importante frisar isso, o material que está consolidado hoje, incorporou tudo que foi de deliberação da Conferência Nacional (VIDIGAL apud REIS, 2008, p. 130).

As diretrizes foram, assim, redigidas pelos técnicos com MinC sob a ilusão da completude, como se nada fosse deixado de lado, como se tudo que foi produzido pelo ministério durante o Governo Lula tivesse sido levado em conta, como se tudo que foi deliberado na CNC fosse incorporado às diretrizes, como se durante esse processo não tivesse havido muitas formas de silenciamento. Depois de reunir todos esses materiais, era necessário

transformar as *informações* em *dados* para depois construir novamente o consenso, desta vez no próprio MinC, antes da publicação, como podemos observar nesta sequência, com grifos nossos:

SD29.1: A gente montou a estratégia da seguinte forma. Primeiro a gente consolida uma opinião do Ministério, que é muito difícil. São muitos órgãos, muitos funcionários. Depois nós vamos submeter esse documento a participação social, porque qual é a avaliação? A avaliação que a gente fez no começo do governo, no início dessa segunda gestão, era a seguinte: que a gente precisava ter *um documento consolidado dentro do Ministério*. O Ministério precisava ir unido para fora. Mas com certeza a participação social é fundamental, sem a participação não tem plano. Então a gente fez esse *trabalho de amarração* dentro do Ministério, que é muito difícil sim (VIDIGAL apud REIS, 2008, p. 129).

Ao ser questionado por Paula Reis (2008, p.132), sobre a contradição de formalizar uma proposta antes da participação social, Vidigal afirma: “Não, são estratégias. Porque a nossa opção foi começar a discussão com a sociedade com algum documento pronto. É uma tese guia. A sociedade *vai querer* mudar por completo o documento, mas a gente queria ter um documento base para começar isso” (grifo nosso).

Dizer *querer* é não dizer *poder*. Mesmo que a sociedade pudesse modificar todo o texto ou negá-lo por completo, as suas sugestões, comentários, propostas de alteração e justificativas manteriam um diálogo com o que já foi dito, com as diretrizes já redigidas pelo governo as quais já fariam parte da memórias de dizeres sobre o PNC. Novamente, portanto, a tomada da palavra partia do governo, do Estado. Repetiam-se nas etapas posteriores de elaboração do PNC as mesmas formas de silenciamento identificadas durante a CNC,.

A próxima etapa de elaboração do PNC estaria a cargo do CNPC. Mas como não participou da elaboração das diretrizes, nem conduziu o processo de elaboração, como estava inicialmente previsto, por causa do atraso no seu processo de instalação, coube a esse conselho, em reunião, no dia 26 de junho de 2008, apenas fazer alterações naquelas diretrizes gerais elaboradas pelos técnicos do MinC. Esse trabalho do CNPC resultou na publicação da segunda edição do *Caderno Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*, em agosto de 2008²¹⁶. Vale lembrar que era por meio das vagas destinadas à sociedade civil no CNPC, que as diferenças poderiam, pelo menos supostamente, tomar a palavra nesse conselho. Mas nesse período, alguns representantes da sociedade civil no conselho eram indicados pelo

²¹⁶ Entre as alterações, estava a de modificar o nome do eixo II) *Proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira*, para acrescentar o verbo *incentivar* no início.

ministro da cultura a partir de lista tríplice fornecida pelas Câmaras Setoriais e alguns dos indicados eram, inclusive, membros do poder público como o Diretor do Arquivo Nacional e seu suplente o Diretor do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro que representavam a sociedade civil do setor de Arquivos²¹⁷. Cabe ressaltar ainda que, como a presidência do CNPC é ocupada pelo ministro da cultura, é o governo que detém o poder de controlar a agenda do conselho, impedindo que a sociedade civil assuma o protagonismo das atividades e que aqueles que supostamente representavam as diferenças pudessem conduzir o processo de elaboração do PNC. De todo modo, foi a publicação da segunda edição, após a sua aprovação pelo CNPC, que marcou, de acordo com o MinC (2009, p. 26-27) o encerramento da fase de formulação das diretrizes gerais e o início da fase de debate público dessas diretrizes.

Depois disso, enquanto o projeto de lei tramitava no Poder Legislativo, o MinC e a Subcomissão de Cultura da Câmara dos Deputados, criada em 2007, organizaram seminários estaduais em todas as capitais brasileiras, de 26 de junho a 04 de dezembro de 2008, e um Fórum Virtual, ambos com a finalidade de debater o texto do PNC. Os seminários, que reuniram cerca de 5 mil pessoas, uma média de 200 pessoas por encontro, foram organizados com base em cinco grupos de trabalho, um para cada eixo das diretrizes, porém os participantes poderiam escolher interagir e colaborar apenas com um deles.

Já o Fórum Virtual recebeu mais de 100 sugestões e comentários, de junho a dezembro de 2008. Além disso, o MinC admitiu contribuições por e-mail ou carta, por exemplo, do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, dos representantes do segmento de arte digital no CNPC, do Ministério do Turismo e da equipe do Programa de Extensão Universitária (ProExt-Cultura). O projeto do PNC também foi apresentado e debatido em uma oficina com foco em culturas populares, durante o 6º Seminário de Folclore, realizado em 18 de setembro de 2008, em São Paulo (SP).

De acordo com o próprio MinC as propostas, nesta etapa, foram incorporadas ou excluídas com base em critérios, elaborados pelo próprio governo:

SD30.1: Correspondência com os diagnósticos, valores e estratégias do caderno de diretrizes, considerando o acúmulo já existente de estudos e discussões para o

²¹⁷ A formalização de todos os Colegiados Setoriais, previstos no Decreto nº 5.520/2005, como já dissemos, ocorreu somente em 2012, com a realização de Fóruns Estaduais e Nacionais Setoriais para a eleição de todos os representantes da sociedade civil, portanto, após a promulgação da Lei nº 12.343/2010. Para informações sobre a forma da eleição e os critérios para votar e ser votado que não permitiram a participação de qualquer cidadão, bem como a crítica a eles, cf. Barbosa da Silva (2015). De imediato podemos dizer que repetem-se as mesmas formas de silenciamento analisadas na CNC no modo de compor e escolher os representantes da sociedade civil no CNPC.

delineamento das políticas de cultura; Abrangência temática, territorial e populacional: políticas de Estado pautadas pela amplitude e equilíbrio no atendimento às demandas dos setores culturais e grupos identitários, bem como na busca de diminuição das desigualdades socioeconômicas regionais; Visão de longo prazo: orientação das diretrizes do Plano para a execução de políticas públicas ao longo de dez anos, compreendendo a realização de subprogramas de menor duração; Perspectiva de integração de ações do Estado, iniciativa privada e sociedade civil: estímulo a dinâmicas colaborativas de implementação, tanto no que se refere aos diferentes poderes e esferas da administração pública, quanto no que diz respeito à relação entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil (BRASIL.MINC, 2009, p. 39).

As contribuições deveriam ser, pois, correspondentes à proposta apresentada pelo Estado e orientadas por ela. Contribuições contrárias às diretrizes não deveriam ser feitas e se fossem, o Estado detinha a última palavra, o poder de excluí-las. O dissenso novamente não seria possível e nem permitido.

A sistematização das contribuições dessa fase de debate ficou a cargo da *Secretaria de Políticas Culturais* (SPC/MinC), por meio da *Gerência de Políticas Culturais* e foi concluída em março de 2009²¹⁸. De acordo com o MinC, essas contribuições tinham como objetivo²¹⁹:

SD31.1: aprovação da estrutura geral e da maioria das diretrizes do caderno do Plano; propostas de aprimoramento e de inclusão de itens, e algumas de exclusão; demanda por capacitação de gestores e trabalhadores em geral; diversidade regional expressa nos relatórios dos GTs: questão das fronteiras no Acre, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, manifestações religiosas, relação com a floresta nos estados amazônicos; necessidade de equilibrar o atendimento universal dos segmentos culturais com algumas especificidades de setores mencionadas no caderno; debate em torno de conceitos, como “marginalizados” e “pessoas com deficiência”; periodicidade das conferências municipais, estaduais e nacional – vários grupos de trabalho propuseram encontros nacionais a cada dois anos; defesa de ampliação do orçamento, conforme percentuais da PEC 150 (BRASIL.MINC, 2009, p. 40).

Terminadas as etapas de elaboração encaminhadas pelo MinC, seguiu-se a tramitação do PL nº 6.835/2006 no Poder Legislativo em várias fases²²⁰ até o projeto ser sancionado com

²¹⁸ De acordo com Guapindaia et alii (2007b, p. 108), a equipe que coordenou o processo de elaboração do PNC foi composta por representantes do Ministério da Cultura, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, da Comissão de Educação do Senado, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e do Ministério da Educação. O próprio MinC (2009, p. 40) também faz menção a um Conselho Consultivo do Plano Nacional de Cultura, composto por representantes de todas as áreas do Ministério; a uma comissão temática do PNC no Conselho Nacional de Política Cultural; e a uma comissão de especialistas indicados pelo ministério, que acompanhariam a redação do projeto conjuntamente com a deputada Fátima Bezerra, relatora do PL nº 6.835/2006 na Câmara dos Deputados.

²¹⁹ Cabe lembrar que as contribuições mais frequentes serão analisadas no próximo capítulo, quando nos debruçarmos sobre as versões do PNC.

²²⁰ O PL nº 6.835/2006 foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, no dia 23 de setembro de 2009, com base no parecer apresentado pela deputada Fátima Bezerra (PT/RN). Antes de Fátima Bezerra, durante a sua tramitação na Comissão de Educação e de Cultura, o projeto de lei também teve

veto parcial²²¹ e transformado na Lei nº 12.343, promulgada em 02 de dezembro de 2010, com duração de dez anos, quando deverá entrar em vigor o próximo PNC²²². Com a votação e aprovação do PNC no Congresso, iniciou-se a fase de sua implementação e acompanhamento, que entre eles estava a elaboração das metas para o PNC, de planos setoriais para cada um dos colegiados, bem como planos territoriais, estaduais, municipais e distrital²²³, conforme determina a Lei nº 12.343/2010²²⁴. Todos em consonância com o PNC.

O processo de elaboração das metas ocorreu de forma semelhante ao que sucedeu com a elaboração do PNC, inclusive sob algumas das mesmas formas de silenciamento da diferença. De junho a setembro de 2011, os técnicos do MinC redigiram, de forma consensual, a primeira versão, que foi apresentada ao CNPC para alterações e aprovação, com 48 metas

como relatores, mas sem concluírem o parecer, os deputados Paulo Delgado (PT/MG) e Frank Aguiar (PTB/SP). Duas semanas depois, o então presidente Lula editou o Decreto nº 6973, em 07 de outubro de 2009, alterando o Decreto nº 5520/2005. Com ele foram criados quatro novos colegiados setoriais no CNPC: arquitetura, design, artesanato e moda, ampliando assim a variedade da representação da sociedade civil no Conselho. Entre 11 e 14 de março de 2010 aconteceu, em Brasília, a etapa final da 2ª Conferência Nacional de Cultura, cujo tema foi: *Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento*. Segundo Aragão (2013, p. 95), a 2ª CNC teve algumas modificações em realização à primeira. Houve a realização de pré-conferências setoriais e também a possibilidade de se realizar conferências livres que não poderiam eleger delegados, mas poderiam enviar propostas, dentro do escopo e eixos da conferência. Ademais, desta vez, era obrigatória a realização de conferência municipal para participar da etapa estadual e de conferência estadual para participar da etapa nacional. Isso fez com que todos os estados realizassem suas conferências. A mobilização gerada pela Conferência pareceu acelerar a tramitação do PL nº 6.835/2006, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, com relatoria do deputado Emiliano José (PT/BA), dois dias após o final do encontro, e no Plenário, em 04 de maio de 2010. Dois dias depois, o projeto foi remetido ao Senado Federal, sendo aprovado em 16 de junho de 2010, na Comissão de Constituição e Justiça; em 07 de julho de 2010, na Comissão de Assuntos Econômicos; em 09 de novembro de 2010, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e em 22 de novembro de 2010, no plenário do Senado Federal. Os relatores nas comissões foram respectivamente os senadores: Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Marisa Serrano (PSDB/MS), que quando deputada, apresentou a PEC 306/2000 com o deputado Gilmar Machado, instituindo a necessidade de se elaborar o PNC a cada dez anos.

²²¹ O presidente Lula vetou um único item que previa “a valorização da diversidade cultural nos mecanismos de avaliação, regulação e gestão dos meios de comunicação”. Segundo ele, tal determinação exigiria um debate mais amplo e fugiria do escopo do PNC (BRASIL, 2010).

²²² As 275 ações do Plano Nacional de Cultura no texto final aprovado estão organizadas e divididas em 14 diretrizes, 36 estratégias e em 5 capítulos, assim intitulados: (1) Papel do Estado; (2) Diversidade artística e cultural; (3) Acesso à cultura; (4) Desenvolvimento socioeconômico sustentável; e (5) Participação social.

²²³ Em novembro de 2013, o MinC imprimiu a publicação *Como fazer um plano de cultura* para auxiliar na elaboração dos planos setoriais, estaduais, municipais e distrital. Ainda que o próprio PNC sirva de texto-base para a elaboração desses planos, (re)produzindo a segunda forma de silenciamento da diferença para os demais entes federativos, ou seja, quando não é possível a potencialidade de sentidos por parte de outras posições, inclusive as subalternas e não aquelas do Estado, essa publicação indica a (re)produção também dos sentidos e silenciamentos que encontramos na análise do modo de elaboração do PNC. Como comprovação desse fato, sobre a reprodução dos mesmos efeitos de transparência da democracia e da inclusão de todos nos planos municipais de cultura, ver a análise de Bernardi (2011; 2012) do Plano Municipal de Cultura de Chapecó (SC), feita a partir do mesmo quadro teórico-metodológico desta pesquisa.

²²⁴ A Lei nº 12.343/2010, no seu art. 11, também determinava que o PNC seria revisto após 4 anos, “tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento de suas diretrizes e metas”. Essa revisão começou com as metas em setembro de 2015, por meio da plataforma <<http://pnc.culturadigital.br/revisaodasmetas>> e deve encerrar-se no primeiro semestre de 2016.

divididas em nove eixos ou temas: I) reconhecimento e promoção da diversidade cultural; II) criação, fruição, circulação, difusão e consumo; III) educação e produção de conhecimento; IV) ampliação e qualificação de espaços culturais; V) fortalecimento institucional e articulação federativa; VI) participação social; VII) desenvolvimento sustentável da cultura; VIII) mecanismos de fomento e financiamento e IX) políticas setoriais.

Após a aprovação do conselho, essa primeira versão das metas foi submetida a uma consulta pública de 21 de setembro a 21 de outubro de 2011 por meio da plataforma digital: <<http://pnc.culturadigital.br/consultapublica>>, em que qualquer cidadão que fizesse a inscrição com o CPF poderia comentar as diretrizes e sugerir alterações ou novas metas. Ou seja, essa primeira versão se abria para vozes outras. No entanto, se observarmos os dizeres produzidos durante essa consulta pública, alguns analisados por nós no próximo capítulo, veremos que, mesmo com todas aquelas formas de silenciamento descritas por nós durante a elaboração do PNC, alguns deles retornam durante a consulta pública para serem posteriormente ignorados²²⁵. No mesmo período, essa versão foi apreciada pelos colegiados setoriais do CNPC²²⁶, por seminários organizados em todas as regiões do país, por grupos de trabalho no governo e por grupos de especialistas das seguintes instituições: FCRB, Ipea, UFRGS e Observatório da Diversidade Cultural (BRASIL. MINC, 2011). De acordo com o MinC (2011), durante aquele mês foram organizados 13 eventos em 11 estados do país e “vários (deles) foram transmitidos ao vivo e puderam ser acompanhados também por meio de ferramentas como twitter, twitcam e webTV”. Ademais, essa versão das metas recebeu na plataforma contribuições vindas de todas as regiões do país, de instituições de diversos setores e perfis, e de cidadãos atuantes em diversas áreas da cultura, o que parece reproduzir aquele efeito de um processo democrático e inclusivo²²⁷. Após essa etapa, os técnicos do MinC analisaram 645 manifestações feitas na plataforma e nos eventos organizados pelo MinC e destas, 260 que “não contribu(i)am de alguma forma às metas” foram descartadas de início. As 385 restantes foram agregadas em 163 propostas (132 propostas de alteração de metas e 31 propostas de criação de outras metas).

Nos dias 7 e 8 de novembro de 2011 foi organizada uma oficina, que contou com a

²²⁵ Um panorama desses dizeres sobre aqueles a quem a diversidade se refere no discurso para a elaboração do PNC, pode ser visto no anexo III, formulado por nós para nos auxiliar nas análises de documentos sobre o PNC, no próximo capítulo.

²²⁶ Naquela época, muitos colegiados ainda não estavam instalados. Desse modo, apenas os colegiados de Artes visuais; Circo; Culturas Indígenas; Culturas Populares; Dança; Livro, Leitura e Literatura e Teatro enviaram contribuições às metas (BRASIL. MINC).

²²⁷ Durante a consulta pública, a plataforma recebeu 6273 visitantes e 488 manifestações que se somaram às 157 feitas fora da plataforma de acordo com o balanço (BRASIL. MINC, 2011).

participação dos conselheiros do CNPC, de representantes dos colegiados e técnicos do MinC, com a finalidade de analisar e selecionar as contribuições feitas até então²²⁸. Do dia seguinte ao término da oficina ao dia 25 de novembro de 2011, coube aos técnicos do MinC finalizar uma versão com 53 metas, que foi aprovada pelo plenário do CPNC no dia 28 de novembro de 2011, sendo publicada no diário oficial por meio da portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011. Por fim, no ano seguinte, foi editada a publicação *As metas do Plano Nacional de Cultura*, para divulgar a Lei nº 12.343/2010, com o PNC e as suas metas, que se constitui na nossa principal materialidade de análise.

3.2 A elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) sob a posição do governo Lula

Após analisarmos discursivamente o processo de elaboração do PNC e identificarmos quatro formas de silenciamento da diferença, partimos para investigar o modo de dizer do próprio governo de como foram essas etapas. Para isso, fazemos um gesto de interpretação da publicação intitulada *Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura* feita pelo MinC (BRASIL. MINC, 2009), onde identificamos marcas, produzidas pelos dizeres sobre o processo de elaboração do plano: marcas que dizem respeito à construção do responsável/criadores do PNC; e marcas no que se refere ao modo como é elaborado. Começamos observando a parte *Processo de elaboração*, em que são apontadas 21 etapas principais, não numeradas originalmente e organizadas em três períodos temporais (2003-2006; 2007-2008; 2009-2018), que reproduzimos a seguir, com as marcações em negrito do próprio documento:

2003-2006

SD32.1: > Os 20 encontros do **Seminário Cultura para Todos**, em 2003, reúnem produtores, artistas, intelectuais, gestores, investidores e outros interessados no debate sobre as políticas culturais de várias partes do País. Os resultados das discussões representam o começo do processo de acúmulo de subsídios para a formulação e implementação do PNC.

²²⁸ Na oficina, os participantes foram divididos em seis grupos de discussão e análise das propostas: Grupo 01 Reconhecimento e promoção da diversidade cultural; Grupo 02 Criação, fruição, difusão, circulação e consumo; Grupo 03 Educação e produção de conhecimento; Grupo 04 Ampliação e qualificação de espaços culturais; Grupo 05 Fortalecimento institucional e articulação federativa e Grupo 06 Desenvolvimento sustentável da cultura. Tal procedimento não permitia os participantes opinarem sobre todas as propostas de metas.

SD32.2: > A **Agenda 21 da Cultura** é aprovada em maio de 2004, em Barcelona, pelo IV Fórum das Autoridades Locais de Porto Alegre pela Inclusão Social, no âmbito do I Fórum Universal das Culturas. O documento é formulado por cidades e governos locais de todo o mundo comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz.

SD32.3: > As **Câmaras Setoriais**, instituídas a partir de 2004, estabelecem instâncias de diálogo entre Estado e representantes dos segmentos artísticos, voltadas à elaboração de políticas setoriais e transversais de cultura. Os relatórios dos grupos de trabalho das Câmaras são a segunda fonte de subsídios para o PNC.

SD32.4: > A **Emenda Constitucional 48**, aprovada pelo Congresso em julho de 2005, a partir da proposta (PEC 306, de 2000) de autoria do deputado Gilmar Machado e de outros, determina a realização plurianual do Plano Nacional de Cultura. A mudança efetuada no texto da Constituição resultou na efetiva abertura do processo de construção democrática do PNC.

SD32.5: > É apresentada em junho de 2005, pelo deputado Paulo Pimenta, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 416, que prevê a instituição do **Sistema Nacional de Cultura**.

SD32.6: > O **Decreto 5.520**, de 24 de agosto de 2005, institui o **Sistema Federal de Cultura (SFC)**. Sua finalidade é a integração de instituições e programas relacionados às práticas culturais. Trata-se de um dos principais passos para a formação do Sistema Nacional de Cultura, rede que será responsável por implementar, acompanhar e avaliar o PNC.

SD32.7: > A **1ª Conferência Nacional de Cultura** é realizada entre setembro e dezembro de 2005, período em que ocorrem mais de 400 encontros municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais, além de uma plenária nacional. O ciclo de discussões mobiliza mais de 60 mil pessoas, incluindo gestores de cerca de 1200 municípios, de 19 estados e do Distrito Federal. As resoluções da CNC compõem o projeto de lei do PNC e são a base de desenvolvimento de suas diretrizes gerais.

SD32.8: > A **Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais** é adotada em 2005 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O tratado é dedicado à garantia dos direitos de expressão da diversidade. Ratificada pelo Brasil em 2006, a convenção é o marco jurídico internacional para as políticas do PNC.

SD32.9: > Apresentado em março de 2006 pelos deputados Gilmar Machado, Iara Bernardi e Paulo Rubem Santiago, o **Projeto de Lei 6835** propõe a instituição do Plano Nacional de Cultura.

SD32.10: > O Ministério da Cultura lidera, desde 2006, o trabalho de **elaboração das diretrizes gerais do PNC**, considerando todos os subsídios acumulados até então, estudos produzidos por intelectuais, sugestões de gestores públicos e privados, pesquisas estatísticas, e o conteúdo de novos encontros de debate, como o Fórum Nacional de TVs Públicas e o Seminário Internacional de Diversidade Cultural (2007).

SD32.11: > O primeiro levantamento estatístico do **Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic)** é publicado no final de 2006 pelo IBGE e pelo Ministério da Cultura. O documento apresenta uma série de informações relacionadas às condições da cultura no País, com base nos números da produção de bens e serviços, gastos públicos, consumo familiar e postos de trabalho

no setor.

2007-2008

SD32.12: > A **Subcomissão Permanente de Cultura** da Câmara dos Deputados é formada em 2007 e passa a abrigar uma série de audiências públicas para o debate de propostas para o Plano Nacional de Cultura.

SD32.13: > Em setembro de 2007, o **IBGE** publica o **Suplemento Cultura** da pesquisa de informações básicas municipais (Munic).A publicação subsidia a elaboração da proposta de diretrizes gerais do PNC com uma série de dados, tais como a distribuição da malha institucional de gestão das políticas de cultura, as atividades culturais existentes e a infraestrutura de equipamentos e meios de comunicação disponíveis nos municípios brasileiros.

SD32.14: > O **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (Ipea) publica dois estudos sobre economia da cultura e políticas culturais em parceria com o MinC.

SD32.15: > O **Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)** é instalado no final de 2007.A partir de março de 2008, uma comissão temática procede a uma revisão do caderno de diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura e submete propostas de aperfeiçoamento ao plenário do órgão. Esse trabalho deu origem à segunda edição do caderno.

SD32.16: > Os **Seminários Estaduais do Plano Nacional de Cultura** são organizados em todas as capitais do País em 2008. Além de representantes do MinC e da Câmara dos Deputados, participam dos debates gestores de instituições culturais públicas, privadas e civis, produtores, artistas e militantes de movimentos culturais. Uma página na internet oferece a possibilidade de contribuição remota durante a etapa conclusiva de discussão da proposta do PNC.

2009-2018

SD32.17: > A deputada Fátima Bezerra é escolhida **nova relatora** do projeto de lei do PNC na Câmara dos Deputados em abril de 2009. A parlamentar e sua assessoria passarão a trabalhar em conjunto com o MinC na incorporação das diretrizes debatidas com a sociedade ao texto do substitutivo do projeto, e na finalização deste.

SD32.18: > Após a **votação** pelos deputados federais,o projeto será apreciado no Senado e,uma vez aprovado, seguirá para a sanção presidencial. Em ambas as casas do Congresso Nacional, o projeto será analisado na Comissão de Educação e Cultura e na de Constituição e Justiça.

SD32.19: > Com a entrada em vigor da lei que trata do PNC,haverá a elaboração de **programas e planos segmentados e regionais** pelos órgãos de gestão das políticas de cultura do País. Essa etapa de planejamento terá como objetivo a tradução das diretrizes do Plano em ações e metas adequadas às especificidades das linguagens artísticas, práticas culturais, demandas de grupos populacionais e identitários e situações municipais, estaduais e regionais.

SD32.20: > A **2ª Conferência Nacional de Cultura**, prevista para março de 2010,deverá ser o primeiro grande encontro de debate público sobre as políticas culturais no período de vigência do Plano. Entre outros temas, o encontro deverá estimular a elaboração de planos estaduais e municipais e discutir **as estratégias de implantação e os instrumentos de avaliação e acompanhamento do PNC**.

SD32.21: > A efetiva **implementação** do PNC começa com a definição de responsabilidades das organizações públicas, privadas e civis e a subsequente

execução compartilhada das iniciativas planejadas. Simultaneamente, entrará em funcionamento o **sistema de acompanhamento e avaliação** do Plano, que resultará em revisões periódicas das rotas inicialmente estabelecidas (BRASIL.MINC, 2009, p. 18-20).

Como se observa, nessa cronologia apresentada pelo MinC, o processo de elaboração do PNC se inicia em 2003, primeiro ano do Governo Lula, com o *Seminário Cultura para Todos*. Entretanto, como nos mostra Calabre (2013, p. 4), eles não foram organizados para elaborar o PNC, ou sequer ajudar na elaboração, mas sim para debater e buscar alternativas para as leis de incentivo (a maior crítica de Lula no âmbito cultural ao governo de Fernando Henrique Cardoso durante campanha do candidato à presidência). Há, assim, uma construção discursiva de que o PNC começou a com o Governo Lula.

Se essa cronologia se inicia no Governo Lula, a PEC nº 306/2000 não se constitui em uma etapa do PNC, só sendo mencionada na SD32.4 quando se fala da aprovação da EC nº 48/2005. O que constatamos, com isso, é que há um apagamento desse acontecimento como etapa de elaboração do PNC e talvez de outros que não tenham ocorrido no governo de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT), como se antes nada tivesse existido e como se tudo tivesse se iniciado com eles. Não há, portanto, qualquer menção ou marca referente às tentativas de elaboração dos planos nacionais de cultura durante a Ditadura Militar, à *Política Nacional de Cultura*, de 1975²²⁹, à Conferência Nacional de Cultura, realizada em 1993²³⁰ ou ainda à 1ª

²²⁹ Observando o relatório da audiência pública na Comissão de Educação e Cultura da Câmara realizada no dia 20 de março de 2002 em que compareceu o então ministro da cultura do Governo Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, acompanhado de secretários do MinC, lemos: “todos os convidados foram unânimes ao manifestar sua plena concordância com a PEC. O próprio ministro da Cultura, Francisco Weffort, disse, enfaticamente, que: ‘(...) a minha convicção de que o Brasil está maduro para ter um Plano Nacional de Cultura verdadeiramente, porque nós já chegamos a certas convicções sobre os grandes objetivos da cultura que são de alcance nacional e que vão além de quaisquer diferenças de natureza política, partidária, ideológica, regional ou o que seja.’ Ressaltou, também, que, a exemplo da educação, a cultura constitui, hoje, uma política de estado e não apenas de governo: ‘Quer dizer, mude como for a política governamental ou o governo, seja qual for o resultado desta ou daquela eleição, como é próprio do procedimento democrático, o Estado Brasileiro terá que seguir determinadas metas na área da cultura, assim como na área da educação’. O Ministro enfatizou ainda quatro aspectos que julga fundamentais na definição constitucional de um Plano Nacional de Cultura. São eles: a valorização de nossa identidade nacional em meio ao processo de globalização, a difusão cultural, para que os próprios brasileiros conheçam e valorizem a diversidade de nosso país, a preservação do patrimônio histórico e a defesa e promoção do idioma nacional” (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002, p. 3-4).

Mesmo que o governo de Fernando Henrique Cardoso não tenha feito um PNC, não se pode negar que, pelo interdiscurso, medidas político-culturais do seu governo e também da Ditadura Militar com a sua Política Nacional de Cultura, de 1975, compõem a rede de memória do PNC feito durante o Governo Lula. Essa última, inclusive vem pela coincidência das siglas, PNC, o que gera, inclusive, alguns enunciados do tipo: “esse não é o primeiro plano brasileiro”, entre aqueles pesquisadores dos Estudos Culturais. Por outro lado, mesmo que isso ocorra, afinal como afirma Orlandi (2007 [1999], p. 32) “as palavras não são nossas, elas significam pela história e pela línguas, o que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras”, no Governo Lula, como mostramos, há um deslocamento do discurso *sobre* para o discurso *da* diferença.

²³⁰ Essa conferência ocorreu durante o Governo Itamar Franco (1992-1994), em Brasília e foi “organizada pela sociedade civil a partir de uma organização não-governamental chamada Cult”. De acordo com Calabre

Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, organizada em 2000 pela Câmara dos Deputados.

Tal apagamento de acontecimentos relacionados a governos anteriores e a outros partidos que não o PT como etapas do PNC, também pode ser observado em outras três formas de dizer. A primeira, na SD32.15, quando se afirma que o CNPC foi instalado em 2007, como se esse conselho não existisse no governo anterior com o mesmo nome e como se não existisse com outros nomes desde o Governo Jânio Quadros ou desde o Governo Vargas – quando foi criado, mas não implantado. A segunda, ao se nomear somente os do PT, dentre os parlamentares que participaram do processo: Gilmar Machado (SD32.4); Gilmar Machado, Iara Bernardo, Rubem Santiago (SD32.9); Fátima Bezerra (SD32.17). O efeito que se produz é o de que o PNC só existe por causa do Governo Lula e do PT. Nesse documento, para produzir esse efeito, é apagado, por exemplo, o nome do primeiro relator do Projeto de Lei nº 6.835/2006 na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, antes da então deputada Fátima Bezerra (PT/RN), o então deputado Frank Aguiar (PTB/SP), que como sabemos é cantor e também envolvido com questões culturais. Além disso, são silenciadas na cronologia as iniciativas da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, que é multipartidária e os nomes dos senadores que também relataram o projeto, tais como o do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição à Ideli Salvatti; de Inácio Arruda (PCdoB/CE), relator na Comissão de Assuntos Econômicos; e de Marisa Serrano (PSDB/MS), relatora na Comissão de Educação²³¹.

A terceira forma de dizer em que se observa o apagamento de acontecimentos relacionados a outros partidos e governos se mostra quando fazemos a leitura proporcionada apenas pelos termos em negrito:

2003-2006 > Seminário Cultura para Todos > Agenda 21 da Cultura > Câmaras Setoriais > Emenda Constitucional 48 > Sistema Nacional de Cultura > Decreto 5.520 Sistema Federal de Cultura (SFC) > 1ª Conferência Nacional de Cultura > Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais > Projeto de Lei 6835 > elaboração das diretrizes gerais do PNC > Sistema Nacional de Informações de Indicadores Culturais (Sniic) > 2007-2008 > Subcomissão Permanente de Cultura > IBGE Suplemento Cultura > Instituto de Pesquisa

(2009, p. 113), a proposta era que fosse criado um fórum permanente com encontros anuais, mas isso não se efetivou.

²³¹ Na cronologia o nome de outros relatores também são apagados das etapas de discussão do PNC no Legislativo, como os deputados Paulo Delgado (PT/MG), Nelson Pellegrino (PT/BA) e Emiliano José (PT/BA) e a senadora Ideli Salvatti (PT/SC). Entretanto, por serem do PT, tal apagamento não afetaria o efeito de sentido produzido de que o PNC foi elaborado somente pelo PT.

Econômica Aplicada > Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) > Seminários Estaduais do Plano Nacional de Cultura > 2009-2018 > nova relatora > votação > programas e plano segmentados e regionais > 2ª Conferência Nacional de Cultura as estratégias de implantação e os instrumentos de avaliação e acompanhamento do PNC > implementação sistema de acompanhamento e avaliação.

Nessa leitura, é possível observar que, em nenhum momento há uma menção à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional como etapas do PNC. A Câmara é citada na SD32.12 e na SD32.17, o Senado e o Congresso na SD32.18, entretanto se analisarmos na SD32.12 é negritoado *Subcomissão Permanente de Cultura* e na SD32.17 é negritoado *nova relatora*, ao invés de *Câmara dos Deputados* e na SD32.18 *votação* ao invés de *Senado Federal* ou *Congresso Nacional*. Nessa leitura feita a partir dos termos negritados, o Poder Legislativo, aquele justamente responsável pela elaboração de leis e juridicamente a etapa mais importante para a elaboração do PNC, é completamente apagado. Isso reforça o efeito de que o plano foi elaborado pela sociedade por causa apenas de Lula e de seu partido, o PT, o que seria contraditório com efeito de sentido democrático que se deseja produzir sobre a elaboração do PNC. Cabe ressaltar que tal efeito de sentido democrático é importante de ser produzido pois, além de parecer representar a diversidade, como o plano tem validade de dez anos, até 2020, deve-se garantir que continue sendo considerado base para definir medidas político-culturais, inclusive, após uma eventual saída do PT do poder. Deve-se portanto, parecer um documento, além de democrático, inclusivo e apartidário. Mas nossa análise mostra o quão contraditório é isso.

Após a análise das marcas sobre quem vai sendo posto como autor das iniciativas para o andamento do PNC, passemos para a segunda marca, sobre o modo de elaboração também a partir dos dizeres do governo. Observando novamente a cronologia criada pelo MinC, veremos que há a inclusão de dois documentos internacionais como etapas do Plano Nacional de Cultura: a *Agenda 21 da Cultura*, de 2004, elaborada pelo Fórum Universal das Culturas (SD32.2) e a *Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, de 2005, elaborada pela Unesco (SD32.8).

Tais documentos, juridicamente, não podem constituir etapas na elaboração de uma lei no Brasil, justamente por serem internacionais. De acordo com o Direito Internacional, uma vez elaborados, tais documentos devem ser assinados e ratificados pelos Estados, para, só assim, aderirem ao sistema jurídico nacional de cada país signatário. De certo, como as discussões e aprovações da Convenção, na Unesco, e do PNC, no Brasil foram feitos no

mesmo momento, elas devem ter influenciado umas às outras. Mas o mais importante aqui é pensar no efeito de sentido produzido quando se diz que um documento internacional foi etapa do PNC. O efeito que se tem é o de que o PNC faz parte ou está articulado a algo maior, a nível internacional, o que aumentaria a sua importância e diminuiria possíveis contestações a ele.

Um efeito semelhante pode ser percebido quando se convocam institutos científicos de pesquisa de grande credibilidade como etapas do plano: o IBGE (SD32.13) e o Ipea (SD32.14); e quando se afirma que foi feito pelo MinC o primeiro levantamento estatístico do Sniic (SD32.11) neste processo. Tais dizeres produziriam um efeito de sentido científico ao plano e como a ciência está relacionada ao sentido de verdade, o PNC passa a estar baseado na verdade de fatos e de dados incontestáveis, pelo menos por aqueles que não são cientistas²³².

Contudo, dizer que a redação do PNC foi construída com base em dados estatísticos e em documentos internacionais na publicação *Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura* não bastaria para garantir a sua aprovação e também não bastaria para valorizar a imagem de Lula e de seu partido. Por isso, era preciso parecer que sua elaboração foi um processo democrático, transparente e inclusivo.

Esse efeito pode ser observado, pela própria quantidade de etapas que se apresenta na cronologia, 21, incomum em um regime autoritário, e depois pelas etapas de elaboração envolvendo seminários, câmaras, subcomissão, conselho e conferências, espaços que pressupõem o debate com consenso ou com dissenso, além da contribuição de órgãos como o IBGE e o Ipea. Além disso, na sequência produzida pelos negritos, ainda que não sejam marcados Câmara dos Deputados e Senado Federal, é negritada *votação* na (SD32.18), que também reforça o sentido democrático na elaboração do PNC. Busca-se produzir, assim, um efeito de sentido democrático e com ampla participação social na elaboração do Plano.

Dando prosseguimento à análise do documento *Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura*, podemos comprovar esse efeito de sentido democrático em duas outras partes, intituladas respectivamente *Conceitos e histórico do PNC* e *Consulta, compartilhamento e debate*, de onde recortamos as sequências a seguir. Enquanto na primeira se busca afirmar que o PNC abrange todos, inclusive todas as formas de diferença, na segunda se diz que a sociedade foi importante no processo de elaboração, um processo aparentemente democrático.

²³² Sobre a ilusão que as estatísticas produzem, cf. Besson (1995).

SD33.1: O PNC busca abranger as demandas culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações econômicas, localizações, origens étnicas, faixas etárias e demais situações de identidade (BRASIL.MINC, 2009, p. 12).

SD33.2: Nas mais diversas áreas, nas três esferas da federação (municípios, estados e União), o amadurecimento da democracia brasileira vem se refletindo em experiências participativas nas políticas públicas. O envolvimento da *sociedade civil* na definição das linhas de atuação do Estado, bem como no *acompanhamento e avaliação* de seus efeitos, traz vários benefícios potenciais, tanto para a qualidade e efetividade das ações como para o aprofundamento da construção republicana.

Um dos principais benefícios esperados é o *respaldo social*, no sentido de que as ações respondem a *demandas*, que espelham necessidades, de cidadãos e grupos sociais. Com isso, ampliam-se as chances de execução de medidas mais focadas e amparadas no apoio popular. Ao fortalecer o chamado *controle social* – os cidadãos atentos à conduta das instituições públicas, de forma a cobrar o respeito à legislação, a garantia dos direitos e o cumprimento dos acordos –, a mobilização de esforços coletivos pode ser determinante também no aperfeiçoamento dos programas e ações. Para que essa realidade se efetive, é necessária a construção de instâncias adequadas. Essa escolha não apaga, de modo algum, o papel do *Estado*. Cabe a ele *encabeçar proposições, dar base aos processos, prover de dados a discussão pública, mediar os conflitos de interesse para construir consensos, garantir oportunidades a todos, atuar para a redução das desigualdades* (BRASIL.MINC, 2009, p. 32, grifos nossos em itálico).

Todavia, da posição ao analista, se observa que na SD33.2, enquanto o Estado tem um papel ativo de *encabeçar proposições, dar base aos processos, mediar conflitos*, a sociedade civil tem um papel responsivo às ações do Estado: *avaliar, respaldar, apoiar*²³³. Além de que, quando se diz qual o papel da sociedade civil se usam substantivos que indicam ação, já para falar do papel do Estado, verbos são utilizados²³⁴. Na mesma sequência, ainda se pondera que *essa escolha* (a construção de instâncias para ouvir a sociedade) *não apaga, de modo algum, o papel do Estado*, como se aquela devesse reforçar o papel desse. Para facilitar a visualização das disparidades entre sociedade e Estado na sequência anterior, formulamos o quadro abaixo:

²³³ Refletindo sobre a democracia participativa em contraposição com a representativa, Miguel (2014), da posição do cientista político, conclui que na democracia participativa, na qual se enquadra o processo de elaboração do PNC, o cidadão não elabora as políticas, mas sim participa da elaboração. Essa seria, assim, uma grande contradição da democracia.

²³⁴ Analisando somente verbos dos objetivos da 1ª CNC no art. 1º da portaria nº 180 do MinC, de 31 de agosto de 2005, podemos chegar à conclusão semelhante. Os objetivos da Conferência, com maioria de sujeitos participantes da sociedade, seriam: I) “subsidiar”; II) “reunir”; III) “recomendar”; IV) “colaborar”; V) “colaborar e incentivar”; VI) “elaborar”; VII) “identificar e fortalecer”; VIII) “fortalecer e facilitar”; IX) “contribuir”; X) “mobilizar”; XI) “fortalecer, ampliar e diversificar”; XII) “promover”; XIII) “fortalecer”; XIV) “auxiliar”; XV) “identificar e fortalecer”; XVI) “constituir a estratégia”. Todos verbos com sentido de *apoio, contribuição* ou *fortalecimento* do Estado e de suas ações, exceto talvez um, elaborar. Não vemos entre os objetivos nenhum verbo que indique *decisão, deliberação* ou *definição*.

Sociedade civil	Estado
envolvimento da sociedade acompanhamento avaliação respaldo demanda apoio controle	atuação do Estado encabeçar proposições dar base aos processos prover de dados a discussão pública mediar os conflitos de interesse construir consenso garantir oportunidades atuar

Resta-nos perguntar a quem interessa essa separação entre Estado e sociedade civil, ou melhor, a relação Estado/sociedade, com papéis bem definidos e como se fossem *atores* distintos do processo político. De imediato, podemos afirmar que essa separação em que aparentemente se garante autonomia ao Estado, apaga o seu sentido de instrumento da classe dominante para o exercício do poder. Além disso, ao se separar sociedade e Estado, se reúnem por exclusão sob a designação *sociedade*, todos que aparentemente não seriam *Estado*, desde industriais a operários, de ruralistas a sem-terras, de empresários a artistas de rua²³⁵. Tal efeito apagaria as grandes diferenças entre esses sujeitos sob a ilusão de igualdade, mas não transformaria as condições históricas sócioeconômicas que os colocam em distintas posições discursivas²³⁶, favorecendo à reprodução e à dissimulação dessas condições.

Direcionamos nossa análise para pensar também em como a sociedade é nomeada nos dizeres sobre a sua participação nas políticas culturais. Observamos que em todo o documento *Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura*, quando se diz como foi a elaboração do PNC, em nenhum momento se marcam as diferenças brasileiras como consultadas ou chamadas a participar. Sempre quem é consultada é a *sociedade*, a *sociedade civil*, *grupos sociais*,

²³⁵ De acordo com a Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República (2013), sociedade civil é “o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais, as suas redes e suas organizações”, o que aparentemente não incluiria empresários e ruralistas. Mas se verificarmos a composição do CNPC, também veremos que representam a sociedade civil, todos os membros que não são estatais, do poder público, entre eles o Sistema S e o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), que por sua vez tem entre seus membros, por exemplo, o Banco Bradesco, a Fundação Ford, a Monsanto, o Carrefour e a TV Globo. Tais dizeres comprovam a disputa de poder entre grupos hegemônicos e grupos subalternos naquilo do que seria *sociedade*, *sociedade civil* e *movimento social*.

²³⁶ Apesar de o Governo Lula ter ampliado a voz da sociedade na formulação de políticas por meio de conferências e conselhos, o referente do significante *sociedade civil* é diferente em cada um deles. Nas conferências de Aquicultura e Pesca, a sociedade civil, por exemplo, diferentemente da de mulheres ou da de promoção da igualdade racial, e acrescentaríamos da de cultura também, se refere a “representantes de associações de profissionais e grupos empresariais”, como nos mostra Petinelli (2011, p. 240), o que também demonstra que é a área da cultura, o lugar possível para a manifestação da diferença e não outras como da pesca, da economia ou de minas e energia.

cidadãos. Diferentemente das versões do plano, que analisaremos no próximo capítulo, não observamos nenhuma designação *povos indígenas, grupos LGBTs, afro-brasileiros*. Tais grupos são dissolvidos, generalizados, silenciados nos dizeres sobre o processo de elaboração, como se fossem parte da sociedade. O efeito que se produz pela utilização apenas de significantes *sociedade, sociedade civil, grupos sociais, cidadãos* na elaboração do PNC, é o de que a sociedade foi consultada pelo Estado sobre a variedade cultural de povos indígenas, mas não o de que os povos indígenas foram consultados sobre a sua própria diversidade cultural.

O esquecimento dos povos indígenas, grupos afro-brasileiros e outras diferenças nos dizeres sobre a elaboração do PNC na publicação *Porque aprovar o Plano Nacional de Cultura* se dá sob a ilusão de serem parte da sociedade e se ancora nas memórias de posições discursivas que descrevemos na parte inicial desta tese, como se fossem incapazes de debater e formular medidas político-culturais.

Seguindo em nossa análise, trazemos outra sequência com grifos nossos em itálico:

SD34.1: o Ministério da Cultura, na gestão do ministro Gilberto Gil e, agora, na de Juca Ferreira, *elegeu* o caminho da formulação participativa. *Optou* ainda por criar e fortalecer mecanismos constantes de escuta, participação e controle social, adotando um novo paradigma que tem como base a troca de saberes e a construção de redes de gestão compartilhada (BRASIL.MINC, 2009, p. 32 – grifos nossos).

Do modo como se diz, o MinC *optou* pela participação da sociedade. Se essa foi uma opção, poderia fazer o contrário, poderia elaborar o PNC de forma autoritária, sem consultar ninguém. Dessa maneira, a decisão da sociedade em participar ou não, não foi dela própria e nem foi conquistada por ela. A participação, então, se coloca como um concessão do Governo Lula e dos seus ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira.

Em outra sequência também encontramos mais sobre a relação entre sociedade e Estado, apresentada como um:

SD35.1: espírito de *cooperação, complementaridade e integração* entre Estado e sociedade civil norteia o Plano Nacional de Cultura, assim como o Sistema Nacional de Cultura. Ambos integram um conjunto de políticas delineadas a partir de *consultas amplas*, que abriram canais de diálogo *com grupos sociais* por meio de seminários, fóruns e conferências (BRASIL.MINC, 2009, p. 32, grifos nossos).

No início dessa sequência, a relação entre Estado e sociedade é significada como

cooperação, complementariedade e integração. Entretanto, logo adiante novamente o sentido de cooperação, que se pressupõe um diálogo mútuo, é desfeito pelo dizer do Estado *consultando* a sociedade. Novamente a parte ativa fica com o Estado, ao fazer a consulta, e a passiva à sociedade, ao ser consultada. O mesmo pode ser percebido no título desta seção do documento: *Consulta, compartilhamento e debate*, palavras bem distintas de *cooperação, complementariedade e integração*.

E por fim, esse efeito de sentido democrático do processo de elaboração do PNC também pode ser verificado nos dizeres *mais de 30 mil pessoas* participaram do Seminário Cultura para Todos; foram realizadas *mais de 400 conferências municipais e/ou intermunicipais* que reuniram *1200 cidades*, com *cerca de 55 mil pessoas*; *19 conferências estaduais de cultura e a equivalente distrital* com participação de *7 mil pessoas*, além *1300 participantes* na conferência nacional de Cultura e *cerca de mil* nos encontros chamados *Diálogos Culturais* organizados nas cidade de Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo²³⁷. Há uma ênfase em se comprovar a característica democrática do processo com base na quantidade, com dados estatísticos sobre a participação social. Tal ênfase entra em contradição também com o sentido antropológico de cultura defendido pelo Governo Lula, pois o que importa para a posição do governo não é a diferença, mas a quantidade.

Analisando o processo de elaboração do PNC pela posição do Governo Lula, podemos concluir que se tenta construir a ilusão de que o processo foi democrático com a participação de muitos cidadãos, a fim de garantir maior legitimidade, qualidade, transparência e sustentabilidade ao PNC. Contudo, contraditoriamente a isso se produzem dois efeitos. No primeiro, apagam-se os acontecimentos referentes a planos anteriores ao Governo Lula e feitos por aqueles que não filiados ao PT. E, no segundo, silencia-se a sociedade, contrapõe-se sociedade ao Estado, apaga-se o seu sentido de instrumento para o exercício do poder do Estado, fazendo com que ele ocupe posição ativa, frente à sociedade passiva.

Até aqui, observamos apagamentos nos dizeres do Governo Lula sobre a elaboração do PNC a fim de produzir um efeito democrático, bem como silenciamentos da diferença sob formas distintas²³⁸ nesse processo de elaboração. Mesmo assim, as vozes das diferenças

²³⁷ Em outra oportunidade (BARBOSA DA SILVA, 2011, p. 166), analisamos o dizer *mais de x...*, como em mais de 400 conferências, mais de 30 mil pessoas, ao invés de se empregar o número exato, quando se tem essa informação. Diríamos que tal utilização produz um efeito hiperbólico, exagerado, a fim de engrandecer, no caso a mobilização feita pelo MinC para a elaboração do PNC e reforçar o efeito de sentido democrático que se espera para o plano.

²³⁸ Essas formas de silenciamento, levantadas por nós, inclusive, podem ser observadas em outros processos de elaboração de políticas públicas com a participação social, em outras áreas, como a educação, a saúde, os direitos humanos, o meio ambiente, a igualdade racial...

comparecem, mas somente podem comparecer nas versões e etapas do plano, capturadas, domadas e por meio de uma forma-sujeito determinada, a forma-sujeito de direito, como veremos nesta última parte deste capítulo.

3.3 Política cultural só se faz por meio da forma-sujeito de direito

No segundo capítulo, apresentamos a forma-sujeito de direito como justificativa para que o discurso neoliberal se tornasse hegemônico nos anos 1990. Nesta terceira parte do terceiro capítulo retomamos a forma-sujeito de direito para mostrar o seu funcionamento na elaboração do PNC.

Naquele mesmo capítulo dissemos, citando Althusser (1978), que os indivíduos interpelados em sujeito pela ideologia só existem e só agem por meio de formas-sujeito de acordo com as relações históricas, sociais e econômicas. Entretanto, isso não significa que tais formas sejam invariáveis como nos mostra Haroche (1992 [1984], p. 178):

o fato de que os indivíduos agentes existem e funcionam sempre na forma de sujeito, enquanto sujeito, não implica de nenhum modo o caráter idêntico, invariável e homogêneo da noção de sujeito e das formas de expressão da subjetividade. Que se esteja de acordo em ver um princípio geral no fato de que a forma-sujeito representa “a forma de existência histórica de todo indivíduo”, não impede, com efeito, em nada, que a forma sujeito tenha podido tomar, no curso da história, formas diferentes.

E, vamos mais adiante, isso não impede também que possam existir outras formas-sujeito, com base em outras relações históricas e sociais, e que tais formas não possam ser transformadas, afinal deslocamentos são possíveis, bem como rupturas. Por outro lado, não nos restam dúvidas de que há uma forma-sujeito que se constituiu hegemônica no mundo²³⁹ a partir da ascensão do capitalismo industrial, no século XVIII. Haroche (1992 [1984]) descreve a ascensão dessa forma-sujeito chamada de direito a partir de outra anteriormente hegemônica nas sociedades ocidentais, a religiosa.

Poder-se-á resumir a situação da forma seguinte: como Deus não governa mais totalmente a conduta humana, vai ser preciso substituir-lhe um poder que estará à sua altura, a fim de não deixar essa conduta exposta a ela mesma face à incerteza,

²³⁹ Consideramo-la hegemônica pela capacidade da forma-sujeito de direito produzir sentidos sem questionamentos como se fosse a única forma possível.

isto é, exposta à possibilidade de reflexão e da distância crítica. O aparelho religioso não é mais capaz de, por si mesmo, enquadrar o sujeito (o que nós condensamos com a expressão “determinação religiosa”): o Estado, diante da situação nova que se oferece a ele, deve tentar, no contexto dos nacionalistas burgueses, estabelecer formas novas de controle do sujeito. Por razões econômicas, jurídicas, políticas, que nós vimos mais acima, esses métodos dão lugar necessariamente à ideia de acaso e de indeterminação relativa (o que nós referimos sob o termos de “determinação institucional” e depois “individual”) (HAROCHE, 1992 [1984], p. 182).

Se a forma-sujeito religiosa submetia o sujeito a Deus, essa outra forma-sujeito aparentemente não o submete a nada e a ninguém, fazendo acreditar que sua condição natural é a origem de sua liberdade, cabendo ao Estado apenas uma espécie de controle para que as liberdades individuais não entrem em um conflito que desestabilize a vida em sociedade.

Na forma-sujeito de direito, uma vez individualizado, o sujeito passa a ser responsável e responsabilizado pela sua situação política, social e econômica, tendo garantidos pelo Estado direitos como se fossem naturais e exigidos desse Estado deveres como o de votar, de se alistar às forças armadas, de pagar impostos e manter a ordem. É obrigado a acreditar que a sua liberdade termina onde começa a dos outros e que o Estado determina esses limites. É sob as ilusões da autonomia do indivíduo e da liberdade que a forma-sujeito de direito se torna hegemônica, ou como podemos dizer atualmente universal, silenciando outras formas-sujeito possíveis, como se nunca tivessem sequer existido. Na ilusão da autonomia de um sujeito agente, o processo ideológico de interpelação e de assujeitamento parece impossível. Mas isso não significa que não haja deslocamentos ou rupturas, afinal sujeitos e sentidos são sempre divididos e a contradição é constitutiva do processo discursivo. Desse modo, eles são possíveis, só que são significados como conquistas dos indivíduos coletivamente organizados para ampliar a liberdade humana, como por exemplo, as conquistas em torno do sufrágio feminino ou da abolição da escravatura, encobrindo que sejam deslocamentos e rupturas de sentidos produzidos pelo confronto de formações discursivas e pela luta de classes.

Como conquistas individuais, sob a forma-sujeito de direito, e dissimulando que sujeito e sentido advém de relações históricas e sociais e na tensão entre formações discursivas e ideológicas, é que, portanto, podemos descrever fases de desenvolvimento dos direitos humanos²⁴⁰. Por conta disso, o discurso dos direitos humanos, então, é a

²⁴⁰ Bobbio (2004, p. 32), da posição do sociólogo, afirma que é possível descrever fases de desenvolvimento dos direitos humanos: “num primeiro momento afirmaram-se os direitos de liberdade, isto é, todos aqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado; num segundo momento foram propugnados os direitos políticos, os quais – concebendo a liberdade não apenas negativamente, como não-impedimento, mas positivamente, como autonomia –, tiveram como consequência a participação cada vez mais ampla dos membros

discursividade que melhor atualmente dissimula o processo de interpelação da forma-sujeito de direito, afinal ser contrário a direitos humanos referentes à condição inata²⁴¹ tornou-se, hoje em dia, da ordem do abominável.

É como um direito, uma conquista de indivíduos organizados coletivamente sob o discurso dos direitos humanos que a democracia participativa, na qual se baseia a elaboração do PNC emerge nos anos 1960, se apresentando como

uma alternativa ao fortalecimento democrático, a partir da construção de uma nova cultura política emergente que nasce da resistência aos pactos de centralização de poder e de autoritarismo, reinventando a política, para além dos mecanismos tradicionais de participação democrática (CARNEIRO E SILVA, 2011, p. 5).

No entanto, partindo da posição de que o Estado é um instrumento das classes dominantes (ENGELS, 1964 [1884]; LENIN, 2007 [1917]; GRAMSCI, 2000 [1949]) e de que a construção de evidências e conseqüentemente a dissimulação de sentidos se dá no interior de formações discursivas (ALTHUSSER, 1985 [1970]; PÊCHEUX, 2009 [1975]), podemos dizer que não mais bastava apenas eleger representantes para o Poder Legislativo para que a forma-sujeito de direito se mantivesse dissimulando sentidos por meio da democracia e do Estado. Era preciso um outro modelo, criar outros espaços, outros aparelhos estatais, menos questionáveis, mais aceitos para a fabricação do consenso em torno de outras ilusões construídas pelas classes dominantes. Não se trata, portanto, de um novo Estado, mas do mesmo com uma forma de dissimular distinta, mais eficiente pelo menos, até que seja impossível conter a contradição e aconteça uma outra ruptura ou grande deslocamento. Apenas desse modo, se manteria o mito de que na democracia o povo governa. Diríamos que a democracia, enquanto processo revolucionário de ruptura acabou acomodada, capturada pelas formações discursivas dominantes tornando-se óbvio e inquestionável que processos de eleição por maioria são democráticos e positivos, ainda que outras posições-sujeito e FDs, por exemplo, sejam silenciadas. Do mesmo modo, observamos que a democracia participativa deslocada da democracia liberal do século XIX, mantém o processo de silenciamento, só que sob diferentes formas, atualmente mais dissimuladoras ou aceitáveis. Santos e Avritzer (2002, p. 74) parecem ir nessa mesma linha quando afirmam que:

de uma comunidade no poder político (liberdade no Estado); finalmente, foram proclamados os direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novas exigências – podemos dizer de novos valores –, como os do bem-estar e da igualdade (não apenas formal) e que poderíamos chamar de liberdade através ou por meio do Estado”.

²⁴¹ Contraditoriamente, contudo, se são direitos inatos de todo e qualquer indivíduo da espécie humana, como explicar que eles existem apenas há alguns séculos e não desde o surgimento da humanidade?

Vimos como as aspirações revolucionárias de participação democrática no século XIX foram sendo reduzidas, no decorrer do século XX, a formas de democracia de baixa intensidade. Com isso, os objetivos de inclusão social e de reconhecimento das diferenças foram sendo pervertidos e convertidos no seu contrário. Ao perigo de perversão e de descaracterização não estão, de modo nenhum, imunes às práticas de democracia participativa. Também elas, que visam ampliar o cânone político e, com isso, ampliar o espaço público e os debates e demandas sociais que o constituem, podem ser cooptadas por interesses e atores hegemônicos para, com base nelas, legitimar a exclusão social e a repressão da diferença.

Todavia, isso acontece, pois a democracia participativa também só é possível pela forma-sujeito de direito como qualquer dizer ou ação nas sociedades ocidentais contemporâneas só é possível de forma jurídica e individualizada. Modificam-se as formas de democracia, mas sob a mesma forma-sujeito de direito. O que queremos mostrar com isso é que nesse modelo democrático, só é possível *falar por si mesmo*, individualmente, a não ser que outros indivíduos *individualmente* tenham outorgado o direito de representá-los. Além disso, em caso de conflito de posições políticas entre indivíduos, prevalecerá sempre aquela que a maioria de indivíduos *autonomamente* escolher. É deste modo, sob a forma-sujeito de direito que se estruturou, a elaboração do Plano Nacional de Cultura. Outras formas-sujeito não são possíveis na elaboração do PNC. Para que alguém pudesse participar da construção do plano, por exemplo, na 1ª CNC, ele deveria comprovar a cidadania, comportar-se, agir e falar da maneira determinada, seguindo o regulamento da conferência, ou seja, submeter-se ao Estado brasileiro e assujeitar-se à forma-sujeito de direito. Um sujeito indígena, por exemplo, que quisesse participar do processo, não poderia agir, comportar-se e falar, por meio de uma forma-sujeito coletiva e não individual, uma outra forma que não seja a de direito. As quatro formas de silenciamento – das posições-sujeito, do dissenso, no interdiscurso e no intradiscurso –, portanto, só são possíveis e só funcionam pela e com a forma-sujeito de direito.

Sob essa forma-sujeito, cabe, assim, exclusivamente a esse sujeito posto como agente decidir se quer exercer o seu direito e o seu dever enquanto cidadão de participar da formulação da política cultural. Caso não queira ou mesmo não possa, a responsabilidade é apenas sua e essa evidência seria inquestionável. É este o jogo, é esta a ilusão.

É somente desse modo que importa afirmar que o PNC foi elaborado de forma democrática e contou com a participação de milhares de pessoas. É somente desse modo, que é possível elaborar um PNC, uma lei a que todos devem se submeter, um ato jurídico que

somente é válido a partir de um trâmite no Congresso Nacional. É somente desse modo, que é possível produzir a ilusão de que sujeitos-participantes da elaboração do PNC representam todos os brasileiros, toda a variedade cultural, e mais, de que o PNC é um plano destinado a todos os sujeitos e para toda a diversidade. É somente desse modo que a cultura pode ser um direito, que a diversidade cultural uma meta (a ser alcançada) e a participação social um meio (MARQUES, 2015, p. 2).

Concluindo...

Nos dois capítulos anteriores, observamos a emergência do(s) discurso(s) do multiculturalismo e da diversidade no Canadá e no Brasil e como ele(s) produziu(ram) deslocamentos na maneira de significar a diferença. Neste terceiro capítulo, percebemos como o discurso da diversidade no Brasil manteve o silenciamento da diferença na ilusão da construção de um Plano Nacional de Cultura democrático, transparente e inclusivo, que englobaria toda a variedade cultural brasileira. Para isso analisamos o processo de elaboração do PNC e de suas metas, de 2005 a 2012 e identificamos quatro formas de silenciamento da diferença que funcionam na/com a forma-sujeito de direito: a) um silenciamento de posições-sujeito, quando se dificulta e impossibilita o comparecimento de outras posições e impõe que uma maioria interpelada por posições dominantes decida quem participará das etapas posteriores e quais propostas irão ser levadas até elas; b) um silenciamento no interdiscurso, quando o Estado recorta uma memória, ao fornecer previamente eixos que irão conduzir as discussões; c) um silenciamento do dissenso, quando se visa impedir o confronto de posições em prol do consenso; d) um silenciamento no intradiscurso, quando o Estado interfere na formulação das propostas, para que sejam objetivas e na língua portuguesa imaginária.

Orlandi (2007 [1999], p. 86) nos apresenta três modos distintos de funcionamento do discurso levando em consideração as suas condições de produção e os efeitos de sentido produzidos: “a) discurso autoritário, em que a polissemia é contida e o referente está apagado (...); b) discurso polêmico, em que a polissemia é controlada e o referente disputado (...) e c) discurso lúdico, aquele em que a polissemia está aberta e o referente está presente como tal”. Se pensarmos discursos das diferenças, da cultura do negro, do indígena, do cigano... podemos dizer que seriam discursos lúdicos, em que a polissemia está aberta a cada diferença,

a cada forma de expressão cultural. Mas ao analisarmos o funcionamento do discurso da política sobre a cultura, observamos que se trata de um discurso autoritário, mesmo após a passagem do discurso *sobre* a diferença para o discurso *da* diferença como dominante na elaboração de medidas políticas para a cultura, como vimos no capítulo anterior. O discurso da política, assim, por meio de suas medidas políticas para a cultura, por meio de seus AIE político-culturais, inclusive os de escuta que acabam funcionando como aparelhos de silenciamento, detém a polissemia, impedindo-a de produzir rupturas. Fazem-se medidas político-culturais para silenciar a diferença. Faz-se cultura para silenciar cultura, para que o Estado se mantenha como instrumento de poder das classes dominantes, impedindo que haja rupturas na forma-sujeito de direito, construídas não sob as diferenças negras, indígenas, LGBTs..., mas sob a igualdade branca, europeia, masculina e cristã.

O discurso da diversidade no Plano Nacional de Cultura (2010-2020)

Os Ciganos não são mais europeus do que americanos ou índios. Os Ciganos estão na Sibéria como na China. Estão sempre no avesso do cenário. Eles são a escória das sociedades dominantes, seja qual for a dominação. Onde estiver o Cigano há dominação. Os Ciganos são um revelador das desigualdades, das exclusões. E são mal conhecidos. Atribuem-lhes hoje, como ontem, virtudes e vícios extraordinários. Lisonjeiam-lhes a estranheza para melhor os disciplinar. A sua vulnerabilidade para melhor os explorar, a sua fragilidade para os enfraquecer ainda mais. Os jacobinos perguntam se eles têm alma e os padres se eles têm religião. Os revolucionários perguntam se eles são despóticos, as feministas, se as mulheres deles são maltratadas; os historiadores, se eles têm história, os musicólogos se eles têm música, os higienistas se eles se lavam. Poucos povos entram no comércio com tantas negações. O seu holocausto é negado tanto pelos estados nacional-populistas como por Vichy, como pela Alemanha pós-nazi. Os racistas duvidam que eles sejam uma verdadeira raça, os letrados que eles sejam capazes de escrever poesia. Os revisionistas rejubilam porque os Ciganos partilham com os judeus o privilégio do crime contra a humanidade. Mas a humanidade deles ainda não entrou no reconhecimento coletivo.

Os Ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste (2001), de Claire Auzias

Nosso principal objetivo com esta tese, como já dissemos, é analisar o funcionamento do discurso sobre a diferença no discurso da política sobre a cultura. Neste percurso de análise, nós nos deparamos com a emergência do discurso do multiculturalismo no Canadá e da diversidade no Brasil. Com o discurso da diversidade, acompanhamos, no Brasil, o deslocamento do discurso *sobre* a diferença para o discurso *da* diferença na construção de AIE político-culturais de escuta que capturariam as vozes das diferenças para a elaboração de medidas político-culturais. E nesse processo de montagem de uma maquinaria estatal complexa, como apontamos, o processo de construção do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) se destaca com tantas etapas e na convocação de muitas vozes.

Se as etapas de elaboração do PNC foram amplas, exaustivas, complexas e produziram um efeito de sentido democrático e inclusivo, como vimos, mapear e recuperar os dizeres nas/das versões do PNC requer um trabalho hercúleo. Em primeiro lugar, pela dispersão de sujeitos e sentidos que se dobram e desdobram no intradiscurso, no fio do dizer, no/pelo

encontro e confronto de posições que agem na tomada de cada frase e palavra, na pontuação, na topicalização, na sintaxe e na seleção de significantes, autorizando alguns, interditando outros, e conseqüentemente articulando diferentes redes de memória. Em segundo lugar, por outro lado, pela dificuldade de acesso aos registros desses dizeres, aos documentos e versões do PNC, pois grande parte desse trabalho foi documentado por meio digital e infelizmente nosso país ainda não conta com uma política efetiva para a preservação de documentos natos digitais, sobretudo do conteúdo dos sites governamentais²⁴². E por fim, em terceiro lugar, porque tais versões encontradas foram feitas ao final de cada etapa, tentando conter essa dispersão de sujeitos pela posição do Estado e nesse procedimento já sofreram um processo de silenciamento e de apagamento, provavelmente das vozes mais dissonantes. Não encontramos, então, nenhum documento publicado pelos participantes do processo, para compor nosso arquivo sobre o Plano Nacional de Cultura (2010-2020) e possibilitar um confronto com os documentos estatais, a não ser trabalhos acadêmicos no campo dos Estudos Culturais, dos quais destacamos: Neves (2008), Reis (2008), Rubim (2008), Moreira e Calabre (2012), Calabre (2013) e Varella (2014).

Todavia, algo fica, algo resta, algo falha e é por meio desses restos e falhas que desenvolvemos nossa análise com documentos governamentais e estatais, afinal é no silêncio, sobretudo, que as vozes da diferença, ou seja, as posições subalternas se manifestam. São estes documentos publicados pelo Estado, em ordem de elaboração e publicação, que analisaremos buscando identificar, na dispersão de vozes, quais comparecem e quais são silenciadas nos dizeres sobre a diversidade cultural no Plano Nacional de Cultura (2010-2020):

A) Diretrizes aprovadas na plenária final da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em 2005, com complementos e comentários dos participantes, publicadas pelo MinC, em 2007, no relatório da 1ª CNC.

B) Projeto de Lei nº 6.835/2006 de autoria do deputado Gilmar Machado (PT/MG), apresentado em 30 de junho de 2006, elaborado a partir das diretrizes aprovadas e priorizadas na 1ª CNC.

C) Caderno *Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura - 1ª edição*, publicado

²⁴² De todos os períodos pesquisados nesta tese, desde 1930, os que encontramos mais dificuldade no acesso à informação foram os do Governo Fernando Henrique Cardoso, que parecem ainda não ter recebido tratamento para acervos permanentes e os do Governo Lula, pois muitos eram natos digitais e como falamos, infelizmente não estão organizados. Por conta disso, sentimos a necessidade de anexar a esta tese um cd com todos os documentos utilizados como corpora para nossa pesquisa.

em dezembro de 2007.

D) Caderno *Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura - 2ª edição*, publicado em agosto de 2008, após alterações do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

E) Publicação *Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura: conceitos, participação e expectativas*, de abril de 2009.

F) Relatório da Deputada Fátima Bezerra (PT/RN) na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, aprovado em 23 de setembro de 2009.

G) Lei nº 12.343, que instituiu o Plano Nacional de Cultura, promulgada em 02 de dezembro de 2010.

H) Primeira Versão das Metas do Plano Nacional de Cultura, de setembro de 2011, elaborada para a consulta pública.

I) Planilha com todos os comentários das metas feitos durante a consulta pública realizada de setembro a outubro de 2011 na plataforma do MinC na internet.

J) Planilha com todas as propostas de novas metas feitas durante a consulta pública de setembro a outubro de 2011 na plataforma do MinC na internet.

K) Publicação *Tabela de contribuições do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas*, feita no segundo semestre de 2011.

L) Publicação *Tabela de contribuições do Colegiado Setorial de Culturas Populares*, feita no segundo semestre de 2011.

M) Publicação *Caderno de Contribuições: Oficina Especial para Elaboração da 2ª Versão das Metas do Plano Nacional de Cultura*, realizada nos dias 07 e 08 de novembro de 2011.

N) Publicação *Metas do Plano Nacional de Cultura*, feita em dezembro de 2011, após a realização da consulta pública.

O) Publicação *As Metas do Plano Nacional de Cultura*, de julho de 2012.

Neste capítulo analisamos, então, a materialidade discursiva desses documentos – últimas versões de cada etapa – do PNC e de suas metas a partir de três eixos. No primeiro eixo, entramos no *corpus* a partir do significante *diversidade*, pois como vimos, diferentemente do Canadá, no Brasil o discurso da diversidade se historiciza por meio do significante *diversidade* e não *multiculturalismo*. Investigaremos, então, o que predica

diversidade no PNC. No segundo eixo, nós nos debruçamos sobre os processos de designação da diferença. E, no terceiro, analisamos as formas de acomodação da posição-sujeito mercadológico-neoliberal pelas posições-sujeito antropológicas e da diversidade no PNC, pois, como vimos no segundo capítulo, essas últimas assumem o papel de dominantes na significação da diferença durante o Governo Lula, mas não se antagonizam com as anteriormente dominantes nos outros períodos. Vale ressaltar que não é nosso objetivo com esta tese esgotar a análise do PNC, pois como gesto de interpretação do analista “uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens” (ORLANDI, 1999, p. 64), não se exaurindo jamais.

4.1 De qual diversidade falamos? Os predicativos para *diversidade* no Plano Nacional de Cultura (2010-2020)

Como mostramos no segundo capítulo, ainda que o(s) discurso(s) do multiculturalismo e da diversidade cultural tenha(m) emergido no discurso da política no Brasil, nos anos 1980, ele(s) só assumiu(ram) o papel de discurso dominante na significação da diferença durante o Governo Lula. Nesse processo, diferentemente do Canadá, no Brasil a designação positiva da diferença como variedade ocorreu por meio do significante *diversidade*. Por conta disso, sentimos a necessidade de buscar os efeitos de sentido produzidos quando se diz *diversidade* nas versões do Plano Nacional de Cultura (2010-2020).

Entretanto, durante esse processo de emergência do discurso da diversidade cultural como dominante, é possível observar, nas versões do PNC, outras formas de significar, de outras posições, ancoradas em outras memórias, disputando espaços até que *diversidade* se estabilizasse como termo dominante para significar a diferença no Brasil, nesse início do século XXI²⁴³. Vejamos as sequências, com grifos nossos em itálico.

SD36.1: Então, eu gostaria de salientar a importância da compreensão do que tem sido trabalhado aqui nesta Conferência, compreendendo e ampliando o papel da construção de políticas sociais voltadas para o respeito *da diversidade, pluralismo e direitos humanos* (A, 2007 [2005], p. 463).

²⁴³ O significante *diversidade* é, desse modo, repetido muitas vezes, não apenas durante o processo de elaboração do PNC, mas também em outros documentos do Estado brasileiro, no início do século XXI, como também em/por muitos setores da sociedade. Ele comparece, por exemplo, nos dizeres sobre os princípios do Plano Nacional de Educação (2014-2024), no nome da Secretaria da Cidadania e da *Diversidade Cultural* do MinC, que já vimos e no nome do Inventário Nacional da *Diversidade Linguística* (INDL), a cargo do Iphan.

SD36.2: *Em favor da diversidade*, cabe ao poder público tanto preservar e avivar a memória nacional quanto garantir o *pluralismo cultural*, com seu caráter experimental e inovador (C, 2007, p. 28).

SD36.3: Assegurar o *pluralismo da expressão identitária* é dever do poder público, tendo em vista a importância da valorização e proteção *da diversidade* para o exercício democrático da cidadania. (C, 2007, p. 40)

SD36.4: Em consonância com esta concepção ampliada de cultura, o Plano reafirma o papel indutor do Estado em reconhecer *a diversidade cultural*, garantindo o *pluralismo de gêneros, estilos, tecnologias e modalidades* (C, 2007, p. 57).

Nessas sequências, observamos o comparecimento de um outro significante: *pluralismo*. Nelas, todas as vezes que se utiliza essa expressão também se usa *diversidade*, como, por exemplo, na SD36.1 quando se diz da necessidade de políticas sociais voltadas para o respeito à diversidade, mas também ao pluralismo e na SD36.4 quando se diz garantir o pluralismo para se reconhecer a diversidade. São, pois, dois termos em disputa nesse momento.

Vejamos o que o dicionário Houaiss (2001) aponta como significados para esses dois significantes, com grifos nossos em itálico:

diversidade

1 *qualidade* daquilo que é diverso, diferente, variado; *variedade*

2 conjunto *variado*; *multiplicidade*

3 desacordo, contradição, oposição

4 eco o número absoluto de espécies presentes em uma área, comunidade ou amostra

5 eco índice que leva em conta tanto a riqueza quanto as abundâncias relativas das espécies em uma área, comunidade ou amostra (...) (HOUAISS, 2001).

pluralismo

1 fil teoria, p.ex. o leibnizianismo, segundo a qual o universo é composto de uma pluralidade de elementos fundamentais, que, embora heterogêneos, mantêm contiguidade, continuidade e concatenação entre si p.opos. a monismo

2 soc pensamento, doutrina ou conjunto de ideias segundo as quais os sistemas políticos, sociais e culturais podem ser interpretados como o resultado de uma multiplicidade de fatores ou concebidos como integrados *por uma pluralidade de grupos autônomos, porém interdependentes*

3 *sistema que admite a existência, no seio de um grupo organizado, de opiniões políticas e religiosas e de comportamentos culturais e sociais diversos; a coexistência destas correntes*

3.1 *estado de uma sociedade que, voluntária ou involuntariamente, admite esse sistema*

3.2 pol doutrina que defende a pluralidade de partidos políticos em uma sociedade, com direitos idênticos ao exercício do poder público (...) (HOUAISS, 2001).

Se observarmos os sentidos, veremos que a palavra *diversidade* aponta para a variedade, a multiplicidade, isto é, a ênfase é na quantidade. Já a palavra *pluralismo* aponta

para opiniões políticas e comportamentos culturais e sociais diversos, ou a uma pluralidade de grupos autônomos, ou seja, a ênfase é na diferença. Verificando a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2001) da Unesco, que compõe a memória desses dizeres sobre o PNC, observamos também o significativo *pluralismo*:

Artigo 2 – *Da diversidade cultural ao pluralismo cultural*

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, *o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública* (UNESCO, 2001 – grifos nossos).

Nesse fragmento, pluralismo se apresenta como uma *resposta política*, uma ação política, enquanto diversidade é posta como uma característica *cultural*, sentidos próximos daqueles apontados no dicionário Houaiss. Tal declaração da Unesco, no entanto, parece ter sido esquecida após a sua redação, inclusive no âmbito da própria organização já que não se faz qualquer referência a ela em um documento posteriormente elaborado sobre o mesmo tema: a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005), que como vimos na capítulo anterior é mencionado como uma etapa de elaboração do PNC. Nessa convenção, não observamos mais a utilização do significativo *pluralismo*.

Tal como ocorreu na Unesco, ao apreciarmos as versões posteriores do PNC, veremos que o significativo *pluralismo* também foi apagado. “Proíbem-se certas palavras para proibirem certos sentidos” (ORLANDI, 1999, p. 76). Passa-se a dizer *diversidade* para não se dizer *pluralismo*. Interditada-se o político, isto é, interditada-se o dissenso (RANCIÈRE, 1996). Contraditoriamente, isso ocorre em um governo que afirma utilizar o significativo *cultura no seu sentido antropológico*, ancorado no discurso da Antropologia, cujo interesse é a diferença e não a quantidade.

Desse modo, há a estabilização do significativo *diversidade* como único possível nas versões finais do PNC para se referir à diferença, tornando-se fundamental para esta pesquisa analisá-lo, como faremos neste primeiro item deste capítulo. Começamos a observar estes dizeres, retirados da primeira edição das *Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*, com grifos nossos:

SD37.1: Para desfazer relações assimétricas e tecer uma complexa rede que estimule *a diversidade*, o PNC prevê a presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões em que a cultura brasileira se manifesta (C, 2007, p. 12).

SD37.2: Inserida em um contexto de valorização *da diversidade*, a cultura também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda (C, 2007, p. 13).

SD37.3: Considerar *a diversidade* na perspectiva multidimensional da cultura (C, 2007, p. 39).

SD37.4: Realizar programas para o estabelecimento de modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade regional sem prejuízo *da diversidade*, por meio da exploração comercial de produtos, atividades e bens culturais (C, 2007, p. 79).

Nessas sequências, observamos a utilização do significante *diversidade*, no singular e sem predicativos. Tal forma de dizer traz consigo um silêncio, que deixa em aberto a possibilidade de significação de qual *diversidade* se fala, permitindo que, dependendo das condições de produção de cada dizer, se ancorem diferentes pré-construídos. Para Pêcheux (2009 [1975]), p. 99) o pré-construído seria algo exterior e anterior ao enunciado, algo que já está lá, pré-existente ao enunciado. Desse modo, quando se diz *diversidade*, no singular e sem predicativo, pode-se significar tanto a cultural, quanto outra, dependendo da posição-sujeito em que se inscreve aquele dizer no/sobre o Plano Nacional de Cultura (2010-2020).

Na busca pelos efeitos de sentido produzidos quando se diz *diversidade* e quando se diz *diversidade X*, com predicativos, nos deparamos com um dizer em que comparece *diversidades*, sem predicativos, mas no plural. Essa única ocorrência se dá, justamente durante a 1ª Conferência Nacional de Cultura, primeira etapa de elaboração do PNC, quando ainda se iniciava a captura de vozes e dizeres das diferenças pelo Estado por meios desses AIE político-culturais de escuta. No Eixo II *Cultura é Cidadania e Democracia*, desse modo, temos a seguinte proposta elaborada pelos participantes do evento:

SD38.1: Proposta nº 4

Mapear e valorizar os mestres populares e ativistas culturais, para que possam atuar como multiplicadores, fortalecendo *as diversidades* (A, 2007 [2005], p. 456) (grifo nosso).

Quando se diz *diversidades*, no plural e sem predicativo, não se diz *diversidade* e nem *diversidade X*, mas todas as diversidades possíveis. Essa única ocorrência é apagada na primeira edição das diretrizes gerais elaboradas pelos técnicos do MinC. Quando se apaga a possibilidade de *diversidades*, no plural, apaga-se também a possibilidade de comparecimento

de outras diferenças. Torna-se possível no PNC, dessa maneira, apenas a *diversidade*, no singular, uma única diversidade, o que instaura um conflito nas determinações de qual diversidade é essa, de qual diversidade pode e deve-se dizer, de qual pode e deve ser incluída, de quais podem e devem ser os predicativos da diversidade no discurso da política sobre a cultura. De imediato temos aí uma contradição no discurso da diversidade, pois, ao significar positivamente a diferença como variedade, ele se apresenta como meio para a inclusão de todos, mas como mostramos, no PNC, só é possível uma única diversidade.

O comparecimento de *diversidades*, no plural, durante a elaboração do plano, demonstra uma fissura. Isso nos chamou atenção para pensar o que se predica quando se diz *diversidade*, no singular, durante todo o processo de elaboração do PNC a partir do não dizer *diversidades* no plural advindo desse apagamento, afinal como nos lembra Orlandi (1992, p. 12), “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”.

Dizer diversidade é dizer variedade, quantidade, como vimos. Isso indica que não se pode dizer diversidade X, sem pressupor a existência de muitas X, por exemplo, não se pode dizer diversidade cultural, sem pressupor a existência de muitas culturas. Mas, na evidência de que o significante *diversidade* aponta um sentido de multiplicidade ao seu predicativo, se esquece de que o mesmo significante também pode comparecer no plural. Esquece-se de que existem outras formas de dizer, como nos mostra Pêcheux (2009 [1975]). O que estamos tentando dizer é que quando se diz *diversidade X* pressupõem-se várias X, mas não várias diversidades. Falamos, portanto, de apenas uma punica diversidade.

Com o avançar das discussões e das etapas para a elaboração do PNC, a possibilidade de sentido causada pelo silêncio posto na ausência de X vai sendo suprimida em alguns dizeres, sobretudo pela introdução do predicativo *cultural*. Isso pode ser constatado nas SD39.1 e SD39.2, embora ainda possam ser observados dizeres com *diversidade* sem predicativo (SD39.3 e SD39.4) no relatório da Deputada Fátima Bezerra (PT/RN), aprovado na Câmara dos Deputados, em 2009, em uma das últimas etapas de elaboração do PNC:

SD39.1: Articular com os órgãos competentes o uso de critérios relativos à valorização *da diversidade cultural* nos mecanismos de avaliação, regulação e gestão dos meios de comunicação, especialmente a internet e os sistemas públicos de rádio e televisão (F, 2009, p. 39).

SD39.2: Promover ações de educação para o patrimônio, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e *da diversidade cultural* (F, 2009, p. 46).

SD39.3: Ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros, revistas, jornais e outros impressos culturais, ao uso da mídia eletrônica e da internet, para a produção e a difusão da crítica artística e cultural, privilegiando as iniciativas que contribuam para a regionalização e a promoção *da diversidade* (F, 2009, p. 50).

SD39.4: Promover ações de incremento e qualificação cultural dos produtos turísticos, valorizando *a diversidade*, o comércio justo e o desenvolvimento socioeconômico sustentável (F, 2009, p. 65).

Uma vez que todas as diversidades não poderiam comparecer, era preciso delimitar de qual *diversidade* se falava. Mesmo que já houvesse um efeito de evidência de que se falava da *diversidade cultural*, pois o PNC trata de uma política *cultural*, cuja elaboração é conduzida pelo Ministério *da Cultura*, notamos que, com o avançar das etapas de construção do plano nos AIE político-culturais de escuta, há uma delimitação da *diversidade* por meio da introdução no fio discursivo do termo *cultural*, o que reforçaria esse efeito de evidência, encobrindo as condições de produção por detrás do dizer cultural²⁴⁴ e do não dizer cultural.

Se, por um lado ao observar o número de ocorrências do significante *diversidade*, acompanhamos um aumento progressivo conforme as etapas vão ocorrendo, principalmente com o predicativo *cultural*, por outro, notamos que outros predicativos vão sendo apagados. Vejamos as sequências, com grifos nossos em itálico:

SD40.1: Acho que foi um momento histórico da cultura brasileira, um momento importante da cultura brasileira, para o teatro, para a dança, para o patrimônio, para as manifestações tradicionais, para os povos indígenas, para *a diversidade humana*, para além da cultura, *a diversidade sexual*, para todos que tiveram aqui possibilidade de manifestação e de ser incorporado por outro (A, 2007 [2005], p. 478).

SD40.2: Na atualidade, como reação a esse processo de homogeneização cultural induzida em âmbito local e mundial, surgem iniciativas voltadas para a proteção, valorização e afirmação *da diversidade cultural da humanidade* (C, 2007, p. 27).

Nessas sequências observamos o comparecimento de outros predicativos para a diversidade, *humana* e *sexual*, no comentário de um participante da 1ª CNC (SD40.1) e *cultural da humanidade*, na primeira edição das *Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*. Todavia, em todas as versões posteriores do PNC, incluindo a lei aprovada, não há qualquer menção à *diversidade sexual*, à *diversidade humana* ou à *diversidade cultural da*

²⁴⁴ Deve-se aqui retomar a discussão já feita no primeiro capítulo, quando questionamos os efeitos de evidência sobre o que seja cultura no discurso sociológico.

humanidade. Isso demonstra que o discurso da diversidade, na ilusão de incluir todos, produz apagamentos de outras diferenças no PNC, sob o efeito de evidência de que se cultura é qualquer forma de expressão humana, o predicativo *cultural* abarcaria o *sexual* e o *humana*. No entanto, dizer *diversidade sexual* é não dizer *diversidade cultural* e é se inscrever em outras redes de memória, que trazem o movimento LGBT e a posição discursiva LGBT. Apaga-se, portanto, essa posição. Vale lembrar neste momento que, como, inclusive já dissemos, a expressão *igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual* também foi apagada do texto do Plano Nacional de Educação (2014-2024), quando tramitava no Congresso Nacional, silenciando essa mesma posição.

Se alguns predicativos de *diversidade* foram apagados durante a elaboração do PNC, analisando a versão final do plano, aprovada no Congresso Nacional, é possível observar o comparecimento de outros predicativos. No relatório da deputada Fátima Bezerra (PT/RN) aprovado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados temos, com grifos nossos:

SD41.1: 1º desafio- *A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL É NOSSA GRANDE RIQUEZA*: Que política cultural queremos para um País marcado por forte diversidade cultural, fruto de nossa formação históricossocial? (F, 2009, p. 4 – maiúsculo original).

SD41.2: Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura: I. reconhecer e valorizar *a diversidade cultural, étnica e regional brasileira* (F, 2009, p. 17).

SD41.3: Promover a elaboração de inventários sobre *a diversidade das práticas religiosas*, incluindo seus ritos e festas (F, 2009, p. 45).

SD41.4: Identificar e reconhecer contextos de vida de povos e comunidades tradicionais, valorizando *a diversidade das formas de sobrevivência e sustentabilidade socioambiental*, especialmente aquelas traduzidas pelas paisagens culturais brasileiras (F, 2009, p. 63).

Nessas sequências apresentadas, observamos o comparecimento de outros predicativos para diversidade: *étnico-cultural* (SD41.1), *cultural, étnica e regional brasileira* (SD41.2), *das práticas religiosas* (SD41.3), *das formas de sobrevivência e sustentabilidade socioambiental* (SD41.4). O comparecimento de outros predicativos que não o *cultural* contradiz o efeito de evidência que se produz pelo dizer *diversidade cultural* como totalidade da diferença, ao se tomar a cultura no sentido antropológico como tudo aquilo que seria humano. Se é necessário dizer diversidade *étnica, regional brasileira, das práticas religiosas, das formas de sobrevivência e sustentabilidade socioambiental*, é porque diversidade *cultural*

não abrangeria a totalidade de diversidades possíveis. Alguns predicativos são, portanto, autorizados a comparecer no PNC, mesmo que o *cultural* abarcasse tudo que fosse humano, já outros têm o seu comparecimento interdito, por meio dos AIE político-culturais de escuta.

Nessa tensão entre predicativos para a diversidade, também observamos o atravessamento do discurso nacionalista, restringindo essa diversidade àquela que seria brasileira, do Brasil e consequentemente excluindo a que não seja ou não tenha laços com a formação histórica do país. Vejamos mais esses dizeres, com grifos nossos.

SD42.1: Assumir o espaço como um referencial de formulação e implementação da política de cultura representa, portanto, uma estratégia imprescindível para valorizar *a diversidade brasileira* e transformar o aproveitamento de seu potencial socioeconômico em um dos pilares do projeto de desenvolvimento do país (C, 2007, p. 48).

SD42.2: Mapear, reconhecer e registrar as mais diversas expressões *da diversidade brasileira*, sobretudo aquelas correspondentes ao patrimônio imaterial, como as línguas, as paisagens e manifestações populares presentes no território nacional (C, 2007, p. 64).

SD42.3: Instituir instâncias de diálogo, consulta às instituições culturais, discussão pública e colaboração técnica para adoção de marcos legais para a gestão e o financiamento das políticas culturais e o apoio aos segmentos culturais e aos grupos, respeitando *a diversidade da cultural brasileira* (F, 2009, p. 73).

SD42.4: O mapa pretende revelar a diversidade cultural em todo o território nacional, completando o que já existe de mapeamentos, estudos e pesquisas sobre *a diversidade cultural brasileira*. A cartografia da diversidade cultural brasileira deve abarcar as especificidades culturais de cada estado e todas as expressões do patrimônio artístico e cultural brasileiro (material e imaterial). Isso significa que serão mapeadas tanto as expressões das linguagens artísticas (teatro, dança, circo, artes visuais, música, entre outras), como aquelas de grupos sociais representantes de vários segmentos *de nossa diversidade* (O, 2012, p. 26).

SD42.5: O que se pretende é aprovar e regulamentar outras leis para: (...) conceder um benefício financeiro às pessoas reconhecidas como mestres da cultura popular e tradicional. O benefício dará a essas pessoas melhores condições para a produção e transmissão de seus saberes e fazeres. Também será uma forma eficiente de proteção a esses notórios detentores de saberes tradicionais significativos *da diversidade cultural brasileira e da identidade nacional* (O, 2012, p. 30).

SD42.6: Com isso, pretende-se valorizar o professor formado na área, melhorar a qualidade do ensino dessa disciplina e promover *a diversidade cultural brasileira* no âmbito escolar (O, 2012, p. 49).

SD42.7: O que é preciso para alcançar esta meta? É preciso investir em programas de fomento à produção, difusão e distribuição de um cinema que represente *a diversidade cultural do Brasil* (O, 2012, p. 81).

SD42.8: *A diversidade cultural brasileira* pode e deve estar mais presente na programação televisiva. Para isso, é importante estimular tanto a produção como a circulação de obras independentes. Esse estímulo contribui para dinamizar a economia do audiovisual brasileiro e ampliar o acesso da população *à diversidade*

cultural do país (O, 2012, p. 118).

Quando se diz *diversidade brasileira* (SD42.1 e SD42.2), *nossa diversidade* (SD42.4), *diversidade cultural brasileira* (SD42.3, SD42.4, SD42.5, SD42.6 e SD42,8) ou *diversidade cultural do Brasil* (SD42.7), o efeito que se produz é o de que só é possível apenas uma diversidade característica do Brasil, nacional. Desse modo, seria mapeada (SD42.2), valorizada (SD42.1) ou respeitada (SD42.3) apenas aquela diversidade que fosse genuinamente brasileira. Contraditoriamente, diz-se *diversidade brasileira*, produzindo um efeito de exclusão de uma diversidade que não é brasileira, ao mesmo passo em que cultura é posta como antropológica, isto é, como qualquer forma de expressão humana, humana e não apenas brasileira, e que por ser humana estaria em constante transformação por meio do contato, não havendo, assim, a possibilidade de uma cultura pura nacional.

Entretanto, retornando aos documentos do PNC recortamos outras sequências, com grifos nossos, que trazem outro funcionamento discursivo a partir da relação da diversidade com o Brasil:

SD43.1: O Plano ressalta o papel regulador, indutor e fomentador do Estado afirmando sua missão de valorizar, reconhecer, promover e preservar *a diversidade cultural existente no Brasil* (F, 2009, p. 26).

SD43.2: *A diversidade cultural no Brasil* se atualiza – de maneira criativa e ininterrupta – por meio da expressão de seus artistas e de suas múltiplas identidades, a partir da preservação de sua memória, da reflexão e da crítica. As políticas públicas de cultura devem adotar medidas, programas e ações para reconhecer, valorizar, proteger e promover *essa diversidade* (F, 2009, p. 43).

SD43.3: O que é o Plano Nacional de Cultura? O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o Plano foi criado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação *da diversidade cultural existente no Brasil* (O, 2012, p. 140).

SD43.4: O estímulo à produção independente é fundamental para dinamizar a economia do audiovisual brasileira e ampliar o acesso da população *à diversidade cultural presente no território nacional* (H, 2011, p. 20).

SD43.5: Situação Atual: Embora as leis 10.639 e 11.645 tenham sido aprovadas em modificação ao disposto na LDB são tímidas as iniciativas por parte dos sistemas de ensino em criar programas, modificar currículos, produzir materiais, formar professores, para que as mesmas tenham efetividade e contribuam para uma melhor compreensão *da diversidade étnica e cultural existente em nosso país* (M, 2011, p. 22)

Quando se diz a *diversidade existente no Brasil* (SD43.1, SD43.2 e SD43.3), *diversidade cultural presente no território nacional* (SD43.4) e *diversidade étnica e cultural existente em nosso país* (SD43.5) produz-se um efeito distinto, não o de ser possível apenas a diversidade relacionada à formação histórica do país, mas toda a diversidade que se manifesta no território brasileiro. Tais dizeres, portanto, não produziram o efeito de exclusão de novas culturas ou influências que possam se manifestar no território do Brasil, mas que não tenham ainda ligação histórica com a formação do país. Entre essas culturas, destacamos as dos imigrantes bolivianos, sírios, colombianos, congoleses e haitianos recém chegados. Contudo, ainda que na versão final do PNC, isto é, a Lei nº 12.343/2010, percebamos as duas formas de designar a diversidade, *no Brasil e do Brasil*, essa última prevalece sobre a primeira e apenas a *diversidade cultural do Brasil* comparece nos dizeres sobre ensino escolar (SD42.6) e sobre programação televisiva (SD42.8).

Na disputa pelo que predica diversidade no PNC, ainda identificamos um outro confronto, que também acompanhamos no período da Ditadura Civil-Militar, entre *nacional e regional*. Vejamos as sequências com grifos nossos:

SD44.1: Proposta nº 18

Abrir as escolas públicas para os movimentos culturais, fortalecendo e legitimando suas ações, transformando as mesmas em pólos culturais, respeitando a *diversidade nacional* e priorizando a cultura *regional* e, principalmente, local (A, 2007 [2005], p. 457).

SD44.2: Gostaria de incluir este complemento aqui: “respeitando a *diversidade nacional* e priorizando a cultura regional e local” (A, 2007 [2005], p. 457).

SD44.3: A política internacional deve favorecer a presença mais ampla possível da *diversidade nacional*, buscando articular as excelências de sua produção cultural com as oportunidades de difusão e inserção comercial (C, 2007, p. 46).

SD44.4: Estabelecer critérios transparentes para o financiamento público de atividades que fortaleçam a *diversidade nacional*, o bem-estar social e a integração de esforços pelo desenvolvimento sustentável e socialmente justo (G, 2010).

SD44.5: Promover a presença da *diversidade cultural e regional* nos meios de comunicação e fortalecer a televisão pública brasileira (C, 2007, p. 49).

SD44.6: Nesse esforço, é necessário adotar medidas que promovam a inovação tecnológica e o fortalecimento das formas estéticas contemporâneas, das tradições e da *diversidade regional*, reiterando de forma permanente a premissa de desenvolvimento integrado com a pluralidade de conhecimentos, técnicas e valores culturais (C, 2007, p. 50).

SD44.7: Fomentar a regionalização da produção artística e cultural brasileira, por meio do apoio à criação, registro e distribuição de obras, ampliando o reconhecimento da *diversidade de expressões provenientes de todas as regiões do país* (C, 2007, p. 74).

SD44.8: Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura: I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e *regional* brasileira; (G, 2010).

SD44.9: O que é preciso para alcançar esta meta?

(...) estimular a produção de conteúdos para mídia impressa, rádio e internet, considerando *as diversidades regionais* e as especificidades do setor cultural; (O, 2012, p. 121).

Nesses dizeres, observamos o comparecimento dos predicativos *nacional* e *regional*. Em primeiro lugar, é importante afirmar que se é preciso dizer *regional* no PNC é porque o *regional* não integraria o imaginário do *nacional*. Quando se diz *diversidade nacional*, o efeito que se produziria é o de que há apenas uma *nacional*, mas que ela é variada não havendo espaço para o *regional*. Desse modo, há a necessidade de dizer *diversidade regional* para posições regionalistas, uma vez que dizer *diversidade nacional*, no singular, não traria em sua memória a diversidade regional. Para essas posições, portanto, não é possível um funcionamento metonímico de *diversidade regional*, isto é, *diversidade nacional* não abarcaria as especificidades regionais. Além disso, observamos na sequência (SD44.7) uma outra tensão em torno do dizer *diversidade regional*. Nessa sequência não se diz *diversidade regional*, mas sim *diversidade de expressões provenientes de todas as regiões do país* (SD44.7). Diz-se *de todas as regiões*, como se o dizer *diversidade regional* produzisse um efeito de evidência de se referir apenas à diversidade regional do Nordeste, como se *diversidade regional* fosse equivalente a Nordeste²⁴⁵.

Analisando as versões do PNC e de suas metas, observamos que, durante o processo de elaboração do plano, há um apagamento dos predicativos *nacional* e *regional* para se referir à diversidade, restando apenas na versão final uma ocorrência de *diversidade nacional* (SD44.4), uma de *diversidade cultural, étnica e regional brasileira* (SD44.8) e mais uma de *diversidades regionais*, no plural (SD44.9). Tenta-se apagar a tensão *nacional/regional*, por meio de dizeres como *diversidade brasileira* ou *no Brasil*, que são passíveis de comparecimento na versão final do PNC, como apontamos. Diz-se, assim, *diversidade brasileira* e *diversidade no Brasil* para não se dizer *diversidade nacional* e *diversidade regional*. Mas, como vimos, há falhas e o *nacional/regional* comparecem na versão final.

Entre esses dizeres que falham temos a SD44. retirada da publicação *As metas do*

²⁴⁵ Se procurarmos no Houaiss (2001) gentílicos para as regiões brasileiras, encontraremos apenas nordestino, nortista e sulista, sendo que nortista também poderia se referir a Região Nordeste. Não há gentílicos para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, o que para nós também demonstra esse efeito de sentido de que o *regional* não é metonímia do *nacional* e de que se constrói uma evidência de que o *regional* equivale ao Nordeste.

Plano Nacional de Cultura, em que se diz *diversidades regionais*, no plural. Dizer *diversidades regionais* produz dois efeitos. O primeiro se contrapõe à evidência de que *diversidade regional* se refira apenas a uma região, como já mostramos. Dizer *diversidades regionais*, assim, é se ancorar na memória de que existem muitas regiões e que cada uma tem sua especificidade cultural, mas que tal especificidade não integraria o imaginário do nacional. O segundo efeito que se produz se relaciona ao dizer *diversidades*, no plural, analisado no início deste capítulo. Quando se diz *diversidades regionais*, não se diz diversidades X regionais, por exemplo, diversidades culturais regionais. Essa ausência do X no intradiscurso produz um efeito de que, pelo menos a nível regional, é possível muitas diversidades, entre elas a *sexual*, a *humana*, apagadas durante a elaboração do PNC.

Neste eixo, portanto, observamos que há uma tensão, uma disputa no PNC sobre quais devem ser os predicativos para *diversidade*. Alguns, assim, são autorizados, outros interditados. No entanto, quando se diz *diversidade*, não se diz o nome de um povo ou de um grupo ou de uma cultura, não se diz povos indígenas ou afro-brasileiros, ou ainda macuxi ou guarani mbya. Na ilusão de incluir uma variedade de culturas, silencia-se a marca de cada diferença no fio do discurso, silencia-se a designação de cada diferença, silenciam-se posições subalternas. E como vimos, isso ocorre por meio da forma-sujeito de direito no efeito de evidência de um processo *democrático* e *inclusivo* em que a maioria decide, melhor, as posições discursivas dominantes decidem o que pode e deve comparecer no PNC. Essa forma-sujeito faz com que historicamente, de acordo com as relações econômicas e políticas de poder, os excluídos, entre eles as diferenças, continuem excluídos, na ilusão de agora estarem incluídos sob a *diversidade cultural*.

4.2 Quem faz parte da diversidade? As designações do sujeito no Plano Nacional de Cultura (2010-2020)

Neste segundo eixo, analisamos as formas de designação da diferença nas versões do Plano Nacional de Cultura (2010-2020). Como vimos no item anterior, o significante *diversidade* apaga as marcas da diferença no fio discursivo ao significar as diferenças pela variedade, pois ao se dizer *diversidade* não se diz uru-eu-wau-wau, surdo ou transexual. Por conta disso, instaura-se uma tensão na elaboração do Plano Nacional de Cultura (2010-2020)

em marcar as diferenças, por meio de processos de designação, para que cada uma delas se torne visível.

De acordo com Guimarães (2003, p. 54), a designação é “a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato ao real, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida do real, exposta ao real”. Assim, as designações das diferenças são constituídas no interdiscurso, não somente nos movimentos dos sentidos daquilo que a palavra designa no discurso da diversidade, mas também em outros discursos *sobre e da* diferença. Isso só é possível porque

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 146).

Ressaltamos que esses processos de designação só são possíveis a partir da estabilização de sentidos, por meio do confronto de posições-sujeito²⁴⁶. Ao analisar os processos de designação, não buscamos averiguar qual diferença está ou não incluída nas versões e etapas do PNC, pelo menos não somente. Buscamos, assim, também observar quais deslocamentos foram possíveis na estabilização de sentidos sobre o que seja a diferença a partir do confronto de posições-sujeito na elaboração do PNC, ainda que muitas delas tenham sido silenciadas, como mostramos.

Para isso procuramos nos quinze documentos do PNC e de suas metas, feitas de 2005 a 2012, toda designação relacionada ao sujeito. Recortamos, então, 315 designações distintas e mapeamos as suas ocorrências nas versões, como pode ser visto no anexo III. Tal “operação de deslinearização linguística dos enunciados que, quebrando a sequencialidade da superfície linguística, (nos) permite a construção de relações de co-referencialidade entre enunciados dispersos no arquivo” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 251). Com isso, podemos acompanhar, além de quais designações foram ditas em cada versão, quando foram, e se, posteriormente, elas foram silenciadas, por qual posição foram silenciadas e ainda se houve falhas nesse

²⁴⁶ Cabe lembrar que esse confronto é que também estabelece quem pode e deve ser indígena, negro, gay em determinado momento e condição de produção, como vimos com Machado de Assis, que nasceu negro e morreu branco.

processo de silenciamento.

Na tabela, no anexo III, identificamos as quinze versões do PNC e de suas metas por cores de acordo com cada texto e a relação entre eles. As duas primeiras colunas, A e B, representam as contribuições da 1ª Conferência Nacional de Cultura. As duas seguintes, C e D, representam as duas edições dos cadernos de diretrizes, elaboradas por técnicos do MinC e aprovadas pelo CNPC. A coluna E refere-se à publicação *Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura*, que contém algumas propostas de alterações feitas nos encontros estaduais. As duas colunas, F e G, referem-se ao relatório da Deputada Fátima Bezerra, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e à Lei nº 12.343/2010, aprovada pelo Congresso Nacional. As próximas oito colunas referem-se às metas do PNC. A primeira coluna, a H, e as duas últimas dessas oito, N e O, referem-se a versões das metas, da primeira à última, aprovada pelo MinC. As quatro colunas, de I a L, referem-se a contribuições feitas durante a consulta pública à sociedade na plataforma do MinC e a contribuições dos Colegiados Setoriais do CNPC. E a antepenúltima coluna, a M, refere-se ao relatório das alterações feitas na Oficina realizada pelo MinC em novembro 2011 para debater todas as contribuições e propostas de alteração do texto.

Iniciando nossa análise, primeiramente observamos que diferentemente, do pronunciamento de Pierre Trudeau no Parlamento Canadense, quando, em 1971, anunciou a adoção de medidas políticas multiculturais, raramente comparece a designação *todos/todas X* nas versões do PNC para se referir à diferença, se compararmos às outras formas de designação. Localizamos, assim, apenas as seguintes:

SD45.1: Proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de *todos os grupos étnicos e suas derivações sociais*, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em *todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações* (G, 2010).

SD45.2: Realizar ação integrada para a instituição de instrumentos de preservação, registro, salvaguarda e difusão de *todas as línguas e falares usados no País*, incluindo a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (G, 2010).

SD45.3: Valorizar a diversidade cultural e artística implica no reconhecimento e promoção de *todas as expressões culturais*, em todos os territórios (H, 2011, p. 13)²⁴⁷.

²⁴⁷ A designação *todos X* também é utilizada para se referir aos brasileiros, aos cidadãos, às áreas das artes, aos participantes de cada etapa, às linguagens artísticas.

Em outra oportunidade (BARBOSA DA SILVA, 2013), analisando o funcionamento do pré-construído da designação *todos* nas declarações internacionais de direitos humanos, constatamos que essa construção no processo de universalização de um *todos* homogêneo e sem falha, ocorre contraditoriamente por meio da exclusão, ancorada no pré-construído²⁴⁸. Neste *corpus*, observamos um funcionamento semelhante, sob a ilusão de incluir todos os indivíduos, todas as culturas, todos os grupos, o *todos/todas* apaga a diferença no intradiscurso. Quando se diz *todos*, portanto, não se diz indígenas, negros ou gays.

Se, por um lado, raramente encontramos nas versões do PNC a designação *todos/todas* X para se referir à diferença, por outro também não encontramos dizeres que fazem parecer a heterogeneidade dos povos indígenas, por exemplo, em forma de listagem, como pode ser observado na Carta do Araçá, elaborada durante a 39ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, realizada em março de 2010 e analisada por Leal (2011):

A 39ª Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, com a participação de 750 líderes dos povos Macuxi, Ingaricó, Taurepang, Saporá, Sanumá, Patamona, Wai Wai, Wapichana, Yanomami, Yekuana, das Comunidades Indígenas: Mutamba, Três Corações, Ponta da Serra, Araçá, Urucuri, Maturuca, Serra do Truaru, Aningal, Cantagalo, São Francisco, Ouro, Maracanã II, Arapuá, Raimundão, Sucuba, Serra da Moça, Mangueira, Limão, Novo Paraíso, Julia, Cachoeirinha, Raposa, Ilainã, Pedra Preta, Morro, Leão de Ouro, Uiramutã, Jawarí, Sawí, Mutum, Santa Rosa, Cajueiro, Morcego, Canauani, Maloquinha, Imbaúba, Lameiro, Matiri, Pedra do Sol, Pedreira, Wixi, Barro, Morro, Que-quem, Santa Tereza, Lage, Barreirinha, Pium, São Gabriel, Cumarú, Wilimom, Juraci, Popó, Bananal, Waromadá, Enseada, Tamanduá, Lago da Praia, Cobra, Samaúma, Jatapuzinho, Kumapai, Triunfo, Mudubim, Nova Felicidade, Rego Fundo, Cedro, Ananás, Urucuri, Sapo, Garagem, Santa Inês, Canavial, São Jorge, São Mateus, Tucumã, Central, Barata, Macaco, Jabuti, Prainha, Jacarezinho, Macuxi, Maravilha, Linha Seca, Beija Flor, Nova Santa Cecília, Sorocaima, Urubu, Jibóia, Cararual, Malacacheta, Socó e Tabalascada, com ausências de outras comunidades por falta de transporte e com a participação dos irmãos macuxi da Guiana Inglesa, reunidos nos dias 06 a 10 março de 2010, na Comunidade Indígena ARAÇÁ, região do Amajari, Terra Indígena Araçá, amparados pelos dispositivos constitucionais do artigo 176, 231 e 232 da Constituição Federal, na Convenção 169 da OIT e na Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas, após amplo debate e avaliação sob o tema "Garantir a Produção Sustentável Preservando o Meio Ambiente", assim declaramos...

Nesses dois processos de designação da diferença, o que observamos é uma tensão entre o *todos* que homogeneiza e a listagem que heterogeneiza, dois movimentos opostos, no confronto de muitas posições. Ainda que ambas as formas de dizer trabalhem na ilusão de não

²⁴⁸ Para essa análise observamos o enunciado *Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos*, da Declaração Universal de Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral da ONU, em 1948 e o comparamos com declarações posteriores da mesma assembleia, feitas para afirmar que as mulheres, os negros, as crianças, os indígenas e os deficientes físicos também nascem livres e iguais em dignidade e direitos, como se antes não tivessem incluídos no *todos os homens* (BARBOSA DA SILVA, 2013).

haver exclusão, ela ocorre seja pelo pré-construído, que antecede o dizer, determinando a quem se refere quando se diz *todos*, seja pela ilusão da completude de que é possível não excluir nenhum grupo dizendo o nome de cada um deles em uma listagem, como se a falha não fosse possível.

Tivemos a oportunidade de comprovar essa tensão na 3ª Conferência Nacional de Cultura, realizada entre os dias 27 de novembro a 1º de dezembro de 2013, em Brasília, da qual participamos como delegado, cuja experiência relatamos a seguir²⁴⁹.

Na etapa nacional da 3ª CNC, os delegados de todo o país deveriam analisar e selecionar centenas de propostas cadastradas advindas das conferências estaduais – que por sua vez reuniram as propostas de conferências municipais –, do Distrito Federal e das conferências livres. Isto é, deveriam redigir 64 propostas, tomando como referência esses textos. Como era de se esperar, entre as centenas de delegados estavam representantes de diferentes povos e expressões culturais do Brasil. Duas das propostas apresentadas e discutidas no sub-eixo 3.4 *Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades* do qual fizemos parte, foram, com grifos nossos:

a) Implementar e garantir políticas públicas de proteção e salvaguarda do direito à memória e à identidade *dos povos tradicionais, comunidades indígenas, povos de terreiros, religiões de matriz africana, quilombolas, camponesas, entre outros*, com a criação do Observatório da Diversidade e Expressões.

b) Intensificar e fomentar o reconhecimento *de mestres e mestras das culturas populares e tradicionais (mestres de capoeira)*, por meio de certificação da Rede Certific do Ministério da Educação (de acordo com a Meta 17 do Plano Nacional de Cultura) ou órgãos afins, com ações atinentes ao IPHAN e ao IBRAM, garantindo recursos financeiros para a manutenção de suas expressões artísticas e culturais, através dos editais de premiação da SCDC; intensificando e aprimorando as ações de proteção do patrimônio material e imaterial, versando sobre estudos, pesquisas e formação, apoiando estrategicamente esses processos com a aprovação da Lei de Mestres (projeto de Lei nº 1.176/2011) e a transformação do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em lei.

Na análise dessas propostas, deu-se então um debate sobre a necessidade de se especificar quais eram os povos e expressões culturais para os quais as propostas se voltavam, ou de se generalizar. Como incluir toda a diferença sem que haja alguma exclusão? Todos os participantes desse subeixo sabiam que a legislação na transparência dos sentidos garantia direito igual a todos, mas alguns diziam que ela não produzia mudanças reais na situação de

²⁴⁹ Cabe dizer que apesar de não fazer parte do processo de elaboração do PNC, a 3ª Conferência Nacional de Cultura ocorre em um formato semelhante à 1ª Conferência Nacional de Cultura.

muitos povos e grupos que permaneciam socialmente excluídos. Alguns defendiam que era necessário, então, especificar, explicitar, dizer nas propostas analisadas os nomes dos povos e grupos. Outros diziam que o Brasil tem centenas de povos e etnias em seu território e questionavam como colocar todas, sem correr o risco de deixar algum povo de fora, mesmo que sem intenção, por mero esquecimento. Concluía que era melhor generalizar por meio de denominações como *povos tradicionais*. Mas outros indagavam: quem estaria incluído nessa denominação? Afro-descendentes? Povos indígenas? Imigrantes? E os ciganos? Nesse momento, alguém sugeriu nomear as diferenças e deixar ao final o *entre outros*. Mas o representante dos povos ciganos, convidado pelo MinC e, portanto, sem direito a voto, afirmou que não aceitava, pois eles sempre comparecem no *entre outros*, nunca sendo nomeados, e por isso sempre esquecidos. Outro delegado, por sua vez, sugeriu que se utilizasse o *todos*, abrindo um parêntese em seguida com o dizer (*entre eles...*) na intenção de afirmar que no *todos* estavam alguns que geralmente eram esquecidos.

Como não houve consenso no dissenso, pôs-se a votação entre o dizer e o não dizer, especificar ou não especificar, entre dizer *todos*, citar só alguns, colocar o *entre outros* ou ainda o *entre eles*. Na primeira proposta, venceu a manutenção do texto sem o *entre outros* e na segunda venceu o acréscimo dos nomes de outras expressões culturais, ao lado dos *mestres de capoeira*, tais como *hip hop*, *quilombolas*, *indígenas*, *sábios*, *afoxés*, *jongo* e *griôs*. A votação foi apertada.

É justamente essa tensão na práxis do dizer que homogeneiza (*todos*, *entre outros*, *povos tradicionais*) e no dizer que faz parecer a heterogeneidade (cuja lista é infundável) que marca os processos de designação da diferença no Plano Nacional de Cultura (2010-2020). Para melhor compreendermos esses processos, sentimos a necessidade de analisá-los por famílias parafrásticas, a fim de delimitar as posições que se configuram nos enunciados. Para isso, organizamos o quadro abaixo, em que se pode observar o número de ocorrências por família em cada documento do PNC²⁵⁰.

Família parafrástica	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Total
Negro/africano/afrodescendente /afro-brasileiro/ quilombola/povo de terreiro	14	2	33	34	34	9	9	4	46	19	3	0	8	6	25	246

²⁵⁰ Outras famílias e subfamílias podem ser observadas nos documentos sobre o PNC, conforme consta no anexo III. Contudo, fomos obrigados a fazer um recorte a partir do nosso gesto de interpretação por conta das inúmeras formas de designação da diferença encontradas em nosso arquivo sobre o PNC.

Família parafrástica	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	Total
Índio/indígena/comunidades indígenas/povos indígenas	15	1	33	34	31	11	11	2	14	1	17	0	11	7	21	209
Migrante/imigrante/europeu/asiático	1	0	2	4	1	0	0	1	5	4	0	0	1	1	2	22
Ciganos/povos ciganos	1	0	0	0	3	0	0	1	4	0	0	0	1	2	3	15
LGBT/gay/grupos de gênero e orientação sexual	1	2	0	0	0	2	2	1	1	0	0	0	1	1	5	16
Deficiente/com deficiência/portador de deficiência/surdo/pessoa em sofrimento psíquico/louco	1	0	3	3	3	6	6	14	10	0	0	0	5	12	22	85
Criança/adolescente/jovem/idoso/terceira idade	7	6	26	27	8	12	12	2	25	5	3	0	4	4	25	166
Pobres/marginalizados/excluídos/vulneráveis/sujeitos à discriminação	4	1	11	11	15	7	5	0	1	0	3	0	1	0	1	60

Iniciando a análise dos processos de designação da diferença, começamos pela maior família parafrástica: negro/africano/afro-brasileiro/quilombola/povo de terreiro. Vejamos as sequências, com grifos nossos:

SD46.1: Eu gostaria de falar sobre o Patrimônio Cultural. O Patrimônio Cultural não influi somente sobre Políticas de Museus. O Instituto de Pesquisas da Afrodescendência (IPAD), no ano passado, catalogou 20 quilombos no Paraná, que as pessoas acreditavam que era um Estado completamente de europeus ou descendentes de europeus. Então, eu acho que, no futuro, poder-se-ia até pensar em criar um Museu de Arquitetura dos Quilombos e não se colocar *a cultura negra* e indígena dentro da arquitetura dos europeus, como sempre aconteceu (A, 2007 [2005], p. 474).

SD46.2: Então, gostaria que este complemento fosse incorporado a esta proposta na diretriz, como uma coisa de suma importância para *a negritude brasileira e universal* (A, 2007 [2005], p. 459).

SD46.3: Contudo, apesar dos esforços de resistência, grande parte da população afro-brasileira encontra-se em condições de exclusão econômica, social e cultural. As estratégias das políticas culturais voltadas a essa população devem, portanto, associar a equiparação de oportunidades para *negros* e brancos, à conservação e proteção do extenso patrimônio cultural afro-brasileiro e quilombola e à garantia de acesso e inclusão de *negros* nas universidades, no mercado de trabalho e nas redes de circulação das manifestações simbólicas. A implementação dessas ações deve ainda reservar atenção especial ao atendimento das comunidades das periferias dos grandes centros urbanos, em sua grande maioria jovem (C, 2007, p. 41)

SD46.4: A cartografia é muito bem vinda, em se tratando de um país com dimensões continentais e com uma diversidade cultural muito grande. Esta cartografia deve se

pautar não somente nas práticas culturais, mas também nas diversidade de grupos culturais e segmentos sociais que compõem a cultura brasileira. É muito importante este trabalho pois além de podermos mapear tais experiências e grupos/segmentos, estaremos dando visibilidade a estas expressões, o que facilitará o trabalho de fomento a elas bem como o intercâmbio destas práticas e grupos/segmentos. Desta forma, estaremos realindo uma verdadeira interação cultural ao possibilitar a comunicação entre as diferentes dimensões que compõem a cultura brasileira. Assim, podremos realizar políticas para grupos socialmente excluídos como loucos, pessoas com deficiência, ciganos, *negros*, quilombolas, entre vários outros (I, 2011).

SD46.5: 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura (...) O público desta meta são: mulheres, *negros e negras*, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, rurais, pessoas com deficiência, LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), entre outros (O, p. 120).

Nessas sequências, observamos a designação *cultura negra* (SD46.1), *negritude brasileira* (SD46.2), *negros* (SD46.3 e SD46.4), *negras e negros* (SD46.5). No mesmo ano da aprovação da EC nº 48, que instituiu a obrigatoriedade do PNC, em 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República publicou uma cartilha com tiragem de 5 mil exemplares, intitulada *Politicamente Correto & Direitos Humanos*. Tal cartilha foi duramente atacada por escritores, como João Ubaldo Ribeiro e Ferreira Gullar, e por veículos de comunicação, como *Veja, Isto É, Folha de São Paulo* e por conta disso, teve sua distribuição proibida pelo presidente Lula algum tempo depois, em maio de 2005²⁵¹.

Nessas sequências recortadas das versões e etapas do PNC, observamos uma posição antirracista, pois buscam incluir a cultura negra nos museus (SD46.1), levantar a importância da diretriz para a negritude brasileira (SD46.2) e incluir negros e negras como beneficiários de políticas públicas (SD46.3). Mas mesmo assim, essas designações, *negro, negra, negritude* são substituídas no PNC pela designação *afro-brasileiro, afro-brasileira*, comparecendo

²⁵¹ Na cartilha encontramos o verbete *negro*, reproduzido a seguir: “Negro – A maioria dos militantes do movimento negro prefere esse termo a ‘preto’, que o utilizam com orgulho para afirmar os valores da cultura afrobrasileira. O contexto determina o sentido pejorativo das duas expressões. Em certas situações, tanto ‘negro’ como ‘preto’ podem ser altamente ofensivos. Em outras, podem denotar carinho, por exemplo, nos diminutivos ‘neguinho’, ‘minha preta’ etc”. Para a cartilha, a designação *negro* pode ser pejorativa dependendo do contexto. Da posição do analista do discurso diríamos que *negro* é um *significante dividido*, que dependendo da posição-sujeito à qual se inscreve, pode produzir um efeito de sentido pejorativo, se for uma posição racista, ou de afirmação, se for uma posição antirracista. De acordo com Nantumbi (2007) a designação *negro* foi utilizada durante o tráfico negreiro como sinônimo para escravo e associada ao grego *necro*, morte, o que produziu um sentido pejorativo. Para ele, essas foram as justificativas para que o movimento negro nos Estados Unidos e no Canadá não aceitassem essa designação e a substituíssem nos anos 1960 por *Black*, tão marcada em enunciado como *Black Power* e *Black is beautiful*. Quanto ao Brasil, Domingues (2007, p. 117-119), aponta que desde a Abolição, o movimento negro utiliza o termo *negro* como forma de se autoidentificar, sendo que nos anos 1980, o termo *negro* passa a ser dominante sobre outros como *preto* ou *homem de cor*, também utilizados pelo movimento negro desde a Abolição. Acompanhamos, no Brasil, portanto, a resignificação da designação *negro* como forma para marcar a afirmação das culturas de povos de origem africana, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos e no Canadá.

apenas como falha desse corte *negros e negras*, não na Lei nº 12.343/2010, mas nas metas, como exemplo de grupos para quem essa meta estaria destinada, como pode ser visto na SD46.6.

Tal substituição no fio do discurso de uma designação por outra ocorre pelo atravessamento do discurso do politicamente (in)correto, como pode ser visto no próprio verbete da cartilha editada durante o governo Lula, que autoriza a designação *afro-brasileiro* como alternativa correta para *negro*. Essa posição do politicamente (in)correto tenta denunciar que alguns significantes remetem a uma memória de estigma para algum grupo e sob a ilusão de que a substituição de um significante por outro, suposto como neutro, pode reverter essa situação. Acontece que, como nos mostra Orlandi (2007 [1999]), os sentidos não estão nas palavras e nem nas pessoas. Desse modo, substituir um significante por outro não produzirá necessariamente uma ruptura se as reais condições de produção não forem modificadas e isso independe do politicamente (in)correto. Vejamos a designação *afro-descendente*, da mesma família parafrástica, que comparece mas também é substituída no PNC pela *afro-brasileiro*. Com grifos nossos:

SD47.1: Proposta no 3 (...) como cultura o conjunto de saberes praticado pelo povo: modo de vida, crenças e manifestações artísticas, expressão das culturas indígenas e de *afro-descendentes* (A, 2007 [2005], p 455).

SD47.2: Complementos: inclusão do ensino da cultura *afro-descendente*, africana (A, 2007 [2005], p. 456).

SD47.3: Se você coloca neste patamar, você, mais uma vez, deixa no esquecimento e não valoriza as formas tradicionais de produção e transmissão do conhecimento, que são próprios das comunidades indígenas, *das comunidades afro-descendentes* e outras comunidades tradicionais (A, 2007 [2005], p. 465).

SD47.4: Difundir e reforçar o conceito de cultura em todo o sistema educacional, a partir das ações integradas do MINC e MEC, desde a educação infantil até a universidade, reconhecendo como cultura o conjunto de saberes praticados pelo povo: modos de vida, crenças e manifestações artísticas, *expressões das culturas indígenas e afro-descendentes* (B, 2006, p. 12).

SD47.5: Esta meta é de importância extraordinária. Sugiro a inclusão nominal das culturas dos imigrantes entre as demais acolhidas aqui. A prioridade - ao menos documentalmente - dada aos indígenas e *afro-descendentes* é justa, é urgente e é necessária. As muitas comunidades de imigrantes existentes neste país gigantesco precisam ser lembradas e incluídas (I, 2011).

Como sabemos, a designação *afro-descendente* foi proposta como alternativa pelo discurso do politicamente (in)correto no Brasil há uns vinte anos, como melhor forma, como

uma forma neutra para designar pessoas de origem africana. Entretanto, essa designação não conseguiu produzir rupturas nas redes de sentido, deslizando para o discurso do risível, mantendo o sentido pejorativo, e sendo substituída por outra, *afro-brasileiro*. Isso pode ser observado nas versões do PNC, pois assim como *negro*, a designação *afro-descendente* foi substituída pela *afro-brasileiro*. Desse modo, pelo que observamos, *afro-brasileiro/afro-brasileira* tornou-se a designação que pode e deve ser dita no/pelo discurso da diversidade para se referir às culturas e às pessoas de origem africana no Brasil.

Desse jeito, a substituição de uma palavra por outra não necessariamente modificará as condições de produção do discurso e as relações históricas, sociais e econômicas, podendo inclusive ser capturada e ser reproduzida como forma de propagação do preconceito por aquela posição que se quer combater, como ocorreu com *afro-descendente*. Contudo, vale ressaltar que, ao se propor a substituição de uma palavra por outra, se denuncia que a linguagem não é transparente, se expõe uma memória já esquecida que remete o significante a condições de produção já esquecidas e se mostra a tensão entre posições e formações discursivas por trás dos dizeres que se quer substituir. Substituir, portanto, uma palavra cuja memória remete a um sentido pejorativo, por outra suposta como neutra é um acontecimento no fio do discurso em que o outro significante proposto pode ser capturado como ocorreu com *afro-descendente* ou produzir deslocamentos, outra forma de designar, sob outra memória, como parece ter ocorrido com *afro-brasileiro*.

Vejamos outras sequências, com grifos nossos:

SD48.1: Neste sentido, eu proponho a incorporação da seguinte questão: “Reconhecer e valorizar as formas orais próprias da produção do conhecimento e saberes dos povos indígenas, *comunidades afro-brasileiras* e outras comunidades de tradição oral” (A, 2007 [2005], p. 465).

SD48.2: Reconhecer e apoiar as expressões e o *patrimônio cultural afro-brasileiro* (C, 2007, p. 41).

SD48.3: Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais, especialmente em locais habitados por *comunidades afro-brasileiras*, indígenas e de outros grupos marginalizados (C, 2007, p. 72).

SD48.4: Instituir um fórum de discussão pública sobre os marcos legais a serem adotados para a gestão e o financiamento das políticas de valorização e apoio às *manifestações populares, afro-brasileiras*, quilombolas e indígenas (C, 2007, p. 87).

SD48.5: Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização; os indígenas, *os afro-brasileiros*, os quilombolas, outros povos e comunidades

tradicionais e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações na dinâmica social, territorial, econômica, comunicacional e tecnológica; e aqueles discriminados por questões étnicas, etárias, religiosas, de gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual e pessoas em sofrimento mental (F, 2009, p. 43-44).

SD48.6: Elaborar, em parceria com os órgãos de educação e ciência e tecnologia e pesquisa, uma política de formação de pesquisadores e núcleos de pesquisa sobre *as manifestações afro-brasileiras*, indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais nas instituições de ensino superior (F, 2009, p. 51).

SD48.7: SUB-EIXO II-C Diversidade, Identidade e Redes Culturais
Proposta nº 10

Que o Estado brasileiro reconheça, respeite e apoie, política e economicamente, a autodeterminação cultural das populações urbanas e rurais, contemplando os aspectos étnicos e raciais (indígenas, *afro-brasileiros* e outras), a pluralidade de gênero e orientação sexual, as expressões religiosas e artísticas e demais populações excluídas (A, 2007 [2005], p. 456).

SD48.8: Populações tradicionais não estão plenamente incorporadas ao exercício de seus direitos culturais, uma vez que os meios para assegurar a promoção e o resguardo de culturas indígenas e de *grupos afro-brasileiros* são insuficientes (C, 2007, p. 12).

SD48.9: Fomentar a preservação e a revitalização dos terreiros destinados à prática de *religiões afro-brasileiras*. Promover a elaboração de inventários sobre essas manifestações religiosas (C, 2007, p. 66).

Contudo, nessas sequências, observamos a designação *afro-brasileiro*, formada por dois gentílicos separados por hífen, sendo o primeiro na forma contracta. Para Ferrari e Medeiros (2012, p. 85):

os gentílicos são denominações que nos possibilitam compreender uma procedência; funcionam como um batismo: pelo Estado (...). Um gentílico instaura um sujeito jurídico como sujeito de uma nação; uma armadura supostamente vazia – um significante que decorre de outro e a outro retorna em movimento incessante de ir e vir – a ser ocupada por aquele que... nasceu ou é filho de ou pertence a um Estado-Nação.

Diniz (2012, p. 81-82) em sua tese sobre a política linguística do Estado brasileiro no exterior, analisou o nome “Centro de Estudos Brasil-X”, em que X seria o país onde o centro se localizaria, e concluiu que o hífen produziria um efeito de simetria, de bilateralidade. Todavia, com a designação *afro-brasileiro* ou *afro-brasileira* encontramos outro funcionamento, em que o segundo gentílico, após o hífen, prevalece sobre o primeiro em forma contracta. Desse modo, não é possível dizer africano-brasileiro, brasileiro-africano ou braso-africano para designar pessoas de origem africana no Brasil. Cabe lembrar que quando

se diz *afro-brasileiro*, tais dizeres estão inscritos no discurso sociológico e trabalham na ilusão apenas de que uma ou duas identidades são possíveis, como já vimos, silenciando a possibilidade de muitos processos de identificação que possam passar o sujeito. É necessário que se marque na língua, por meio do hífen e da forma contracta, a prevalência desses sujeitos de origem africana como sujeitos jurídicos, como sujeitos da nação brasileira.

Retornando às sequências, podemos notar que a designação *afro-brasileiro* comparece no plural na maioria das ocorrências quando se refere aos indivíduos (SD48.5 e SD48.7), às suas coletividades (SD48.1, SD48.3, SD48.6 e SD48.8) ou expressões de suas culturas, como a religião (SD48.4 e SD48.9). No entanto, quando se trata da cultura, ela comparece somente no singular, como podemos observar:

SD49.1: Complemento (...) estabelece a obrigatoriedade do ensino *da cultura afro-brasileira*, utilizando as linguagens artísticas como veículo, fomentando a produção das manifestações étnico-culturais (A, 2007 [2005], p 455).

SD49.2: A despeito de três séculos de escravismo e de inúmeras tentativas de obliteração social e simbólica, *a matriz cultural afro-brasileira* resistiu ao domínio das elites, influenciando campos tão diversos como a língua, religião, música, dança, culinária e literatura brasileiras (C, 2007, p. 41).

SD49.3: Fomentar projetos de promoção *das culturas afro-brasileiras* em todo mundo, por meio da valorização de suas diferentes contribuições para as manifestações culturais (C, 2007, p. 68-69).

SD49.4: Promover a articulação entre governo e entidades da sociedade civil para a implementação, acompanhamento e avaliação de ações de valorização, financiamento e gestão *das culturas indígenas e afro-brasileira* (C, 2007, p. 88)

SD49.5: RIO DE JANEIRO
> DIRETRIZ 2.12 DO EIXO 2

ORIGINAL: Mapear e restaurar o acervo literário da cultura afro-brasileira, valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral nos idiomas e dialetos de origem africana e na língua portuguesa.

PROPOSTA: Mapear e restaurar o acervo literário e **documental das culturas afro-brasileira e indígena, estimulando sua produção** e valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral, nos idiomas e dialetos de origem africana e na língua portuguesa (E, p. 2009, p. 62 – grifo original em negrito).

SD49.6: Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, *afro-brasileira*, indígena e de outras comunidades não hegemônicas, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas (F, 2009, p. 44).

SD49.7: Mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos *das culturas afro-brasileira*, indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais, valorizando tanto sua tradição oral quanto sua expressão escrita nos seus idiomas e dialetos e na língua portuguesa (F, 2009, p. 45).

SD49.8: Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais

para o ensino de *história, arte e cultura africana, afro-brasileira*, indígena e de outras comunidades não hegemônicas, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas (G, 2010).

Nessas sequências, percebemos que *cultura afro-brasileira* comparece sempre no singular, exceto em uma delas, na SD49.3, retirada do caderno de diretrizes em que se lê *culturas afro-brasileiras*, no plural. No entanto, essa única ocorrência de *culturas afro-brasileiras* é apagada nas versões e etapas posteriores. O efeito que se produz com isso é o de que só existe uma única cultura afro-brasileira. Isso também pode ser observado na SD49.7, em que se verifica que quando se utiliza mais de um predicativo para *culturas* como indígena e afro-brasileira, indígena comparece no plural, mas afro-brasileira, no singular, o que silencia a variedade cultural de origem negra. Dizer afro-brasileiro, no singular, é ancorar-se, assim, na memória das três raças que formaram o Brasil – indígena, negra e branca – em que todas as culturas afro-brasileiras eram postas como uma única raça, uma única cultura.

Parece-nos contraditório que no discurso da diversidade não se possa afirmar que existem culturas afro-brasileiras quando se conhecem as diferenças dessas culturas de origem africana nas variadas regiões do país, como por exemplo, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul. Além disso, como se sabe, foram trazidos para o Brasil centenas de povos que falavam centenas de línguas da costa ocidental até a oriental do continente africano (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), trazendo, portanto, diferentes culturas. Interditar que se possa dizer *culturas afro-brasileiras* além de silenciar a violência sofrida por muitas culturas negras no Brasil, é silenciar as diferenças como se houvesse uma só África, um só Brasil e como se no Brasil esses grupos que para cá foram trazidos não tivessem entrado em contato com outras culturas, produzindo outras diferenças, modificando-as e transformando-as.

Passemos para a análise da segunda família parafrástica, índios/indígenas/comunidades indígenas/povos indígenas. Quando analisamos essa família, observamos que há uma tensão entre as formas de designar os sujeitos que já ocupavam as terras no continente americano, quando os europeus aportaram. Vejamos as sequências com grifos nossos:

SD50.1: Promover atividades de capacitação de *índios*, grupos artísticos populares, afro-brasileiros e quilombolas e outras comunidades marginalizadas, para a elaboração, proposição e execução de projetos culturais financiados pelo Estado e entidades civis ou privadas (C, 2007, p. 72).

SD50.2: É preciso valorizar as tradições orais na educação de nosso país. Apenas o

colonizador europeu, em nossa história, utiliza o texto escrito. *Índios* e africanos sempre se valeram da oralidade para a transmissão de seus valores, tradições e cultura. Como podemos ignorar dois terços de nossa ancestralidade, fazendo uso apenas do texto escrito? Estamos desprezando boa parte de nossa memória e cultura. (I, 2011).

SD50.3: Instituir programas em conjunto com as organizações e entidades civis para capacitar *os indígenas* em sua relação com a economia contemporânea global, estimulando a reflexão e a decisão autônoma sobre as opções de exploração sustentável do seu patrimônio, produtos e atividades culturais (C, 2007, p.78).

SD50.4: No que diz respeito às políticas públicas de cultura, é indispensável promover o reconhecimento *dos indígenas*, em todas as suas sofisticadas manifestações arquitetônicas, medicinais e estéticas. Essas populações, isoladas, em contato ou integradas, precisam ter a autonomia e o direito à autodeterminação identitária e à liberdade de se relacionarem em diversos níveis com as demais comunidades da sociedade brasileira. Cabe ao Estado combater o uso ilícito, não autorizado e com fins comerciais do patrimônio imaterial dos saberes e conhecimentos *das coletividades indígenas* (D, 2008, p 44).

SD50.5: Estimular que os conselhos municipais, estaduais e federais de cultura promovam a participação de jovens e idosos e representantes dos direitos da criança, das mulheres, *das comunidades indígenas* e de outros grupos populacionais sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social (G, 2010).

SD50.6: Mapear os sítios arqueológicos de interesse *dos povos indígenas*, situados dentro e fora de suas terras (C, 2007, p 66).

SD50.7: 100% dos Municípios e Estados do SNC com representantes *dos povos indígenas* e comunidades tradicionais nos conselhos municipais e estaduais de cultura (L, 2011, p. 40).

Se observarmos essas sequências, encontramos quatro formas distintas de designar: *índios* (SD50.1 e SD50.2); *indígenas* (SD50.3 e SD50.4); *comunidades/coletividades indígenas* (SD50.4 e SD50.5) e *povos indígenas* (SD50.6 e SD50.7). Analisando o número de ocorrências e os processos de silenciamento e apagamento ao longo dos documentos e etapas do PNC, podemos acompanhar três formas de deslocamentos. O primeiro, de *índios* para *indígenas*. O segundo, de *indígenas* para *comunidades/coletividades indígenas*. E o terceiro, de *comunidades/coletividades indígenas* para *povos indígenas*. Desse modo, *índios* vai sendo substituído por *indígenas*, que vai sendo substituído por *comunidades/coletividades indígenas*, que vai sendo substituído por *povos indígenas*.

De acordo com a cartilha *Politicamente Correto & Direitos Humanos* (2005), *índio* foi o termo “cunhado pelos navegadores da esquadra de Cristóvão Colombo, quando aportaram no continente em 1492, baseados na crença equivocada de que haviam chegado às Índias”. *Índio*, portanto, não seria um termo autorizado no discurso do politicamente (in)correto para designar aqueles sujeitos de origem autóctone do continente americano, pois essa designação

remeteria a um equívoco da colonização, de que a América seria a Índia.

Nesse primeiro movimento, tenta-se apagar essa memória do colonialismo, substituindo *índios* por *indígenas*, isto é, pelo sentido generalizante daquele que é próprio do local de onde se fala, o autóctone, podendo se referir, desse modo, não apenas aos autóctones da América, mas de qualquer terra de onde se fala. Além disso, tenta-se apagar a memória das três raças que formaram o Brasil, que ignora a variedade cultural indígena, como vimos no segundo capítulo. Interdita-se, assim, a designação *índios* para autorizar *indígenas*²⁵².

Entretanto, ainda que o movimento de *índios* para *indígenas* produzisse um efeito de generalização, isto é, daquele autóctone da América para o autóctone de qualquer terra, mantinha-se o efeito de sentido individualizante. Era preciso, assim, em um segundo momento, deslocar do sentido do indivíduo para o sentido do coletivo, de indígena para comunidades/coletividades indígenas afinal para posições-sujeito indígenas não se pode tomar o sujeito de forma individual(liza)da, como ocorre com a forma-sujeito de direito.

No terceiro movimento, observamos um deslocamento de *comunidades/coletividades indígenas* para *povos indígenas*. Sob a posição indígena, mantém-se o efeito de sentido coletivo, mas desloca-se do sentido de grupos indígenas para diferentes grupos indígenas,

²⁵² Consultando o dicionário Houaiss (2001) teremos as seguintes definições para indígena: “1 relativo a ou população autóctone de um país ou que neste se estabeleceu anteriormente a um processo colonizador (...) 1.1 relativo a ou indivíduo que habitava as Américas em período anterior à sua colonização por europeus (...) 2 p.ext. infm. que ou o que é originário do país, região ou localidade em que se encontra; nativo”.

Como podemos observar indígena pode se referir ao nativo. Mas se observarmos o relatório *State of the World's Indigenous Peoples*, do *Department of Economic and Social Affairs* do Secretariado das Nações Unidas, que considera a definição de indígena elaborada por José R. Martínez Cobo, em 1986, temos: “Comunidades, povos e nações indígenas são aqueles que, tendo uma continuidade histórica das sociedades pré-invasão e pré-coloniais que se desenvolveram nos seus territórios, se consideram distintos de outros setores da sociedade agora prevalecente naquele território, ou em parte dele. Eles formam atualmente setores não-dominantes da sociedade e estão determinados a preservar, desenvolver e transmitir às suas gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua sobrevivência como povos, de acordo com seus próprios padrões culturais, sociais, instituições e sistema legal. Essa continuidade histórica se verifica durante um período prolongado até o presente, por meio de um ou mais dos seguintes fatores: a) Ocupação de terras ancestrais, ou pelo menos de parte delas; b) Ancestralidade comum com os ocupantes originais dessas terras; c) Cultura em geral, ou em manifestações específicas (tais como religião, sistema tribal, pertencimento a uma comunidade indígena, vestimenta, meio de vida, estilo de vida, etc.); d) Língua (se utilizada como uma única língua, como língua materna, como meio habitual de comunicação em casa ou na família, ou como uma língua principal, preferida, habitual, língua geral ou normal); e) Residência em certas partes do país, ou em certas regiões do mundo; f) Outros fatores relevantes. Numa base individual, um indígena é aquele que pertence a essas populações indígenas através de auto-identificação como (consciência de grupo) indígena e é reconhecido e aceito por essas populações como um dos seus membros (aceitação pelo grupo). Isso preserva a estas comunidades o direito soberano e poder para decidir quem pertence a elas, sem interferência externa” (ONU, 2009 – tradução nossa).

Para nós, tais definições demonstram a tensão em torno da designação *indígena*, que embora possa se referir a qualquer nativo, como franceses na França, ou alemães na Alemanha, para a ONU, os únicos indígenas na Europa são os saami, da Finlândia, o que comprova o atravessamento do discurso do colonizador, em que os povos indígenas são postos como inferiores.

reconhecendo a diferença cultural entre cada grupo²⁵³.

Mesmo com a substituição de *índios* por *povos indígenas* produzida por esses deslocamentos, mantém-se a necessidade de se dizer, de se especificar de quais *índios* ou *povos indígenas* se fala, uma vez que para dizer *índio* deveria se especificar de quais índios das Américas se fala e para dizer *povos indígenas* de quais povos indígenas do mundo se fala. Tal necessidade produz outras tensões que podem ser observadas nessas outras sequências.

(SD51.1): Tenho que agradecer a vocês por estarem falando *dos povos indígenas* para o Brasil e para o mundo, por que eu, às vezes, fico emocionado quando percebo que nem todas as pessoas na sociedade discriminam *os povos indígenas*. Hoje, estamos combatendo a discriminação de uma maneira devastadora. Todo o País está lutando pela sua cultura, temos que dar os parabéns às coisas boas que o Governo tem feito, trazendo até nós a 1ª Conferência da Cultura Brasileira. Gostaria de pedir a vocês todos que cada vez mais lutem por uma ordem financeira melhora *para a cultura brasileira, não só a cultura indígena*, como também a cultura de todos os nossos artistas, atrizes, músicos, pois, sem condições financeiras, é muito difícil se conduzir a cultura, que o Governo olha com carinho as questões culturais. Estou trabalhando o Projeto Aldeias Urbanas, resgatando *a cultura indígena no Brasil, dos índios que ficam nas cidades*, nas favelas, correndo os perigos, contaminando-se com o HIV e outras coisas negativas da vida do ser humano. Este programa não é meu, o programa de resgate *dos povos indígenas do Brasil* é da sociedade brasileira, desta Mesa, do Governo, é de todos nós. Não só o resgate, mas a reabilitação profissional e cultural e esportiva (A, 2007 [2005], p. 485)²⁵⁴.

(SD51.2): Quando os Estados Unidos invadiram o Iraque, e o exército americano estava destruindo os vestígios arqueológicos, todo mundo, inclusive os brasileiros, ficou horrorizado porque era veiculada que estavam destruindo os vestígios do princípio da civilização. Acontece que, no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco temos vestígios do início da civilização brasileira, do povo brasileiro, *das populações indígenas de onze mil anos*, portanto, dois mil anos antes de iniciar a civilização da Mesopotâmia (A, 2007 [2005], p. 482).

(SD51.3): Estimular a tradução e a publicação de obras literárias brasileiras em diversas mídias no exterior, assim como de obras estrangeiras no país, ampliando o repertório cultural e semântico traduzível e as interações entre *as línguas e valores, principalmente as neolatinas e as indígenas do continente americano* (F, 2009, p. 43).

(SD51.4): O PNC deve projetar suas diretrizes, tomando como referência a biodiversidade e sua relação com os modelos de manejo assentados em culturas ancestrais *dos povos ameríndios*. A valorização das formas culturais e tecnológicas que preservam a natureza deve integrar-se a formas de uso sustentável das florestas e dos conhecimentos associados à experiência dos povos que nelas habitam (C,

²⁵³ Em 2015, o MinC em parceria com a UFPE, lançou um edital chamado *Povos Originários do Brasil*, voltado para digitalizar acervos sobre povos indígenas. Em primeiro lugar, observamos que os deslocamentos ainda continuam no processo de designação daqueles sujeitos cuja origem se dá no continente americano. Em segundo lugar, pensamos no efeito de sentido produzido quando se diz *povos originários do Brasil*. Diríamos que tal dizer produz um apagamento da violência da colonização e se inscreve em uma outra discursividade como se os povos indígenas fossem os verdadeiros fundadores do Brasil, como se o Brasil já existisse com eles, antes mesmo da colonização, produzindo um efeito semelhante ao encontrado no Canadá, quando se diz que aquele país foi fundado no encontro de três povos fundadores.

²⁵⁴ Esse comentário foi feito por um cacique kaiova que participou da 1ª CNC.

2007, p. 28).

(SD51.5): *A população indígena brasileira* vem apresentando índices de crescimento superiores à média total do país. O fato contraria os diagnósticos fatalistas de 1970, que previam a extinção de todos os seus grupos (C, 2007, p. 41).

Nessas sequências, observamos duas posições distintas em confronto na definição de quais índios, indígenas, comunidades/coletividades indígenas ou povos indígenas se fala, podendo inclusive comparecerem numa mesma sequência. Para a primeira posição, os indígenas são brasileiros (SD51.5), do Brasil (SD51.1) e para a segunda, os indígenas estão no Brasil (SD51.1), no continente americano, sem definir um país (SD51.3), são ameríndios (SD51.4), isto é, do continente americano, ou estão nessas terras onde hoje se territorializa o Brasil há onze mil anos, marcando que ocupavam essas terras antes mesmo de o Brasil existir (SD51.2). O que está em jogo entre esses dois efeitos de sentido distintos produzidos pelos dizeres *povos indígenas do Brasil* e *povos indígenas no Brasil* é a relação dos indígenas com o Estado brasileiro, se há ou não uma relação de cidadania e conseqüentemente submissão ao Estado, se são brasileiros, ou se apenas estão no Brasil, como poderiam estar no Peru ou na Bolívia²⁵⁵. De todos, apenas um desses dizeres foi mantido na Lei nº 12.343/2010, que institui o PNC, quando se mencionam *as línguas indígenas do continente americano* (SD51.3).

Retornando ao *corpus*, observamos que diferentemente do que acontece na família parafrástica anterior com a designação *afro-brasileiros*, que só comparece no plural quando se refere aos indivíduos e às suas expressões culturais, a designação *indígenas* está quase sempre no plural. São poucos os casos em que o singular comparece durante a elaboração do PNC, como na (SD52.2), a seguir, que diz *cultura indígena*, no singular. Eis as sequências:

(SD52.1): Proposta no 3 (...) como cultura o conjunto de saberes praticado pelo povo: modo de vida, crenças e manifestações artísticas, expressão *das culturas indígenas* e de afro-descendentes (A, 2007 [2005], p 455)

(SD52.2): Promover seminários nacionais e encontros regionais e estaduais para a análise, articulação e aprimoramentos dos projetos educacionais de valorização *da cultura indígena* (C, 2007, p. 59).

(SD52.3): Fortalecer o uso do português e valorizar *as línguas indígenas* (C, 2007, p. 37)

(SD52.4): Estabelecer parcerias e programas de cooperação entre os órgãos de

²⁵⁵ Observamos também que essa segunda posição, que chamaríamos de indígena, tem-se inscrito também no discurso antropológico como pode ser observado em Viveiros de Castro (2005) e Carneiro da Cunha (2012), que utilizam a designação *índios no Brasil* em oposição a *índios do Brasil*.

cultura e as entidades indígenas, com o intuito de elaborar um sistema de financiamento das políticas públicas para *as culturas indígenas* (C, 2007, p. 61).

(SD52.5): Também nesse período o ministério passou a contemplar manifestações que ainda não eram objeto de suas ações, como as culturas populares. Merecem destaque as originárias *das sociedades indígenas*, que, pela primeira vez em 20 anos, passaram a fazer parte de suas políticas setoriais (E, 2009, p. 30).

(SD52.6): Os saberes tradicionais estarão protegidos e mestres e mestras poderão transmiti-los na escola, possibilitando, assim, uma nova experiência na educação. No mesmo sentido, estarão ampliados os meios para assegurar a promoção e o reconhecimento *de culturas indígenas e de grupos afro-brasileiros* (O, 2012, p. 18).

Como vimos, *afro-brasileiro* comparece no plural apenas para se referir a indivíduos, a grupos de indivíduos e às religiões. Portanto, a falha está no plural, não sendo possível dizer no PNC, *culturas afro-brasileiras e sociedades afro-brasileiras*. Já na família parafrástica índio/indígena/povos indígenas o funcionamento é o contrário. A falha está no singular, não podendo comparecer no PNC *cultura indígena*. Ainda que não se diga o nome de cada povo, isto é, ainda que se utilize um dizer que homogeneíza, *indígenas*, *culturas indígenas* ou línguas *indígenas*, ele sempre se apresenta no plural, no PNC, marcando no fio do discurso que são muitos e diferentes grupos.

Até aqui analisamos as duas maiores famílias parafrásticas em suas regularidades e também formas de designação, o que reforça a memória de encontro de três povos, em que dois deles são diferentes, negros e índios. Afinal, no PNC fala-se mais de índio e mais do negro do que qualquer outra diferença. Contudo, na família parafrástica do afro-brasileiro observamos um silenciamento da variedade sob a marca do plural e na família do indígena ainda que isso não ocorra, há a produção de um efeito de homogeneização pela designação *povos indígenas* como se não houvesse diferenças entre eles que pudessem ser mencionadas ou que os fizessem ser designados como na Carta de Araçá, em forma de listagem²⁵⁶.

Ainda assim, se continuarmos observando os documentos elaborados durante o processo de construção do PNC, constatamos que, na sua versão final, a Lei nº 12.343/2010, se substituem em muitas designações *povos indígenas e grupos afro-brasileiros*, mas não todas, por uma outra, que produz um efeito de homogeneidade: *povos e comunidades tradicionais*. Vejamos as sequências, como grifos nossos:

²⁵⁶ Vale lembrar que diferentemente do Brasil, na Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, aprovada em 2009, que *refunda* aquele país, pode ser observado esse dizer que marca a heterogeneidade no fio discursivo, quando se oficializam todas as línguas indígenas da Bolívia, listando-as no artigo 5º (BOLÍVIA, 2009).

(SD53.1): Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: *os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais* e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações na dinâmica social, territorial, econômica, comunicacional e tecnológica; e aqueles discriminados por questões étnicas, etárias, religiosas, de gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual e pessoas em sofrimento mental (G, 2010).

(SD53.2): Identificar e reconhecer contextos de vida de *povos e comunidades tradicionais*, valorizando a diversidade das formas de sobrevivência e sustentabilidade socioambiental, especialmente aquelas traduzidas pelas paisagens culturais brasileiras (G, 2010).

(SD53.3): Instituir programas e parcerias para atender necessidades técnicas e econômicas *dos povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais* para a compreensão e organização de suas relações com a economia contemporânea global, estimulando a reflexão e a decisão autônoma sobre as opções de manejo e exploração sustentável do seu patrimônio, produtos e atividades culturais (G, 2010).

Nas sequências (SD53.1) e (SD53.3), *povos indígenas e afro-brasileiros* são significados como *povos e comunidades tradicionais*, quando se afirma *povos indígenas, afro-brasileiros, quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais*. Já na sequência (SD53.2) o dizer *povos indígenas e afro-brasileiros* é substituído por *povos e comunidades tradicionais*.

Em 7 de fevereiro de 2007, portanto, durante a elaboração do PNC e depois da cartilha sobre o politicamente (in)correto, o presidente Lula editou o Decreto nº 6.040 em que instituía a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*²⁵⁷. Com esse decreto, criava-se uma outra designação, *povos e comunidades tradicionais* que visava, na ilusão da inclusão total, englobar toda a diferença brasileira de base étnica:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - *Povos e Comunidades Tradicionais*: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

²⁵⁷ De acordo com o art. 2º do Anexo do Decreto nº 6.040/2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais “tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições”.

Sob essa ilusão da inclusão total, produz-se um efeito de homogeneidade que silencia a diferença, justamente na forma de designá-la que, como dissemos, é a principal forma de marcar no discurso da diversidade a sua existência. Mas tal determinação encontrou posições dissonantes. Durante a elaboração do PNC, observamos que nem todos os dizeres foram substituídos e que também, no momento da consulta pública para as metas, compareceram propostas para que se especificasse, para que se marcasse no intradiscurso, quais eram os povos e para quem se direcionava a meta, em que se mencionava *povos e comunidades tradicionais*. Além disso, também durante a elaboração das metas, encontramos o seguinte comentário do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas do CNPC:

(SD54.1): Meta 3:

50% de povos **indígenas**, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares atendidos por ações de promoção da diversidade cultural (K, 2011, p. 1 – grifo em vermelho do original).

Ao comentar essa meta, o Colegiado Setorial de Culturas Indígenas, acrescentou o qualificador *indígenas*, logo após a designação *povos*, mostrando que, para eles, inscritos em outra posição, a designação utilizada deve ser *povos indígenas* e não *povos e comunidades tradicionais*, ou seja, deve-se marcar a heterogeneidade indígena.

Dando continuidade à análise dos documentos elaborados durante a construção do PNC, se a designação *povos e comunidades tradicionais*, não apagou todas as designações *indígenas* e *afro-brasileiros*, mas apenas algumas, na versão final do PNC, ela apagou todas as designações referentes a imigrantes e a ciganos. Durante a elaboração das versões e etapas do PNC, é possível acompanhar vozes que reivindicam a inclusão dos termos *ciganos* e *imigrantes* no texto do plano:

(SD55.1): Proposta no 9 (...)

Complementos: (...) Que seja feito um cadastro de grupos e/ou famílias que vivem de uma cultura específica, legado de tradição familiar, com a finalidade de receberem subsídios anuais (para todos os cadastrados), como incentivo (Fomento) ao desenvolvimento de tais grupos. Ex. Circos, indígenas, *ciganos*, afrodescendentes, artesãos e outros (A, 2007 [2005], p. 468).

(SD55.2): RIO GRANDE DO NORTE
> DIRETRIZ 2.12 DO EIXO 2

ORIGINAL: Mapear e restaurar o acervo literário da cultura afro-brasileira, valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral nos idiomas e dialetos de origem africana e na língua portuguesa.

PROPOSTA: Mapear e restaurar o acervo literário da cultura afro-brasileira, *indígena e dos povos ciganos*, valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral em seus idiomas e dialetos (E, 2009, p. 46).

(SD55.3): Incentivar o estudo e a preservação *das culturas de imigrantes*, tão importantes na formação cultural do país (D, 2008, p. 76).

(SD55.4): Instituir um fórum de discussão pública sobre os marcos legais a serem adotados para a gestão e o financiamento das políticas de valorização e apoio às manifestações populares, afrobrasileiras, quilombolas, indígenas, sertanejas e *de imigração europeia ou oriental* (D, 2008, p. 99).

(SD55.5): Sugiro a inclusão nominal *das culturas imigrantes* entre as demais acolhidas aqui. A prioridade – ao menos documentalmente – dada aos indígenas e afro-descendentes é justa, é urgente e é necessária. As muitas comunidades de imigrantes existentes neste país gigantesco precisam ser lembradas e incluídas (I, 2011).

(SD55.6): Que sejam incluídos também os países de origem *das comunidades de imigrantes no Brasil*, entre outros: Itália, Alemanha, Espanha, Japão, países árabes, França, Polónia, Rússia (I, 2011).

(SD55.7): *Imensa parcela da gente brasileira é descendente de imigrantes, São mais de 30 as comunidades de imigrantes no Brasil*. Algumas não tão amplas, mas outras presentes em todo o território nacional. A criação e funcionamento do setorial e colegiado cultura dos imigrantes tornará possível a sua inclusão, a sua valorização e a continuidade da sua contribuição no desenvolvimento deste país (J, 2011).

Nessas sequências, observamos o comparecimento de designações como *ciganos* (SD55.1) e *povos ciganos* (SD55.2), produzindo efeitos semelhantes àqueles encontrados quando se designa *indígenas*, isto é, respectivamente o efeito de sentido individualizante e o efeito de sentido coletivo, em que marca a diferença entre eles, *povos ciganos*²⁵⁸. Nelas também observamos dizeres sobre os imigrantes tais como: *culturas de imigrantes* (SD55.3), *de imigração europeia e oriental* (SD55.4), *culturas imigrantes* (SD55.5), *comunidades de imigrantes no Brasil* (SD55.6). Dizeres esses que marcam no intradiscorso também as diferenças entre os imigrantes, seja por meio do plural, como em *culturas imigrantes* (SD55.5), ou quando se faz parecer a heterogeneidade, *europeia* ou *oriental* (SD55.4) ou como *Itália, Alemanha, Espanha, Japão, países árabes, França Polónia, Rússia* (SD55.6). Contudo, todos esses dizeres são apagados na versão final do PNC, não sendo possível o comparecimento de qualquer marca que se façam parecer os ciganos e os imigrantes. Suas vozes são silenciadas, sob um efeito de homogeneidade na designação *povos e comunidades tradicionais*, como se não devessem falar, como se não existissem, deixando para que o pré-

²⁵⁸ De acordo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2014), o Brasil tem cerca de meio milhão de ciganos, de diferentes etnias e subgrupos. Além disso, de acordo com o IBGE, 291 municípios apresentam acampamentos ciganos. Para saber mais sobre a presença cigana no Brasil, bem como sobre as culturas ciganas cf. Pereira, 2009 e Teixeira, 2009.

construído, isto é, para aquilo que precede o dizer, a consideração de que quando se diz *povos e comunidades tradicionais* também se refere aos ciganos e aos imigrantes. Mas, como a falha é própria do discurso, eles comparecem na versão final das metas, ao lado de outras diferenças como se aí tivessem esquecido de apagar, ou como se entre tantos outros não fossem se destacar. E nas metas só comparecem como indivíduos e não como povos ou culturas²⁵⁹.

Cabe lembrar que, ao analisarmos os períodos distintos de significação da diferença – em que acompanhamos a emergência do discurso da diversidade nos anos 1980 fazendo comparecer o negro, até então silenciado, no discurso da política sobre cultura no Brasil –, verificamos que em nenhum momento do Período Vargas até o Período dos governos do PT, se observa o comparecimento do imigrante no discurso da política sobre a cultura. Se os indígenas comparecem nos anos 1930 sob a posição antropológica e nos períodos da Ditadura Civil-Militar e dos Governos Pós-Redemocratização, ao lado do branco e do negro, sob a posição nacionalista, como componente da mestiçagem brasileira, o imigrante e o cigano não podem comparecer sequer no Período dos Governos do PT até então analisado. Vale recordar, justamente, que é nesse período, como vimos, que sob o domínio do discurso da diversidade, há o deslocamento do discurso *sobre* a diferença para o discurso *da* diferença. Desse modo, imigrantes e ciganos são convocados a falar, mas são silenciados nos/pelos AIE político-culturais de escuta, ou como já dissemos, nos/pelos AIE político-culturais de silenciamento.

Diferentemente do Canadá, no discurso do multiculturalismo – em que a diferença se significa pela nação e pela língua, entre três povos fundadores e imigrantes, cabendo desse modo, uma abertura para a diferença que vem do exterior, mas somente pelo imaginário do nacional e não pelas diferenças internas de cada nação – no discurso da diversidade no Brasil, não cabe a diferença que vem do exterior, a não ser de forma homogeneizada por meio da designação *povos e comunidades tradicionais*.

Vale lembrar que a emergência do discurso da diversidade, no discurso da política sobre a cultura no Brasil, ocorre sob a égide do mercado, o que permite uma abertura para incluir todas as formas de diferenças, tudo que fosse possível transformar em mercadoria. Mas se não cabem o cigano e o imigrante, como vimos, cabem outras formas de diferença que não são de base étnica, entre os quais destacamos: LGBTs, deficientes, idosos e crianças.

²⁵⁹ Cabe recordar que a versão final das metas não é uma lei, diferentemente do PNC, ou seja, não tramitou no Congresso Nacional, como pode ser conferido no quadro sobre as etapas de elaboração do PNC e de suas metas, no anexo II.

Vejamos as sequências sobre as pessoas que apresentam alguma deficiência, com grifos nossos:

(SD56.1): Garantir que os *equipamentos culturais* ofereçam infraestrutura, arquitetura, design, equipamentos, programação, acervos e atividades culturais qualificados e *adequados às expectativas de acesso*, de contato e de fruição do público, garantindo a especificidade de *pessoas com necessidades especiais* (F, 2009, p. 55)

(SD56.2): Percebo que destes povos e comunidades enfatizados no texto assim como nos discursos, acredito que passou batido á percepção de todos *a Cultura dos surdos* que é um povo em minoria de acesso a cultura. Fala-se de índio, negro etc... e *surdo* não é povo? Eles tem cultura e tanto precisa de incentivo para expressar. Eles fazem parte da sociedade como minoria em tudo; linguística, cultural, tanto expressiva quanto representativa (I, 2011).

(SD56.3): Envolver pessoas da área de comunicação, direito, saúde, e outros, bem como movimentos sociais representativos como o *de pessoas com deficiência, usuários dos serviços de saúde mental (os loucos)*, populações ribeirinhas e diversos outros segmentos sociais que compõem a cultura brasileira. Edvaldo Nabuco. (I, 2011)

(SD56.4): Inserir *os surdos* como povo/ minoria a ser considerado na meta (M, 2011, p.5).

(SD56.5): Esta meta exige o cumprimento de requisitos mínimos, quais sejam: *banheiros adaptados; estacionamentos com vagas reservadas e sinalizadas; acesso a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual*, conforme a ABNT; e espaços reservados para cadeira de rodas e lugares específicos para *pessoas com deficiência auditiva e visual* com acompanhante (N, 2011, p. 62).

(SD56.6): 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais *atendendo aos requisitos legais de acessibilidade* e desenvolvendo ações de promoção da *fruição cultural* por parte das *pessoas com deficiência* (O, 2012, p. 86).

Diferentemente das duas primeiras famílias analisadas, em que apresentam designações estabilizadas como *afro-brasileiro* e *povos indígenas*, nessa parece que não há, pelo menos ainda, uma posição que estabeleça uma forma dominante para designar pessoas que têm alguma deficiência. Desse modo, nos documentos elaborados durante a construção do PNC, encontramos uma ampla variedade de designações, muitas delas produzindo um efeito de eufemismo, o que comprovaria um atravessamento do discurso do politicamente (in)correto: pessoa com deficiência, pessoas com deficiência física ou transtornos psíquicos, pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, pessoas portadoras de deficiência, pessoas com necessidades especiais, portadores de necessidades especiais, deficientes visuais, deficientes auditivos, surdos, loucos, pessoas em sofrimento psíquico, pessoas em sofrimento

mental, conforme pode ser observado nas sequências e também no anexo III. Ou seja, aí observamos uma não estabilização na nomeação desse outro, embora haja alguma prevalência da designação pessoas com deficiência²⁶⁰, na versão final do PNC, na Lei nº 12.343/2010.

Ainda que não possamos identificar uma forma estabilizada nesta família, uma regularidade pode ser levantada. Observando as sequências recortadas, podemos notar que as designações desta família parafrástica compõem no PNC atreladas sobretudo ao *acesso*, à *acessibilidade* dessas pessoas aos equipamentos culturais, como museus, teatros, salas de cinema, arquivos. O deficiente é, assim, posto como público, como espectador, como visitante, do lugar da demanda e não do reconhecimento e do direito, como pode ser lido, por exemplo, na sequência (SD56.1) quando se preconiza *garantir equipamentos culturais adequados às expectativas de acesso de pessoas com necessidades especiais* ou na sequência (SD56.6) quando se espera que se *atenda os requisitos legais de acessibilidade para a fruição cultural por parte das pessoas com deficiência*. Isso pode ser comprovado também, quando não se consideram na versão final das metas do PNC, comentários que pedem a inclusão da *cultura dos surdos* (SD56.2) e do *povo surdo* (SD56.4), entre as metas, marcando essa outra diferença. Não é possível, então, o comparecimento no PNC e em suas metas, da designação *cultura surda*²⁶¹, como se não coubesse no discurso da diversidade, as formas de expressão cultural específicas de um grupo de pessoas com deficiência, como os surdos, e como se eles não fossem capazes de produzir cultura como todos os outros sujeitos.

Passemos à próxima família parafrástica, a LGBT/gay/grupos de gênero e orientação sexual. Vejamos as sequências com grifos nossos:

(SD57.1): Promover políticas, programas e ações voltados às mulheres, *relações de gênero e LGBT*, com fomento e gestão transversais e compartilhados (F, 2009, p. 42).

(SD57.2): Integrar as políticas públicas de cultura destinadas ao *segmento LGBT*, sobretudo no que diz respeito à valorização da temática do combate à homofobia, promoção da cidadania e afirmação de direitos (F, 2009, p. 45).

(SD57.3): Estou atento às questões da diversidade cultural, mas não tenho lido sobre cultura LGBT, sobre o mapeamento dela, a não ser um projeto do Grupo SOMOS de POA. Como podemos incluir esse tópico? (I, 2011).

(SD57.4): 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de

²⁶⁰ A cartilha do politicamente (in)correto publicada, em 2005, afirma no verbete deficiente: “Tratamento generalizador, inadequado para chamar o portador de deficiência física, auditiva, visual ou mental. As expressões respeitadas podem ser ‘pessoa portadora de deficiência’ ou ‘pessoa com deficiência’. O fato de ter alguma deficiência não torna uma pessoa inválida ou incapaz” (BRASIL, 2005).

²⁶¹ Sobre a cultura surda cf. Klien (2011); Assis Silva (2012); Strobel (2013).

Comunicação para a Cultura (...)

O público desta meta são: mulheres, negros e negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, rurais, pessoas com deficiência, LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), entre outros (O, 2012, p. 120).

Nessas sequências, podemos observar o comparecimento das designações *LGBT* (SD57.1), *segmento LGBT* (SD57.2), *cultura LGBT* (SD57.3), *LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)* (SD57.4). Se observarmos a versão final do PNC, a Lei nº 12.343/2010, veremos que a designação *LGBT* comparece duas vezes, reproduzidas nas sequências (SD57.1) e (SD57.2). Em uma delas, como vítima da homofobia e na outra, como objeto de políticas, programas e ações públicas. Como na família parafrástica anterior, os LGBTs não podem produzir cultura, não comparecem como agentes culturais. E se observarmos a última versão das metas, podemos notar que *LGBT* aparece sempre ao lado de pessoas com deficiência ou transtornos psíquicos (SD57.4). O efeito que isso produz é o de que o *LGBT* mantém uma relação com essas pessoas, como se a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade ainda se inscrevessem na matriz discursiva da doença (cf. Soares, 2006)²⁶². A designação *cultura LGBT* é apagada. Em nenhum momento, portanto, na versão final do PNC e na versão final de suas metas, se faz parecer no intradiscorso *cultura LGBT*, como se aponta no comentário de um participante da consulta pública (SD57.3). Isso ocorre como se os LGBTs não produzissem uma expressão cultural distinta dos demais grupos sociais e como se ela não devesse também ser promovida e preservada²⁶³.

Dando prosseguimento, analisemos a família parafrástica crianças/adolescentes/jovens/idosos. Vejamos as sequências, com grifos nossos:

²⁶² Aqui cabe um outro relato sobre nossa participação como delegado durante a 3ª CNC, em 2013, em Brasília. Seguindo o modelo da 1ª CNC, realizada em 2005, as propostas apresentadas nas etapas iniciais, de acordo com eixos pré-determinados foram, agrupadas em subeixos para serem discutidas na etapa nacional. Desse modo, agruparam no mesmo subeixo 3.2 *Diversidade cultural, Acessibilidade e Tecnologia Sociais*, propostas relacionadas aos LGBTs e às pessoas com deficiência. Como aqueles que defendiam as propostas LGBTs estavam em menor número, nenhuma foi aprovada para ser direcionada à plenária final. Por conta disso, alguns delegados redigiram uma moção solicitando que o MinC criasse um Colegiado Setorial de Culturas LGBTs no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Para que a moção fosse aprovada era necessário coletar assinaturas dos delegados, mas para a nossa surpresa alguns se negaram a assinar afirmando que já tinham apoiado uma outra moção que pedia a criação de um colegiado voltado para as pessoas com deficiência e para a acessibilidade delas. É este comitê que também escolhe quem representará as expressões culturais LGBT e demais grupos da diversidade sexual no plenário do CNPC, mas sem direito a voto, conforme o Decreto nº 8.611/2015.

²⁶³ Nos anos seguintes à elaboração das metas, acompanhamos uma movimentação em torno desses sentidos. Se até então não seria possível dizer *cultura LGBT*, em junho de 2014, o MinC organizou em Niterói (RJ), o 1º Encontro Nacional de Arte e Cultura LGBT e em setembro de 2015 instalou de forma permanente o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) – que havia sido criado de forma temporária em 2013 – formado por representantes da sociedade civil e do poder público para propor diretrizes políticas culturais LGBTs.

(SD58.1): Ampliar o acesso à *fruição cultural*, por meio de programas voltados a *crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência*, articulando iniciativas como a oferta de transporte, descontos e ingressos gratuitos, ações educativas e visitas a equipamentos culturais (F, 2009, p. 55).

(SD58.2): Estimular a formação de redes de *equipamentos públicos e privados* conforme os *perfis culturais* e vocações institucionais, promovendo programações diferenciadas para gerações distintas, principalmente as dedicadas *às crianças e aos jovens* (G, 2010).

(SD58.3): Para que sejam criadas políticas específicas para *jovens e crianças* em cada uma dessas áreas é preciso que os planos setoriais de cada área levem em conta esse *público* incluindo políticas voltadas para *crianças e adolescentes* (O, 2012, p. 126).

Nessas sequências, percebemos uma regularidade quando se designam pessoas em função da faixa etária. Na versão final do PNC e na versão final de suas metas, toda vez que se mencionam *idosos, crianças e jovens*, é na relação com o *acesso*, isto é, do lugar da demanda como quando se diz das pessoas com deficiência. Deve-se promover um acesso diferenciado dessas pessoas à cultura, como se eles não produzissem cultura, como se não fossem capazes disso. Tais dizeres se ancoram na memória dos períodos anteriores, entre eles o Período Pós-Redemocratização, quando se afirmava ser positivo consumir cultura como forma de instrução. Mesmo com o deslocamento do discurso *sobre* a diferença para um discurso *da* diferença algo resta, resta a memória de levar cultura a pessoas de distintas faixas etárias e que apresentam alguma deficiência.

Por fim, debruçamo-nos sobre a última família parafrástica por nós analisada que reúne designações por base econômica. Dessa família trouxemos as sequências:

(SD59.1): Apoiar o uso da classificação indicativa de programação e mecanismos similares que garantam o respeito aos direitos de *grupos marginalizados ou sujeitos aos impactos perniciosos da mídia* (C, 2007, p. 69).

(SD59.2): Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais, especialmente em locais habitados por *comunidades afro-brasileiras, indígenas e de outros grupos marginalizados* (C, 2007, p. 72).

(SD59.3): Meta 45: (...) Esta meta refere-se à quantidade de *grupos, comunidades ou coletivos em situação de vulnerabilidade social* beneficiados por ações de comunicação para a cultura (N, 2011, p. 86).

(SD59.4): Realizar programas de resgate, preservação e difusão da memória artística e cultural dos *grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles que tenham sido vítimas de discriminação e marginalização, como os indígenas, os*

afro-brasileiros, os quilombolas e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas (C, 2007, p. 64).

(SD59.5): AMAZONAS

> DIRETRIZ 1.1 DO EIXO 3

ORIGINAL: Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais, especialmente em locais habitados por comunidades afro-brasileiras, indígenas e de outros grupos marginalizados.

PROPOSTA: Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais, especialmente em locais habitados por comunidades afro-brasileiras, **povos indígenas e outros grupos sociais não incluídos no processo de desenvolvimento econômico e cultural** (E, 2009, p. 66 – grifo em negrito original).

(SD59.6): Estimular que os conselhos municipais, estaduais e federais de cultura promovam a participação de jovens e idosos e representantes dos direitos da criança, das mulheres, das comunidades indígenas e de *outros grupos populacionais sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social* (F, 2009, p. 75)

(SD59.7): Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de *outras comunidades não hegemônicas*, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas (G, 2010).

Nessas sequências, observamos designações como: *grupos marginalizados ou sujeitos aos impactos perniciosos da mídia* (SD59.1), *grupos marginalizados* (SD59.2), *em situação de vulnerabilidade social* (SD59.3), *vítimas de discriminação e marginalização* (SD59.4), *não incluídos no processo de desenvolvimento econômico e cultural* (SD59.5); *sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social* (SD59.6) e *não hegemônicas* (SD59.7). Tais designações da diferença se inscrevem em uma posição de denúncia das desigualdades históricas, sociais e econômicas, que contrapõem de um lado aqueles que detêm os meios de produção e de outro, aqueles que não os detêm.

Contudo, se observarmos o anexo III, notaremos que tais designações da diferença, a partir de um outro recorte sobre o real, que leva em consideração as relações de poder, são frequentes nos primeiros documentos de elaboração do PNC e com o passar das etapas vão sendo apagadas. Com isso, na versão final do PNC, não é possível que compareçam designações como *excluído* ou *vítima*. Silencia-se, assim, a violência que sofrem negros, indígenas, ciganos, imigrantes, LGBTs, deficientes, surdos e tantos outros, marcada nessas designações em prol de uma tensão em torno da homogeneidade e da heterogeneidade, como vimos.

Contraditoriamente, esses apagamentos de todas as designações que marcam as desigualdades no discurso econômico ocorrem em um governo que se diz de esquerda. Tais

apagamentos deveriam ser feitos, pois como mostramos, o governo Lula manteve a política de leis de incentivo fiscal, acomodando a posição mercadológico-neoliberal que, como mostramos, se constitui na ilusão de um mercado em que não há excluídos. Isso pode ser comprovado também pelo atravessamento do discurso econômico em todo o PNC, como mostraremos a seguir.

4.3 Entre a economia da cultura e a economia da diversidade no Plano Nacional de Cultura (2010-2020)

No segundo capítulo, vimos que as posições antropológica e da diversidade, dominantes durante os Período dos governos do PT, acomodaram as posições anteriormente dominantes nos períodos que o antecedeu, entre elas a posição mercadológico-neoliberal. O Governo Lula manteve em funcionamento, inclusive, como vimos, os AIE político-culturais de incentivo fiscal, com base na Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991).

Neste terceiro eixo, analisamos como essa posição se acomoda, como se alia às posições antropológicas e da diversidade na significação da diferença no Plano Nacional de Cultura (2010-2020). Vejamos as primeiras sequências, com grifos nossos em itálico:

(SD60.1): A implementação do *Plano Nacional de Cultura apoiará* de forma qualitativa *o crescimento econômico brasileiro*. Para isso, deverá fomentar a sustentabilidade de fluxos de produção adequados às singularidades constitutivas das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais. Inserida em um contexto de valorização da diversidade, *a cultura também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda* (C, 2007, p. 13).

(SD60.2): *Economia e Desenvolvimento são aspectos da cultura* de um povo. *A cultura é parte do processo* propulsor da criatividade, *gerador de inovação econômica* e tecnológica. (C, 2007, p. 77).

(SD60.3): O Plano reafirma uma concepção ampliada de *cultura*, entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. Ela *deve ser considerada em toda a sua extensão* antropológica, social, produtiva, *econômica*, simbólica e estética (F, 2009, p. 26).

(SD60.4): Estimular o equilíbrio entre a produção artística e das expressões culturais locais em eventos e equipamentos públicos, *valorizando as manifestações e a economia da cultura regional*, estimulando sua interação com referências nacionais e internacionais (G, 2010).

(SD60.5): CAPÍTULO IV – DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO *DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO*
PROMOVER AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A *CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA DA CULTURA* (G, 2010).

(SD60.6): colaboração entre agentes públicos e privados para o *desenvolvimento da economia da cultura*; (G, 2010)

(SD60.7): Dinamizar as políticas de intercâmbio e difusão da cultura brasileira no exterior, em parceria com as embaixadas brasileiras e as representações diplomáticas do País no exterior, a fim de afirmar a presença da arte e da cultura brasileiras e seus valores distintivos no cenário global, potencializar os *intercâmbios econômicos* e técnicos na área e a exportação de produtos e *consolidar as redes de circulação e dos mercados consumidores de bens, conteúdos e serviços culturais* (G, 2010)

(SD60.8): Promover programas de exportação de bens, serviços e conteúdos culturais de forma a *aumentar a participação cultural na balança comercial brasileira* (G, 2010).

(SD60.9): Quais os eixos norteadores do Plano Nacional de Cultura? O Plano baseia-se em três dimensões de cultura que se complementam: *a cultura como expressão simbólica; a cultura como direito de cidadania; a cultura como potencial para o desenvolvimento econômico* (O, 2012, p. 141).

Em todas essas sequências, observamos o comparecimento da posição mercadológico-neoliberal em significar cultura como um produto econômico. O comparecimento dessa posição em uma materialidade dominada pelas posições antropológicas e da diversidade só é possível porque, se na posição antropológica, a cultura é tomada como toda e qualquer forma de expressão humana, a economia poderia ser incluída, fazendo parte, compondo a cultura. A economia se apresenta, assim, como uma das três dimensões da cultura ao lado da expressão simbólica e do direito à cidadania (SD60.9). Tal dizer se ancora na memória da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005), elaborada no âmbito da Unesco, como podemos observar:

Princípio da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento

Sendo a cultura um dos motores fundamentais do desenvolvimento, os aspectos culturais deste são tão importantes quanto os seus aspectos econômicos, e os indivíduos e povos têm o direito fundamental de dele participarem e se beneficiarem (UNESCO, 2005 – grifo original).

Nesse fragmento, participar da economia é posto como um *direito*, do qual se pode *beneficiar-se*. Os diferentes povos e grupos culturais têm, assim, o *direito* de se integrar à economia, como se fosse algo somente positivo, em que todos seriam iguais e se beneficiariam, como se ela não produzisse exclusão. Contudo, se na Convenção, a economia

se apresenta como um *aspecto* ao lado da cultura, no PNC, ela é uma *dimensão* cultural, ou seja, faria parte da cultura. A cultura seria, portanto, também econômica, o que tornaria possível falar em *economia da cultura* como nas sequências (SD60.4), (SD60.5) e (SD60.6). Dessa maneira, a acomodação da posição mercadológico-neoliberal pelas duas dominantes durante o Período dos governos do PT, não ocorre por meio do dizer *economia é cultural*, que comparece na sequência (SD60.2), mas é apagado em seguida, pois para essa posição a cultura que é econômica e não a economia que é cultural. Não se pode falar, desse modo, em *cultura da economia*, mas apenas em *economia da cultura*. O que está em jogo, então, não são as diferentes práticas econômicas como manifestações culturais, mas sim as diferentes práticas culturais como produtos econômicos. Não interessa trazer ou considerar as práticas econômicas das diferenças, dos indígenas, por exemplo, mas o que interessa é tomar a cultura como um produto. Não interessa, portanto, considerar o homem como um ser econômico, que estabelece relações de produção que formam a estrutura da sociedade (MARX, 2003 [1859]).

Acomodar a posição mercadológico-neoliberal ao permitir que o sentido de cultura como mercadoria seja tomado como uma dimensão da cultura, cujo sentido se inscreve na posição antropológica, produz um outro efeito. Se cultura, sob a posição antropológica, é toda e qualquer forma de expressão humana e se a economia é uma de suas dimensões, o efeito que se tem é que toda e qualquer forma de expressão humana tem a sua dimensão econômica. Considerar a cultura como um produto econômico no PNC, quando este documento se apresenta como referência para a elaboração de planos territoriais e setoriais, faz com que esse sentido compareça em todos os segmentos culturais, mesmo que não faça parte de sua rede de memória, como por exemplo, nas áreas de patrimônio, museus, bibliotecas e arquivos²⁶⁴. Retorna-se, ou melhor, mantém-se, assim, o sentido de que tudo é mercadoria, que tudo pode ser transformado em mercadoria, como vimos no Período de governos pós-redemocratização, inclusive a diferença.

Vejamos essas outras sequências, também com grifos nossos:

(SD61.1): A política internacional de cultura deve, por fim, superar os desafios da promoção da diversidade do país na economia da cultura internacional, de forma soberana e *benéfica às empresas culturais brasileiras* (C, 2007, p. 46).

²⁶⁴ Pudemos comprovar isso com nossa experiência, em 2014/2015, como membro do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), quando observamos que durante a elaboração do Plano Nacional Setorial de Arquivos em consonância com o PNC, o colegiado tentava redigir diretrizes voltadas para a economia da cultura, mesmo que até então, os arquivos não tivessem qualquer envolvimento com a economia.

(SD61.2): A diversidade cultural produz distintos modelos de geração de *riqueza* que devem ser *reconhecidos e valorizados*. (C, 2007, p. 77).

(SD61.3): Incentivar a exportação cultural, por meio de programas integrados do governo federal realizados em parceria com a iniciativa privada. Estimular a valorização da diversidade brasileira como fator de *diferenciação de produtos e serviços e de fortalecimento da economia* (C, 2007, p. 80).

(SD61.4): Estabelecer mecanismos de compensação para as comunidades detentoras de conhecimentos tradicionais, reconhecendo a importância desses saberes *no valor agregado aos produtos, serviços e processos expressos pela cultura brasileira* (C, 2007, p. 81).

(SD61.5): Incentivar modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade regional sem prejuízo da diversidade, por *meio da exploração comercial de bens, serviços e conteúdos culturais* (G, 2010).

(SD61.6): Promover ações de incremento e *qualificação cultural dos produtos turísticos*, valorizando a diversidade, o comércio justo e o desenvolvimento socioeconômico sustentável (G, 2010).

(SD61.7): Estimular o uso da diversidade como *fator de diferenciação e incremento do valor agregado dos bens, produtos e serviços culturais*, promovendo e facilitando a sua circulação nos mercados nacional e internacional (G, 2010).

Nessas sequências, observamos que a diferença tomada enquanto diversidade, variedade, é posta como uma *riqueza* para o país (SD61.2), pois ela *beneficia as empresas brasileiras* (SD61.1), *amplia a exportação* (SD61.3), *agrega valor aos produtos brasileiros* (SD61.4) e (SD61.7), além de *ser um fator de diferenciação dos produtos* (SD61.3) e *fortalecer a economia* (SD61.1) e (SD61.2). Por conta disso, sob essa posição mercadológico-neoliberal, a diversidade deve ser promovida e estimulada, para atender ao mercado.

Se a diversidade é posta também como um produto ou algo que favorece os produtos brasileiros ao torná-los únicos e por isso mais atrativos, deve-se garantir que as diferenças sejam integradas à economia, como podemos observar nessas últimas sequências, com grifos nossos em *itálico*:

(SD62.1): Instituir programas em conjunto com as organizações e entidades civis para *capacitar os indígenas em sua relação com a economia contemporânea global*, estimulando a reflexão e a decisão autônoma sobre as opções de exploração sustentável do seu patrimônio, produtos e atividades culturais (C, 2007, p. 78).

(SD62.2): Promover *o direito dos povos indígenas e das comunidades detentoras de conhecimentos e expressões tradicionais sobre a exploração comercial* de suas culturas. Estimular sua participação na elaboração de instrumentos legais que garantam a repartição eqüitativa dos benefícios resultantes desse mercado (C, 2007, p. 83).

(SD62.3): Instituir programas e parcerias para *atender necessidades técnicas e*

econômicas dos povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais para a compreensão e organização de suas relações com a economia contemporânea global, estimulando a reflexão e a decisão autônoma sobre as opções de manejo e exploração sustentável do seu patrimônio, produtos e atividades culturais (G, 2010).

Nessas sequências, percebemos a ancoragem na memória da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (UNESCO, 2005) em que participar da economia é posto como um *direito*. Por conta disso, por ser um direito, cabe ao Estado agir na *capacitação* (SD62.1), ou, como aparece na versão final do PNC, cabe ao Estado *atender as necessidades técnicas e econômicas* das diferenças para que se beneficiem desse processo de integração à *economia global* (SD62.3). Cabe observar que na sequência (SD62.3) se coloca como papel do Estado *estimular que indígenas e quilombolas optem por uma exploração sustentável do seu patrimônio, produtos e atividades*, como se antes da colonização, as suas relações histórico-econômicas de produção não mantivessem uma relação de sustentabilidade. Dito de outra maneira, coloca-se como papel do Estado incentivar o desenvolvimento sustentável como se as formas-sujeito indígenas não significassem a natureza, o meio ambiente e os recursos naturais de uma maneira distinta daquela imposta pela/na colonização, não como recursos econômicos ou matérias-prima, mas como parte essencial do sujeito indígena, como nos mostra Viveiros de Castro (2002; 2015)²⁶⁵.

Por fim, cabe destacar uma última constatação. Podemos observar na análise dos dizeres do PNC que conforme as etapas de elaboração do plano vão ocorrendo, ao mesmo passo que as diferenças vão sendo silenciadas nos/pelos AIE político-culturais de escuta, amplia-se o comparecimento do sentido de cultura como um produto econômico. O que estamos querendo mostrar, desse modo, é que a posição mercadológico-neoliberal não comparece pelas vozes das diferenças durante o processo de elaboração do PNC, mas pela

²⁶⁵ Diríamos que Viveiros de Castro (2002; 2015), ao observar diversos povos indígenas da América do Sul, identificou outras formas-sujeito distintas daquela denominada por Orlandi (1999) como de direito, dominante atualmente. Para ele, diferentemente dos ocidentais, que tomam a natureza como universal, isto é, como uma condição dada, enquanto a cultura é o construído, para esses grupos indígenas o que é universal é a cultura e o que é construído é a natureza. Todos os seres vivos teriam uma essência única e o que os diferenciaria seria justamente a natureza em diferentes perspectivas. De acordo com Viveiros de Castro (2002, p. 379), desse modo, para esses povos indígenas não se pode falar em multiculturalismo, em muitas culturas, mas apenas em “uma cultura” e muitas naturezas, ou seja, deve-se falar em “multinaturalismo”. Esse multinaturalismo se oporia à Formação Discursiva dos Direitos Humanos, que toma como universal o sujeito europeu, a partir do efeito de sentido de que é a natureza humana que nos garante direitos, diferentemente dos demais seres vivos. Viveiros de Castro (2011, p. 304) conclui que “a sociedade primitiva (...) é uma das muitas encarnações conceituais da perene tese da esquerda de que um outro mundo é possível: de que há vida fora do capitalismo, como há sociedade fora do Estado. Sempre houve e – é para isso que lutamos – continuará havendo”. E por conta disso, diríamos que tal diferença sob a posição do Estado, deveria ser contida, silenciada.

posição do Estado, que, enquanto instrumento para o exercício do poder das classes dominantes, também silencia e impõe sentidos sobre a cultura e a diferença como se fossem advindos da própria diferença.

Concluindo...

No terceiro capítulo, analisamos as formas de silenciamento das diferenças na constituição de AIE político-culturais de escuta durante o Governo Lula (2003-2010) para a elaboração de medidas político-culturais. Neste quarto capítulo observamos os sentidos silenciados de cada posição da diferença, nos documentos e etapas do PNC, por meio da análise de processos de designação. Vimos que se silenciam no fio do discurso as designações *imigrantes* e *ciganos*. Vimos que não se pode comparecer *cultura LGBT* no plano e em suas metas. Vimos que se produz um efeito de homogeneidade por meio de designações *povos indígenas* e *povos e comunidades tradicionais*, silenciando as diferenças. Vimos que *cultura afro-brasileira* só pode comparecer no singular, como se fosse única. Vimos que deficientes, idosos e jovens são postos no lugar do público, de espectador da cultura e que se silencia a significação da diferença no PNC como *excluídos* pelos processos histórico-econômicos.

Além disso, analisamos como a posição mercadológico-neoliberal, dominante no período anterior, é acomodada pelas posições antropológicas e da diversidade no PNC e como o significante *diversidade* silencia as vozes das diferenças, pois ao se dizer *diversidade* não se diz *indígena, negro, surdo, travesti, xokleng, favelado, excluído...*

Nesse processo, constatamos que o discurso da diversidade no Brasil se coloca como o discurso da diferença, fazendo significar a diversidade apenas como diferença, mas não uma diferença baseada na nação e na língua, como no Canadá, em que os sujeitos de origens francesa e britânica também comparecem no discurso do multiculturalismo, mas em todas as formas históricas de exclusão, baseadas na etnia, no sexo, na sexualidade, nas relações econômicas, como podemos observar na sequência a seguir, ainda que sejam silenciadas posteriormente.

(SD63.1): A cartografia da diversidade cultural brasileira deve abarcar as especificidades culturais de cada estado e todas as expressões do patrimônio artístico e cultural brasileiro (material e imaterial). Isso significa que serão mapeadas tanto as expressões das linguagens artísticas (teatro, dança, circo, artes visuais, música, entre

outras), como aquelas de grupos sociais representantes de vários segmentos de nossa diversidade. Entre esses segmentos estão: povos de terreiro; povos indígenas; ciganos; culturas populares; imigrantes; *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs)*; mulheres; pessoas com deficiência ou transtornos psíquicos; mestres de saberes e fazeres tradicionais; crianças, jovens e idosos (O, 2012, p. 26-27).

Com isso, o homem branco, cristão, de origem europeia não pode comparecer como diversidade, nem mesmo na forma de denúncia da violência da colonização, que contrapõe o negro e o índio, colonizados, ao *homem branco* colonizador, como podemos observar nessas últimas sequências, com grifos nossos. Todas retiradas nas versões posteriores.

(SD64.1): Contudo, apesar dos esforços de resistência, grande parte da população afro-brasileira encontra-se em condições de exclusão econômica, social e cultural. As estratégias das políticas culturais voltadas a essa população devem, portanto, associar a equiparação de oportunidades para negros e *brancos*, à conservação e proteção do extenso patrimônio cultural afro-brasileiro e quilombola e à garantia de acesso e inclusão de negros nas universidades, no mercado de trabalho e nas redes de circulação das manifestações simbólicas (C, 2007, p. 41)

(SD64.2): Os mapeamentos tem servido como sempre como "um tiro no pé" das comunidades e povos tradicionais de matriz africana. Se faz necessário que antes de mapear e entregamos ao poder público todo um saber. Que saibamos para que este banco vai ser formatado. Quais ministérios terão acesso? Por exemplo o da saúde desenvolverá políticas de proteção as formas tradicionais de tratamento implementada nestes locais? Estaremos reconhecendo fornecedores de grãos e carnes para estes locais para garantir a qualidade dos alimentos adquiridos. té este momento vem se estudando os negros os indígenas, os ciganos mas os que ganham literalmente com estes povos não. Existe um silêncio uma omissão em demonstrar o quanto o "*homem branco*", o poder público, o empresário ganha com estes segmentos, sem fiscalização, com preços absurdos e etc. (I, 2011).

Diríamos, então, que o branco não é designado porque não faz parte da diferença. O discurso da diversidade é, assim, exclusivo para a manifestação da diferença, do outro, do não-branco. Afinal, o branco está no discurso da política sobre a economia, em que não comparece a diferença. É ele que está no discurso da política sobre a infraestrutura, sobre as relações exteriores, sobre a defesa, sobre a justiça, sobre a agricultura. O discurso da diversidade no discurso da política sobre a cultura, assim, é o espaço reservado às diferenças, aos não-brancos, pois é nesse espaço que elas devem ser contidas, estancadas, impedidas, reprimidas até que as contradições se mostrem, se revelem para produzirem outros deslocamentos, até que esses acontecimentos não sejam mais capturados e abalem as redes de sentidos. Ruptura.

Considerações finais?

*Porque gado a gente marca
tange, ferra, engorda e mata,
mas com gente é diferente*
(Disparada - Geraldo Vandré e Théo de Barros)

Nosso objetivo com esta pesquisa foi refletir a respeito do funcionamento do discurso sobre a diferença no discurso da política sobre a cultura no Brasil, tomando política como espaço para o dissenso (RANCIÈRE, 1996) e como unidade dividida (COURTINE, 2006 [1987]). Na busca de como a diferença significa e é significada, nós nos deparamos com o discurso da política sobre a cultura como um espaço para a manifestação da diferença, do outro, o não-branco, o não-europeu, o não-masculino, o não-cristão, logo do não-universal no político. Nessa investigação nos defrontamos com a emergência dos discursos do multiculturalismo e da diversidade cultural que produziriam deslocamentos do discurso *sobre* a diferença para o discurso *da* diferença. Com isso, ao invés de ser falada, a diferença poderia falar no discurso da política.

Após o Holocausto e a emergência do discurso de direitos humanos, após a descolonização da Ásia, da África e da Oceania e após as transformações causadas pelos movimentos feministas, negros, indígenas, gays e pela contracultura não parecia mais possível, nos anos 1960, as diferenças não falarem na política. Era preciso deixar ouvir suas vozes. A partir daí, nós passamos a nos questionar se os discursos do multiculturalismo e da diversidade cultural seriam acontecimentos discursivos, “desmanchando a regularização e produzindo retrospectivamente uma outra série” (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 52).

Com isso, sentimos a necessidade de analisar o funcionamento do discurso do multiculturalismo no Canadá, onde primeiramente teria emergido no discurso da política sobre a cultura, nos anos 1960, porque, entre outras razões, diferentemente do Brasil, lá tal discurso historicizou-se por meio de outro significante *multiculturalismo*, e não *diversidade cultural*. Cabia, assim, confrontar o funcionamento desse(s) discurso(s) em ambos os países.

Analisando o pronunciamento do primeiro-ministro Pierre Trudeau no Parlamento em 1971, quando implantou a política do multiculturalismo, bem como relatórios estatais e uma publicação que auxilia na obtenção da nacionalidade canadense, elaborados nos últimos anos, pudemos identificar uma tensão em torno do deslocamento de sentido, de um país bicultural

para um país multicultural, mas que se mantinha oficialmente bilíngue. Pudemos observar também que o discurso do multiculturalismo emergiu no Canadá fundando uma outra discursividade sobre a origem do país, a do encontro de três povos, francês, inglês e aborígene, em que se silencia a violência sofrida pelas diferenças naquele país, fazendo funcionar o mito de *terra hospitaleira de muitos imigrantes vindos do mundo todo*. Além disso, o discurso do multiculturalismo produziu um deslocamento na relação entre o Estado e as diferenças, de uma *política de assimilação*, em que a diferença deveria adotar valores ocidentais e abandonar suas práticas culturais para uma *política de integração* quando poderia mantê-las na esfera privada. Contudo, como mostramos, mesmo com tantos deslocamentos e mesmo com a fundação de outra discursividade, mantém-se a imposição dos valores ocidentais para as diferenças, mas dessa vez sustentados pelo discurso dos direitos humanos sob a ilusão do sujeito universal. Desse modo, todos são bem-vindos ao Canadá desde que falem inglês e francês, desde que aceitem os direitos humanos, desde que sejam canadenses.

Analisando, assim, o discurso do multiculturalismo no discurso da política sobre a cultura no Canadá, pudemos identificar uma Formação Discursiva Multiculturalista, dominante, emergida no discurso sociológico, sob a evidência do que seja cultura e aliada à Formação Discursiva dos Direitos Humanos, na significação das diferenças como variedade e essa variedade como positiva.

Já no Brasil, o discurso da diversidade cultural emergiu somente nos anos 1980, após o fim da Ditadura Civil-Militar e com o início do processo constituinte, tornando-se dominante no modo de significar a diferença somente no Governo Lula (2003-2010). Se nosso ponto de partida era pensar se esse discurso era um acontecimento discursivo na maneira de significar a diferença, era necessário observar os movimentos de sentido sobre a diferença no discurso da política sobre a cultura no Brasil.

Para isso, retornamos aos anos 1930, quando se observa a primeira medida político-cultural voltada para a patrimonialização. De lá até os governos do PT, identificamos quatro períodos distintos na significação da diferença em que pudemos observar os movimentos de seis posições discursivas. No Período Vargas, acompanhamos o confronto de duas posições que chamamos de antropológica, materializada no projeto de Mário de Andrade para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) e a segunda que chamamos de elitista-conservadora, materializada no Decreto-Lei nº 25/1937, elaborado a partir do projeto e aprovado pelo governo Vargas. Sob a posição antropológica, é possível comparecer, no

patrimônio, a diferença como indígena e popular. Já na segunda, só é possível como componente da mestiçagem, mas não no patrimônio. Nesse período, a posição elitista-conservadora é dominante e define que apenas a herança colonial branca de pedra e cal pode e deve ser preservada como patrimônio nacional do Brasil.

No Período da Ditadura Civil-Militar, analisando o documento *Política Nacional de Cultura* (1975), identificamos três posições em aliança, uma que chamamos nacionalista, uma outra mercadológica e a mesma elitista-conservadora. Essas três posições em aliança determinam o comparecimento da diferença como componente da mestiçagem, como regional em oposição ao nacional, como popular em oposição ao erudito e como produto econômico. No Período de governos pós-redemocratização, acompanhamos a ascensão da posição mercadológico-neoliberal agindo hegemonicamente na significação da diferença, em que dominam as leis de incentivo, delegando ao mercado a decisão de onde investir a verba pública destinada à cultura. Pela primeira vez, observamos o comparecimento no fio do discurso da *cultura negra*, sem ser como componente da mestiçagem, marcando a emergência do discurso da diversidade no Brasil. Mas, diferentemente do Canadá, quando se está em jogo língua e nação, o discurso da diversidade emerge no Brasil sob a égide do mercado, permitindo o comparecimento de qualquer diferença, pois como produto pode ser comercializada, o que favoreceria a economia do país.

É no Período dos governos do PT que acompanhamos o domínio do discurso da diversidade na significação da diferença, mas sem se contrapor às posições anteriormente dominantes que acabam sendo acomodadas. É possível observar, que aos poucos, as diferenças vão comparecendo e produzindo deslocamentos até que se torne necessário fazer uma profunda reformulação nos AIE político-culturais existentes até então. Foi preciso, assim, sob o discurso da diversidade cultural, criar AIE político-culturais de escuta para administrar essa passagem do discurso *sobre* a diferença para o discurso *da* diferença.

Se a partir daquele momento a diferença poderia falar, era necessário construir uma maquinaria estatal capaz de ouvi-la na tentativa de captura de suas vozes. Foram criados, então seminários, conferências, colegiados e um instrumento que marcasse o outro direcionamento dado para as ações estatais que se instauravam a partir dali: o Plano Nacional de Cultura (2010-2020), cujos documentos, produzidos ao final de cada etapa de sua elaboração e de suas metas, constituem-se no principal *corpus* desta pesquisa.

Entretanto, ainda que as diferenças pudessem falar, é possível identificar

posteriormente, quatro formas de silenciamento de suas vozes durante a elaboração do PNC nos/pelos AIE político-culturais de escuta. Um silenciamento por meio da seleção de posições sob a decisão da maioria dominante. Um silenciamento no interdiscurso, recortado pela imposição de eixos pré-determinados que controlariam o que deveria ser discutido. Um silenciamento pelo consenso, quando se busca evitar o dissenso. E um silenciamento no intradiscurso, quando o Estado tenta controlar a maneira de dizer das diferenças nesses espaços.

Com tais formas de silenciamento, sob a ilusão de um processo democrático e inclusivo, é possível que as posições anteriormente identificadas continuem (re)produzindo sentidos sobre a diferença e cultura, dominando e silenciando posições das diferenças, que chamamos de subalternas. Sob tais formas, silencia-se no fio discursivo do PNC, por exemplo, o comparecimento de ciganos e imigrantes, homogeneízam-se povos indígenas e povos afro-brasileiros, reserva-se o lugar da demanda para idosos, crianças e pessoas com deficiência, institucionalizam-se quais diversidades podem comparecer, silenciam-se as diferenças pela diversidade, como diversidade.

Para Pêcheux (2008 [1990], p. 17), como dissemos, é no jogo entre interdiscurso e intradiscurso, entre memória e formulação que ocorre o acontecimento, aquilo que está “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Analisando o funcionamento do discurso do multiculturalismo no Canadá e do discurso da diversidade na construção do PNC e de suas metas durante os governos do PT, no Brasil, pudemos observar que tais discursos se constituem em acontecimentos discursivos, pois produzem deslocamentos ao permitirem que as diferenças falem, mesmo de maneiras distintas nos dois países. Se no discurso do multiculturalismo no Canadá, a base da variedade é a nação, em que se marca sobretudo o fator externo, os imigrantes, e os sujeitos de origem inglesa e francesa podem e devem fazer parte da variedade, no discurso da diversidade cultural, no Brasil, a base da variedade é a diferença, isto é, o não-branco, o não-masculino, o não-cristão, o não-europeu.

Até então as diferenças só eram faladas. A tomada da palavra pelas diferenças é, assim, a atualidade que se encontra com a memória *sobre* a diferença, produzindo o acontecimento no discurso da política sobre a cultura. Cabe lembrar, no entanto, que Pêcheux nos apresenta três possibilidades distintas de funcionamento do acontecimento. Sob a força que tenta manter os sentidos: (1) “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever e (2) o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido”

(PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 50). E sob a força oposta que, mesmo na tentativa de absorção, provoca uma interrupção podendo (3) “desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série” (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 52).

Observando o processo discursivo da tomada da palavra pelas diferenças no discurso da política sobre a cultura, bem como as tentativas de silenciamento das suas vozes, podemos concluir, desse modo, que tal acontecimento é um acontecimento capturado pela formação ideológica dominante como discurso da diversidade, uma vez que esse discurso é o espaço para a manifestação das diferenças, não como diferenças, mas como variedade, não “desmanchando a regularização e produzindo retrospectivamente uma outra série”. Não produzindo uma outra rede de sentidos, o discurso da diversidade se constitui numa formação discursiva que se alia à dos Direitos Humanos, tanto no Brasil, como no Canadá. É um discurso, portanto, de contenção das diferenças. Sob a variedade não se é, nem se pode ser índio, negro, gay, surdo, chiquitano, favelado, Mc, talian, caboclo de lança ou haitiano. E, como se não bastasse, ele só pode funcionar na forma-sujeito de direito, sob a ilusão do sujeito universal. Age, portanto, silenciando outras formas-sujeito na ilusão da liberdade individual. Com isso, produz-se o efeito de evidência de que o discurso da política sobre a cultura se constitui no espaço de excelência para a manifestação da diferença. Lá se pode manter a dominação, lá se podem manter os dominados.

No entanto, esse não é um processo sem falhas, afinal, como vimos, algo sempre resta das vozes das diferenças. Nem foi um processo consentido daqueles que dominam para aqueles dominados, daqueles hegemônicos para aqueles subalternos. Já não se podiam mais calar as diferenças. Elas já não se faziam calar pelas posições dominantes. Era preciso movimentar os sentidos, produzir outras formas de significação, reformular a aparelhagem estatal, reorganizar as formas de silenciamento para prosseguir na dissimulação ideológica sob outros efeitos de evidência, dessa vez sustentados pela formação discursiva dos direitos humanos. Era preciso capturar o acontecimento. Mas agora as diferenças podem falar! E suas vozes, ainda que capturadas e domadas já fazem parte da memória do discurso da política, resistindo em cada tomada da palavra, em cada disputa de lugar de enunciação e a cada forma de silenciamento.

Como nos mostra Pêcheux (2009 [1975]), se é próprio de toda formação discursiva dissimular, agindo na captura de todo acontecimento tentando absorvê-lo, é porque os sentidos não precisam ser sempre os mesmos. Desse modo, a própria tentativa de captura

dessas vozes demonstra que outros sentidos são sempre possíveis, se não por que capturá-las? Se os acontecimentos são possíveis, outras redes discursivas também são possíveis. Se atualmente as diferenças podem falar, talvez chegue o momento, em breve, que as tantas contradições que vimos ao longo desta tese não mais sejam encobertas e as diferenças não se contentem mais apenas em falar e somente no discurso da política sobre a cultura. Talvez, em breve, chegue o momento em que as diferenças consigam modificar as redes de sentido, as relações históricas de poder e as relações de dominação que sempre as mantiveram subalternas. Mas para que um dia isso acontecesse, era necessário que elas falassem. E agora elas falam!

Referências bibliográficas:

AFN (Assembly of First Nations/Assemblée des Premières Nations), 2015. Disponível em: <<http://www.afn.ca/index.php/en>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Charter of the Assembly of First Nations, de 1985, com emendas de 2003. Disponível em: <<http://www.afn.ca/en/about-afn/charter-of-the-assembly-of-first-nations>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

AGUIRRE, Pablo Armando González Ulloa. El multiculturalismo em Canadá: la redefinición de las políticas de la inclusión y sus teóricos. In: *Norteamérica*, año 9, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187035501470117X>>. Acesso em: 15 set. 2015.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ALGRANTI, Leila Mezan. Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1822). In: CARNEIRO, Maria Luzia (org.). *Minorias Silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

ALMEIDA, Debora Rezende de. Representação política e conferências: estabelecendo uma agenda de pesquisa. In: AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique L. de (orgs.). *Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília: Ipea, 2013.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1970].

_____. *Posições I*. Resposta a John Lewis. Elementos de autocrítica. Sustentação de tese em Amiens. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

AMANCIO, Tunico. Pacto cinema-Estado: os anos Embrasil. In: *ALCEU*, v. 8, n.15, jul./dez. 2007, p. 173- 184. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Amancio.pdf>. Acesso: 15 dez. 2015.

_____. *Artes e manhas da EMBRAFILME: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro*. Niterói: EdUFF, 2011.

AMORIM, Simone. Política cultural e participação social no Brasil: alguns apontamentos. In: *Plurimus Cultura e Desenvolvimento em Revista*, ed. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://plurimus.dominiotemporario.com/revista/edi%C3%A7%C3%A3o%20i/pol%C3%ADtica%20cultural%20e%20participa%C3%A7%C3%A3o%20social%20no%20brasil-ed%20i-simone.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico

Nacional. In: *Revista do Patrimônio*, n. 30. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs_N\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro>. Acesso em: 15 abr. 2015.

APPLE, Michael W. *Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ARAGÃO, Ana Lúcia. As conferências nacionais de cultura no Brasil como instâncias de escuta e de exercício do direito de participação na vida cultural. In: *Revista Pensamento & Realidade*, v. 28, n. 4, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17984/13350>>. Acesso: 15 mar. 2015.

ARAÚJO, Luiz Cláudio Taya de. Cultura contemporânea: arte e mercantilização. In: *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*, s/d. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-luiz-cultura-contemporanea-arte.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. In: *Tempo Social*, v. 15, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. Bauru: Edusc, 2004.

ASSIS SILVA, César Augusto de. *Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

AUGUSTIN, André Coutinho. O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. In: *II Seminário Internacional de Políticas Culturais*, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/publicacoes/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUZIAS, Claire. *Os Ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste*. Lisboa: Antígona, 2001.

AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; SOUZA, Clóvis Henrique L. de (orgs.). *Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília: Ipea, 2013.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BALTHAZAR, Louis. Quebec and the ideal of federalism. In: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 538, 1995. Disponível em: <<http://ann.sagepub.com/content/538/1/40>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; LEMAIRE, Sandrine. Os jardins zoológicos humanos. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=186>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.

_____. Política culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: *Anais do III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlexandreBarbalho.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Conselhos de cultura e democracia: desafios contemporâneos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2011.

BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; MIGUEZ, Paulo; ROCHA, Renata (orgs.). *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas econômicas*. Salvador: EDUFBA, 2011.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2004.

BARBOSA DA SILVA, Diego. *Nhandeayvu, Nhandeyvy: por uma política linguística indígena brasileira*, 2009b. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. A promoção da língua portuguesa nos discursos oficiais do Ministério da Cultura do Brasil. In: *Linguasagem*, edição 14, jul./ago./set. 2010. Disponível em: <http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao14/art_13_ed14.pdf> Acesso em: 03 jan. 2011.

_____. Os imigrantes e o multilinguismo na União Europeia. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011a. <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298124394_ARQUIVO_migracaoemulti_linguismo.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. *De Flor do Lácio a Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*, 2011. Dissertação (Mestrado em Letras/Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011b.

_____. Ortografia unificada: arena de disputas entre Portugal e Brasil. In: *Palimpsesto*, n.

13, a. 10, 2011c. Disponível em:

<<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num13/dossie/palimpsesto13dossie02.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

_____. *O Brasil na CPLP: a cooperação técnica horizontal para (além d) o desenvolvimento*, 2012. Monografia (Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012a.

_____. A ideologia colonialista no discurso multicultural. In: *Anais da 2ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso e 1º Encontro Internacional da Imagem em Discurso*, 2012b. Disponível em:

<https://www.academia.edu/6162740/A_ideologia_colonialista_no_discurso_multicultural>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. A contradição discursiva no processo de universalização do sujeito de direitos humanos. In: *Entretextos*, v. 13, n. 2, jul./dez. 2013a. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/15047>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. *De flor do Lácio a língua global*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013b.

_____. Multiculturalismo no Canadá: uma análise do discurso do primeiro-ministro Pierre Trudeau. In: *Anais do II Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito*, UFF, Niterói, 2, 2013c, p. 17-24. Disponível em: <<http://www.uff.br/las/periodicos/index.php/seminariointerno/article/view/35>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

_____. O imaginário do mau e do bom selvagens nas imagens dos séculos XVI e XIX. In: *IX Semana de História Política e VI Seminário Nacional de História*. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

_____. Mário de Andrade e o discurso sobre a diversidade cultural na Era Vargas. In: *Anais do XI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2015. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/artigos-aprovados/>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____. Onde está a sociedade civil na política nacional de arquivos? In: *Informação Arquivística*, v.4, n. 1, jan./jun., 2015, p. 41-68. Disponível em:

<<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/86>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____; SANT'ANNA, Vera L. De Albuquerque. Fabrica-se um “novo português”? Uma análise discursiva de documentos da CPLP. In: *Gragoatá*, n. 32, jan./jun. 2012, p. 117-136. Disponível em: <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/120>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BELEM, Marcela Purini; DONADONE, Julio César. A Lei Rouanet e a construção do “mercado de patrocínios culturais”. In: *Norus*, v. 1, n. 1. jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/2761>>. Acesso em: 15

set. 2015.

BENJAMIN, Roberto. Conceito de folclore. In: *Projeto Encontro com o Folclore*. Campinas: Unicamp, s/d. Disponível em: <http://www.unicamp.br/folclore/Material/extra_conceito.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BERNARD, François de. Por uma definição do conceito de diversidade cultural. In: BRANT, Leonardo (org.). *Diversidade cultural – Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*. São Paulo: Escrituras; Instituto Pensarte, 2005.

BERNARDI, Grasieli Canelles. O funcionamento do discurso político no Plano Municipal de Cultura de Chapecó. In: *V Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/5SEAD/POSTERES/GrasieliCanellesBernardi.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. *O funcionamento dos discursos a partir do Plano Municipal de Cultura de Chapecó: da leitura à produção de sentidos para a formação do cidadão*, 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Unesp, 1995.

BEZERRA, Jocastra Holanda. *Quando o popular encontra a política cultural: a discursividade da cultura popular nos pontos de cultura “Fortaleza dos Maracatus”, “Cortejos Culturais do Ancuri” e “Boi Ceará”*, 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

BLANCHARD, Pascal; BANCEL, Nicolas; DEROO, Eric; LEMAIRE, Sandrine (eds.). *Human Zoos: Science and Spectacle in the Age of Empire*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009.

_____. BOËTSCH, Gilles; SNOEP, Nannette Jacomijn. *Human Zoos: the invention of the savage*. Paris: Musée du Quai Branly, 2011.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BOLAÑO, César; MOTA, Joanne; MOURA, Fábio. Leis de incentivo à cultura via renúncia fiscal no Brasil. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: pesquisa e formação*. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

BOLÍVIA. Constitución política del Estado Plurinacional de Bolivia, 2009. Disponível em: <<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Constitucion.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BOMENY, Helena (org.). *Guardiães da Razão: Modernistas Mineiros*. Rio de Janeiro; São Paulo: UFRJ; Tempo Brasileiro, 1994.

_____. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural (1976-1990)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

_____. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BOTHWELL, Bob. *The Penguin History of Canada*. Toronto: Penguin Canada, 2006.

BOUCHARD, Gérard. What is interculturalism? In: *McGill Law Journal*, v. 56, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.symposium-interculturalisme.com/pdf/McGill_Inter_en.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.

BRANT, Leonardo (org.). *Diversidade cultural – Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*. São Paulo: Escrituras; Instituto Pensarte, 2005.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm>. Acesso em: 07 jun. 2014.

_____. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. Lei nº 242, de 29 de novembro de 1841. Restabelece o privilegio do fôro para as causas da Fazenda Nacional, e crea hum Juizo Privativo dos Feitos da Fazenda de Primeira Instancia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-242-29-novembro-1841-561092-publicacaooriginal-84469-pl.html>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7505.htm>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8028.htm>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8490.htm>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8685.htm>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 nov. 2014.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006. Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11345.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 09

out. 2013.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

_____. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>. Acesso em: 04 mar. 2014.

_____. Decreto nº 66.296, de 03 de março de 1970. Provê a estrutura do Ministério da Educação e Cultura e autoriza outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66296-3-marco-1970-407656-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. Decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81454-17-marco-1978-430536-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 87.062, de 29 de março de 1982. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D87062.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91144-15-marco-1985-441406-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 1.673, de 11 de outubro de 1995. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1673.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 2.599, de 19 de maio de 1998. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/D2599.htm> . Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 3.049, de 06 de maio de 1999. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110077/decreto-3049-99>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 3.617, de 2 de outubro de 2000. Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1673.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 4.805, de 12 de agosto de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4805.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5036.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 5.711, de 24 de fevereiro de 2006. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5711.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____. Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6835.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 6.973, de 7 de outubro de 2009. Altera o Decreto no 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6973.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 7.743, de 31 de março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7743.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm> . Acesso em: 19 dez. 2015.

_____. Decreto nº 8.611, de 21 de dezembro de 2015. Altera o Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8611.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. Inventário de Joaquim Maria Machado de Assis. In: Fundo Juízo da Provedoria do Rio de Janeiro, ZJ, nº 1, caixa 3892, 1908.

_____. Censura à canção “Tiro ao Álvaro”. In: Fundo Serviço de Censura de Diversões Públicas, TN, 1973.

_____. Memória da Administração Pública Brasileira (Base de dados), 2015. Disponível em: <<http://www.an.gov.br/sian/inicial.asp>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposta de Emenda à Constituição nº 306, de 29 de novembro de 2000. Acrescenta § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=14692>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

_____. Relatório da comissão especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda à constituição nº 306-a, de 2000, 2002. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/24900.pdf>>. Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura, e dá outras providências. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Projeto de Lei nº 6.722, de 29 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=465486>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

_____. Projeto de Lei nº 6.835, de 30 de março de 2006. Aprova o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=319143>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

BRASIL. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Sínteses históricas, 2015. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas.html>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

BRASIL. IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus). Cadastro Nacional de Museus, 2014. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>> Acesso em: 07 abr. 2015.

BRASIL. IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Revista do Patrimônio, n. 30, 2002. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs_N\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Lista dos bens culturais inscritos nos livros de tomo (1938-2015). Rio de Janeiro: IPHAN, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 24 mar. 2015a.

_____. Bens registrados. Rio de Janeiro, IPHAN, 2015b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17743&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. Política da Diversidade Linguística, 2015c. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/139>>. Acesso em: 20 out. 2015c.

_____. Portal do Patrimônio (aplicativo para celular), 2015d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/146>>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. MEC (Ministério da Educação e Cultura). *Política Nacional de Cultura*. Brasília: MEC, 1975.

_____. Portaria nº 171, de 21 de março 1968. Disponível em: <>. Acesso em:

BRASIL. MEC (Ministério da Educação). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

BRASIL. MINC (Ministério da Cultura). *Cultura é um bom negócio*. Brasília: Imprensa Nacional, 1995.

_____. Portaria nº 180 de 31 de agosto 2005. Aprova o Regulamento da Primeira Conferência Nacional de Cultura e dispõe sobre sua convocação. In: BRASIL. MINC. 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura (versão impressa). Brasília: Ministério da Cultura, 2007a.

_____. Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011. Define as 53 metas do Plano Nacional de Cultura.

_____. Portaria nº 94, de 30 de setembro de 2015. Cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), no âmbito do Ministério da

Cultura. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/10/2015&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=136>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

_____. Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

_____. 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura (versão impressa). Brasília: Ministério da Cultura, 2007a.

_____. 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura (versão em CD-Room). Brasília: Ministério da Cultura, 2007b.

_____. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais, 1ª edição. Brasília: Ministério da Cultura; Câmara dos Deputados, 2007c.

_____. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais, 2ª edição. Brasília: Ministério da Cultura; Câmara dos Deputados, 2008a.

_____. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais. Brasília: Ministério da Cultura; Câmara dos Deputados, 2008b.

_____. Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura: conceitos, participação e expectativas. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

_____. Plano Setorial para as Culturas Indígenas. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

_____. As metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

_____. Como fazer um Plano de Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2013.

_____. Ponto de Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/apresentacao>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. Cultura Viva: Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania, s/d. Disponível em:

<http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/publicacoes/SPPC/Cultura_Viva_Programa_Nacional_Cidadania_2005.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

BRASIL. MINC. PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS. São Paulo: SECS SP, 2008.

BRASIL. MINC. SAI (Secretaria de Articulação Institucional). 1ª Conferência Nacional de Cultura: Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura. Disponível em: <<http://www.marketing-e-cultura.com.br/website/pg003/ppassMateria.php?CODPpass=37>> . Acesso em: 15 out. 2014.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Mensagem nº 676, de 2 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Msg/VEP-676-10.htm>. Acesso

em: 22 dez. 2015.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Política Nacional de Participação Social, Brasília, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/secretariageralpr/docs/politica_ps>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Participação Social no Brasil: Entre Conquistas e Desafios, Brasília, 2014. Disponível em: <http://issuu.com/secretariageralpr/docs/participacao_social_no_brasil>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Brasil Cigano: guia de políticas públicas para ciganos, 2014. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/copy_of_povos-de-cultura-cigana>. Acesso em: 18 jun. 2015.

BRETON, Roland. *Povos e Estados: a impossível equação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Unesp, 2010 [2004].

CABRAL, Alcinda; VIEIRA, Xénia. Políticas integrativas e conceitos ligados às migrações. In: *Antropológicas*, n. 10, 2008. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/212/188>> Acesso em: 15 set. 2015.

CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. Política cultural no Brasil: um histórico. In: *Anais do I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: UFBA, 2005a. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

_____. (orgs.). *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005b.

_____. O Conselho Federal de Cultura 1971-1974. In: *Estudos Históricos*, nº 37. Rio de Janeiro: CPDOC, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2254>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Conferência Nacional de Cultura: balanço e perspectivas. In: BRASIL. MINC. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura* (versão impressa). Brasília: Ministério da Cultura, 2007a.

_____. A cultura e o Estado: as ações do Conselho Federal de Cultura. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007b.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: *Anais do III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: UFBA, 2007c. Disponível em:

<http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_1_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Políticas culturais no governo militar: o Conselho Federal de Cultura. In: *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. Seropédica: Anpuh-Rio, 2008a. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212692933_ARQUIVO_Anpuh2008.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil 1967-1970. In: *Políticas Culturais em Revista*, 1(1), p. 19-35, Salvador, UFBA, 2008b. Disponível em: <<http://www.conselhosdecultura.ufba.br/pdf/Lia%20Calabre%20-%20Políticas.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão de Gilberto Gil. In: *Revista Proa*, nº 1, vol. 1, Campinas, Unicamp, 2009a. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/pdfs/Lia%20Calabre%20-%202017.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009b.

_____ (org.). *Políticas culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itáu Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009c.

_____. Conselhos de cultura no Brasil: algumas questões. In: RUBIM, Antonio Albino et alli. *Políticas Culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: Edufba, 2010.

_____. (org.). *Políticas culturais: pesquisa e formação*. São Paulo: Itáu Cultural, 2012.

_____. Participação social na construção de planos setoriais de políticas públicas: um estudo do Plano Nacional de Cultura. In: *VI Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/981/1/C6_TP_PARTICIPACAO%20SOCIAL%20NA%20CONSTRUCAO.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Política cultural em tempos de democracia: a Era Lula. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 58, jun. 2014, p. 137-156. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82392>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CANADÁ. Immigration Act, 1976. Disponível em: <<http://www.pier21.ca/research/immigration-history/immigration-act-1976>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. Constitution Act, 1982. Canadian Charter of Rights and Freedoms. Disponível em: <<http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/Const/page-15.html>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. Canadian Multiculturalism Act, de 21 de julho de 1988. An Act for the

preservation and enhancement of multiculturalism in Canada. Disponível em: <<http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/c-18.7/>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. Employment Equity Act, 1995. Disponível em: <<http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/e-5.401/>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

CANADÁ. AADNC (Aboriginal Affairs and Northern Development Canada), 2015. Disponível em: <<http://www.aadnc-aandc.gc.ca/eng/1100100010002/1100100010021>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

CANADÁ. CIC (Department of Citizenship and Immigration), 2015. Disponível em: <<http://www.cic.gc.ca/english/>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

_____. Annual report on the operation of the Canadian Multiculturalism Act 2008-2009. Disponível em: <<http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/multi-report2011.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

_____. Annual report on the operation of the Canadian Multiculturalism Act 2010-2011. Disponível em: <<http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/multi-report2011.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2012.

_____. Annual report on the operation of the Canadian Multiculturalism Act 2011-2012. Disponível em: <<http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/multi-report2012.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Discover Canada: The Rights and Responsibilities of Citizenship, 2012. Disponível em: <<http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/discover.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

_____. Citizenship and Immigration Canada. Determine your eligibility – Citizenship, 2012. Disponível em: <<http://www.cic.gc.ca/english/citizenship/become-eligibility.asp>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

_____. Annual report on the operation of the Canadian Multiculturalism Act 2012-2013. Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/multi-ann-report_e.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Annual report on the operation of the Canadian Multiculturalism Act 2013-2014. Disponível em: <<http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/multi-ar-en-2014.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CANADÁ. EMBAIXADA CANADENSE EM BRASÍLIA. Sobre o Canadá. Informações Gerais sobre o Canadá, 2015. Disponível em <http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_a-propos/overview-apercu.aspx?lang=por>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CANADÁ. Royal Commission on Bilingualism and Biculturalism, 1969. Disponível <<http://www.canadahistory.com/sections/documents/documents.html>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

CANADÁ. STATISTICS CANADA. Canada Year Book 2011. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/start-debut-eng.html>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

CANEDO, Daniele. *Cultura, democracia e participação social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia*, 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____. A mobilização da sociedade para a participação na elaboração de políticas públicas de cultura. In: BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; MIGUEZ, Paulo; ROCHA, Renata (orgs.). *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas econômicas*. Salvador: EDUFBA, 2011.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso na cerimônia de regulamentação da Lei de Incentivos à Cultura. Brasília, 17 mai. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

CARIELLO, Rafael. O antropólogo contra o Estado: as ideias e as brigas de Eduardo Viveiros de Castro, o intelectual brasileiro que virou a filosofia ocidental pelo avesso. In: *Piauí*, ed. 88, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-antropologo-contra-o-estado/>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CARNEIRO E SILVA, Silmara. Sociedade civil e poder local: participação nos conselhos municipais gestores de políticas públicas para a ampliação do debate do desenvolvimento local. In: *Anais do Circuito de Debates Acadêmicos*, Ipea, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo22.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 [2001].

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. *Política cultural: reflexão sobre a separação entre a educação e a cultura no Brasil*, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

CASTRO, Daniele Brandino. *Multiculturalismo no Canadá: a biblioteca pública canadense frente a diversidade cultural*, 2012. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). *A Era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CASTRO, Luis Felipe Meira de. O Estado atual da política cultural no Brasil: uma agenda de debates. In: *Revista da Administração Pública*, Rio de Janeiro, 23 (1), 1989, p. 21-35. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9360>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de Oliveira. *Qualidade e Cidadania nas Reformas da Educação Brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: Edufal, 2007.

CAVALCANTI, Bruno. Narrativas de cultura e movimento dos atores: rumos e riscos das políticas para a diversidade cultural. In: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (orgs.). *Transversalidades da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2008.

CAVALCANTI, Leonardo; SIMÕES, Gustavo. Assimilacionismo X multiculturalismo: reflexões teóricas sobre os modelos de recepção dos imigrantes. In: *Esferas*, n. 3, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/5129>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CESTARI, Mariana Jafet. *A constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina nos anos 1970*, 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

_____. As mesmas e as novas mulheres do feminismo brasileiro. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 42 (3, set./dez. 2013), p. 1471-1484. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/42/e142_v3_set-dez_14_v2.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

CHAUÍ, Marilena (org.). *Política cultural*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2006 [1992].

CICONELLO, Alexandre. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. In: *From power: how active citizens and effective states can change the world*. Oxfam International. Oxfam International, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/7208/a-participacao-social-como-processo-deconsolidacao-da-democracia-no-brasil-alexandre-ciconello.html>>. Acesso em: 10 ago. 2014

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

COELHO, Teixeira. *A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

_____. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

COLLINS Cobuild English Grammar. Londres: HarperCollins Publishers, 1994.

CONRAD, Margaret. *A concise history of Canada*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A coleção do Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. In: *Mneme*, Caicó: UFRN, vol. 7, n. 18, out./nov. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/viewFile/330/303>>. Acesso em: 24 de mar. 2015.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Conselhos de políticas públicas: o falso dilema entre institucionalização e democratização da gestão pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfose do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006 [1987].

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009 [1981].

CNPDC (Comissão Nacional dos Pontos de Cultura), 2009. Disponível em: <<http://pontosdecultura.org.br/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

CUNHA, Olívia Maria Gomes. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. O papel dos colegiados na definição dos incentivos públicos à cultura. In: *Políticas Culturais em Revista*, 1(1), p. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3191/2301>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. O papel dos colegiados na definição dos incentivos públicos à cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2011.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES; Universidad Central de Venezuela, 2004.

_____. Diversidade cultural, cidadania e construção democrática. In: MIGUEZ, Paulo; BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana (orgs.). *Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural*. Salvador: EDUFBA, 2014.

DAY, Richard J.F. *Multiculturalism and the history of Canadian diversity*. Toronto: University of Toronto Press, 2000.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*, 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

DEWING, Michael. *Canadian Multiculturalism*. Ottawa: Parliament of Canada, 2009. Disponível em: <<http://www.parl.gc.ca/Content/LOP/ResearchPublications/prb0920-e.htm#1-The Incipient>> Acesso em: 02 nov. 2012.

DINIZ, Leandro Rodriguez Alves. *Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*, 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DOYTCHEVA, Milena. *Le Multiculturalisme*. Paris: Le Decouverte, 2005.

DUARTE, Fernando. Londres paralisada à mercê dos encapuzados: britânicos alteram rotina, fecham comércio cedo e se voltam contra políticos e política despreparada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 ago. 2011. O Mundo, p. 31.

_____. Minorias em choque: após onda de saques, morte de 3 muçulmanos por negros em Birmingham eleva tensão étnica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 ago. 2011. O Mundo, p. 33.

_____. “Foi um motim de consumidores excluídos”: Entrevista Zygmunt Bauman: sociólogo vê nos distúrbios uma tentativa de jovens de classes baixas imitarem os da elite. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 ago. 2011. O Mundo, p. 39.

_____. Londres, cidade partida: versão local das favelas, conjuntos habitacionais são focos de violência e pobreza. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 ago. 2011. O Mundo, p. 36.

DUARTE, Fernando; MAGALHÃES-RUETHER, Graça. Acordados para o pesadelo: intelectuais nórdicos buscam entender nova realidade de violência introduzida por massacre. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul. 2011. O Mundo, p. 42.

DÚMENIL, Gérard; LEVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUNKER, Christian; PRADO, José Luiz Aida (orgs.). *Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker, 2005.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia*. São Paulo: Cortez, 2007.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. I: uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [1939].

ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de

Janeiro: Record, 2014 [1884].

ESCOBAR, Carlos Henrique. Da categoria de cultura: do aparelho cultural do Estado. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 16. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ESTEBAN, Valeriano; LÓPEZ-SALA, Ana. Em torno al mosaico canadiense. Uma reflexión sobre la gestión política de la inmigración em Canadá. In: *ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura*, Madrid. v. 186, n. 744, jul.-ago., 2010. Disponível em: <<http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/1216/1221>>. Acesso em: 15 set. 2015.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. *O que se pode e se deve comer: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973)*, 2014. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

EURONEWS [Jornal]. Angela Merkel: “multiculturalismo alemão fracassou”, 17 out. 2010. Disponível em: <<http://pt.euronews.net/2010/10/17/merkelmulticulturalismo-alemao-fracassou/>> Acesso em: 20 jul. 2011.

FAIRCHILD H. H. *Black, Negro or Afro-American? The differences are crucial!* Journal of Black Studies, Los Angeles, v.16, n 1, p. 47 -55, set.1985. Disponível em: <<http://pzacad.pitzer.edu/~hfairchi/pdf/FairchildArticles/BlackNegroAfroAmer.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. In: *Educação & Sociedade*, ano 20, n. 69, dez. 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n69/a04v2069.pdf>> Acesso em: 21 jun. 2015.

FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair José; VERSOLATO, Fernanda (orgs.). *Você que um bom conselho?* Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

FERRAREZI, Elisabete; OLIVEIRA, Clarice. Reflexões sobre a emergência da participação social na agenda das políticas públicas: desafios à forma de organização burocrática. In: *V Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.segplan.go.gov.br/post/ver/167051>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

FERREIRA, Alexandre; MEDEIROS, Vanise. História de um gentílico, a tensa inscrição do ofício. In: *Revista da Anpoll*, v. 1, nº 32, 2012. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewArticle/615>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

FERREIRA GULLAR. *Cultura popular posta em questão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2012.

FIORIN, José Luiz. A linguagem politicamente correta. In: **Linguasagem**, v. 1, ago. 2008. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_alinguagempoliticamenteincorreta.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2005.

FRADE, Cásia et al. (orgs.). *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

FRANÇA, Michelle Cavalli; PASTOR, Marcia. A participação popular em tempos neoliberais: desafios para sua efetivação. In: *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís, 2009. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/cdromfinal.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2006 [1933].

_____. *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1940.

_____. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

_____. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 2010 [1990].

GAGNON, Alain-G. (org.). *Quebec: Estado e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. O dossiê constitucional Quebec-Canadá. In: GAGNON, Alain-G. (org.). *Quebec: Estado e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____; IACOVINO, Raffaele. O interculturalismo: expandindo as fronteiras da cidadania. In: GAGNON, Alain-G. (org.). *Quebec: Estado e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GALARRAGA, Naiara. Liberdade de expressão até para terroristas: manifesto do atirador norueguês correu o mundo; especialistas avaliam que é melhor saber o que pensam os radicais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jul. 2011. *O Mundo*, p. 27.

GIL, Gilberto. Solenidade de transmissão do cargo. Brasília, 2 jan. 2003. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria; SIQUEIRA, Maurício (orgs.). *Cultura pela palavra*:

coletâneas de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

_____. Abertura do Seminário Cultura XXI. Fortaleza, 19 mar. 2003. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria; SIQUEIRA, Maurício (orgs.). *Cultura pela palavra: coletâneas de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

_____. Apresentação. In: LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia (orgs.). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. Abertura da 1ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília, 12 dez. 2005. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria; SIQUEIRA, Maurício (orgs.). *Cultura pela palavra: coletâneas de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010*. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

_____. Solenidade de instalação do Conselho Nacional de Política Cultural, 19 dez. 2007. Disponível em: <<http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/2007/12/19/cultura-e-democracia/>> Acesso em: 15 out. 2015.

GOMES, Anderson Soares. Assimilação e pertencimento: minorias visíveis e a ficção canadense contemporânea. In: *Web revista Discursividade*, ed. 12, set. 2013. Disponível em: <<http://www.cepad.net.br/discursividade/EDICOES/12.1/Arquivos/gomes.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; FGV, 2002.

_____. (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1949].

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: *Anais do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/sead2_paineis.html>. Acesso em: 15 jun. 2015.

GRIN, Monica. “Raça”: debate público no Brasil (1997-2007). Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2010.

GUAPINDAIA, Aloysio; MEIRA, Márcio; LIMA, Roberto; MEIRELES, Silvana. Diálogo pertinente: a participação da sociedade na construção de uma política pública de cultura. In: MINC (Ministério da Cultura do Brasil). *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura (versão CD-Room)*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007b.

GUARAL, Guilherme. *O Estado Novo da Portela*. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

GUILAYN, Priscila. Conversões inversas na terra dos Reis Católicos: rejeição na comunidade faz número de muçulmanos que abraçam cristianismo ser bem menor que o contrário na Espanha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul. 2011. O Mundo, p. 43.

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

_____. ; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Unicamp, 2010 [1994].

GUIMARÃES, Alice Soares. *A reemergência de identidades étnicas na modernidade: movimentos sociais e Estado na Bolívia contemporânea*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2014.

GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. *Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano*. In: Letras, n. 26, UFSM, 2003. Disponível em:

<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11880>> Acesso em: 15 set. 2015.

_____. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015 [1992].

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992 [1984].

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014 [2005].

HAVILAND, William; PRINS, Harald; WALRATH, Dana; McBRIDE, Bunny. *Princípios de Antropologia*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas (v.2): do feminismo ao multiculturalismo*. São Paulo: Ática, 2010.

HILLER, Harry. *Canadian Society: a macro analysis*. Toronto: Pearson Education Canada, 2000.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1936].

HORTA NUNES, José. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discursoliterário e sociedade. In: Revista argentina de historiografia lingüística, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/view/71/107>>. Acesso em: 20 out. 2015.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *Organon* - Revista do Instituto de Letras da UFRGS, n. 35, v. 17, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/30020/18616>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.

JANSEN, Roberta. Liberdade X Igualdade: grande embate do século passado não produziu um vitorioso e continua a nortear os conflitos no Ocidente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 ago. 2011. História, p. 42.

JARDIM, Eduardo. *Mário de Andrade: Eu sou trezentos*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

_____. As tradições da diversidade cultural – o modernismo. In: LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia (orgs.). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

JAULMES, Antoine. *Um ministro da Identidade Nacional e Reconciliação?*, 11 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.iofc.org/pt-br/node/25510>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2007 [1960].

KARMIS, Dimitrios. Pluralismo e identidade(s) nacional(ais) no Quebec contemporâneo: esclarecimentos conceituais, tipologia e análise do discurso. In: GAGNON, Alain-G. (org.). *Quebec: Estado e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

KAUARK, Giuliana. O Ministério da Cultura e a Convenção sobre a Diversidade Cultural. In: *Anais do I Seminário Internacional Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/14-GIULIANA-KAUARK.1.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

KESLER, Linc. *Aboriginal identity and terminology*, s.d. Disponível em: <<http://indigenousfoundations.arts.ubc.ca/home/identity/aboriginal-identity->

[terminology.html](#)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

KLEIN, Remí. Questões de gênero e sexualidade nos planos de educação. In: *Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v. 1, n. 2, ago./dez. 2015: Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/viewFile/2633/2471>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

KLIEN, Madalena (org.). *Cultura surda na contemporaneidade*. Canoas: Ulbra, 2011.

KOLDORF, Ana Esther (comp.). *Multiculturalismo y diversidad: un debate actual*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2010.

KOTTACK, Conrad Phillip. *Um espelho para a humanidade: uma introdução à Antropologia Cultural*. São Paulo: Editora Penso, 2013.

KRIEG-PLANQUE. *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. A palavra etnia: nomear o outro: origem e funcionamento do termo etnia no universo discursivo francês. In: *Língua e instrumentos linguísticos*, v. 22, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao22/edicao22.html>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

KULAITIS, Fernando. “Assimilação” e “multiculturalismo”: vertentes de um debate para abordar as migrações internacionais. In: *I Seminário Nacional de Sociologia & Política*, Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT4/EixoI/assimilacao-multiculturalismo-FernandoKulaitis.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

KULISH, Nicholas. Radicalismo europeu: tragédia na Noruega revela perigo do crescimento da extrema-direita no continente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jul. 2011. O Mundo, p. 23.

KYMLICKA, Will. Théories récentes sur la citoyenneté. Rapport présenté pour Politiques ministérielles et recherche. In: *Multiculturalisme et Citoyenneté*, Canada, Ottawa, 1992.

_____. (edit.). *The rights of minority cultures*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. *Ciudadanía multicultural*. Barcelona: Paidós, 1996a.

_____. Federalismo, nacionalismo y multiculturalismo. In: RIFP, v. 7, p. 20-54, 1996b. Disponível em: <<https://www.zotero.org/spartakku/items/itemKey/3R96BQMH>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. Multiculturalism and minority rights: West and East. In: *Journal on Ethnopolitics and Minority Issues in Europe*, 2002. Disponível em: <http://www.ecmi.de/fileadmin/downloads/publications/JEMIE/2002/nr4/Focus4-2002_Kymlicka.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. *La política vernácula: nacionalismo, multiculturalismo y ciudadanía*. Barcelona: Paidós, 2003 [2001].

_____. *Estados, naciones y culturas*. Córdoba: Almuzara, 2004a.

_____. Culturally responsive policies. In: *Human Development Report Office: Background paper for HDR 2004*. UNDP, 2004b. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/culturally-responsive-policies>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. *Las odiseas multiculturales: las nuevas políticas internacionales de la diversidad*. Barcelona: Paidós, 2009.

_____. Multiculturalism: success, failure and the future. In: *Migration Policy Institute*, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.migrationpolicy.org/pubs/Multiculturalism.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

_____. Multiculturalismo: o sucesso, o fracasso e o futuro. In: *Interfaces Brasil/ Canadá*, v. 14, n. 18, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/interfaces/article/view/1576>>. Acesso em 15 set. 2015.

_____. *National Minorities in Post-Communist Europa: the role of international norms and european integration*, s/d. Disponível em: <http://www.law.utoronto.ca/documents/globalization/Kymlicka_Oct7_04.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. *Ethnicity and democratic governance*, s/d. Disponível em: <<http://www.queensu.ca/edg/members/researchers/kymlicka.html>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____; BANTING, Keith. Immigration, multiculturalism and the welfare state. In: *Ethics & International Affairs*, v. 20, 2006. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1747-7093.2006.00027.x/abstract>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

_____; COHEN-ALMAGOR, Raphael. Democracy and multiculturalism. In: COHEN-ALMAGOR, Raphael (edit.). *Challenges to Democracy: Essays in Honour and Memory of Isaiah Berlin*. London: Ashgate Publishing Ltd., 2000. Disponível em: <<http://hcc.haifa.ac.il/~rca/articles/Democracy%20and%20Multiculturalism.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

_____; PATTEN, Alan (edits.). *Language rights and political theory*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

LABELLE, Micheline. Pluralisme, intégration et citoyenneté, enjeux sociaux et politiques à propos du Québec. In: ABOU, Sélim; HADDAD, Katia. *Diversité linguistique et culturelle et enjeux du développement. Premières journées scientifiques du Réseau thématique de recherche: Cultures, Langues et Développement*. Beirute: AUPELF-UREF, Université Saint-Joseph, 1997.

- LACERDA, Alice Pires de. Democratização da cultura X democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. In: *I Seminário Internacional Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <<http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Lacerda-democratizacao-da-cultura.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- LACZKO, Leslie. *Pluralism and inequality in Quebec*. Toronto: University of Toronto Press, 1995.
- LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009.
- LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). *A Era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LAROUSSE. *Le Grand Larousse*. Paris, 2015.
- LEAL, Maria do Socorro Pereira. *Índios & brasileiros: posse da terra Brasilis nos discursos jornalísticos online, político e indígena*, 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LENIN. Vladimir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007 [1917].
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1986 [1955].
- LIMA, Alessandra Rodrigues. *Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*, 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LONDRES, Cecília. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- LONGMAN. *Longman Dictionary of Contemporary English*. Essex: Pearson Education Limited, 1987.
- LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia (orgs.). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.
- LOPES, J. M. Teixeira. Da democratização da cultura e um conceito e prática alternativos de

democracia cultural. In: *Saber e Educar*, v. 14, 2009. Disponível em: <<http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/121>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCENA, Giselle; BARROS, José Marcio. Diverdidade cultural e conselhos de cultura: uma aproximação conceitual e empírica. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2011.

LUZ, Marcelo Giovannetti Ferreira. “Negro”, “preto”, “mulato” e “afrodescendente” e o silenciamento dos sujeitos nos discursos sobre as ações afirmativas. In: *Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade*, 14 a 16 de fevereiro de 2012. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/LUZ_MARCELO_GIOVANNETTI_FERREIRA.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. *A nomeação como procedimento de constituição da identidade negra nos discursos sociais e nos documentos oficiais do Estado: um silenciamento da miscigenação*, 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MACAGNO, Lorenzo. *O dilema multicultural*. Curitiba: EdUFPR; Rio de Janeiro: Graphia, 2014.

MACHADO, Lucília. Educação básica, empregabilidade e competência. In: *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, nº 3, jan./jul. 1998. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1490>>. Acesso em: 15 set. 2015.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. In: *Linguagem em (Dis)curso*. Palhoça, v. 10, nº 2, mai./ago. 2010, p. 391-408. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322010000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, Número Especial, 2003, p. 73-90. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/247>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Ideologia, sujeito e transformação social. In: *Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/BelmiraMagalhaes.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

MAGGIE, Yvonne. O arsenal da macumba. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n.6, 2005, p. 25-32. Disponível em:

<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-arsenal-da-macumba>>. Acesso em: 18 set. 2015.

MAHROUSE, G. Reasonable accommodation in Quebec: the limits of participation and dialogue. In: *Race and Class*, 52 (1), 2010. Disponível em:

<<http://rac.sagepub.com/content/52/1/85.short>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MAIA, Tatyana de Amaral. As políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1974). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: Anpuh, 2011.

Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300631726_ARQUIVO_textocompletoTatyanaMaiaANPUH2011.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar (1967-1975)*. São Paulo: Itáu Cultural: Iluminuras, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar, 2007 [1984].

MALHANO, Clara Emília S. M. de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MANEVY, Alfredo. Dez mandamentos do Ministério da Cultura nas gestões Gil e Juca. In:

Cadernos CENPEC, v. 5, n. 7, 2010. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/65>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa*. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. In: *Gragoatá*, nº 5, p. 87-95, 1998.

_____. Políticas de Colonização Lingüística. In: *Letras*, Santa Maria, v. 27, jul./dez. 2003.

Disponível em:

<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11900/7322>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

_____. *Colonização Lingüística*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

MARQUES, Marcelo de Souza. Políticas públicas culturais e participação: uma reflexão em torno de duas instituições artístico-culturais no Espírito Santo. In: *1º Seminário Internacional de Ciência Política*, Porto Alegre, set. 2015. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/sicp/anais/democracia/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MARTUCCELLI, Danilo. As contradições políticas do multiculturalismo. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 2, mai./ago. 1996. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde02/rbde02_04_danilo_martuccelli.pdf>. Acesso em: 28 set. 2012.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*, Livro 1, Vol I. Rio de Janeiro:

Bertrand Brasil, 1989 [1867].

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1859].

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1933].

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. A instituição conselho e a democracia: na história do Brasil e no Conselho Nacional de Política Cultural. In: *VI Congresso de Gestão Pública, Brasília*, 2013. Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/068-A-INSTITUI%C3%87%C3%83O-CONSELHO-E-A-DEMOCRACIA-NA-HIST%C3%93RIA-DO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

MATTERLART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005.

MCNAUGHT, Kenneth. *The Penguin History of Canada*. Toronto: Penguin Books, 1988 [1969].

MEIRA, Márcio. Oficina de informações sobre a metodologia da 1ª CNC. In: BRASIL. MINC (Ministério da Cultura do Brasil). *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura* (versão impressa). Brasília: Ministério da Cultura, 2007a.

MEIRA, Márcio; GAZZINELLI, Gustavo. *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura (OSNC)*. Brasília: MinC, 2006. Disponível em: <http://dhnet.org.br/tecidocultural/curso_acc/3/03_sistema_nacional_cultura_oficina.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2015.

_____. O Sistema Nacional de Cultura. In: BRASIL. MINC (Ministério da Cultura do Brasil). *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura* (versão CD-Room). Brasília: Ministério da Cultura, 2007b.

MENDES, Helen Miranda. *O palco de Collor: a precarização da política cultural no governo de Fernando Collor*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEZ, Paulo; BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana (orgs.). *Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural*. Salvador: EDUFBA, 2014.

MIRANDA, Benedito Rubens. Mário de Andrade: um bandeirante da cultura. In: *Revista PIBIC*, v. 1, n. 1, 2004, p. 93-103. Disponível em: <<http://www.unifio.br/files/download/site/PIBIC/IniciacaoCientifica/02261pibm.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

MIRANDA, Elis; ROCHA, Elisabeth; EGLER, Tamara. A trajetória das Políticas Públicas de Cultura no Brasil. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 17, n. 1, jun. 2014, p. 25-46. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/1775/2243>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/233>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MORALES, Angélica; SOUZA-LIMA, José; KNECHTEL, Maria do Rosário; CARNEIRO, Sônia; NOGUEIRA, Valdir (orgs.). *Educação ambiental e multiculturalismo*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

MOREIRA, Raquel; CALABRE, Lia. Financiamento da cultura sob a ótica dos direitos culturais: possibilidades e desafios do Plano Nacional de Cultura. In: *Políticas Culturais em Revista*, 2 (5). Salvador: UFBA, 2012, p. 97-114. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewArticle/6788>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

MORELLO, Rosângela. (org.). *Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL, 2015.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009.

MORTON, Desmond. *Breve história do Canadá*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1989 [1983].

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2014 [1977].

MOURA, Caio. O advento dos conceitos de cultura e civilização: sua importância para a consolidação da autoimagem do sujeito moderno. In: *Filosofia Unisinos*, v. 10(2), mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://philpapers.org/rec/MOUOAD>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

MURPHY, Michael. *Multiculturalism: a critical introduction*. Oxon: Routledge, 2012.

MUSTAFÁ, Izani. Estado Novo: o uso político do rádio no Brasil e em Portugal nos anos de 1935 a 1940. In: *Rádio-Leituras*, ano IV, v. 1, p. 91-112, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://radioleituras.files.wordpress.com/2014/03/anoivnumiart05.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

NANTAMBU, Kwame. *Origin of terms 'Negro' and Afrika*, 2007. Disponível em: <<http://www.trinicenter.com/kwame/2007/0901.htm>>. Acesso em: 15 out. 2015.

NAPOLITANO, Marcos; WASSERMAN, Maria Clara. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. In: *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, 2000, p.167-189. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 abr. 2015.

NASSRALLAH, Mireille. *Challenges in Canadian cultural discourses: multiculturalism vis-à-vis interculturalism and the political othering of Canada's cultural fabric*, 2014. Dissertação (Master of Arts in Communication) – Faculty of Arts, University of Ottawa, Ottawa, 2014.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. In: *Lutas Sociais*, v. 1, 1996. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/neils/revista/voll.html>>. Acesso em: 15 set. 2015.

NEVES, Sandro Campos. O Plano Nacional de Cultura e os índios: dilemas e tradições políticas na articulação de um pensamento sobre povos e culturas indígenas no Brasil. In: *Políticas Culturais em Revista*, 2 (1), 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pulturais/article/view/3338>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

NEWPORT, Frank. Black or African American? In: *Social Issues*, set. 2007. Disponível em: <<http://www.gallup.com/poll/28816/black-africanamerican.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

O GLOBO [Jornal]. A batalha pela cruz, Itália e mais 10 países recorrem à Corte Europeia para manter crucifixos em escolas. Rio de Janeiro, 1 jul. 2010. O Mundo, p. 32.

_____. Democracia radical: premier norueguês afirma que opiniões de extrema-direita são legítimas, mas condena uso da violência para implementá-las. Rio de Janeiro, 28 jul. 2011. O Mundo, p. 29.

_____. Londres fora de controle. Rio de Janeiro, 09 ago. 2011. O Mundo, p. 29.

_____. Modelo egípcio para a ordem britânica: em medida já usada por ditadores, primeiro-ministro ameaça bloquear mídias sociais para conter distúrbios e deflagra debate sobre censura. Rio de Janeiro, 12 ago. 2011. O Mundo, p. 29.

OLIVEIRA, João Pacheco. (org.). *Hacia una antropologia del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales*. Centro Amazônico de Antropologia y Aplicacion Práctica. Rio de Janeiro/Lima: Contracapa, 2006.

_____ (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: ContraCapa/ LACED, 2004.

NOMERIANO, A. S. *A educação do trabalhador; a pedagogia das competências e a crítica marxista*. Maceió: Edufal, 2007.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT, 1989. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

OLIVEIRA, Francini V. de. Intelectuais, cultura e política na São Paulo dos anos 30: Mário de Andrade e o Departamento Municipal de Cultura. In: *Plural* (USP), v. 1, 2005, p. 11-19. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75669>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Entre vadios, valentes a mestres capoeiras. In: I Encontro Regional de História, 2002. In: *Anais do I Encontro Estadual de História*. Ilhéus: UESC, 2002a. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_I/josivaldo_pires_oliveira.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2015.

_____ ; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; FGV, 2002b.

_____. Política nacional de cultura: dois momentos em análise – 1975 a 2005. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

OLIVEIRA, Vânia D. Estevam de. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro: estratégias e redes de resistência na construção da memória da cultura popular brasileira. In: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio, jul. 2010c. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276722120_ARQUIVO_TextoANPUH2010-versaofinal.pdf>. Acesso: 15 out. 2015.

OLIVERAS, Neus. El multiculturalismo. In: MITJANS, Esther; CASTELLÀ, Josep (coords.). *Canadá: introducción al sistema político y jurídico*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2001.

OLIVEN, Ruben George. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade? In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. *Cultura neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura*. São Paulo: Escrituras, 2004.

ONU (Organização das Nações Unidas). State of the World's Indigenous Peoples. New York, ONU, 2009. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/SOWIP/en/SOWIP_web.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. In: *Em aberto*, Brasília, ano 3, n. 21, abr./jul. 1984. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2193/1462>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. (org.). *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: *Em Aberto*, Brasília, v. 14, n. 61, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Texto e discurso. In: *Organon* - Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29365>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. In: *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1, jul./dez. 1998, p. 73-81. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/6915/6378>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. (org.). *Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2003 [1993].

_____. (org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007 [1999].

_____. *As formas do silêncio*. Campinas: Unicamp, 2007 [1992].

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. *Terra à vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2008.

_____. *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010a.

_____. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. In: *Entremeios: revista de estudos do discurso*, v.1, n.1, jul. 2010b. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/1.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. Formas de conhecimento, informação e políticas públicas. In: *Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 9, n. 17, jan./jun. 2010c. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/2373>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____ (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Unicamp, 2010 [1994].

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2011.

_____. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 2012 [1988].

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. Espaços linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. In: *Rua*, n. 18, v. 2, 2012b. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=131>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

_____; SOUZA, Tânia. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

OXFORD. *The Oxford English Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PAREKH, Bhikhu. *Rethinking multiculturalism: cultural diversity and political theory*. 2002.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (19), jul./dez. 1990 [1982], p. 7-24.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Unicamp, 2010 [1994].

_____. O mecanismo do (Des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007 [1983].

_____. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2008 [1988].

- _____. *Semântica e Discurso*. Campinas: Unicamp, 2009 [1975].
- _____. Análise automática do discurso (AAD-69) (. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 2010 [1990].
- _____. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011.
- _____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 2010 [1990].
- PEIXE, João Roberto. A urgência da democratização dos conselhos de cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- PEREIRA, Cristina da Costa. *Os ciganos ainda estão na estrada*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- PETINELLI, Viviane. As conferências públicas nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). In: *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v17n1/v17n01a08.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- PETRI, Verli; MEDEIROS, Vanise. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. In: *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, jan./jun. 2013, p. 43-66. Disponível: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11725>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- PFEIFFER, Claudia Castellanos. Língua em museu: institucionalização de um nós no recobrimento de um resto histórico. In: *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, jan./jun. 2013, p. 225-244. Disponível: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11750>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- PITOMBO, Mariella. Espaços e atores da diversidade cultural. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n3/v54n3a02.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- POGREBINSCHI, Thamy. Conferências Nacionais e políticas públicas para grupos minoritários. In: AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique L. de. *Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília: Ipea, 2013.
- PONTES JÚNIOR, Geraldo; CASTRO, Maurício Barros; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos

(orgs.). *Diálogos interdisciplinares: literatura e políticas culturais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

POSSENTI, Sírio. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. In: *Rev. Est Ling.*, Belo Horizonte, ano 4, v. 2, jul./dez. 1995, p. 125-142. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1016>>. Acesso em: 15 out. 2015.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do documento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PÚBLICO [Jornal]. David Cameron denuncia fracasso do multiculturalismo, 05 fev. 2011. Disponível em: <http://www.publico.pt/Mundo/david-cameron-denuncia-fracasso-do-multiculturalismo_1478771> Acesso em: 20 jul. 2011.

QUEBEC. *Conhecer, respeitar, partilhar: valores em comum da sociedade quebequense*, 2009. Disponível em: <<https://www.immigration-quebec.gouv.qc.ca/publications/pt/Depliant-Valeurs-Communes-PT.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou Espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

RAFFAINI, Patricia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2001.

RAMOS, Arthur. *O folclore negro do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1935].

RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50/60/70*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996 [1995].

_____. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras; Funarte, 1996.

_____. *Nas margens do político*. Porto: Dafne, 2010 [1990].

_____. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014 [2005].

RAO, C. P. (org.). *Marketing e diversidade multicultural*. São Paulo: Editora Senac, 2007

[2006].

RASSI, Amanda Pontes. Do acontecimento histórico do acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das Vadias”. In: *Revista Histórica* UEG, Goiânia, v. 1, n. 1, jan./jun. 2012, p. 43-63. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/599>>. Acesso em: 15 out. 2015.

RATTANSI, Ali. *Multiculturalism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

REINO UNIDO. *The arts are your business: an introduction to sponsorship in the arts*. London: Office of Arts and Libraries, 1980.

REIS, Paula Félix. *Políticas culturais do Governo Lula: análise do Sistema e no Plano Nacional de Cultura*, 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____. Políticas nacionais de cultura: o documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. In: *Anais do V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3335>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para dez anos. In: *VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24639.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

RIBEIRO, Matilde. *Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RICHTER, Miriam Verena. *Creating the National Mosaic: Multiculturalism in Canadian Children's Literature from 1950 to 1994*. New York: Rodopi, 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei Estadual nº 3.708, de 09 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01>> . Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. Lei Estadual nº 4.061, 02 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a reserva 10% das vagas em todos os cursos das universidades públicas estaduais a alunos portadores de deficiência. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90841/lei-4061-03>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. Lei Estadual nº 4.151, 04 de setembro de 2003. Institui nova disciplina sobre o

sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90604/lei-4151-03>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei Municipal nº 3.172, de 27 de dezembro de 2000. Cria e extingue Secretarias Especiais, Altera a denominação das atuais Secretarias Municipais de Trânsito e de Cultura e dá Outras Providências. Disponível: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/7cb7d306c2b748cb032579600610ad8/4f05302d2124bbd5032576ac0072e83c?OpenDocument>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

ROBERT. *Dictionnaire Le Grand Robert*. Montreal: Dicorobert, 1989.

ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. In: *Mediações*, v. 14, n.1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/wrevojs246/index.php/mediacoes/article/viewFile/3358/2741>>. Acesso em: 15 out. 2015.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina María. Políticas públicas de direito à língua e consenso etnocultural: uma reflexão crítica. In: ORLANDI, Eni (org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010.

_____. Da religião à cultura na constituição do Estado nacional. In: *XIX Encontro Nacional da ANPOLL*, Maceió, 2004.

RODRÍGUEZ-ZUCCOLILLO, Carolina María. *Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai*, 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RONCARATI, Claudia; BARBOSA DA SILVA, Diego; PONSO, Leticia Cão. Um olhar crítico sobre a sociometria da língua portuguesa. In: *Gragoatá*, n. 32, jan./jun. 2012, p. 75-98. Disponível em: <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/118>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. In: *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, jun. 2007, p. 101-113. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Plano Nacional de Cultura em debate. In: *Políticas Culturais em Revista*, 2 (1), Salvador, UFBA, 2008, p. 59-72. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/3333/2449>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v. 31, n. 1, jan./jun. 2008, p. 183-203. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewArticle/200>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Políticas culturais e novos desafios. In: *MATRIZES*, ano 2, nº 2, 2009. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/106>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. (org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. Conselhos de cultura: atribuições, caráter, composição e democracia. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2011.

_____; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2011.

RUBIM, Iuri; BRIZUELA Juan; LEAHY, Renata. Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2011.

RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (orgs.). *Transversalidades da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2008.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1968)*, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. In: *Revista USP*, nº 53. São Paulo, USP: mar./mai. 2002.

RUSSEFF, Ivan. *Educação e cultura na obra de Mário de Andrade*. Campo Grande: UCDB, 2001.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SAES, Décio Azevedo Marques de. O lugar da noção de sujeito na sociedade capitalista. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, jul./dez. 2012, p. 09-20. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18474>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

SAFATLE, Vladimir, Multiculturalismo. In: WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 31, 1990. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70041/72681>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

SALCIOTTO, Tatiana Lopes; PÓ, Marcos Vinícius. Participação popular no Ministério da Cultura (2003-2010). In: *Anais do V Seminário Internacional Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Tatiana-Lopes-Salciotto-et-alli.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SALÉE, Daniel. O Estado quebequense e a questão autóctone. In: GAGNON, Alain-G. (org.). *Quebec: Estado e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SALGADO, Gabriel; PEDRA, Layno; CALDAS, Rebeca. As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SALLUM JÚNIOR. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: *Tempo Social*, v. 11(2), out. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12305>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (orgs). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EdUFBA, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In: *OFICINA DO CES* nº 135, 1999. Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais. Praça D. Dinis. Colégio São Jerónimo, Coimbra. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Giordanna Laura da Silva. “Novos” atores sociais nas políticas culturais: uma análise da participação política da esfera civil no Colegiado Setorial de Culturas Populares do Ministério da Cultura (MinC). In: *Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes*, Araraquara, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st03-trab-aceito-0251-3.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Novos atores sociais nas políticas culturais: reflexões sobre a participação social nas políticas para culturas populares. In: *II Seminário Internacional de Políticas Culturais*, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7354/Giordanna-Santos.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SANTOS, Josciene et alii. As políticas públicas para a diversidade cultural brasileira. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. In: *Revista do Patrimônio*, n. 24. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=4>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a04v1955>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. 1º Concurso de Robustez da Criança Escolar do Estado de SP: festa de encerramento, com a presença dos Srs. Governador do Estado, Prefeito da Capital e outras pessoas gradas; Coral dos Orfeões dos Grupos Escolares da Capital, reg.: Fabiano Lozano; moldura literária: Luiz Gonzaga Fleury; ilustr.: Grupos Escolares Romão Puiggari, Prudente de Moraes, Consolação, Eduardo Carlos Pereira, São Paulo, Parque Infantil D. Pedro II - Departamento Municipal de Cultura, 1937. Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.sp.gov.br/portalcervos/ExibirItemAcervo.aspx?id=476411>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

SAPO [Jornal]. Sarkozy junta-se ao coro anti-multiculturalismo, 11 fev. 2011. Disponível em: <http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=11511> Acesso em: 20 jul. 2011.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998 [1991].

SCHANOSKI, Tadzia. *A participação social nas políticas públicas culturais a partir da gestão de Gilberto Gil*, 2014. Monografia (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1970].

SEMENSATO, Clarissa. Os impactos das conferências de cultura: problematização com base no estudo de caso de Campos dos Goytacazes. In: *V Seminário Internacional Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Clarissa-Alexandra-Guajardo-Semensato.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SENA, Paulo. A história do PNE e os desafios da nova lei. In: BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. *Plano Nacional de Educação 2014-2024* [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o patrimônio: um anteprojeto ainda atual. In: *Revista*

do Patrimônio, n. 30. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs_N\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. *Política cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília: MinC, 2007.

SILVA, Gisélia Castro. Política cultural e cultura popular no contexto do neoliberalismo. In: *III Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís, 28 a 30 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SILVA, Marcos Antônio; JOHNSON, Guillermo Alfredo. Neoliberalismo e cultura política na América Latina: uma crítica à visão liberal de Estado, democracia e sociedade civil. In: *Rebela*, v. 1, n. 2, out. 2011. Disponível em: <<http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/28>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SILVA, Regina Alves da; DUTRA, Roger Andrade. Agenda transnacional da Unesco e as políticas públicas de cultura do MinC (2003-2010). In: *Anais do III Seminário Internacional Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Regina-Helena-Alves-da-Silva-et-alii.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SILVA, Silmara Carneiro e. Sociedade civil e poder local: participação nos conselhos municipais gestores de políticas públicas para a ampliação do debate do desenvolvimento local. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo22.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Victor Ernesto Silveira. Colored, Black, Negro, Afro-american and what it is going to be: o discurso racista nas definições dos descendentes dos africanos na América. In: *I Congresso Nacional de Linguagens e Representações*, 14 a 17 out. 2009. Ilhéus: UESC, 2009. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/iconlireanais/iconlire_anais/anais-51.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SILVA SOBRAL, Denson André P. da. O discurso neoliberal no ideário educacional brasileiro: a (des)velação na materialidade discursiva do ENEM. In: *Tabuleiro de Letras*, n. 6, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/362>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SOARES, Alexandre Ferrari. *A Homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*, 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 [1966].

SOTO, Cecilia Vásquez. Papel e atuação do CNPC na atual dinâmica cultural. In: *Anais do I Seminário Internacional Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/08-CECILIA-V%C3%81SQUEZ-SOTO.1.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SOTO, Cecilia; CANEDO, Daniele; OLIVEIRA, Gleise; SALGADO, Júlio. Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOUZA, Clóvis Henrique L. de et alii. Conferências típicas e atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político. In: AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique L. de. *Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade*. Brasília: Ipea, 2013.

SOUZA, Márcio. Fascínio e repulsa: *Estado, cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.

SOUZA, Marilena Inácio de. “*A mão (in)visível do neoliberalismo*”: na língua: índices de tendências discursivas no português brasileiro contemporâneo, 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Linguagens, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010 [1983].

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: UFSC, 2013.

SWAN, Michael. *Practical English Usage*. Oxford: Oxford University Press, 2002

TAYLOR, Charles (org.). *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Piaget, 1998 [1994].

_____. Interculturalism or multiculturalism? In: *Philosophy & Social Criticism*, v. 38, may/jun. 2012, p. 413-423. Disponível em: <<http://www.resetdoc.org/story/00000022267>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Ciganos no Brasil*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

TIERNEY, Stephen (edit.). *Multiculturalism and the Canadian constitution*. Vancouver: The University of British Columbia, 2007.

TRAVASSOS, Elizabeth. Mário e o folclore. In: *Revista do Patrimônio*, n. 30. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=4>>. Acesso em: 09 ago. 2014.

TRUDEAU, Pierre Elliott. *Announcement of Implementation of Policy of Multiculturalism within Bilingual Framework*. Ottawa: Ottawa: House of Commons, 1971. Disponível em: <<http://www.canadahistory.com/sections/documents/Primeministers/trudeau/docs-onmulticulturalism.htm>>. Acesso em 02 nov. 2012.

TURNER, B. S. Citizenship and the crisis of multiculturalism. In: *Citizenship Studies*, 10(5), 2006. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13621020600955041?journalCode=ccst20#.VdnIGvIViko>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

UNDP. Buenos Aires Plan of Action (BAPA). Disponível em: <<http://ssc.undp.org/sspolicy/policy-instruments/buenos-aires-plan-of-action/>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

UNESCO. Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2011.

_____. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/ConvencaoDiversidade_Oficial_1174079123.pdf>. Acesso em 27. mar. 2011.

_____. *Relatório Mundial da Unesco: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2011.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. *Parlamento Europeu vota sobre a directiva do retorno*, 11 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=pt&type=IM-PRESS&reference=20080603BRI30699&secondRef=ITEM-001-pt>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

VALENTINI, Luísa. *Um laboratório de Antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. São Paulo: Alameda, 2013.

VALIATI, Leandro; FLORISSI, Stefano (orgs.). *Economia da cultura: bem-estar econômico e evolução cultural*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2007.

VALLA, Victor Vincent. *Sobre participação popular: uma questão de perspectiva*. In: Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14 (Sup. 2), 1998. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v14s2/1322.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

VALLER FILHO, Wladimir. *O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: Funag, 2007.

VAN DEN BOSH, Eduardo R.; SOUZA, Clóvis H. L.; DOUNIS, Sumaya C.. Metodologia da 1ª CNC: ampliação e qualificação da participação social na elaboração de políticas públicas. In: BRASIL. MINC. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura* (versão impressa). Brasília: Ministério da Cultura, 2007a.

VARELLA, Guilherme. *Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

VARGAS, Rejane Maria Arce. Dizeres que não voltam mais? Questionamentos sobre a questão da filiação dos sentidos. In: *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 185-200, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11987>>. Acesso em: 15 out. 2015.

VENTURA, Tereza. Notas sobre política cultural contemporânea. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 15, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_tereza_ventura.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Cultura, justiça e diferença. In: PONTES JÚNIOR, Geraldo; CASTRO, Maurício Barros; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (orgs.). *Diálogos interdisciplinares: literatura e políticas culturais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão – o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: FUNARTE-FGV, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”. In: *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naif, 2002.

_____. Posfácio. In: CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____. *Metafísicas canibais*. São Paulo: Cosac Naif, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. Democracy, capitalism and transformation. In: *Documenta* 11, Viena, 2001. Disponível em: <<http://academic.cuesta.edu/fha/1A/lecture/democracy%20wallerstein.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

WEFFORT, Francisco. *A cultura e as revoluções da modernização*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

_____; SOUZA, Márcio (orgs.). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da Funarte, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WU, Chin-Tao. *A privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ZANDWAIS, Ana. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: *Anais do I Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/sead1_paineis.html>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ZIMBRÃO, Adélia. Conferências nacionais de cultura e seus desdobramentos em políticas públicas. In: *IV Seminário Internacional de Políticas Culturais*, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Ad%C3%A9lia-Zimbr%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

_____. Políticas públicas culturais e mecanismos de democracia participativa. In: *VI Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília, 2013. Disponível em: <http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/989/1/C6_TP_POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS%20CULTURAIS.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ŽIŽEK, Slavoj. Multiculturalismo, ou a lógica cultural do capitalismo multinacional. In: DUNKER, Christian; PRADO, José Luiz Aidar (orgs.). *Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker, 2005.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. In: *Organon - Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, vol. 17, n 35, 2003. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/organon/article/download/30027/18623> Acesso em: 20 abr. 2014.

Anexo I

Cronograma de elaboração do Plano Nacional de Cultura

Data	Ação
29/11/2000	Apresentação de Projeto de Emenda Constitucional 306/2000 pelo deputado Gilmar Machado (PT/MG)
08/08/2001	Aprovação PEC 306/2000 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados
22/08/2001	Criação de Comissão Especial na Câmara dos Deputados para debater a PEC 306/2000
17/04/2002	Aprovação da PEC 306/2000 na Comissão Especial
02/07/2003	Aprovação da PEC 306/2000 em primeiro turno no Plenário da Câmara dos Deputados
30/07/2003	Aprovação da PEC 306/2000 em segundo turno no Plenário da Câmara dos Deputados
31/07/2003	Remessa ao Senado Federal
2004	Organização dos seminários “Cultura para todos”
03/03/2004	Aprovação da PEC 306/2002 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal
23/02/2005	Aprovação da PEC 306/2000 em primeiro turno no Plenário do Senado Federal
01/06/2005	Aprovação da PEC 306/2000 em segundo turno no Plenário do Senado Federal
2005/2006	Implementação de Câmaras Setoriais
24/08/2005	Recriação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), por meio do Decreto nº 5.520
10/08/2005	Promulgação da Emenda Constitucional nº 48/2005
13 a 16/12/2005	Realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura
30/06/2006	Apresentação do Projeto de Lei 6835/2006 pelos deputados Gilmar Machado (PT/MG); Rubem Santiago (PT/PE) e Iara Bernardi (PT/SP)
2006	Criação da Subcomissão de Cultura da Câmara dos Deputados
19/12/2007	Instalação do CNPC
12/2007	Publicação da primeira edição das Diretrizes Gerais
26/06/2008	Realização do primeiro seminário estadual para discussão do PNC
26/06/2008	Discussão no CNPC das Diretrizes Gerais
08/2008	Publicação da segunda edição das Diretrizes Gerais
04/12/2008	Realização do último seminário estadual para discussão do PNC

04/2009	Publicação do Caderno Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura?
23/09/2009	Aprovação do PL 6835/2006 na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados
11 a 14/03/2010	Realização da 2ª Conferência Nacional de Cultura
16/03/2010	Aprovação do PL 6835/2006 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados
04/05/2010	Aprovação do PL 6835/2006 no Plenário da Câmara dos Deputados
06/05/2010	Remessa do PL 6835/2006 ao Senado Federal
16/06/2010	Aprovação do PL 6835/2006 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal
07/07/2010	Aprovação do PL 6835/2006 na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal
09/11/2010	Aprovação do PL 6835/2006 na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal
22/11/2010	Aprovação do PL 6835/2006 no Plenário do Senado Federal
02/12/2010	Veto do presidente Lula
02/12/2010	Promulgação da Lei nº 12.343/2010, com veto parcial
06 a 09/2011	Elaboração da primeira versão das metas por técnicos do MinC
21/09 a 21/10/2011	Consulta pública para as metas do PNC
07 a 08/11/2011	Oficina Especial para Elaboração da 2ª Versão das Metas
28/11/2011	Aprovação das 53 metas pelo plenário do CNPC
11/07/2012	Publicação do livro “As metas do Plano Nacional de Cultura”

Legenda:

BRANCO: Etapas realizadas no/pelo Poder Legislativo

CINZA: Etapas realizadas no/pelo Poder Executivo

Anexo II

Evolução da composição do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)

Membros	Decreto nº 3.617/2000	Decreto nº 5.520/2005	Decreto nº 6.973/2009	Decreto nº 8.611/2015
Poder público federal	11	15	19	24
Poder público estadual e distrital			4	4
Poder público municipal			4	4
Sistema S		1	1	1
ONG's		1	1	1
Áreas técnico-artísticas		9 I - Artes visuais; II - Música popular; III - Música erudita; IV - Teatro; V - Dança; VI - Circo; VII - Audiovisual; VIII - Literatura, livro e leitura; IX - Arte digital;	13 + X - Arquitetura e urbanismo XI - Design XII - Artesanato XIII - Moda	14 + XIV - Cultura hip hop
Área do patrimônio cultural		7 I - Culturas afro-brasileiras; II - Culturas dos povos indígenas; III - Culturas populares; IV - Arquivos; V - Museus; VI - Patrimônio material; VII - Patrimônio imaterial	7	11 + VIII - Capoeira; IX - Cultura alimentar; X - Culturas quilombolas; XI - Culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.
Personalidades com notório saber		3	3	3
Entidades de pesquisadores		1	1	1
Grupo de Institutos, Fundação e Empresas - GIFE		1	1	1
Associação Nacional das Entidades de Cultura - ANEC		1	1	1
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES		1	1	1

Membros	Decreto nº 3.617/2000	Decreto nº 5.520/2005	Decreto nº 6.973/2009	Decreto nº 8.611/2015
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB			1	1
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC			1	1
Sem direito a voto		6 I - Academia Brasileira de Letras; II - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; III - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; IV - Ministério Público Federal; V - Comissão de Educação do Senado Federal; e VI - Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.	7 I - Academia Brasileira de Letras; II - Academia Brasileira de Música; III - Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGIbr IV - Campo da TV Pública; V - Ministério Público Federal; VI - Comissão de Educação do Senado Federal; VII - Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.	8 I - Academia Brasileira de Letras; II - Academia Brasileira de Música; III - Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIbr IV - Campo da TV Pública; V - Ministério Público Federal; VI - Comissão de Educação do Senado Federal; VI - Comissão de Educação do Senado Federal; VII - Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; VIII - representante das expressões culturais LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e demais grupos da diversidade sexual.
TOTAL	11 votantes	40 votantes + 6	58 votantes + 7	68 votantes + 8

Anexo III:
Número de ocorrência de cada denominação por documento analisado

Denominação	A 2005	B 2006	C 2007	D 2008	E 2009	F 2009	G 2010	H 2011	I 2011	J 2011	Cult. Ind.	Cult. Pop.	L 2011	M 2011	M 2012	Total
Cidadãos				8	11	15	8	3	17	10			2	4	22	
Cidadãos e cidadãs			1	1	1											
Indivíduo			1			2		2	2	1				1		
Indivíduos	2	3	6	6	2			2	2	2				3	1	
Formações humanas						1	1									
Diversas formações humanas						2	1									
Diferentes grupos sociais			1	1												
Diferentes segmentos da sociedade			1	1												
População	9	1	10	14	5	8	4	10	6		1		3	10	16	
Diferentes grupos da população						1	1									
Diferentes segmentos da população						1	1				1	1	1			
Populações			5	5	1	2	1		1							
População de nosso país	1															
População brasileira	1		3	3	1	1	1								1	
Populações brasileiras			1	2	1											
Nossa população		1			1	1	1									
Povo brasileiro	5		1	1	3			1	9	1			1	1	2	
Cultura do povo brasileiro									2							
Manifestações culturais do povo										1						

Denominação	A 2005	B 2006	C 2007	D 2008	E 2009	F 2009	G 2010	H 2011	I 2011	J 2011	Cult. Ind.	Cult. Pop.	L 2011	M 2011	M 2012	Total
indígenas																
Grupos étnicos indígenas	1															
Grupos marginalizados indígenas			1	1												
Mestres, pajés, parteiras e outros sábios indígenas											1		1			
Representantes indígenas				1												
Cultura indígena	2		2	2	3	1	1									1
Culturas indígenas	1		7	8	7	1	1							1	5	
Cultura dos povos indígenas			1	1	1											
Cultura indígena no Brasil														1		
Conhecimentos indígenas																1
Expressões indígenas																1
Expressões das culturas indígenas		1														
Expressões de influência indígena													1			
Influência indígena									1							
Línguas indígenas			5	5	3	1	1									1
Línguas indígenas do continente americano						1	1									1
Línguas e cosmologias indígenas						1	1									1
Idiomas e dialetos de origem indígena					1											
Manifestações indígenas			2	1		1	1									1
Matrizes indígenas									1							

Denominação	A 2005	B 2006	C 2007	D 2008	E 2009	F 2009	G 2010	H 2011	I 2011	J 2011	Cult. Ind.	Cult. Pop.	L 2011	M 2011	M 2012	Total
Memória indígena	1															
Tradições remanescentes indígenas					1											
História indígena														1	1	
Temática indígena											1		1			
Centros culturais indígenas			1	1												
Entidades indígenas			1	1	4											
Movimento indígena	1															
Terras indígenas	1										1					
Mistura indígena e negra									1							
Ribeirinhos								1	1					1	2	
Povos ribeirinhos															1	
Comunidades ribeirinhas					1											
População ribeirinha									1							
Caboclos									1							
Africanos									1							
Comunidades tradicionais de matriz africana										1						
Comunidades tradicionais de cultura de matriz africana									2	1						
Povos africanos										1			1		1	
Povos de matriz africana									1							
Povos tradicionais de matriz africana														1		

Denominação	A 2005	B 2006	C 2007	D 2008	E 2009	F 2009	G 2010	H 2011	I 2011	J 2011	Cult. Ind.	Cult. Pop.	L 2011	M 2011	M 2012	Total
tradicional																
Mestres de saberes e fazeres tradicionais															2	
Mestres dos saberes das culturas populares			1	1												
Mestres dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais															3	
Mestres da sabedoria					1											
Mestres e mestras de notório saber												1				
Mestres de tradição oral					1				9	2						
Mestres da cultura oral									1							
Mestres e mestras da tradição oral									2							
Mestres brasileiros															1	
Mestres e mestras do nosso país									1							
Nossos mestres e mestras griôs									1							
Nossos mestres orais									1							
Nossos mestres da tradição oral									1							
Mestres griôs									1							
Mestres e griôs de tradição oral									1							
Saberes e fazeres dos mestres de tradição oral									1							
Produtores culturais populares e tradicionais								1						1		

Denominação	A 2005	B 2006	C 2007	D 2008	E 2009	F 2009	G 2010	H 2011	I 2011	J 2011	Cult. Ind.	Cult. Pop.	L 2011	M 2011	M 2012	Total
Culturas tradicionais												2				
Culturas tradicionais e populares								1								
Cultura brasileira tradicional								1								
Conhecimento tradicional												2				
Conhecimentos tradicionais						1	1	1	2		1	3	1	3	1	
Conhecimentos e expressões culturais tradicionais						3	1	4				1	2	9	1	
Expressões tradicionais				2												
Expressões culturais tradicionais								4	1					4		
Expressões culturais populares e tradicionais								3				2		5		
Expressões culturais populares ou tradicionais								1								
Expressões populares e tradicionais			1	1											1	
Expressões e conhecimentos populares e tradicionais								1						1		
Manifestações tradicionais	1		1	2												
Manifestações das culturas populares tradicionais													1			
Manifestações culturais tradicionais e populares												1				
Paisagens tradicionais						1	1									
Saberes tradicionais			1	1		1	1		3						1	

Denominação	A 2005	B 2006	C 2007	D 2008	E 2009	F 2009	G 2010	H 2011	I 2011	J 2011	Cult. Ind.	Cult. Pop.	L 2011	M 2011	M 2012	Total
Grupos étnicos	2					2	2									
Grupos étnicos e identitários	2		1	1												
Grupos étnicos e raciais	1															
Grupos étnico-culturais						1										
Grupos étnicos e socioeconômicos diferenciados			1	1												
Manifestações étnico-culturais	1															
Diferentes dimensões que compõem a cultura brasileira									1							
Diferentes populações que compõem a sociedade brasileira			1	1												
Diferentes segmentos que compõem a cultura brasileira									2							
Diferentes grupos formadores da sociedade brasileira			1	1		3	3									
Várias etnias e correntes civilizatórias que compõem a sociedade brasileira														1		
Populações urbanas	3	1														
População de favelas														1		
População mais pobre das periferias e áreas rurais			1	1												
Pessoas que vivem em pequenas cidades e regiões rurais			1	1												
Tribos urbanas														1	1	

Denominação	A 2005	B 2006	C 2007	D 2008	E 2009	F 2009	G 2010	H 2011	I 2011	J 2011	Cult. Ind.	Cult. Pop.	L 2011	M 2011	M 2012	Total
Moradores de áreas urbanas periféricas ou degradadas			1	1	6	1	1								1	
Moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas			1	1	6	1	1								1	
Comunidades das periferias			1	1												
Comunidades de áreas urbanas marginais			1	1												
Rurais															1	
Populações rurais	3	1		1												
Moradores de zonas rurais			1	1	6	1	1								1	
Comunidades rurais			1	1					1		2		1			
Sem terra					1											
Excluído					1											
Populações excluídas	3	1														
Setores excluídos	1															
Comunidades pobres e vulneráveis			1	1	1											
Grupos socialmente excluídos									1							
Grupos culturais vulneráveis as dinâmicas econômicas			1	1	1											
Grupos culturais atuantes em comunidades pobres e vulneráveis			1	1	1											
Grupos populares sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social					1	1					2		1			

Denominação	A 2005	B 2006	C 2007	D 2008	E 2009	F 2009	G 2010	H 2011	I 2011	J 2011	Cult. Ind.	Cult. Pop.	L 2011	M 2011	M 2012	Total
Produção cultural dos movimentos sociais	1															
Grupos de gênero		1														
Grupos de gênero e orientação sexual		1														
Mulheres					1	3	2							1	5	
LGBT						2	2	1					1		5	
Grupos LGBT														1		
Cultura LGBT									1							
Movimento gay	1															
Diversidade das práticas religiosas						1	1									
Expressões religiosas	1	1	1			1										
Grupos religiosos		1														
Identidades religiosas			1	1												
Manifestações religiosas			1	1	1								1			
Grupos étnicos e raciais, sociais, regionais, políticos, de gênero e orientação sexual	2	2														
Pessoa com deficiência					1											
Pessoas com deficiência			2	3	2	3	3	12	3				3	11	16	
Pessoas com deficiência física ou transtornos psíquicos															1	
Pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida														1	2	

Denominação	A 2005	B 2006	C 2007	D 2008	E 2009	F 2009	G 2010	H 2011	I 2011	J 2011	Cult. Ind.	Cult. Pop.	L 2011	M 2011	M 2012	Total
Cultura de jovens das periferias			1	1												
Idoso	1		2	2												
Idosos			6	5	3	3	3				1			1	5	
Pessoas idosas									1							
Terceira idade			2	2	1											
Esperanto									32	2						

A) Diretrizes aprovadas na plenária final da 1ª Conferência Nacional de Cultura,, em 2005, com complementos e comentários dos participantes, publicados pelo MinC, em 2007, no relatório da 1ª CNC.

B) Projeto de Lei nº 6835/2006 de autoria do deputado Gilmar Machado (PT/MG), apresentado em 30 de junho de 2006, elaborado a partir das diretrizes aprovadas e priorizadas na 1ª CNC.

C) Caderno *Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura - 1ª edição*, publicada em dezembro de 2007.

D) Caderno *Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura - 2ª edição*, publicada em agosto de 2008, após alterações do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

E) Publicação *Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura: conceitos, participação e expectativas*, abril de 2009.

F) Relatório da Deputada Fátima Bezerra (PT/RN) na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, aprovado em 23 de setembro de 2009.

G) Lei nº 12.343, promulgada em 02 de dezembro de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura.

H) Primeira Versão das Metas do Plano Nacional de Cultura, de setembro de 2011, elaborada para à consulta pública.

- I) Planilha com todos os comentários feitos na plataforma do MinC na internet, feitos durante a consulta pública realizada de setembro a outubro de 2011.
- J) Planilha com todas as propostas de novas metas feitas na plataforma do MinC na internet, feitos durante a consulta pública de setembro a outubro de 2011.
- K) Publicação Tabela de contribuições do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas, feita no segundo semestre de 2011.
- L) Publicação Tabela de contribuições do Colegiado Setorial de Culturas Populares, feita no segundo semestre de 2011.
- M) Publicação *Caderno de Contribuições: Oficina Especial para Elaboração da 2ª Versão das Metas do Plano Nacional de Cultura*, realizada nos dias 07 e 08 de novembro de 2011.
- N) Publicação *Metas do Plano Nacional de Cultura*, feita em dezembro de 2011, após a realização da consulta pública.
- O) Publicação *As Metas do Plano Nacional de Cultura* publicado em julho de 2012.